



GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

8

2000 - Departamento de Geografia

ISSN - 1414-7416

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

Revista da pós-graduação em Geografia

nº 8

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Suplente de Chefe: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Humana)

Coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Física)

Coordenador: Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro

Vice-Coordenadora: Profa. Lylían Coltrinari

**Coordenadores da GEOUSP – Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro

Comissão Redatorial

Amélia Luisa Damiani Eduardo Yázigi

Claudio Roberto Duarte Sandra Ana Bolfe

Yuri Tavares Rocha

Comissão Científica

Ariovaldo umbelino de Oliveira (USP) Alfredo Perez Gonzáles (Univers. Complutense de
José Bueno Conti (USP) Madrid)

Jurandy Luciano Sanches Ross (USP) Cristina Helena Rocha Augustin (UFMG)

Nídia Nacib Pontuschka (USP) Eliseu Sposito (UNESP/Presidente Prudente)

Silvana Maria Pintaudi (UNESP Rio Claro) Helmut Troppmair (UNESP Rio Claro)

Pablo Ciccollela (Universidade de Buenos Aires) Mario Panizza (Università Degli Studi di Modena)

Tereza Barata Salgueiro (Universidade de Lisboa)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Secretária Geral

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Revisão

Claudio Roberto Duarte

Diagramação/Editoração

Ilustração da Capa

Sérgio Sdrous

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo



© Copyright 1998 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade de São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH/USP dezembro/2000

SUMÁRIO

Editorial

José Bueno Conti 5

Artigos

- João C. Nucci, Marcos P. Lopes, Fernanda P. de Campos, Ueverson M. Alves, Márcio Mantovani 9 Áreas Verdes de Guarulhos/SP classificação e quantificação
- Antonio C. Colangelo e Olga Cruz 17 Índice de magnitude-freqüência espacial de movimentos de massa num tropical úmido
- Pedro Pinchas Geiger 29 O espaço social na rede urbana do Rio de Janeiro
- Jânio Laurentino e Angelo Serpa 45 A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador
- Silvia Aparecida Guarnieri Ortizoga 67 A proliferação do "gosto global" no Brasil
- Heliana Comin Vargas 77 O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana
- Genovan Pessoa de Moraes Ferreira 89 Morro da Conceição: espaço e cotidiano do lugar
- Virgínia Elisabeta Etges 113 *Länderkunde* e *erdkunde*: a região no contexto geográfico

Notas de Pesquisa de Campo

Tatiana Shor 125 Notas de pesquisa: a difícil tarefa de fazer recortes

Resenhas

Marcelo Gomes Justo 131 Pela igualdade a geografia no debate sobre justiça social

Notícia de Encontro

Anselmo Alfredo 139 Breve comentário do XII Encontro Nacional de Geógrafos em Florianópolis Santa Catarina

Intercâmbio

José Estébanez 143 Barreras que dificultan la compresión del espacio en la etapa de acumulación flexible

Teses e Dissertações Defendidas

161 Geografia Humana

175 Geografia Física

SUMMARY

Editorial

José Bueno Conti 5

Articles

- João C. Nucci, Marcos P. Lopes, Fernanda P. de Campos, Ueverson M. Alves, Márcio Mantovani 9 Green Areas of Guarulhos/São Paulo: classification and quantification
- Antonio C. Colangelo e Olga Cruz 17 Spatial magnitude-frequency index of mass movements in the humid tropics
- Pedro Pinchas Geiger 29 Social space in the urban network of Rio de Janeiro
- Jânio Laurentino e Angelo Serpa 45 Spatial production of commerce and services in the urban peripheries: a case study in Salvador
- Silvia Aparecida Guarnieri Ortizoga 67 The spreading of "global taste" in Brasil
- Heliana Comin Vargas 77 Retailing and service activities: main agents and their urban insertion
- Genovan Pessoa de Moraes Ferreira 89 Morro da Conceição: space and the everyday life of place
- Virgínia Elisabeta Etges 113 Länderkunde and Erdkunde: region in the geographic context

Notes on Fieldwork

Tatiana Shor 125 Research notes: the hard task of making

Reviews

Marcelo Gomes Justo 131 For equality – geography in the debate about social justice

Notices About Congresses

Anselmo Alfredo 139 Short comment about the XII Geographer's National Meeting at Florianópolis – Santa Catarina

Interchange

José Estébanes 143 Barriers that difficult the compression of space at the flexible accumulation period

Defended Theses

161 Human Geography

175 Physical Geography

EDITORIAL

Como os leitores já notaram, a partir do nº 6, publicado em 1999, a GEOUSP passou a incluir, na sua matéria, artigos de Geografia Física, ampliando seu espectro temático, com a oportuna inclusão dos estudos da natureza.

A Geografia, nunca é demais repeti-lo, sempre incluiu entre suas preocupações o estudo da sociedade e o do meio físico, entendidos como realidades dinâmicas e complexas em permanente processo interativo. O resultado é um sistema de relações e de arranjos espaciais que se expressam por unidades paisagísticas identificáveis.

Esse enunciado, por si só, aponta para o enorme alcance do conteúdo da Geografia enquanto análise integrada de duas categorias indissociáveis: o espaço e a transformação dele operada pela atividade humana ao longo da História. A Geografia é, portanto, a única que, sem deixar de pertencer à categoria das geociências, integra, também, por direito legítimo, o quadro das ciências humanas, onde ocupa uma posição de destaque, enquanto decodificadora das paisagens construídas pela ação antrópica.

Ao realizar essa tarefa, nas várias escalas de grandeza e de forma integrada, a Geografia constitui um setor do conhecimento muito bem estruturado e com marcante identidade. Não dissocia os aspectos naturais dos culturais e nisso reside sua singularidade.

Por outro lado, ao realizar o estudo do meio ambiente, tradicionalmente reservado à Geografia Física, não perde de vista que, enquanto ciência do espaço terrestre, a Geografia é uma reflexão sobre a natureza ocupada pela socieda-

de e por ela trabalhada a fim de adequá-la aos imperativos da sobrevivência do grupo social.

Os novos e espetaculares recursos postos à disposição dos pesquisadores geógrafos, tais como as imagens orbitais, a informática, aí incluído o Sistema de Informações Geográficas o (SIG), em abrindo possibilidades ilimitadas e reconduzindo à visão de totalidade, tal como Humboldt, um dos fundadores da moderna Geografia, preconizava.

As fronteiras, artificialmente criadas entre Geografia Física e Geografia Humana vão, cada vez mais, se diluindo e isso é, metodologicamente, muito positivo e enriquecedor.

No presente número a revista apresenta artigos sobre assuntos variados tais como, *espaço e cotidiano, periferias urbanas, comércio e serviços, litoralização e interiorização no Brasil, globalização e áreas verdes*.

A GEOUSP, uma das cinco publicações regulares do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, caracteriza-se, desde o início, por seu comprometimento com a qualidade e pluralidade teórico-metodológica da matéria oferecida à reflexão de seus leitores.

Esta revista, cujo primeiro número saiu em 1997 por iniciativa de um grupo de professores de pós-graduação em Geografia Humana, vem se firmando como um veículo de divulgação da Geografia no sentido lato e, dessa forma, amplia sua já expressiva aceitação nos meios acadêmicos, ganhando em respeitabilidade científica e cultural.



ÁREAS VERDES DE GUARULHOS/SP - CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO

João Carlos Nucci¹ Marcos Pereira Lopes², Fernanda Pereira de Campos²
Ueverson Martins Alves², Márcio Mantovani²

RESUMO:

Entre os órgãos de pesquisa, ensino e planejamento são encontradas diferentes interpretações para os termos área verde, espaço livre, cobertura vegetal, áreas destinadas à conservação da natureza, entre outros. Este trabalho propõe conceitos, uma classificação dos espaços livres e uma quantificação das áreas verdes de Guarulhos (SP).

PALAVRAS-CHAVE:

Área verde, espaço livre, qualidade ambiental, Guarulhos

ABSTRACT:

Among corporations of research, education and planning we find different versions of terms for green area, open space, tree canopy coverage, areas destined to nature conservation, etc. This work suggests concepts, a classification of open space and a quantification of the green area of Guarulhos (SP) city.

KEY WORDS:

Green area, open space, environmental quality, Guarulhos

1. Introdução

A falta de consideração do poder público municipal com a qualidade ambiental dos centros urbanos pode ser apontada como uma das principais causas da vida quase insuportável que os seres humanos levam nas grandes cidades.

Os municípios, mediante lei, deveriam organizar seus territórios de acordo com um sistema de administração da qualidade ambiental, estabelecendo normas, critérios e padrões, com o objetivo de garantir o bem-estar de seus habitantes; e não há dúvidas que a vegetação e os espaços livres de construção contribuem para a qualidade do ambiente urbano.

Todavia, sem a precisa consideração de conceitos, métodos e técnicas para a classificação do verde urbano, o planejamento ambiental

dos municípios torna-se impraticável já que, como já constatado por LIMA *et al.* (1994), há uma grande confusão em relação aos termos utilizados para identificação do "verde" urbano, sendo que conceitos como área verde, espaço livre, cobertura vegetal são empregados indistintamente como sinônimos.

Com o objetivo de colaborar com os estudos para a padronização de conceitos, CAVALHEIRO *et al.* (1999) organizaram, com base em vários autores, uma terminologia para o verde urbano, que divide a zona urbana do município em três sistemas: sistema de espaços com construções (habitação, indústria, comércio, hospitais, escolas, etc.); sistema de espaços livres de construção (praças, parques, águas superficiais, etc.) e sistema de espaços de integração urbana (rede rodod-ferroviária), segundo CAVALHEIRO & DEL PICCHIA (1992).

¹ Biólogo, doutor em Geografia Física (DG/USP) e professor de Ecologia da FIG
R. Aureliano Coutinho, 77. apto. 41. Santa Cecília, São Paulo SP, CEP.: 01224-020

² Alunos do Curso de Ciências Biológicas FIG

Os espaços livres de construção são constituídos por espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e o entretenimento em horas de ócio; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres (LLARDENT, 1982). Estes espaços livres podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e podem desempenhar, principalmente, funções estética, de lazer e ecológico-ambiental, entre outras.

Ainda para CAVALHEIRO *et al.* (*op. cit.*), as áreas verdes são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário" que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de "espaços construídos" ou "espaços de integração urbana"

O conceito de cobertura vegetal é definido por NUCCI & CAVALHEIRO (1999) como a projeção do verde em cartas planimétricas e pode ser identificada por meio de fotografias aéreas, sem auxílio de estereoscopia. Considera-se toda a cobertura vegetal, inclusive a da zona rural, existente nos três sistemas (espaços construídos, espaços livres e espaços de integração) e as encontradas nas Unidades de Conservação (que na sua maioria restringem o acesso ao público).

Uma área verde, portanto, deve cumprir três funções: ecológica, estética e recreativa. Considera-se função ecológica desempenhada pelas áreas verdes na cidade, a estabilização de

determinadas superfícies, obstáculo contra o vento, proteção da qualidade da água, filtração do ar, equilíbrio do índice de umidade, redução dos ruídos, suporte para fauna etc. A função recreativa pode ser entendida como a capacidade da área em fornecer possibilidades de utilizar o tempo não obrigatório com experiências de livre escolha. A função estética relaciona-se com a diversidade de emoções e sentimentos que a área verde suscita.

Trabalhos que abordam quantitativamente a temática em questão confirmam a falta de critérios para o tratamento do "verde urbano" e a baixa quantidade relativa de espaços livres de construção e de áreas verdes em relação aos espaços construídos e de integração.

NUCCI (2000, no prelo), em levantamento realizado no distrito de Santa Cecília no município de São Paulo, encontrou 2,18% da área do distrito ocupados pelo sistema de espaços livres de construção, 19,83% ocupados pelo sistema de integração rodo-ferroviária e 77,99% ocupados pelo sistema de espaços construídos, e que apenas 1,37% da área do distrito seriam áreas verdes. Constatou, também, que o índice de espaços livres de construção era da ordem de 0,92 m²/hab e o de áreas verdes 0,58m²/hab.

Para comparação pode-se citar NUCCI & CAVALHEIRO (1998) que, em consulta a vários trabalhos, encontraram índices internacionais e nacionais, como a proposta de divisão do uso do solo nas cidades da Alemanha em 40% para espaços construídos, 40% para espaços livres de construção e 20% para o sistema viário, ou a consideração como ponto crítico que um município utilize mais de 50% de sua superfície para construção. SUKOPP *et al.* (1979) afirmam que a área urbana construída de Berlim Ocidental apresenta 32% de sua superfície cobertos por vegetação.

NUCCI & QUAIATO (2000, no prelo), ao analisar o Livro de Cadastros de Praças e Parques Vol. I fornecido pela Prefeitura do Município de Guarulhos, encontraram, em um total de 830 unidades, 30 tipos diferentes, todas consideradas como áreas verdes pela Prefeitura.

Segundo o Departamento de Relações do Meio Ambiente da Secretaria do Meio Ambiente (Ofício nº 25/98 SM1), o município de Guarulhos apresenta um índice de 3,4m² de área verde/hab e 837 áreas verdes, listadas no Livro de Cadastro de Praças e Parques Vol. 1

Porém, constatou-se que dos 30 tipos de unidades, 9 são espaços construídos e 3 (canteiro, talude e trevo) formam o verde de acompanhamento viário e que, portanto, não poderiam ser considerados áreas verdes. Com *dados obtidos por amostragem*, NUCCI & QUAIATO (*op. cit.*) concluíram que das 830 unidades encontradas no Livro de Cadastros de Praças e Parques Vol. 1 do município de Guarulhos, 14 são espaços construídos (1,7%), 145 são espaços livres (17,5%), 266 são áreas verdes (32,1%) e 405 são acompanhamentos do sistema viário (48,8%). Retirando-se os 14 espaços construídos e organizando-se somente os dados das áreas livres tem-se que de um total de 816 áreas, 145 (17,8%) são espaços livres, 266 (32,6%) são áreas verdes e 405 (49,6%) são verde de acompanhamento viário.

2. Objetivos

Foi realizado o mapeamento e a classificação das áreas públicas livres de construção, de sete bairros do Município de Guarulhos/SP, empregando os conceitos de espaços livres de construção, áreas verdes e verde de acompanhamento viário, segundo CAVALHEIRO *et al.* (1999), e a quantificação das áreas verdes com o cálculo do índice de áreas verdes por habitante.

3. O município de Guarulhos e a área de estudo

Guarulhos pertence à Região Metropolitana de São Paulo e está localizado à nordeste da Capital. Apresenta uma área de 319,82 km² com, aproximadamente, 1 milhão de habitantes (98% em área urbana) e uma taxa média anual de crescimento populacional da ordem de 4,31%. É a segunda maior cidade do estado de São Paulo,

após a capital, em número de habitantes. As atividades econômicas básicas são: indústrias de transformação, comércio e serviços. O município abriga o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, popularmente chamado como aeroporto de Cumbica. (figura 1)

A área de estudo (figura 2), segundo a atual proposta de Plano Diretor, está contida na "Macrozona 4" considerada a "(...) mais consolidada do município, e que se destina predominantemente ao uso habitacional, devendo prevenir o adensamento e verticalização (...)" (Guarulhos, 2000).

Foram escolhidos os bairros Vila Galvão, Torres Tibagy, Jardim Vila Galvão, Tranquilidade, Gopouva, Itapegica e Vila Augusta, representando, aproximadamente, 5% da área total e 8% da zona urbana do município.

Os sete bairros avaliados estão ocupados por 145.267 habitantes (15% da população total do município).

4. Resultados e discussão

Com base no trabalho de campo, as áreas livres públicas foram mapeadas na escala 1:15.000 e classificadas. Verifica-se, na figura 3, a distribuição irregular e a falta de integração dos espaços livres e das áreas verdes, bem como grandes áreas quase que totalmente ocupadas por espaços construídos e espaços de integração (ruas, avenidas, ...).

Das 80 áreas livres públicas levantadas, 20 (25%) foram consideradas espaços livres de construção, 22 (28%) áreas verdes e 38 (47%) verde de acompanhamento viário, dados que se aproximam dos obtidos por amostragem para todo o município de Guarulhos por NUCCI & QUAIATO (*op. cit.*): 145 (17,8%) espaços livres, 266 (32,6%) áreas verdes e 405 (49,6%) verde de acompanhamento viário.

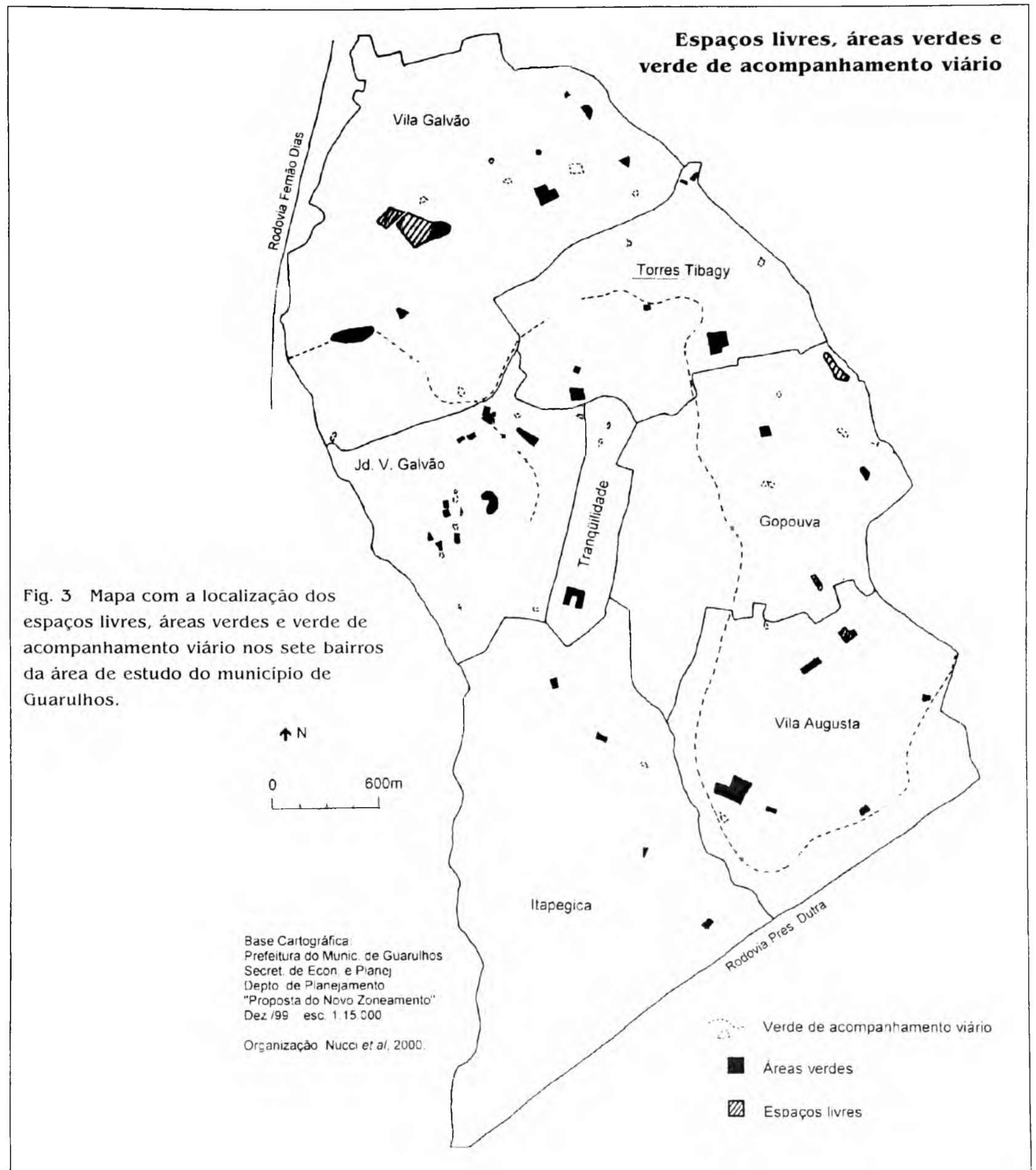
A quantificação em metros quadrados das áreas verdes foi obtida por medição em campo utilizando-se uma trena de 30 m; os dados de população e área total de cada bairro foram for-

Fig. 1 Localização do município de Guarulhos e da área de estudo



Fig. 2 Localização da área de estudo no município de Guarulhos





nechos pela prefeitura (dados de 1996).

Os resultados organizados na tabela 1 indicam, numericamente, a realidade já constatada na análise da distribuição espacial das áreas livres (Fig. 3). Verifica-se, portanto, uma quantidade muito pequena, apenas 0,73% da área total, ocupada por áreas verdes, com uma distribuição irregular entre os bairros variando entre 0,13% (Tranqüilidade e Gopouva) e 1,81% (Vila Augusta). Também, no distrito de Santa Cecília (MSP), foi encontrado o valor, muito baixo, de apenas 1,37% da área total ocupados por áreas verdes (NUCCI, 2000 no prelo).

Ainda na tabela 1 pode-se verificar que o índice de áreas verdes para a área total é de 0,69 m²/hab, sendo que o bairro de Gopouva apresenta 0,10 m²/hab e o bairro de Vila Augusta 1,64

m²/hab, o que indica uma distribuição irregular das áreas verdes em relação à distribuição da população nos bairros. O índice de áreas verdes para a área de estudo se aproxima ao de 0,58 m²/hab para o distrito de Santa Cecília no município de São Paulo (NUCCI, 2000 no prelo).

5. Considerações finais

É interessante notar que a idéia de adensamento por verticalização das áreas mais consolidadas dos municípios é amplamente utilizada como saída para a conservação das áreas periféricas (zonas rurais) e melhor aproveitamento da infra-estrutura já instalada. Porém, como já constatado por NUCCI (2000, no prelo), apesar das áreas centrais dos municípios apresentarem in-

Tabela 1 Organização dos resultados por bairro

	Área (km2)*	População*	Acomp. viário	Espaços livres	Áreas verdes (n°)	Áreas verdes (m ²)	Área verde / área do bairro (%)	Índice de área verde (m ² /hab)
1. Vila Galvão	3,09	28.915	8	2	7	23.512,3	0,76	0,81
2. Torres Tibagy	1,42	19.367	4	3	3	16.783,4	1,18	0,87
3. Jd. V. Galvão	1,34	17.775	12	9	2	7.966,0	0,59	0,45
4. Tranqüilidade	0,45	7.130	2	0	1	5.715,0	0,13	0,80
5. Gopouva	2,07	27.336	9	2	2	2.749,5	0,13	0,10
6. Itapegica	3,18	21.249	1	2	2	4.711,5	0,15	0,22
7 Vila Augusta	2,13	23.495	2	2	5	38.589,1	1,81	1,64
Total	13,68	145.267	38	20	22	100.035,9	0,73	0,69

Fonte: Sumário de dados - Guarulhos - 1999. S.E.P. - Divisão Técnica de Planejamento.

Contagem da população 1996 (PMG, SEP, SIGeo).

Org.: Nucci, et al (2000).

fraestrutura como rede elétrica, gás encanado, rede de esgoto e de abastecimento etc., a qualidade ambiental identificada, por exemplo, pela distribuição e quantificação do sistema de espaços livres e áreas verdes, não é compatível com um aumento da população.

Da mesma forma, os sete bairros aqui estudados são considerados, segundo a proposta de Plano Diretor (Guarulhos, 2000), áreas que se destinam predominantemente ao uso habitacional, devendo prever o adensamento e verticalização. Porém, a distribuição irregular das áreas

verdes no território e um índice de 0,69 m² de áreas verdes por habitante, não permitem um maior adensamento da área sem o prejuízo do acesso da população às áreas verdes.

O Município de Guarulhos, que pretende estabelecer critérios, normas e padrões de proteção ambiental, nunca inferiores aos padrões internacionalmente aceitos, como coloca sua Lei Orgânica de 05.04.90 (art.281, IX), poderia começar com a organização de um sistema de Espaços Livres de Construção.

Bibliografia

- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. – “Proposição de Terminologia para o Verde Urbano” *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana* (SBAU), nº 3, Rio de Janeiro, jul/ago/set de 1999 p.7
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. – “Áreas verdes: conceitos, objetivos, diretrizes para o planejamento” ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4 Vitória-ES, de 13 a 18 de set/92, Anais I e II, 1992, p.29-38.
- GUARULHOS (Prefeitura Municipal/Secretaria do Planejamento) Plano Diretor “Guarulhos a caminho da sustentabilidade” (*Projeto de Lei*), Janeiro de 2000.
- LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. del B.; FIALHO, N. de O. e DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, São Luís, de 18 a 24 de setembro de 1994, p. 539-549.
- LLARDENT, L.R.A. *Zonas verdes y espacios libres en la ciudad*. Madrid, Inst. de Estudios de Administración Local, 1982, 538 p.
- NUCCI, J.C.; CAVALHEIRO, F. – “Espaços livres e qualidade de vida urbana” *Paisagem e Ambiente* nº 11, São Paulo, FAU/USP, 1998, pp. 277-288.
- NUCCI, J.C.; CAVALHEIRO, F. – “Cobertura Vegetal em áreas urbanas - conceito e método” *GEOUSP*, nº 6 – São Paulo, DG/FFLCH/USP, 1999, pp. 29-36.
- NUCCI, J.C.; QUAIATO, E. – “Espaços Livres, Lei Orgânica e Plano Diretor” In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, Anais ... de 20 a 25 de agosto de 2000, Rio de Janeiro (no prelo).
- NUCCI, J.C. *Qualidade ambiental e adensamento urbano* (um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília, MSP). Humanitas, São Paulo, 2000 (no prelo).
- SUKOPP, H; BLUME, H.P. e KUNICK, W. – “The soil, flora and vegetation of Berlin’s waste lands” In: LAURIE, I.C. (Ed.): *Nature in cities*. Chichester, Wiley, 1979.

ÍNDICE DE MAGNITUDE-FREQÜÊNCIA ESPACIAL DE MOVIMENTOS DE MASSA NUM TROPICAL ÚMIDO

Antonio C. Colangelo* & Olga Cruz*

RESUMO:

A abordagem semilogaritmica de Ahnert (1987) foi adaptada e diretamente aplicada em unidades de depósitos e cicatrizes de movimentos de massa rotacionais ("slumps"), mapeados a partir do modelo estereoscópico de aerofotografias verticais. Neste caso, o "Índice de Magnitude-Frequência" refere-se ao "Intervalo de Recorrência Espacial" (IRE – em Km²) ou "Frequência Espacial (FE – em Eventos / Km²) referentes às superfícies dos depósitos e cicatrizes de diferentes magnitudes (Dep ou Dsc – em m²). A equação, quando o material de origem é constituído por migmatitos com vertentes escarpadas (16°, média), resulta: $Dep (m^2) = 4558.Ln(IRE) + 10315$. Quando o material de origem corresponde aos depósitos terciários da Bacia de Taubaté, com declividades moderadas (11°, média), a equação resulta: $Dep (m^2) = 15132.Ln(IRE) + 19106$. O "Depósito de Movimento de Massa Dominante" que contribui com o maior montante de superfície depositada, nas duas áreas acima referidas são, respectivamente de 4558m² e 15132m². Da mesma forma, as frequências espaciais de ocorrência são, respectivamente: 3,54 Eventos/Km² (IRE=0,282 Km²) e 1,30 Eventos/Km² (IRE=0,769 Km²). Com base nestes resultados preliminares parece haver um mecanismo de compensação e uma constante morfoclimática envolvidos no comportamento de magnitude-frequência destes movimentos de massa rotacionais.

PALAVRAS-CHAVE:

Movimentos de massa, magnitude-frequência, quantificação espacial, áreas de risco.

ABSTRACT:

The Ahnert's (1987) semilogarithmic approach was adapted and applied directly in slump units deposits and scars mapped in airphotos. In this case, the magnitude-frequency index refers to the "Spatial Recurrence Interval" (SRI: in Km²) or "Spatial Frequency" (SF: in Events / Km²) of deposits and scars of varying magnitudes (Dep or DSc in: m²). For migmatite parent material area with steep slopes, the equation results: $Dep (m^2) = 4558.Ln(SRI) + 10315$. For tertiary parent material area with smooth relief, moderate gradients, the equation results: $Dep (m^2) = 15132.Ln(SRI) + 19106$. The "dominant mass movement event" is the event with the major product of magnitude for frequency and that contribute with the bigger total amount of surface affected: deposits and scars. In the two areas referred above the dominant events have deposits surfaces with, respectively: 4558m² and 15132m². In the same way, the spatial frequency of occurrence are respectively: 3.54 Events/Km² (SRI=0.282 Km²) and 1.30 Events/Km² (SRI=0.769 Km²). Under the light of these preliminary results it seems to there is a *compensation mechanism* related to a possible *climatic constant* that constrain the behavior of spatial magnitude-frequency of this kind of events in the humid tropics.

KEY WORDS:

Mass movements, magnitude-frequency, spatial quantification, risk areas

Introdução

Aplicar a abordagem de magnitude e frequência proposta por AHNERT (1987) a eventos

de movimentos de massa, depósitos e cicatrizes, é consequência natural da idéia intuitiva de que deve haver uma razão direta entre a magnitude dos eventos de chuva e a magnitude dos eventos

de movimentos de massa. Sabe-se que os eventos de movimentos de massa apresentam magnitude variável, que deste modo mobilizam volumes variáveis de material e que produzem como consequência duas unidades geomorfológicas características: cicatriz a montante, expondo a superfície de ruptura, e depósito de detritos a jusante (colúviação). Nos sistemas de relevo de áreas tropicais úmidas os processos de movimentos de massa rotacionais ("slumps") são muito freqüentes, estando condicionados por espessos mantos de alteração (regolito) e por uma geometria das unidades de relevo onde predominam as formas convexas.

No contexto dos geo-ecossistemas de floresta tropical higrófila tais processos de movimentos de massa desempenham, do ponto de vista funcional, uma variedade de papéis: as cicatrizes oferecem uma abertura para a penetração da radiação solar, escassa sob o dossel da floresta, garantindo assim a sobrevivência de espécies pioneiras e conseqüentemente garantindo a sobrevivência do ecossistema florestal; elas correspondem também a um fator de renovação importante porque levam à superfície novos minerais para o ataque do intemperismo ("weathering"); os seus depósitos (colúvios) definem um ambiente específico onde se desenvolvem solos mais espessos, com maior quantidade de matéria orgânica e água.

A morfologia das cicatrizes deixadas no terreno pelas superfícies de ruptura dos movimentos de massa e também a morfologia associada aos seus depósitos correlativos são identificáveis diretamente no campo, ou indiretamente no modelo foto-estereoscópico, que constitui uma ferramenta poderosa para a inferência destes tipos de processos. Para diminuir o grau de incerteza na identificação destes processos, além das inferências puramente morfológicas é necessário acrescentar evidências sobre a caracterização dos materiais deposicionais: estrutura, textura e composição.

Desta forma os depósitos e as cicatrizes associados aos processos de movimentos de

massa podem ser identificados, delimitados e podem ter as suas magnitudes e freqüências espaciais medidas. Se por um lado o mapeamento das suas superfícies de ruptura ("cicatrizes") e dos seus depósitos correlativos é relativamente fácil, por outro, realizar uma reconstituição cronológica da ocorrência destes eventos é tarefa muito difícil.

A grande maioria dos processos de movimentos de massa nos trópicos úmidos, cujas evidências morfológicas – cicatrizes e depósitos são ainda hoje detectáveis representam fenômenos fundamentalmente holocênicos, podendo sua ocorrência, em alguns, casos remontar ao pleistoceno. Sabe-se também que nos trópicos úmidos é muito difícil encontrar, seja nas cicatrizes, seja nos depósitos, resíduos de matéria orgânica em quantidade suficiente para viabilizar a datação radiométrica, pelos métodos convencionais. Isto, graças às elevadas temperaturas e à grande quantidade de umidade, fatores que levam a uma forte velocidade de decomposição da matéria orgânica e intensidade dos processos de lixiviação.

Pelas dificuldades acima apontadas, não foram determinadas aqui as freqüências temporais de ocorrência destes processos de movimentos de massa, mas as suas respectivas freqüências de ocorrência espaciais. Portanto, trabalhamos aqui com os conceitos de freqüência espacial de ocorrência, dado em número de eventos por Km², e intervalo de recorrência espacial, em Km².

A área de estudo

A área de estudo está localizada no Sudeste do Brasil, entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Fig.1). Ela está constituída por planaltos e serras (750m – 1100m, principalmente) muito afetados por movimentos epigenéticos durante a era Cenozóica, o que produziu a reativação de um grande número de falhas tectônicas existentes nesta área desde o Pré-cambriano e que encontram-se hoje orientadas na direção NE – SW. Estas falhas eram originalmente

transcorrentes e foram reativadas com falhas normais, as quais deram origem ao sistema de "Graben do Paraíba" onde, sobre terrenos do Pré-cambriano e depósitos do Terciário drena a bacia do rio Paraíba do Sul. O material de origem é formado por migmatitos, filitos e granitos (Pré-cambriano) e sedimentos lacustres e fluviais (Terciário) – Bacia de Taubaté (Fig.2).

Em áreas tropicais úmidas, como a deste estudo, os sistemas de relevo de morros e serras estão submetidos a uma forte dinâmica erosiva, sendo que os totais de chuva podem ultrapassar 3000mm anuais, nas escarpas da "Serra do Mar", fazendo com que os movimentos de massa desempenhem importantes funções nestes geomorfossistemas com vales fechados e fortes declividades nas encostas (AB'SABER, 1966;

ALMEIDA, 1964).

A cobertura vegetal é constituída pela "Mata Atlântica" e embora o processo pedogeoquímico predominante seja a ferralitização, a forte dinâmica erosiva, fluvial e interfluvial, faz com que prevaleçam os solos do tipo cambissolo (inceptisols, USA), principalmente nas unidades de relevo com maior densidade de drenagem. A área apresenta forte densidade de drenagem, principalmente quando o material de origem é constituído por rochas metamórficas (migmatitos, veja a porção SE da fig.2).

As figuras 03 e 04, bem como a tabela 01 mostra os resultados da análise morfométrica por "unidades geométricas de relevo" aplicada às bacias São José e São Carlos. A bacia São Carlos (Fig. 04 e Tab. 01) é fortemente controlada por

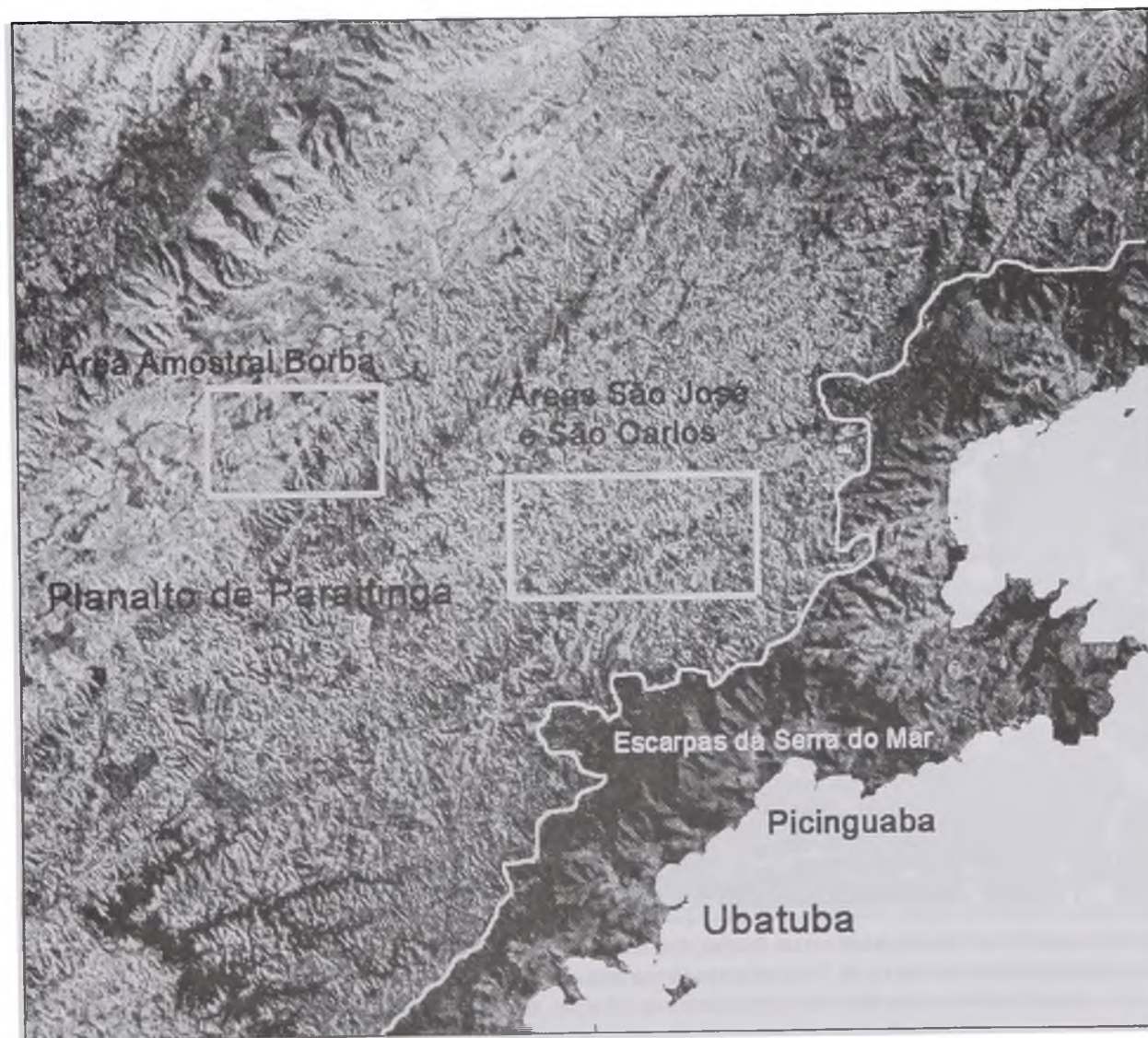


Fig. 01 – Área de estudo no planalto de Paratíngia, na Serra do Mar, com as áreas amostrais Borba, São José e São Carlos. Ilustração feita a partir de imagem Landsat TM - 5 de 11/09/1990 (escala aproximada 1:1.000.000).

estruturas litológicas e tectônicas o que está refletido sobre o modelado nos 65% de encostas com perfis retilíneos (tipos de formas 4, 5 e 6). Na área São José predominam os perfis convexos (49%, tipos de formas 1, 2 e 3). A bacia São Carlos tem 200 m de gradiente topográfico em 4,5 Km² de área, o que resulta em declividades fortes (16°). Por outro lado, a bacia São Carlos apresenta os mesmos 200 m de gradiente topo-

gráfico distribuídos por 2,0 Km² de área, resultando em declividade média de 11,5°.

Método e estratégia de trabalho

Para aplicar a análise de magnitude e frequência aos eventos de movimentos de massa, foi feita uma adaptação da abordagem proposta por Ahnert (1987). O conceito de frequência tem-

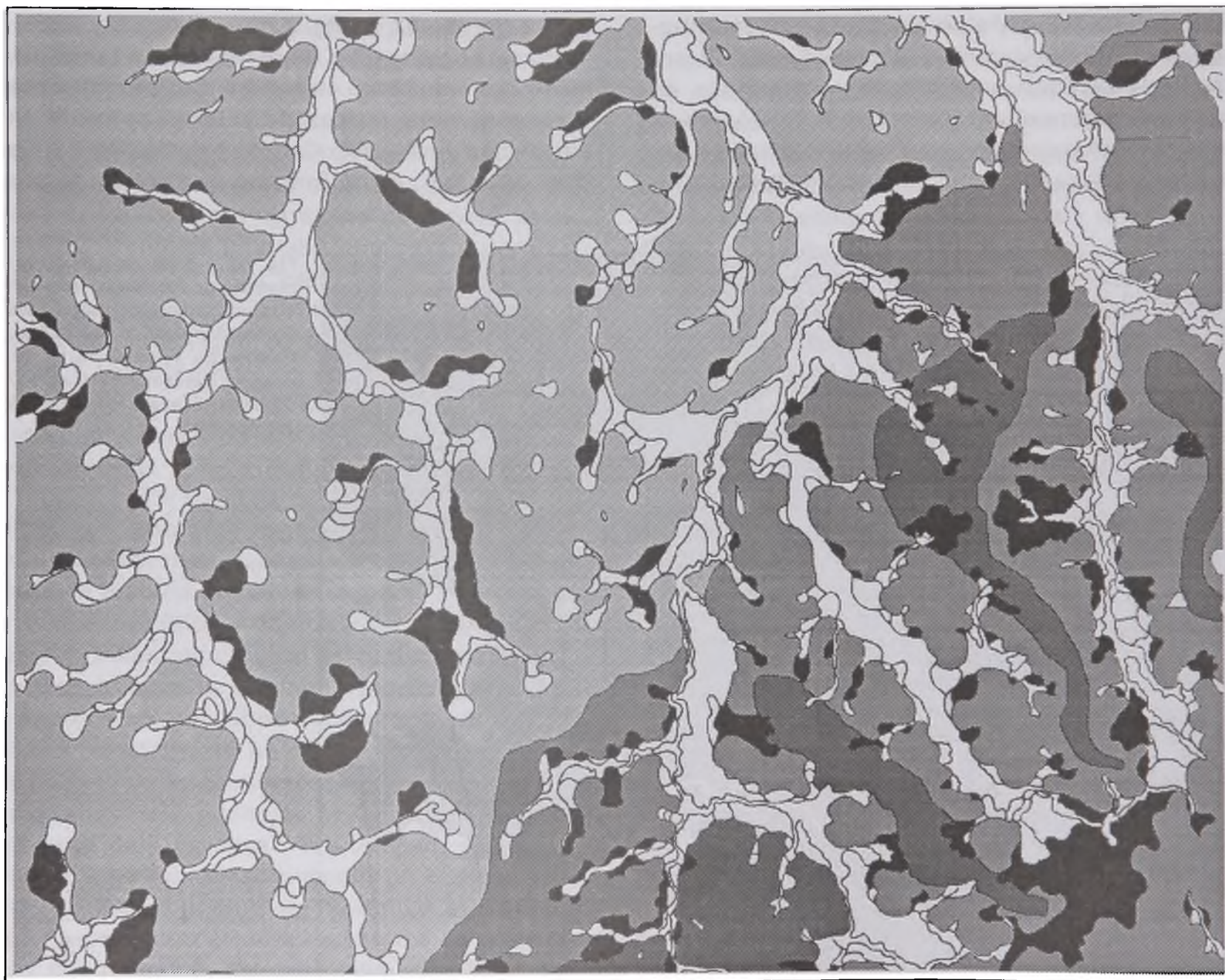


Fig. 02 – Material de origem e formações superficiais na área amostral Borba. Em branco, depósitos coluviais e aluviais quaternários; em cinza claro, depósitos terciários (Plioceno-Oligoceno) da bacia de Taubaté; em cinza intermediário, migmatitos estromatíticos e micaxistos (Proterozóico superior); em cinza escuro, granitos de textura fina (Proterozóico superior) e; em preto, depósitos de movimentos de massa rotacionais (escala aproximada 1: 70.000).

poral foi substituído pelo conceito de freqüência espacial de ocorrência (COLANGELO & CRUZ, 1997; CROZIER & GLADE, 1997). Deste modo, foi feita a identificação e a delimitação cartográfica tanto dos depósitos correlativos, como das respectivas superfícies de ruptura dos movimentos de massa, cujos limites morfológicos podem ser ainda hoje observados no terreno e nos modelos estereoscópicos montados a partir de fotografias aéreas verticais.

Ao contrário dos processos atuais de movimentos de massa, que podem ser monitorados no tempo e no espaço, tanto a partir das observações diretas de campo, como da que podemos fazer a partir de sensores remotos, a determinação temporal absoluta da ocorrência de eventos de movimentos de massa quaternários é impos-

sível, em áreas tropicais úmidas, na grande maioria dos casos. Por outro lado, as evidências de natureza morfológica e estratigráfica são relativamente simples de serem observadas. Não é possível estabelecer uma cronologia para a maior parte destes eventos por falta de indicadores; por esta razão adaptamos a abordagem de AHNERT (1987), estabelecendo o conceito de "freqüência espacial de ocorrência" e "intervalo de recorrência espacial". Conforme esta abordagem, foi utilizada a função semilogarítmica:

$$\text{Dep. ou DSc (m}^2\text{)} = A \cdot \text{Log(SRI)} + Y \quad (1)$$

$$\text{Dep. ou DSc (m}^2\text{)} = A \cdot \text{Log e} \cdot \text{Ln(SRI)} + Y \quad (2)$$

$$\text{Dep. ou DSc (m}^2\text{)} = Dm \cdot \text{Ln(SRI)} + Y \quad (3)$$

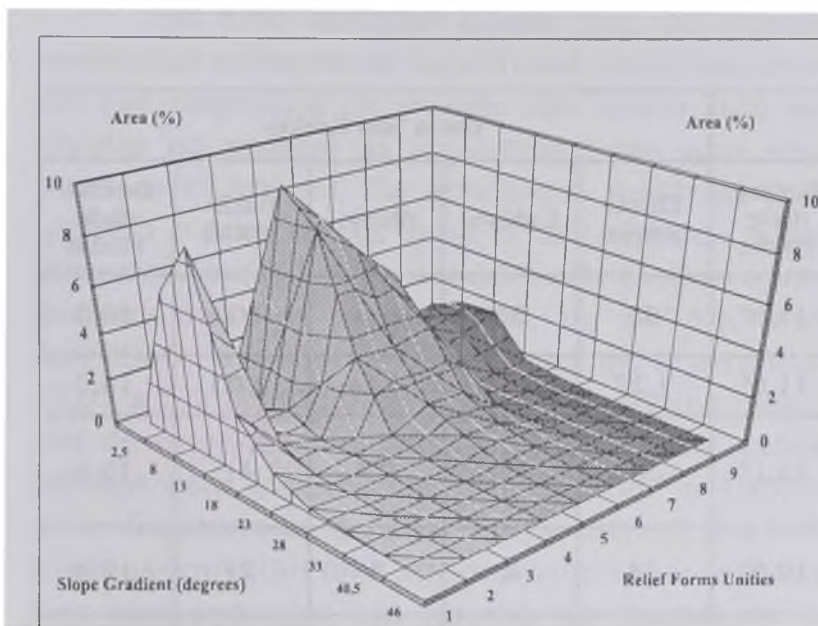


Fig. 03 - Bacia São José (4,5 Km²) - Distribuição em área dos "Tipos de Unidades Geométricas de Formas de Relevo" (1 a 9) por classe de declividades. Os tipos de unidades de formas de relevo são definidos segundo a sua geometria e hidrodinâmica de superfície (perfil e planta = tipo de fluxo associado): 1 (convexo-convexo = hiperdispersor); 2 (convexo-retilíneo = mesodispersor longitudinal); 3 (convexo-côncavo = hipodispersor); 4 (retilíneo-convexo = mesodispersor radial); 5 (retilíneo-retilíneo = fluxo neutro); 6 (retilíneo-côncavo = mesoconcentrador radial); 7 (côncavo-convexo = hipoconcentrador); 8 (côncavo-retilíneo = mesoconcentrador longitudinal), e; 9 (côncavo-côncavo = hiperconcentrador). Domínios hidrodinâmicos: dispersão (unidades 1, 2, 3 e 4), neutro (unidade 5) e concentração (unidade 6, 7, 8 e 9). Tipos de perfil de encosta: convexo (unidades 1, 2 e 3), retilíneo (unidades 4, 5 e 6) e côncavo (unidades 7, 8 e 9).

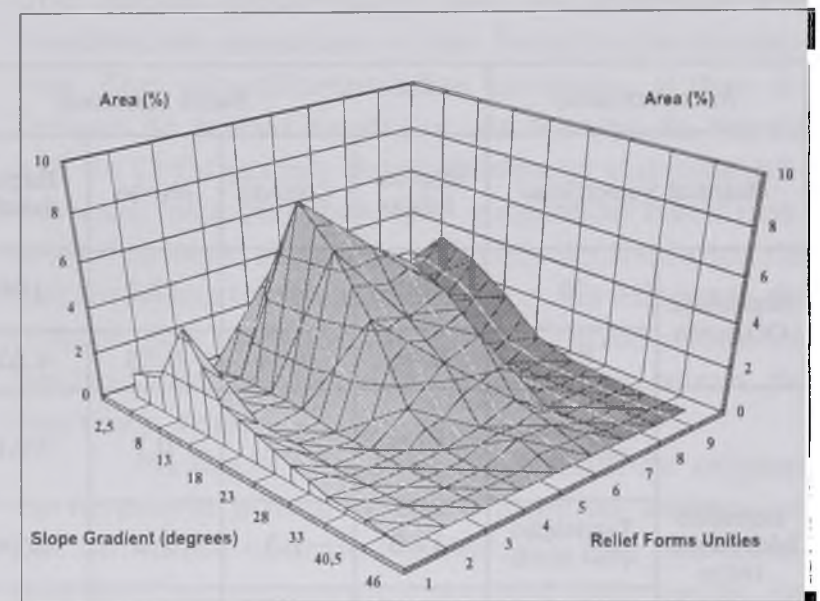


Fig. 04 - Bacia São Carlos (2,0 Km²) - Bacia São José- Distribuição em área dos "Tipos de Unidades Geométricas de Formas de Relevo" (1 a 9) por classe de declividades. Os tipos de unidades de formas de relevo são definidos segundo a sua geometria e hidrodinâmica de superfície (perfil e planta = tipo de fluxo associado): 1 (convexo-convexo = hiperdispersor); 2 (convexo-retilíneo = mesodispersor longitudinal); 3 (convexo-côncavo = hipodispersor); 4 (retilíneo-convexo = mesodispersor radial); 5 (retilíneo-retilíneo = fluxo neutro); 6 (retilíneo-côncavo = mesoconcentrador radial); 7 (côncavo-convexo = hipoconcentrador); 8 (côncavo-retilíneo = mesoconcentrador longitudinal), e; 9 (côncavo-côncavo = hiperconcentrador). Domínios hidrodinâmicos: dispersão (unidades 1, 2, 3 e 4), neutro (unidade 5) e concentração (unidade 6, 7, 8 e 9). Tipos de perfil de encosta: convexo (unidades 1, 2 e 3), retilíneo (unidades 4, 5 e 6) e côncavo (unidades 7, 8 e 9).

Being:

Dep. = Slump Deposits (m^2)
 DSc = Slump Deposits + Scars (m^2)
 A = event with $SRI=10Km^2$ minus $SRI=1Km^2$
 SRI = Spatial Recurrence Interval (Km^2)
 Y = Magnitude of deposit with a $SRI=1Km^2$
 Dm = Dominant Event (m^2) = A Log e
 $1/SRI$ = Frequency = (Events/ Km^2)
 Magnitude x Frequency = (m^2/Km^2)

$$SRI = (N + 1)/m \quad (4)$$

Being:

N = extension of sampling universe (Km^2)
 m = order number of the items arranged in descending magnitude.

A equação 3 (DE PLOEY, KIRBY & AHNERT, 1991), proveniente da equação 1 originalmente apresentada por AHNERT (1987), é de grande utilidade porque exhibe diretamente o valor do evento dominante. O evento dominante é aquele que contribui com o maior valor de superfície escorregada para cada Km^2 de terreno, ou seja: é o que apresenta a melhor relação entre magnitude e frequência de todo o universo amostral considerado. O "Spatial Recurrence Interval" (SRI) é determinado segundo a clássica equação de WIEBULL (1943), apud CHOW (1964). A técnica de foto-interpretação foi imprescindível para a realização deste trabalho. A delimitação dos depósitos e das scars, bem como a identificação de suas morfologias foram elementos fundamentais, sem os quais não seria possível realizar este trabalho.

Área Amostral		Bacia São José					Bacia São Carlos				
Material Superficial		Elúvio Ilúvio	Colúvio	Alúvio	Bacia (total)	Declividade Média	Elúvio Ilúvio	Colúvio	Alúvio	Bacia (total)	Declividade Média
Superfície Ocupada	%	76,5	11,3	12,2	100	11,5°	63	30	7	100	16,0
	Km	3,46	0,51	0,55	4,52	11,5°	1,27	0,62	0,14	2,03	16,0
Dominio Hidrodinâmico	Dispersão (% - área)	44,5	4,5	0,1	49,1	11,1°	33	7,5	0,5	41	15,0
	Transição (% - área)	14,3	1,3	7,8	23,4	10,5°	14	2	5	21	17,4
	Concentração (% - área)	17,8	5,5	4,2	27,5	12,3°	16	20	2	38	16,3
Perfil de Encosta	Convexo (% - área)	44,6	4,5	0,2	49,3	12,1°	14	1	0	15	13,8
	Retilíneo (% - área)	14,3	1,2	7,9	23,4	11,6°	46	14	5	65	17,8
	Côncavo (% - área)	17,8	5,5	4,0	27,3	9,9°	3	15	2	20	11,8
Declividade Média (° - graus)		12,8	9,7	4,9	11,5	11,5	18,8	12,4	6,8	16,0	16,0

Tab. 01 - Bacias São José (4,5 Km^2) e São Carlos (2,0 Km^2) - Distribuição em área das formações superficiais (elúvios, colúvios e alúvios), nos três domínios hidrodinâmicos principais.

A magnitude-freqüência dos movimentos de massa nas áreas amostrais

Nos trópicos úmidos os processos de movimentos de massa induzidos por eventos de chuva fazem parte integrante da dinâmica original dos geossistemas. Para este trabalho foram analisados em detalhe 148 movimentos de massa, distribuídos da seguinte maneira: 46 na área amostral Borba, 41 na área São José e 61 na área São Carlos. Foram considerados não apenas os depósitos, mas também as cicatrizes vinculadas aos movimentos de massa. Considerando todas as áreas amostrais, os registros das superfícies afetadas por estes eventos apresentam valores entre 58.125m^2 e 1250m^2 , com respectivos intervalos de recorrência espacial de $13,4\text{ km}^2$ e $0,235\text{ km}^2$.

Na área amostral Borba (Fig. 02) foram analisadas somente as superfícies correspondentes aos depósitos de slump, não tendo sido incluídas na análise as superfícies das suas respectivas cicatrizes. Os resultados mostram que quando o material de origem corresponde a sedimentos terciários, os depósitos de Slumps apresentam maiores magnitudes, de 1875m^2 até 58125m^2 , e menores freqüências de ocorrência ($0,07$ a $3,2$ eventos/ Km^2) do que quando o material de origem corresponde a migmatitos, estes últimos com magnitudes entre 1875m^2 e 19375 m^2 e freqüências de ocorrência entre $0,2$ a $6,4$ eventos/ km^2 . Um fato interessante é que, apesar das discrepâncias em termos de magnitude e freqüência, os totais percentuais atingidos pelas superfícies escorregadas nas duas unidades litológicas apresentam valores estatisticamente próximos $4,2\%$ e $3,3\%$ (Figs.05 e 06 e Tab. 02).

Nas duas litologias os eventos dominantes, apesar de serem muito diferentes em extensão produzem, quando multiplicados por suas freqüências espaciais produzem totais estatísticos de superfície de escorregamentos relativamente próximos (16118m^2 e 19677km^2). Isto nos faz levantar a hipótese de haver um possível controle climático sobre o parâmetro "produção de

totais de superfícies escorregadas" Para que isto ocorra, deve haver um mecanismo de compensação que atua associado às formas do relevo, o qual determina as distribuições de magnitudes e freqüências das cicatrizes e depósitos de movimentos de massa. Isto porque, a maior ou menor densidade de drenagem fluvial e interfluvial numa determinada área é, antes de tudo, controlada pela densidade e disposição das redes das estruturas litológicas e tectônicas. A distância que separa canais fluvias, bem como as amplitudes topográficas, comprimento e declividade de encosta são variáveis preferencialmente controladas por fatores estruturais. A maior ou menor umidade climática parece estar atuando principalmente sobre aqueles totais de superfícies escorregadas acima referidos e não sobre a distribuição de magnitudes e freqüências. Devemos lembrar que as freqüências a que nos referimos são freqüências espaciais e não freqüências temporais. Elas são diferenciadas conforme o tipo de formas de relevo existente. As formas do relevo são de Colinas com declividades de encosta moderadas, nos terrenos com depósitos terciários, e de morros e serras com fortes declividades de encosta, nos terrenos cristalinos. As encostas de colinas são mais longas e apresentam menores declividades que as das unidades de relevo de morros e serras.

Na Bacia São José o material de origem corresponde a migmatitos e granitos separados por um nítido contato litológico, o que fica refletido no comportamento bimodal das curvas de magnitude - freqüência. Os movimentos de massa são, em geral, menos freqüentes sobre granitos porque ele é isotrópico, o que não favorece o desenvolvimento de superfícies de ruptura (Colangelo, 1995). As declividades na bacia São José ($11,5^\circ$ média) são bem menores que na bacia São Carlos (16° em média, Tab. 01), o que está de acordo com os percentuais de superfícies escorregadas: respectivamente $8,2\%$ e 20% . Nas figuras nº 05 e 06 as regiões entre os pares de curvas, de cada área amostral, correspondem às superfícies das cicatrizes expostas pelos escor-

Fig. 05 - Magnitude-Freqüência espacial dos depósitos de "slump" nas áreas amostrais Borba (linhas grossas), São José e São Carlos. Na área amostral Borba pode-se observar a diferença na distribuição de magnitude-freqüência, sobre material de origem sedimentar (Terciário) e sobre migmatitos.

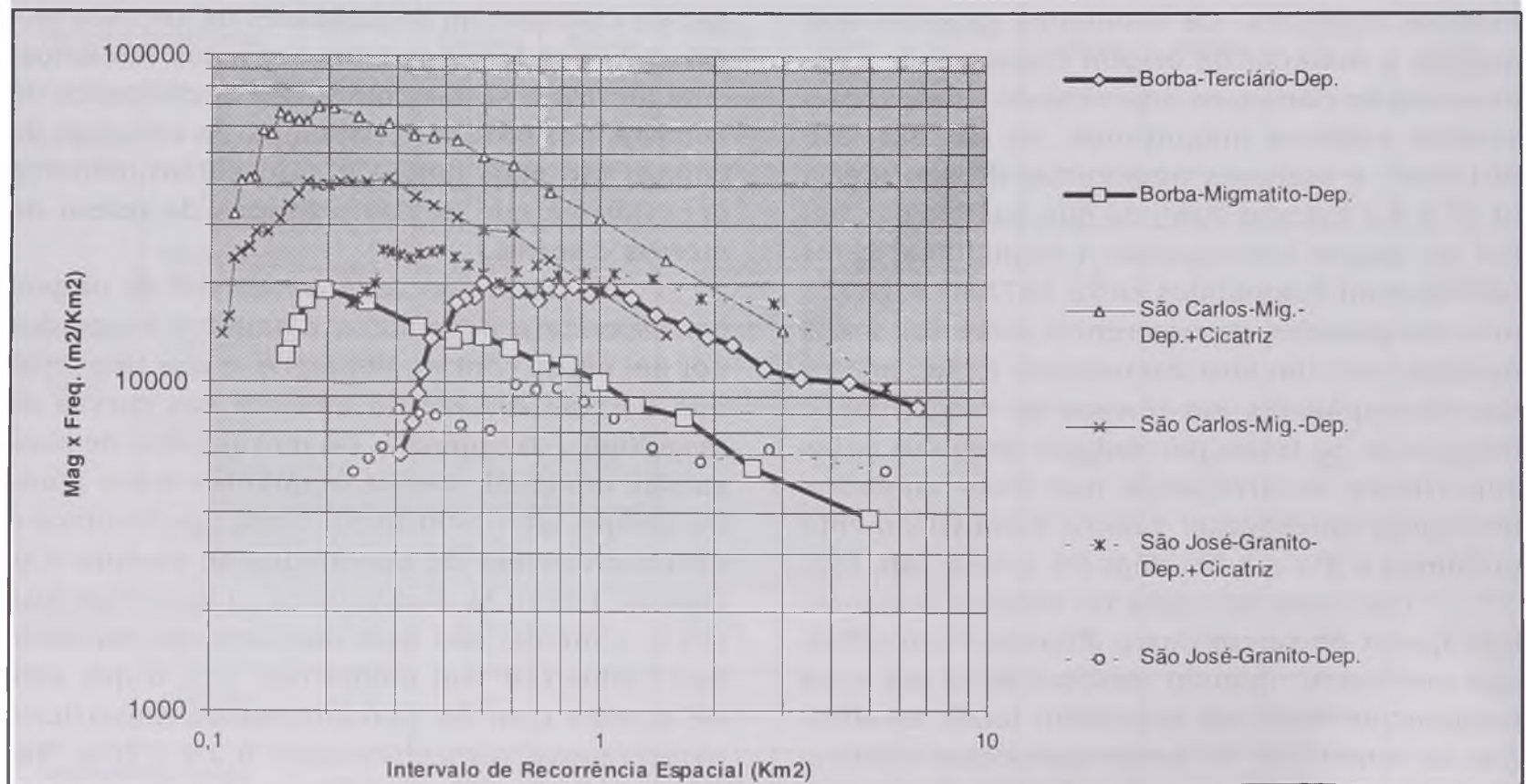
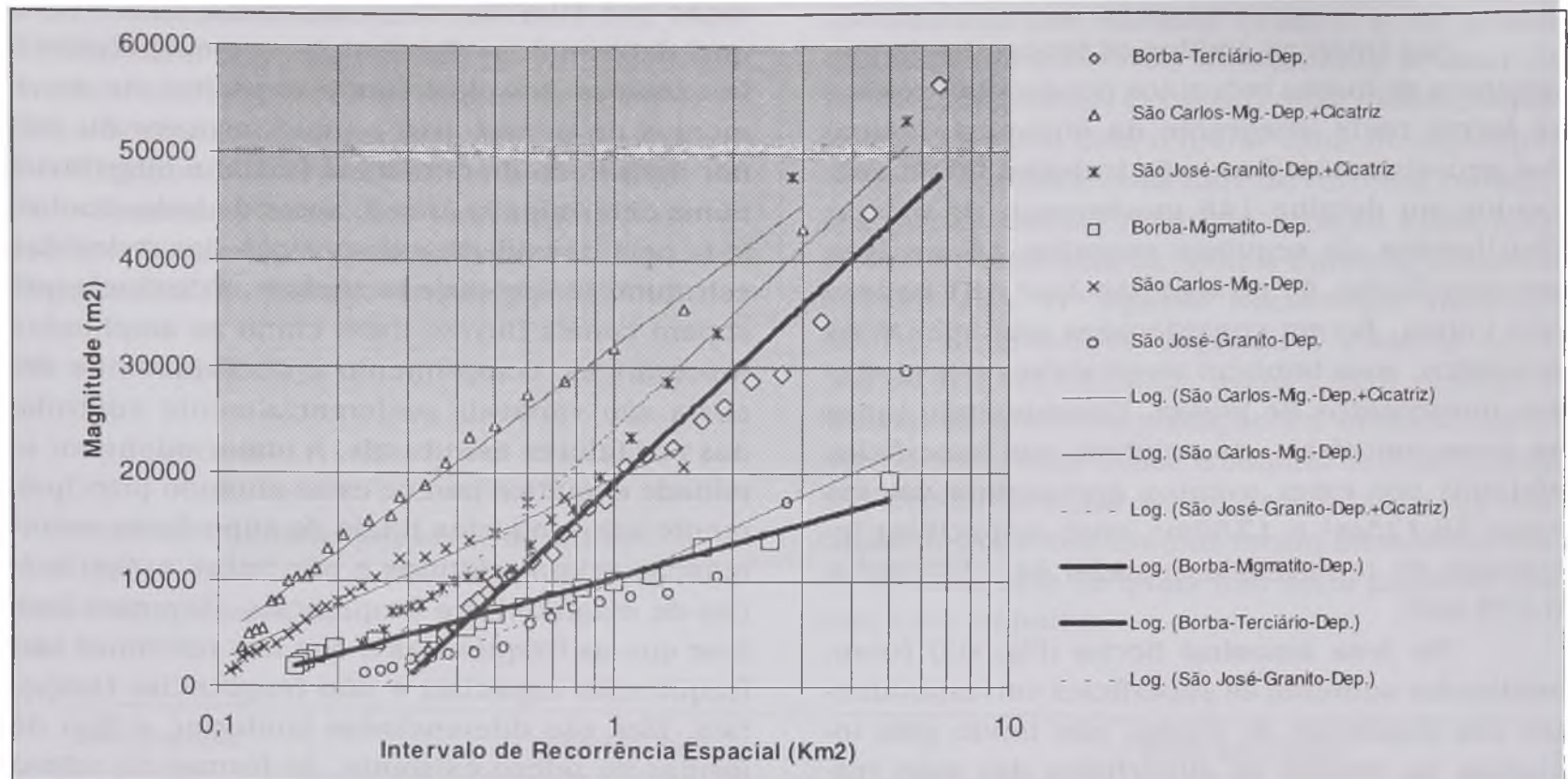


Fig. 06 - Magnitude multiplicada pela Freqüência espacial dos depósitos de "slump" nas áreas amostrais Borba (linhas grossas), São José e São Carlos. Na área amostral Borba pode-se observar a diferença na distribuição de magnitude-freqüência, sobre material de origem sedimentar (Terciário) e sobre migmatitos.

regamentos. É importante notar que na área São Carlos as cicatrizes são muito mais expressivas em consequência das maiores declividades do terreno. O embasamento granítico não favorece a ocorrência de eventos de movimentos de massa, sendo que nos trópicos úmidos condiciona a ocorrência de perfis convexos e conseqüente dispersão hídrica nas encostas (49,3 % da bacia, Tab. 01). Nesta área os depósitos de colúvios ocupam 11,3 % da superfície do terreno.

A bacia São Carlos, sobre migmatitos xistosos tem o relevo fortemente controlado por estruturas litológicas e tectônicas. Esta área apresenta as mais elevadas médias de declividades nas encostas principalmente nas porções com perfil retilíneo, que ocupam 65% da superfície, com 17,8° de declividade média. Ela pertence a

uma unidade de relevo escarpada, tendo 30% da superfície da bacia ocupada por coberturas quaternárias colúvias e só 7% por depósitos fluviais (Tab. 01). Nas figuras 05 e 06 foram confrontados os resultados do comportamento, em termos de magnitudes e freqüências, das superfícies dos depósitos de slumps e destas acrescidas das superfícies das cicatrizes.

Os eventos dominantes

Se observarmos os números sublinhados nas equações abaixo relacionadas, veremos que os eventos dominantes de movimentos de massa não apresentam superfícies muito extensas. Porém, tais valores quando multiplicadas pelas suas respectivas freqüências de ocorrência repre-

Área Amostral		Superfície coberta e taxa de magnitude		Freqüência (eventos/ Km ²)		*Intervalo de Recorrência Espacial (Km ²)		Event-ocor com IRE* = 1Km ² (m ²)	Evento Dominante (melhor relação mag. X freq.)			
		Super. (%)	Min. Max. (m ²)	Valor Máx.	Valor Mín.	Valor Mín.	Valor Máx.		Mag. (m ²)	Freq. (Ev/m)	IRE* (Km ²)	Mag. X Freq. (m ² /km ²)
Área Borba Dep. Rotacional	Migmatitos	3,30	1875 19375	6,4	0,20	0,156	5,0	10315	4558	3,54	0,282	16118
	Dep Bacia Taub.	4,20	1875 58125	3,2	0,07	0,310	13,4	19106	15132	1,30	0,769	19677
Área São José Granit. Migm.	Dep.	2,72	1250 29750	4,4	0,18	0,235	5,5	9928	7467	1,39	0,719	10382
	Dep. e Cicatr.	8,20	4000 53000	4,3	0,18	0,230	5,5	24251	15448	1,77	0,566	27312
Área São Carlos Migm.	Dep.	15,3	1500 20750	9,3	0,33	0,107	1,5	19899	7705	4,87	0,205	37509
	Dep. e Cicatr.	20,0	3750 43000	8,7	0,33	0,115	3,0	31922	12022	5,23	0,191	62931

Tab. 02 – Área de cobertura, taxas de magnitude, freqüência espacial e intervalo de recorrência espacial (*IRE) dos depósitos e cicatrizes de movimentos de massa rotacionais ("slumps"), nas três áreas amostrais. Magnitude do evento de "slump" com intervalo de recorrência espacial (IRE) de 1 km² e parâmetros de magnitude-freqüência do evento de "slump" dominante. O evento dominante é aquele que apresenta a melhor relação de magnitude-freqüência. Eles correspondem aos topos das curvas apresentadas na Fig. 06

sentam superfícies bem mais extensas (Tab. 02). Estes eventos dominantes correspondem ao topo das curvas de distribuição de magnitude x frequência nas figuras 6 e 7

Área Amostral Borba:

Dep (m²) = 4558Ln SRI + 10315 (migmatitos)

Dep (m²) = 15132Ln SRI + 19106 (sedimentos terciários)

Área Bacia São José migmatitos e granitos:

Dep (m²) = 7467Ln SRI + 9928

DSc (m²) = 15448Ln SRI + 24251

Área Bacia São Carlos – migmatitos:

Dep (m²) = 7705Ln SRI + 19899

DSc (m²) = 12022Ln SRI + 31922

Conclusões

A abordagem de magnitude e frequência permite lançar alguma luz sobre antigas questões geomorfológicas, tais como as que indagam sobre a validade das hipóteses da geomorfologia climática. A partir dos dados que dispomos podemos afirmar que o controle climático sobre a ocorrência de movimentos de massa é determinante sobre a magnitude da superfície total de

escorregamentos produzida. A distribuição das magnitudes e frequências é controlada principalmente por fatores estruturais, de origem litológica ou tectônica (falhas, dobras e diáclases).

As fortes declividades da área São Carlos (16°) são responsáveis pela produção de extensas superfícies de ruptura de slumps (20%, Tab. 02) e de coluviais (30%, Tab. 02). Na área São José o average slope gradient cai para 11,5° enquanto que as superfícies de ruptura representam 8,5% e os colúvies 11,3% da superfície total da bacia (Tab. 02; Figs. 05 e 06).

A existência de uma possível constante morfoclimática é uma hipótese válida e pode estar se manifestando como um mecanismo de compensação como o observado na área Borba, entre o comportamento de magnitude e frequência dos processos de slump sobre material de origem sedimentar (Terciário) e cristalino (Migmatitos Pré-cambriano). Sobre Migmatitos os processos são mais frequentes porém de magnitudes menores, enquanto que sobre sedimentos terciários eles são menos frequentes e com maiores magnitudes. Por esta razão, os totais de superfícies produzidos pelos escorregamentos nos dois casos são respectivamente 3,3% e 4,2%. Considerando as margens de erro aceitáveis para estudos desta natureza e mesmo variações produzidas pela atuação de alguma variável ainda não contemplada, podemos suspeitar que realmente o parâmetro climático pode determinar *ranges* de totais de superfícies produzidas, para um tipo específico de processo geomorfo-genético.

Bibliografia

- AB'SABER, A.N. 1966 O Domínio dos "Mares de Morros" *Geomorfologia*, São Paulo, IGEOG-USP, n° 2, 9p.
- AHNERT, F. 1987 An Approach to the Identification of Morphoclimates, in Gardner V., *International Geomorphology* 1986, pp. 159-188.

- ALMEIDA, F.F.M. 1964 Os Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista. In *Geologia do Estado de São Paulo*, Bol. Inst. Geograf. Geol., São Paulo, n° 41, pp. 169-263.
- CHOW, V. T. – 1964 – *Handbook of Applied Hydrology*, New York, McGraw-Hill, 1453p.
- COLANGELO, A. C. 1996 O modelo de Fei-

- ções Mínimas, ou das Unidades Elementares de Relevo: um suporte cartográfico para mapeamentos geoecológicos, *Revista do Departamento de Geografia n°10*, São Paulo, USP, pp. 29-40.
- COLANGELO, A. C. – 1997 – “Spatial Magnitude-frequency Index of Mass Movement Event Deposits in na Humid Tropical Pre-cambrian Plateau, and its Connection with MFI of Daily Rainfall: according to Ahnert’s approach” *Fourth International Conference on Geomorphology*, IAG, Bologna, Italia, p.124.
- CROZIER, M & GLADE, T. – 1997 – “Magnitude and Frequency of Landslide Events in New Zealand” *Fourth International Conference on Geomorphology*, IAG, Bologna, Italia, p. 130.
- CRUZ, O. 1974 A Serra do Mar e o Litoral na Área de Caraguatatuba-SP, *Teses e Monografias*, São Paulo. IG-USP, n° 11, 181p.
- DE PLOEY, J. KIRKBY, M. J. & AHNERT, F. – 1991 – Hillslope Erosion by Rainstorms – A Magnitude-Frequency Analysis, *Earth Surface Processes and Landforms*, vol. 16, pp. 399-409.



O ESPAÇO SOCIAL NA REDE URBANA DO RIO DE JANEIRO

Pedro Pinchas Geiger

RESUMO:

O presente estudo pretende trazer uma pequena contribuição ao conhecimento da geografia do estado do Rio de Janeiro e, simultaneamente, participar do reavivamento do debate sobre a utilização dos métodos quantitativos nos trabalhos de Geografia.

PALAVRAS-CHAVE:

Rede urbana, reavaliação de métodos quantitativos, Rio de Janeiro, espaço social

ABSTRACT:

The present work pretends to bring a little contribution to the knowledge of the geography of Rio de Janeiro (Brazil and simultaneously, to participate of the revival of the debate about the utilization of quantitative methods in geographic works.

KEY WORDS:

Urban networks, revaluation of quantitative methods, Rio de Janeiro, social space

I- Introdução

O presente estudo pretende trazer uma pequena contribuição ao conhecimento da geografia do estado do Rio de Janeiro e, simultaneamente, participar do reavivamento do debate sobre a utilização dos métodos quantitativos nos trabalhos de Geografia.

Uma primeira observação aponta para o fato de que a rede regional comandada pela metrópole 'carioca' se estende para além dos limites do estado do Rio de Janeiro, mas que as informações disponíveis limitaram o trabalho à área do estado fluminense. Uma segunda observação refere-se ao fato de que o trabalho, não apenas, se fundamenta unicamente sobre estatísticas do Censo Demográfico do IBGE, mas que se trata de estatísticas de 1991, muito tempo já tendo decorrido. Os dados se cingiram, portanto, a informações sobre as pessoas físicas, faltando as referências a estabelecimentos e insti-

tuições, que participam da constituição de um espaço social. Quanto à interpretação dos dados e de suas análises quantitativas, o presente trabalho não recorre propriamente a citações bibliográficas, utiliza-se a memória do conhecimento acumulado do autor.

A despeito de todos estes senões, julga-se válido tornar público o presente estudo. Apesar dele se restringir ao estado do Rio de Janeiro, o estudo cobre uma área de mais de 12.000.000 de habitantes, a mais urbanizada do país, e no interior da qual se dá a maior diferenciação interna da rede, quanto às categorias de cidades. Da metrópole aos grandes centros de caráter suburbano da região metropolitana; dos centros metropolitanos aos satélites industriais e de turismo; aos centros regionais e locais; de cidades das regiões mais industrializadas, às cidades das regiões mais rurais.

Quanto à data dos dados estatísticos, note-se, primeiro, que quanto a mudanças estrutu-

rais mais profundas, elas costumam tomar tempos mais longos, e segundo, que registros em momentos passados sempre servirão para comparações, com um passado mais remoto, ou com dados a serem levantados no futuro.

Quanto ao fato do trabalho se limitar a análises quantitativas, e apenas sobre dados das pessoas físicas, o argumento é de que o discurso que se seguirá seria como que uma parte de um diálogo, contínuo, sobre a rede urbana fluminense. A rigor nenhum trabalho pode abarcar a totalidade, eles são mais ou menos abrangentes. E não será o grau de abrangência de um trabalho o único critério para avaliar a sua utilidade. Faz-se necessário confrontar os resultados, entre si, e com outras fontes, para se avaliar a sua justeza, descobrir fatos, antes encobertos, e novas hipóteses, plausíveis.

Baseados nestas considerações, é que apresentamos o estudo a seguir. Ele compreende uma reflexão sobre a questão quantitativa e os métodos aplicados no presente trabalho, uma descrição do espaço social da rede urbana em pauta, segundo as fontes acima mencionadas, e um anexo sobre as variáveis empregadas.

II. Nota sobre a metodologia

A realização deste trabalho partiu de análises fatoriais aplicadas sobre dados do Censo Demográfico de 1991, como antes anunciado, e referentes ao sistema urbano fluminense.

O método da análise fatorial foi bastante difundido na Geografia brasileira, no início dos anos 70, os principais centros de sua aplicação tendo sido o Departamento de Geografia da UNESP em Rio Claro e o Departamento de Geografia do IBGE. Em resumo, consiste em analisar as associações de variáveis de um conjunto de lugares, ou seja, analisar uma matriz original de dados estatísticos, de modo que esta se transforme numa matriz de fatores, estes expressando os pesos das associações das variáveis com os mesmos. Estes fatores como que representassem processos. Segue-se a verificação da posi-

ção que os diversos lugares ocupam em cada fator e o agrupamento destes lugares pelas semelhanças quanto a estas posições ocupadas nos fatores.

A introdução desta metodologia, a partir dos Estados Unidos, gerou forte reação e acirrados confrontos, no meio acadêmico nacional. Reação que também foi observada no exterior, particularmente, na França e nos próprios Estados Unidos. Nos anos 80, a chamada 'revolução quantitativa' já se encontrava dissipada no Mundo inteiro, mas não, as análises estatísticas.

Que significa, pois, negar uma 'revolução quantitativa' e, ao mesmo tempo continuar praticando análises estatísticas, ou, quantitativas? Este fato, a continuidade na prática de análises quantitativas, convida a visitar o tema, quando já foi estabelecida uma razoável distância crítica das paixões que presidiram o debate no passado. As perguntas se referem:

ao porquê da falta de maior serenidade na discussão do problema nos anos 70;

e à crítica específica, ao modo pelo qual que a análise fatorial foi utilizada na Geografia.

A dimensão deste trabalho não permite entrar em explicações sobre o desenvolvimento da chamada Geografia quantitativa. Ficar-se-á, apenas, nos dois itens acima, e o porquê do retorno ao debate.

Diversas razões convergiram para que a discussão do tema fugisse da serenidade.

a) O Brasil se encontrava sob regime militar e praticando uma forma de planejamento autoritário, quando a Geografia quantitativa foi introduzida para servir a esta espécie de planejamento. O IBGE era explicitamente um órgão do sistema de planejamento nacional, associado ao IPEA, ambas partes do Ministério de Planejamento, ambas instituições que valorizavam os métodos quantitativos. Uma vez que haviam argumentos, válidos, de ordem epistemológica, para criticar um método que ignorava a natureza histórica dos processos, o lado político, de oposição ao regime, reforçou o ardor dos ataques ao método e ao IBGE, por geógrafos colocados no sistema

universitário. A falta de serenidade foi tal, que, apesar da Revista Polônica (a Polônia então era República Popular) ter sido um dos principais veículos da geografia quantitativa, do método ter sido largamente aplicado na antiga União Soviética, ele foi considerado como um instrumento... do imperialismo. Não custa acrescentar que, do outro lado, não faltaram apologistas dos novos métodos, querendo transformá-los nos únicos válidos, 'científicos' e que estavam sendo utilizados como instrumentos para obter hegemonias e poder.

b) A Geografia Quantitativa quebrava hierarquias, quando velhos mestres não tinham condições, nem de praticá-la, ou de explicá-la, e quando tentavam aprendê-la, eram bem mais lentos que os seus estudantes. Mesmo geógrafos que não eram íntimos com as questões epistemológicas se posicionaram ferozmente contra a Quantitativa.

c) Uma das contradições do governo militar foi a de que, após ter destruído setores acadêmicos universitários, contribuir, depois, para o renascimento da Universidade, a pós-graduação tendo sido instituída em todas as áreas do conhecimento. De certo modo, foram divididas as funções entre instituições localizadas, ou ligadas, a Ministérios, às quais caberia se restringir às pesquisas aplicadas, e a Universidade, destinada a ser o espaço mais amplo da pesquisa em geral. O conflito da 'quantitativa' se deu justamente quando a Universidade reiniciava o seu desenvolvimento. Consciente, ou inconscientemente, o ataque aos 'quantitativos' se confundia com o ataque ao IBGE, no processo da demolição de sua antiga posição hegemônica e na transferência do centro de poder na disciplina para a área acadêmica universitária.

Independente da análise geral sobre métodos quantitativos, cabe considerar formas sobre a sua aplicação na Geografia. Restringimo-nos a um exemplo, quanto à utilização da análise fatorial.

Este método fora desenvolvido particularmente na Psicologia. Por exemplo, tomava-se tur-

mas de alunos, verificava-se as notas distribuídas segundo diversas matérias, para tentar verificar fatores que subdividissem os alunos em grupamentos. Note-se que havia uma certa homogeneidade prévia no conjunto submetido à análise, pois que, turmas de alunos são relativamente homogêneas quanto à idade dos indivíduos. No entanto, no caso dos geógrafos, era comum realizarem análises de cidades em que participavam, do mesmo conjunto, uma cidade como Campinas e outras, como Itú ou, Bebedouro, quando não São Paulo. Resultados disparatados geravam o descrédito.

O autor, em outros trabalhos, através da prática, hoje chamada de desconstrução, apontara para a relação entre o desenvolvimento da 'quantitativa' e a seguida adesão de geógrafos quantitativos à epistemologia marxista. Pois que, foi através da 'quantitativa' que temas como o do empiricismo, do positivismo, do positivismo lógico, do racionalismo crítico, da economia neoclássica, e outros, passaram a ser debatidos na Geografia.

Em recente apresentação, na reunião anual da Associação dos Geógrafos Americanos realizada em 2000, em Pittsburgh, o Professor Eric Sheppard se referiu à necessidade de se superar o dualismo qualitativa/quantitativa, considerando uma variedade de argumentos, que incluíam os novos desenvolvimentos na linguagem quantitativa, como as das séries fluidas, que permitem lidar com as ambigüidades e heterogeneidades e descrever os objetos pertencendo simultaneamente a distintos grupamentos. Na medida em que a linguagem quantitativa tinha que atender a novas teorias, como as do caos e da complexidade, ela teve que passar ao discurso da indeterminação, da contingência, do desequilíbrio. De outro lado, as necessidades de dados exploratórios, e da descrição das desigualdades, para a geografia qualitativa, podem fazer da quantitativa um instrumento útil, sempre rejeitando a lógica da racionalidade instrumental enquanto colonização do mundo da vida, como afirmou Habermas.

É neste sentido, que se justifica continuar praticando, como no caso presente, método quantitativo, sem a veleidade de projeções para o futuro, dando-lhe um objetivo exploratório, e, principalmente, introduzindo a carga indutiva, pois que, o grupamento dos objetos da análise se fez, apenas, na base do conhecimento qualitativo acumulado. E, naturalmente, foi uma avaliação qualitativa positiva, o que comandou a decisão de publicar os resultados.

A análise fatorial pode ainda ser, não uma panacéia, mas um instrumento útil de trabalho exploratório, particularmente quando o número de lugares é muito grande e a pesquisa de campo impraticável num tempo previamente estabelecido. Associações inesperadas podem aparecer, apontando direções de pesquisa, antes não pensadas.

III. A aplicação do método

Tendo em vista os diferentes conteúdos das cidades fluminenses e as diferenças regionais de sua localização, fizeram-se 7 análises.

-A primeira tratou dos municípios que formam o anel metropolitano em torno da cidade do Rio de Janeiro. No anexo, o leitor encontrará, listados, estes municípios, devendo ser observado porém que, em 1991, diversos ainda não eram emancipados. O estudo trata do quadro administrativo existente em 1991.

A segunda análise foi realizada com o objetivo de avaliar as diferenças que ocorrem nos resultados, quando se junta ao conjunto dos municípios, a cidade do Rio de Janeiro.

A terceira, reúne os municípios dos centros urbanos de maior centralidade regional, cidades de 100.000 e mais habitantes, localizadas fora e dentro da Região Metropolitana, a saber, Barra Mansa, Campos, Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Terezópolis, Volta Redonda.

A quarta análise cuida de cidades de 25.000 a 100.000 habitantes, mas que se localizam no entorno imediato à Região Metropolita-

na, um território mais urbanizado, mais industrializado e de mais atividades turísticas, listadas no anexo.

A quinta análise fatorial reúne todos os municípios do Estado, de 25.000 a 100.000 habitantes.

- Segue-se uma análise dos municípios do Estado, cuja sede urbana apresentava população de até 25.000 habitantes, em 1991, e,

Finalmente, uma análise, dos municípios dos chamados Norte e Noroeste do Estado, todos estes municípios, encontrando-se listados no anexo.

Devido a um problema técnico, foram omitidos, no estudo, 2 municípios, Angra dos Reis e Parati.

Quanto às variáveis empregadas, elas se referem aos conjuntos de *população, ambiente habitacional, educação, renda, atividades econômicas e força-de-trabalho*. Participam também variáveis ditas de controle. Todas as variáveis, segundo seus grupamentos, podem ser encontradas no anexo.

Dado o volume do material, dispensou-se apresentar as matrizes de dados estatísticos, bem como, as tabelas com os resultados estatísticos das análises. Aos interessados que tiverem interesse de consultá-los, podemos fornecer estes dados, por solicitação. Referências serão feitas, naturalmente, aos resultados numéricos das análises, no transcorrer das descrições que se seguem.

IV. O espaço social na rede urbana fluminense

1) *A região metropolitana, com o Rio de Janeiro.*

O fator com maior poder de explicação, 40,4% da variância contida nos dados da matriz original, expressa, principalmente, a associação dos níveis de renda com os setores de atividade e com a escolaridade.

As variáveis sobre a renda familiar *per capita* associam a sua presença, com o peso de

0,91, no caso de 2 a 5 salários mínimos, e -0,83, no caso de mais de 10 salários, com a presença de atividades auxiliares da economia, -0,88, atividades nas empresas estatais, -0,88, nas chamadas 'outras' (que incluem as atividades financeiras) -0,88, nas atividades sociais -0,77 e no setor público, -0,71. Recorde-se que quanto mais próximo de 1,0, ou de -1,0, maior a importância da variável para aquele fator e, conseqüentemente, para a sua caracterização.

Esta associação também compreende as variáveis da renda pessoal, 3 a 5, -0,89, 5 a 10, -0,91, 10 a 20, -0,85, mais de 20, -0,83.

Quanto ao nível de escolaridade, o número com grau secundário atinge peso -0,93, terceiro grau, -0,86, mestres e doutores, -0,82.

Este primeiro fator, portanto expõe a presença de uma camada composta dos setores mais ricos da população e de setores superiores da classe média, as atividades em que atuam e seu nível educacional. De um lado, desponta o setor de atividades terciárias superiores; de outro lado, o papel das estatais (algumas privatizadas após 1991) e do setor público.

A presença da mulher associa-se de forma significativa, -0,75, assim como a dos idosos, a população com 65 anos, ou mais, comparece com -0,77. A densidade pessoas por dormitório e valor 1, atinge o peso -0,68. Este peso não é maior, certamente, porque maior número de pessoas que moram só pertencem à população da baixa renda. O acesso à rede geral de esgoto tem peso maior, -0,71 mas, não tanto quanto aos observados nas variáveis anteriores. É que o acesso aos bens de consumo coletivo não depende apenas das possibilidades financeiras das famílias, mas também da atuação da gestão pública.

Este quadro é confirmado neste mesmo fator, quando se olha para a sua outra extremidade, que contém as variáveis com os altos pesos de sinal positivo.

Rendas familiares *per capita* de até 0,5 salário, 0,90; de 0,5 a 1,0 salário, 0,80. Renda pessoal de 1 a 2 salários, 0,75.

A população que se associa a estes rendi-

mentos tem peso 0,86 quanto a menores de até 9 anos, morando em casas, 0,81, apenas com primário, 0,94, ocupados na construção civil, 0,61, 3 pessoas por dormitório, 0,67

A geografia desta região metropolitana mostra Rio de Janeiro e Niterói contendo maiores proporções de camadas mais ricas em suas respectivas populações. Como o Rio de Janeiro possui maior extensão territorial, seus enormes subúrbios de população pobre fazem com que sua nota, -1,90 seja inferior à de Niterói, -2,29. Os domicílios em aglomerações subnormais alcançavam 14,9%, no Rio de Janeiro, contra 5,6%, em Niterói. Além disso, Niterói vinha recebendo a afluência de migrantes da classe média, tendo apresentado número relativamente mais elevado de residentes com menos de 2 anos de presença no município, 2,13%. No Rio de Janeiro, apenas 1,01%. A percentagem de pessoas trabalhando no setor público e nas estatais em Niterói era, respectivamente de 10,2% e 2,5%, no Rio de Janeiro, 7,5% e 2%. Aposentados e pensionistas, em Niterói, 14% da população, no Rio, 12%. No entanto, o acesso a água e esgoto era maior no Rio, 95% e 70% dos domicílios, contra 74% e 64%.

No anel metropolitano, o território exíguo de Nilópolis o preservou de maior favelização, permitindo-lhe a terceira nota, de -0,63.

O restante da massa urbana coalescente em torno do Rio de Janeiro e Niterói, constituída por São Gonçalo, São João do Meriti, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, e mais Paracambi, estes municípios (malha de 1991) possuíam nota em torno de 0,0.

No anel externo metropolitano, ainda com amplos espaços vazios, os municípios tem proporções de populações pobres ainda maiores, bem como, de imigrantes recentes. Os moradores com menos de 2 anos de residência eram 4,09% da população total em Itaboraí, 2,72 em Magé, 4,69 em Mangaratiba, 5,76 em Maricá, e 3,13 em Itaguaí. As notas destes municípios, no primeiro fator, variam de 0,60, em Itaguaí e 1,19 em Itaboraí.

O *segundo fator*, com 20,8% da explicação, relaciona a dimensão da urbanização com a industrialização. Note-se que o afirmado não é que onde há mais população urbana há mais atividade industrial, pois que, os que trabalham na indústria podem fazê-lo em outro município. O que a análise diz é que crescendo o grau de urbanização de um município, também cresce o número de ocupados na indústria. A variável população ocupada na indústria tem peso -0,78, neste fator, e o grau de urbanização, -0,75.

O fator diz mais, que quanto maior o grau da urbanização, maior a dimensão que vão tomar os empregados do setor privado. Note-se que a variável diz respeito à posição de empregado, na ocupação de empresas privadas. Vale dizer, com o grau da urbanização havia maior número de empregos nas empresas privadas, -0,87. empregados no comércio, -0,68, nos transportes e comunicações, -0,65.

No entanto, nos locais mais urbanizados, também crescia a proporção dos desempregados que já haviam trabalhado anteriormente, -0,59. Neles também, é maior a proporção de domicílios alugados, -0,70, e os ligados à rede geral de água, -0,64.

No pólo oposto do fator, lê-se que, de um lado, os locais menos urbanizados, dispendo de mais espaços vazios, certamente mais baratos, atraem mais migrantes. Os moradores com menos de 2 anos de presença comparecem com 0,66 e a maioria, provavelmente vai trabalhar nos municípios maiores. Por outro lado, sendo menos dinâmicos, estes locais menos urbanizados, apresentam mais idosos, pessoas com 65 anos e mais, 0,52 e mais empregadas domésticas 0,75.

Na geografia deste fator, um extremo será ocupado pelos municípios do anel metropolitano mais urbanizados: São João do Mirim, nota 1,5; Duque de Caxias, -1,2; Nova Iguaçu, -0,98; Nilópolis, -0,78; São Gonçalo, -0,73. Neles habitam empregados da indústria, do comércio, dos serviços, a proporção dos servidores públicos, ou de empregados das estatais, sendo bem menor, quando comparado ao Rio ou à Niterói. No extre-

mo oposto, Maricá, 1,76 e Mangaratiba, 1,69. Neste fator, a nota de Niterói é 1,1 e a do Rio, 0,12.

O *terceiro fator*, 10,9 % da explicação, apresenta interessantes aspectos referentes à composição populacional dos domicílios e que apontam para problemas sociais específicos. Associam-se a famílias unicelulares, 0,83, os aposentados, 0,80, e pessoas sem trabalhar, 0,74. Por outro lado, pessoas ocupadas em serviços, -0,71, que trabalham por conta própria, -0,65, e empregadas domésticas estão associadas a famílias compostas, -0,62.

Paracambi, centro do anel externo metropolitano, distante do Rio, já na borda da serra do Mar, é um grande centro de aposentados, e sua nota é 3,2. Sua economia girou em torno de uma antiga tecelagem, cuja modernização foi dispensando mão-de-obra.

Mais uma vez a periferia metropolitana se divide, regra geral, os municípios mais distantes com as notas positivas, Magé 0,36, Itaguaí 0,22, os mais próximos e densos, com as notas negativas: São Gonçalo -0,17. Nova Iguaçu, 0,51, Duque de Caxias -0,68. Rio de Janeiro e Niterói se posicionam na faixa intermediária.

2) A região metropolitana sem o Rio de Janeiro.

Retirando-se a cidade do Rio de Janeiro da análise, pouca alteração é observada. Isto se deve porque os grandes subúrbios da cidade, na sua parte oeste, pouco diferem, socialmente, dos municípios metropolitanos mais próximos. No primeiro fator, pessoas com 65 anos e mais, de idade, pesa -0,72 quando na análise anterior alcançava -0,77; declina o peso da variável ligações à rede geral de esgotos, de -0,71, para -0,60. No segundo fator, aumenta o peso da variável domicílios alugados, de -0,70, para -0,75, sugerindo que os empregados nas diversas ocupações têm menos acesso à casa própria na periferia, em comparação com o centro metropolitano. A presença de pessoas com menos de 2 anos de residência no município se eleva de 0,66 para 0,74.

A estrutura dos fatores e a sua geografia é praticamente a mesma.

3) As cidades médias, ou, de 100.000 habitantes e mais.

O *primeiro fator*, com 37,95% de explicação, apresenta semelhanças com o observado nas duas análises anteriores. Existem, porém, algumas diferenças significativas.

Uma delas, é a ausência da variável empregados no setor estatal, uma vez que diversas destas cidades se encontravam distantes de empresas desta categoria. Outra, se refere à ausência da variável domicílios ligados à rede de saneamento, uma vez que a oferta deste serviço varia entre as cidades da análise.

Uma diferença importante consiste no fato de que nas cidades médias existe uma relação mais estreita entre níveis de renda, escolaridade e composição familiar. Com efeito, neste conjunto urbano, o primeiro fator também compreende família composta, -0,87 e família unicelular, -0,80. Na região metropolitana, famílias unipessoais também apresentam setores de bons rendimentos, de modo que a condição familiar deixa de influir. Nas cidades médias, a condição de aposentado também não era indício de pobreza, a variável comparava com -0,77

A melhor cidade no primeiro fator, distante, era Niterói, nota -2,56. Seguiam-lhe: Volta Redonda, -0,34, Nova Friburgo -0,20 e Petrópolis 0,04. Outro conjunto compreende maiores setores de população pobre, Barra Mansa, 0,47 Terezópolis, 0,52, e Campos, 0,54. As piores notas ficaram com os centros da região metropolitana, Duque de Caxias, 0,72 e Nova Iguaçu, 0,87

O *segundo fator*, 22% da explicação, apresenta uma inversão muito interessante, em relação ao que foi observado na região metropolitana. Lá, a presença de migrantes recentes se associava a graus menos elevados da urbanização, os migrantes iam ocupar os espaços vazios da região e eventualmente, trabalhar em municípios contíguos. Aqui, os espaços vazios serão os dos próprios municípios das cidades médias, que

não são contíguos uns aos outros. De modo que, o que vai contar, é o grau de dinamismo do próprio município que, regra geral, coincide com o seu grau de urbanização. Assim, grau de urbanização tem peso 0,86, migrantes recentes, 0,62, e naturais do municípios, -0,83, no pólo oposto.

Outros fatos novos são a associação das variáveis estudantes, 0,69, assim como, a de domicílios alugados, 0,72 ao grau da urbanização dos municípios das cidades médias. Naquelas onde houvesse ainda alguma presença rural, ou seja, onde o grau de urbanização fosse menor, havia mais desemprego, -0,63, mais ocupados por conta própria, -0,66 e, naturalmente, mais ocupados na agricultura, -0,84. No entanto, é nos mais urbanizados que a procura de emprego foi maior. Dos que nunca trabalharam, 0,78, dos que já trabalharam 0,84.

Assim, a presença de importante setor rural vai diferenciar os municípios.

De um lado se tem Terezópolis, -1,48, Campos, -1,28, Nova Friburgo, -0,72, e Petrópolis, -0,61. No extremo oposto, o centro industrial de Volta Redonda, 1,16 com a cidade conurbada de Barra Mansa, 0,73, seguidos pelos centros metropolitanos de Duque de Caxias 1,04 e Nova Iguaçu 1,03.

O *terceiro fator*, 11,2% da explicação, associa salários de até 1 mínimo, -0,64, e desemprego, -0,65, a volantes agrícolas, -0,72, e 'outras atividades' -0,73, (no caso, terciário inferior). Na outra ponta, com sinais positivos, figuram, 2 a 3 salários de rendimento, 0,51, indústria da construção 0,60, serviços, 0,66 e setor privado 0,68. Ou seja, este fator nos mostra que, no interior, o estrato de trabalho agrícola é o que apresenta os mais baixos níveis de rendimentos monetários, mesmo nos municípios de cidades médias, e que trabalhar em indústria de construção já é um degrau acima. Ao contrário do que se observa na região metropolitana, onde a construção forma no estrato mais baixo.

Campos, naturalmente, um município de grande extensão, com importante atividade açucareira, se encontra num extremo, com nota

-2,18, e Petrópolis, com seu setor industrial e de serviços desenvolvido, com muitas pequenas empresas privadas, tem a maior nota positiva, 1,11. Nova Friburgo tem 1,00.

Um *quarto fator* explica apenas 9,0% da variância, mas contém interessante dado. Ele associa pessoas ocupadas na indústria, 0,66, com famílias nucleares, 0,65. Resulta que este fator colocará, de um lado, o centro industrial de Volta Redonda, e de outro, centros de serviços e comércio, como Niterói e Nova Iguaçu.

De todas estas observações, é possível propor uma tipologia das cidades médias maiores do estado do Rio de Janeiro, formada por:

a) uma antiga capital estadual, Niterói, que pela antiga função e por servir de residência para importante setor de classe média que trabalha no Rio, atraiu atividades de comércio e serviços que a tornaram a cidade com setor de classe média proporcionalmente mais elevado;

b) cidades que pertencem à região metropolitana, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, as de maior dimensão, depois do Rio de Janeiro. A primeira mais industrial, local da refinaria de mesmo nome, a segunda mais comercial. Embora reúnam grandes massas pobres, a dimensão e a posição, vem contribuindo para tornar a Baixada Fluminense a principal região dos atuais investimentos, em comércio e indústria;

c) cidades mais interioranas, que se destacam pelo papel das atividades industriais, como Volta Redonda e/ou por importante setor de classe média e atividades de turismo, como Petrópolis e Novo Friburgo, embora muito diferenciadas, a primeira das outras duas, quanto aos produtos e a estrutura empresarial; Terezópolis poderia ser acrescida pela atividade de turismo, que como nas outras, estimula a construção civil. Também Barra Mansa pode ser acrescida, dada a sua conurbação com Volta Redonda.

d) Campos, com a sua importante população agrícola, na área canavieira, é um tipo à parte, mais distante da região metropolitana, mais isolado.

4) As cidades do entorno metropolitano, de 25.000 a 100.000 habitantes.

Neste conjunto, a explicação do *primeiro fator* cai para 28,1%, uma vez que as associações entre níveis de renda e graus de escolaridade se reduzem. Por exemplo, instrução de 3° grau, que comparecera com -0,93, nas cidades de 100.000 e mais habitantes, agora figura com 0,80, o que tem a ver com o perfil das atividades. Com efeito, a composição do fator apresenta algumas mudanças. Não possuem peso mais significativo as variáveis referentes a atividades auxiliares da economia, 'outras' atividades e funcionários públicos. A análise não diz que haja poucos funcionários; o que ela afirma é que a função pública, no caso, da gestão municipal, não oferece elevado número de postos com proventos que coloquem os beneficiados entre os maiores rendimentos do município. Diz também, que o setor 'outras' atividades, certamente não inclui, em quantidade, setores como o financeiro, onde se podem encontrar rendimentos melhores. Por outro lado, pesam, neste sistema, o desenvolvimento do setor privado, -0,70, e a presença de atividades industriais, -0,72. Ou seja, enquanto na região metropolitana, ou nas grandes cidades médias, o pessoal ocupado na indústria não era o que, particularmente, partilhasse dos rendimentos mais elevados, nas cidades menores, isto acontece. Nestas cidades, então, um divisor será ter, pelo menos, o 1° grau, variável com peso 0,77. Nesta categoria urbana, também a variável 65 anos e mais de idade não figura, expressivamente no fator.

Tendo em vista o que acaba de ser exposto, Rezende, o grande centro industrial da empresa privada, no vale do Paraíba, apresenta a mais alta nota, -1,68. A região do vale continua presente com Barra do Piraí, -1,34, Valença, -0,89 e Três Rios, -0,65. Em seguida figuram Cabo Frio, -0,44, centro de turismo (atualmente certamente no grupo de cidades médias maiores) e o centro educacional e de turismo, Vassouras, -0,18.

Numa situação intermediária, São Pedro de Aldeia, 0,73, Rio Bonito, 0,37. Paraíba do Sul,

0,11. No pólo oposto, Saquarema, 1,50, Araruama, 1,15, na região dos Lagos, e Cachoeiras de Macacu, centro agrícola local, 1,33. Interessante observar a diferença entre Araruama e Saquarema, locais de turismo de casas secundárias, principalmente, de Cabo Frio, onde o turismo de passagem é muito intenso.

No segundo fator também se notam diferenças em relação ao que foi observado nas cidades maiores. O grau de urbanização, -0,64, nas grandes cidades, era acompanhado das variáveis pessoas ocupadas no setor de transportes e comunicações, número de estudantes, número de desempregados, aluguel de imóveis; no sistema em pauta, ele se acompanha de menores até 9 anos, -0,74, pessoas ocupadas em serviços, 0,74, em 'outras' atividades, -0,71, na construção civil, -0,66, e empregadores, -0,74.

Se o fator anterior revelava um *pólo de crescimento*, Rezende, associado à industrialização, agora é a vez de figurar, Cabo Frio, pólo associado ao desenvolvimento do turismo, nota -2,17. distante da segunda nota, de Saquarema, -0,94. O terceiro e quarto lugares são de Rezende e Pedro de Aldeia, por possuírem instalações militares.

No extremo do pólo oposto, centros locais de regiões agrícolas, Rio Bonito, 1,30, Paraíba do Sul, 1,14.

Em resumo, o sistema aponta:

Para um pólo de crescimento industrial, localizado no vale do Paraíba, Rezende, e que faz parte de uma região industrializada onde se encontram Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Pirai, Valença e outras menores.

- Para um outro pólo, de turismo, Cabo Frio, localizado na Região dos Lagos, na qual figuram São Pedro de Aldeia, Araruama, Saquarema.

Um conjunto de cidades, centros de antigas regiões agrícolas, numa faixa paralela à anterior, entre a costa e a serra, como Cachoeira de Macacu e Rio Bonito.

- Cidades no eixo Rio-Belo Horizonte, Três Rios e Paraíba do Sul.

5) *Todas as cidades do Estado, de 25.000 a 100.000 habitantes, menos os da Região Metropolitana.*

Ao serem acrescidos os municípios das regiões mais distantes e agrárias do Norte e Noroeste, ocorrem algumas modificações.

A entrada de cidades de regiões mais agrícolas e tradicionalistas, faz com que no 1º fator, 30,3% da explicação, a variável que indica a presença da mulher perca peso, na associação com níveis mais elevados de rendimentos e graus de instrução. Também a atividade industrial deixa de influir. No entanto, outras variáveis passam a participar expressivamente, num ou noutro pólo do fator. A variável referente ao grau da urbanização já comparece neste fator, -0,71, e não no segundo, como ocorria nas outras análises. Isto é, nos municípios de cidades menores, os rendimentos mais elevados se associam ao grau da urbanização, cuja variação aumentou com a entrada das áreas mais rurais. Pela ponta oposta do fator, nota-se que nos municípios mais agrícolas existam, naturalmente, mais gente ocupada na agricultura, 0,79, e mais idosos, 0,74, e a procura de emprego por quem já trabalhou, 0,65.

Logicamente, a distribuição geográfica mostra, na ponta de notas negativas, os centros mais dinâmicos da economia urbano-industrial, os mesmos da análise anterior: Rezende, -1,67 Cabo Frio, -1,24, Barra do Pirai, -1,20, Valença, -0,56 e Três Rios, -0,51. Contudo, a maior nota é de um centro que não se encontrava na relação anterior, Macaé, com -2,01, localizado a meio caminho do Rio de Janeiro para Campos. Este é o terceiro pólo de crescimento atual do Estado, montado sobre a economia petrolífera.

Na ponta oposta, cidades das regiões agrárias do Norte e Noroeste, São Fidelis, 1,61, Itaocara, 1,36, Santo Antônio de Pádua, 1,19, Bom Jesus de Itabapoama, 0,95. Depois de Macaé, a maior cidade desta categoria e situada no Norte e Noroeste, e também de maior centralidade, Itaperuna, ocupa posição intermediária no primeiro fator, entre centros mais ligados à econo-

mia industrial e centros mais ligados à economia agrária.

O 2º fator, 16,5% da explicação traz novidades interessantes. Ele expressa uma dinâmica de crescimento de cidades e, quando se verifica as notas dos lugares geográficos, percebe-se que ele se refere ao crescimento associado a turismo de fim de semana. As variáveis de peso significativo no fator são, construção civil, -0,84, migrantes com menos de 2 anos de residência, -0,70, empregadas domésticas, 0,88. Também comparecem, mais de 3 pessoas por dormitório -0,86 (influência das casas secundárias?), menores de até 9 anos de idades, -0,73.

Figuram Saquarema, -2,27 São Pedro de Aldeia, -1,63, Araruama, -1,43, Cabo Frio, -1,24, e Cachoeira de Macau, -1,15. Todas as outras cidades figuram no pólo oposto, com notas positivas.

6) *Cidades de até 25.000 habitantes, do entorno à região metropolitana.*

A análise mostra que o ambiente social varia com a dimensão das cidades.

De início, nota-se que, se o primeiro fator, 32,5% da explicação, continua apontando para a correlação níveis de renda/graus de instrução, contudo, esta só abrange, significativamente, rendimentos de 3 a 5 salários mínimos, 0,76.

Nos municípios com cidades deste estrato, a diferença fundamental, quanto aos rendimentos é a ocupação, em atividades não agrícolas, ou em atividades agrícolas. Na ponta de pesos com sinal positivo, do fator, figura o grau da urbanização, 0,74, mostrando que a presença de populações rurais no município influi para baixar os rendimentos. A presença da variável 'fonte de renda de imóveis alugados' 0,74, nos diz que, nas pequenas cidades, pertencer às camadas mais aquinhoadas pode significar dispor apenas de aluguel de algum imóvel. Os pesos de pessoal ocupado nas indústrias, mesmo a de construção, e no comércio são de sinal positivo. Também o dos aposentados. Do lado de sinal negativo, se localizam, ocupados na agropecu-

ária, -0,88, possuem apenas grau primário, 0,92, nativos do município -0,70, ganham apenas até 1/2 de salário mínimo, -0,90.

Verificando as notas, as maiores positivas se referem a centros de turismo de fim de semana, ou, de função industrial. Arraial do Cabo, 1,50, Miguel Pereira, 1,37 Mendes, 1,20, Piraí, 1,28, Cordeiro, 1,17 O pólo cimenteiro de Cantagalo aparece com 0,45. No extremo oposto figuram, tanto municípios dinâmicos de atividades agrícolas, Sumidouro, -1,40, e Silva Jardim, -1,30, como municípios pobres, como Trajano de Morais, -1,62 e Santa Maria Madalena, 1,40. No meio termo, se encontram municípios que se estendem pela bacia do Paraíba, de Rio das Flores, -0,01 a Carmo, 0,25, entre os quais, Sapucaia, 0,04, São José do Vale do Rio Preto, 0,40, centro agrícola dinâmico, Paty de Alferes, 0,42, produtor de tomates e centro turístico, Bom Jardim, -0,36, produtor de café e dormitório de Nova Friburgo.

O segundo fator, 10,6% da explicação associa ocupados em atividades sociais, 0,81, com ocupados no setor público, 0,80. O que está sendo sugerido é que nas pequenas cidades as funções sociais dependem do setor público, num grau não observado nas cidades maiores, pois que, nestas, o tamanho do mercado atrai o setor privado. Cordeiro, com 1,86 é um centro local de serviços. Municípios pouco dinâmicos, como São Sebastião do Alto, 1,21 e Santa Maria Madalena, 1,19, encontram em algumas atividades da área social pelo setor público, um suporte de sobrevivência.

O terceiro fator, 9,3% da explicação, também envia algumas novas informações. Opõe a variável ocupados no comércio, 0,54 à variável procuram trabalho, -0,51 e à variável não trabalham, -0,79. Isto é, nas pequenas cidades, o grau da ocupação depende de sua atividade de comércio, em primeiro lugar.

Locais mais isolados e pobres terão altas notas de sinal negativos: Rio das Flores -1,81, Eng. Paulo de Frontim -1,38, Rio Claro -1,04, Santa Maria Madalena, -0,91, São Sebastião do Alto,

-0,86. No pólo oposto, centros de comércio mais dinâmicos, mesmo de produtos agrícolas, compreendendo Sumidouro, 1,53, Cordeiro, 1,55, São João do Vale do Rio Preto, 1,20, Duas Barras, 1,28, Bom Jardim, 1,00 e outros.

Como se vê, os dois fatores acima qualificam, de modo geral, o papel de cada setor, o público e o privado, para as cidades de menor porte.

7. O sistema urbano no Norte e Noroeste do Estado.

Esta análise, como a primeira, que tratou da região metropolitana, se fixa num conjunto regional, tratando de todos os seus municípios.

O *primeiro fator*, explicativo de 33,5% da variância, continua associando rendimentos e educação. Porém, à diferença daquela região, o grau da urbanização não é uma característica de diferenciação, à parte, mas, já figura no primeiro fator, com 0,84.

Nesta região, a diferenciação, mais radical carregará também, para um pólo, as atividades do terciário comum, como o comércio, 0,74, o transporte e as comunicações, 0,70. Lembrese que, na região metropolitana, a diferenciação ficava por conta de atividades maior hierarquia, como serviços auxiliares da economia.

No pólo oposto, aparecem, naturalmente, pessoas ocupadas na agropecuária, -0,70, casas isoladas, -0,83, sabem apenas ler e escrever, -0,88, ou têm apenas o primário, -0,83, rendimento per capita até ½ salário -0,61 e naturais do município, -0,61.

Ou seja, no espaço agrário, as cidades se diferenciam arquitetonicamente, as que introduziram, ou não introduziram, o prédio de apartamentos, as que receberam, ou não, pessoas de outros municípios, em quantidade apreciável.

Macaé aparece, de longe, com a maior nota de sinal positivo, 2,78. A Petrobrás, nela presente, influi até que a variável pessoal ocupado em estatais figure com peso 0,65, no primeiro fator. Seguem-se Campos, 0,94, Itaperuna, 0,85 e outros centros de menor centralidade. No extremo oposto, São João da Barra, -1,57. Lajes

de Muriaé, -1,19, Cambucí, -0,99, Natividade, 0,71, seguindo-se centros em situação intermediária, como São Fidelis, -0,41, Itaocara, -0,11.

Emprego foi uma questão grave, há décadas, na região. O segundo fator, 16% da explicação, contém procurando emprego, 0,79, procurando emprego pela primeira vez, 0,70, sem trabalho, 0,72. No pólo oposto, empregados no setor público, -0,76, em atividades sociais, -0,67 famílias compostas, -0,76, presença de idades de 10 a 19 anos, -0,64. Como se nota, onde o setor público é mais forte, o desemprego é menor; nota-se também a maior evasão de jovens dos municípios em condições inferiores de emprego.

Aqui, portanto, a questão não é apenas de melhorar o rendimento, mas auferir de algum. Assim, este fator ainda compreende, no pólo mais favorável, rendimentos de até 1 salário, -0,81 e, de 1 a 2 salários, -0,70.

Olhando-se para a distribuição geográfica, Quissamã, antigo centro canavieiro, 2,36 de nota, e São João da Barra, 1,59, ocupam as piores posições.

Curiosamente as melhores notas não são de Macaé, 0,62, nem de Campos, 0,79. A razão é que sendo grandes cidades, e mais complexas, nelas as divisões sociais apresentam cada estrato em dimensão maior. Em outras palavras, se numa cidade pequena e mais rural, rendimentos de 1 a 2 salários podem expressar uma situação melhor do que em outra, com mais desemprego, isto não significará o mesmo em Macaé, onde haverá camadas de certa dimensão, que auferem rendimentos mais elevados. Por isso, neste fator, as melhores notas são de cidades menores. Ou seja, se Porciúncula -1,46, ou Lajes de Muriaé, -1,35, possuem notas melhores que Quissamã, é porque nelas há menos desemprego, mas o seu nível sócio-econômico é baixo. A melhor situação é a das notas intermediárias, como Itaperuna, -0,38, ou Itaocara, 0,19.

Um terceiro fator, 10,9% da variância, opõe aposentados e pensionistas, -0,78 e pessoas com 65 anos e mais de idade, -0,67 a menores de 9 anos 0,80, e mais de 3 pessoas por

dormitório, 0,78. Interpreta-se que o fator aponta para a oposição de centros mais dinâmicos e em crescimento, a outros estagnados.

Macaé comparece com 1,37. É acompanhada por Natividade, 1,60 e São João da Barra que passavam por crescimento na agricultura frutífera. No extremo oposto, Italva, -1,79, Bom Jesus de Itabapoama, -1,49, Santo Antônio de Pádua, -1,18.

V. Conclusão

O trabalho apresentado revela a utilidade da aplicação da análise fatorial, como aproximação do conhecimento de um vasto sistema de lugares, diversificados, e para os quais a pesquisa direta exige muito tempo de trabalho.

O trabalho mostrou também a vantagem da intercessão de análises, diversos centros podendo ser observados segundo a sua participação em conjuntos diferentes, uma vez que os predicados de cada objeto são relativos face aos outros objetos de seu conjunto.

Quanto ao espaço social urbano fluminense, ele se mostra diferenciado segundo regiões geográficas e segundo a dimensão das aglomerações urbanas.

Em resumo, distingue-se,

1. Um *espaço metropolitano*, diferenciado entre o núcleo, composto pelo Rio de Janeiro e Niterói, e a periferia. Este espaço abriga cerca de 75% da população fluminense, e, entre as cidades suburbanas, se encontram as maiores do Estado.

a) O núcleo compreende os maiores setores de classe média, de populações com maior grau de escolaridade, e em ocupações no terciário superior. O acesso a bens de consumo coletivo também é superior.

b) A periferia se divide na parte mais coalescente ao núcleo, maior, mais densa, e a coroa externa, de crescimento relativo mais acelerado, e de maior recebimento relativo de migrantes.

2. O *espaço interiorano*. Este espaço se diferencia entre uma região mais urbanizada e industrializada que forma como que um entorno da região metropolitana, e a região mais agrária do Norte e Noroeste fluminense.

No interior de cada uma destas regiões, outras diferenciações são registradas, particularmente, as associadas com o tamanho das cidades. No entanto, identifica-se uma situação especial, que tem a ver com o surgimento de 3 pólos de crescimento.

a) Os três *pólos de crescimento* expressam a integração do Estado à nova economia, Macaé, associado à petrolífera, Rezende, à industrial e Cabo Frio, ao turismo. Interessante é que os três pólos compreendiam cidades médias do estrato inferior a 100.000 habitantes.

b) O *entorno à região metropolitana* se diferencia segundo a dimensão das cidades e seu grau de urbanização e industrialização.

i- O estrato de *cidades médias de 100.000 e mais habitantes*, compreende os centros de maior centralidade regional e mais industrializadas, com padrões de rendimentos e escolaridade mais elevados. Petrópolis e Nova Friburgo expressam a presença de empresariado privado. A conurbação Volta Redonda/ Barra Mansa, até as privatizações recentes, expressava, também, o papel da empresa estatal. Terezópolis, centro de casas secundárias, principalmente, mostrava padrão inferior.

ii- As *cidades de 25.000 a 100.000 habitantes* refletem mais as condições das economias das regiões locais, com padrões mais elevados no eixo industrializado do Paraíba do Sul. Citam-se Valença, Barra do Piraí. Distinguem-se centros de casas secundárias da região dos Lagos, onde a população residente, local, é mais pobre, como Araruama, e centro de grande atração externa, mais desenvolvido, como Arraial do Cabo; centros de áreas mais agrícolas, como Rio Bonito.

iii- As *cidades de até 25.000 habitantes*. Neste estrato, mais do que no anterior, percebe-se o papel da atividade industrial para elevar o

padrão social, em termos dos rendimentos e da escolaridade. Ao contrário do observado na região metropolitana, onde a presença de setores do terciário superior, ou quaternário, conta mais. Neste estrato, também, as condições da economia local influem; não se trata mais apenas de ser industrial ou agrária, mas, o quanto a agricultura é desenvolvida. Assim, neste caso, se desta-

carão centros de produção agrícola, como os de Sumidouro, Paty do Alferes, São João do Vale do Rio Preto.

c) O *sistema urbano do Norte e Noroeste do Estado*. Neste sistema, a presença de maiores espaços agrícolas, de menor atividade industrial e turismo, influem para um ambiente social menos desenvolvido, em termos de rendimentos e escolaridade.

Anexo

A. Conjuntos de municípios

1. A região metropolitana.

Rio de Janeiro e Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapí, Itaboraí, Itaguaí, Japerí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João do Miriti, Seropédica e Tanguá.

Tendo em vista serem os dados de 1991, alguns destes municípios ainda não tinham sido emancipados e não figurarão com dados próprios.

2. Cidades médias, ou, de 100.000 habitantes e mais.

Barra Mansa, Campos, Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Terezópolis, e Volta Redonda.

3. Cidades de 25 a 100.000 habitantes, no território imediatamente entorno da Região Metropolitana.

Araruama, Barra do Pirai, Cabo Frio, Cachoeiras do Macacu, Paraíba do Sul, Resende, Rio Bonito, São Pedro de Aldeia, Saquarema, Três Rios, Valença e Vassouras.

4. Cidades de 25.000 a 100.000 habitantes.

Os acima listados e mais, Bom Jesus de Itabapoama, Itaocara, Itaperuna, Macaé, Santo Antônio de Pádua e São Fidelis.

4. Cidades com até 25.000 habitantes.

Arraial do Cabo, Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Casimiro de Abreu, Cordeiro, Duas Barras, Eng. Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pirai, Rio Claro, Rio das Flores, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Silva Jardim, Sumidouro e Trajano de Moraes.

7. Cidades do Norte e Noroeste do Estado.

Bom Jesus de Itabapoama, Cambuci, Campos, Conceição de Macabú, Italva, Itaocara, Itaperuna, Lajes de Muriaé, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidelis e São João da Barra.

Atenção: devido a um problema técnico não foram incluído neste estudo Angra dos Reis e Parati.

B. As variáveis

A numeração que se segue à designação de cada variável corresponde a seu código pelo IBGE.

	Variável
<i>a. Variáveis de população.</i>	
1. Percentagem da população urbana sobre a população total.	1061
2. Percentagem de mulheres sobre a população total.	0122
3. Percentagem de de menores de até 9 anos de idade sobre a população total.	3072
4. Percentagem da população de 10 a 19 anos de idade sobre a população total.	3072
5. Percentagem da população de 65 anos de idade e mais sobre a população total.	3072
6. Percentagem de famílias nucleares sobre o total de famílias.	2011
7. Percentagem de famílias compostas sobre o total de famílias.	2011
8. Percentagem de famílias unipessoais sobre o total de famílias.	2011
9. Percentagem de nascidos no município sobre o total da população.	0314
10. Percentagem de pessoas com menos de 2 anos de moradia no município, sobre o total da população do município.	0318
<i>b. Variáveis do ambiente residencial.</i>	
11. Percentagem de casas isoladas ou de condomínio sobre o total de domicílios.	0202
12. Percentagem de casas e apartamentos em conjunto residencial popular, sobre o total de domicílios.	0202
13. Percentagem de de casas e apartamentos em aglomerados subnormais sobre o total de domicílios.	0202
14. Percentagem de domicílios ligados a rede geral de água sobre o total de domicílios.	0205
15. Idem quanto à rede geral sanitária.	0205
16. Percentagem de domicílios com vala negra sobre o total de domicílios.	0205
17. Percentagem de domicílios alugados sobre o total de domicílios.	0208
18. Percentagem de domicílios com até 1 morador por dormitório sobre o total de domicílios.	2122
19. Percentagem de domicílios com até 3 a mais moradores por dormitório sobre o total de domicílios.	2122
<i>c. Variáveis de educação.</i>	
20. Percentagem de pessoas que não sabem ler e escrever, sobre a população de 5 anos de idade e mais.	0323
21. Percentagem da população de 10 anos de idade e mais com curso concluído primário ou elementar, sobre o total da população de 10 anos e mais.	0329
22. Idem quanto a conclusão de primeiro grau.	0329
23. Idem quanto a conclusão de segundo grau.	0329
24. Idem quanto a conclusão de terceiro grau.	0329
25. Percentagem de mestres e doutores sobre a população de 10 anos e mais.	0329

d. Variáveis de renda.

26. Percentagem de famílias com rendimento nominal médio mensal familiar <i>per capita</i> até 1/2 salário mínimo sobre o total de famílias.	3049
27. Idem de 1/2 a 1 salário mínimo.	3049
28. Idem de 1 a 2 salários mínimos.	3049
29. Idem de 2 a 5 salários mínimos.	3049
30. Idem de mais de 10 salários mínimos.	3049
31. Percentagem de pessoas com 10 anos completos ou mais com rendimento nominal total, médio mensal, até 1 salário mínimo, sobre o total de pessoas com 10 anos completos ou mais.	3562
32. Idem quanto a 1 a 2 salários mínimos.	3562
33. Idem quanto a 2 a 3 salários mínimos.	3562
34. Idem quanto a 3 a 5 salários mínimos.	3562
35. Idem quanto a 5 a 10 salários mínimos.	3562
36. Idem quanto a 10 a 20 salários mínimos.	3562
37. Idem quanto a mais de 10 salários mínimos.	3562

e. Variáveis de atividades econômicas.

38. Percentagem de pessoas de 10 anos de idade e mais na atividade agropecuária, de extração vegetal e pesca, sobre o total de pessoas de 10 anos de idade e mais.	3471
39. Idem quanto à atividade na indústria de transformação.	3471
40. Idem quanto à atividade na indústria da construção civil.	3471
41. Idem quanto à atividade em outras indústrias.	3471
42. Idem quanto à atividade no comércio de mercadorias.	3471
43. Idem quanto à atividade em transportes e comunicações.	3471
44. Idem quanto à atividade em atividades auxiliares da atividade econômica.	3471
45. Idem quanto à atividade em prestação de serviços.	3471
46. Idem quanto à atividade na atividade social.	3471
47. Idem quanto à atividade em outras atividades.	3471

f. Variáveis de atividades econômicas.

48. Percentagem de pessoas com 10 anos completos e mais que não trabalham nos últimos 12 meses, sobre o total de população de 10 anos e mais.	0345
49. Percentagem de pessoas com 10 anos completos e mais, trabalhador agrícola volante, sobre o total de pessoas de 10 anos e mais.	0349
50. Idem quanto a trabalhador doméstico-empregado.	0349
51. Idem quanto a trabalhador doméstico-autônomo ou conta própria.	0349
52. Idem quanto a trabalhador empregado do setor privado.	0349
53. Idem quanto a trabalhador empregado do setor público-servidor público.	0349
54. Idem quanto a trabalhador empregado do setor público-de empresa estatal.	0349
55. Idem quanto a autônomo ou conta própria.	0349
56. Idem quanto a empregador.	0349
57. Idem procurando trabalho (já trabalhou).	0358
58. Idem procurando trabalho (nunca trabalhou).	0358

59. Idem aposentados mais pensionistas. 0358
 60. Idem estudantes. 0358

g. Variáveis de controle.

Uma série de variáveis foram listadas, mas não fazem parte das análises fatorais.

Servirão, como elementos descritivos do quadro regional, para a melhor interpretação das análises. Note-se que enquanto as variáveis que deverão entrar nas análises expressam números relativos, percentagens, as variáveis de controle se compõem de números absolutos, expressando ordens de grandeza.

A seguir variáveis selecionadas.

- | | |
|---|------|
| 1. A população total do município. | 0099 |
| 1a. A população total de 10 anos de idade e mais, do município. | 0329 |
| 2. A população urbana de 10 anos. | 1061 |
| 3. Total dos rendimentos nominal médio mensal do município. | 3561 |
| 4. Número de domicílios no município. | 1102 |
| 5. Número de domicílios com fossa séptica no município. | 0206 |
| 6. Número de domicílios com fossa rudimentar no município. | 0206 |
| 7 Total de aluguéis pagos no município. | 0209 |
| 8. Número de domicílios que utilizam carvão no município. | 0210 |
| 9. Idem quanto a lenha. | 0210 |
| 10. Número de domicílios que queimam lixo no município. | 0214 |
| 11. Número de domicílios que enterram lixo no município. | 0214 |
| 12. Idem que jogam lixo em terreno baldio. | 0214 |
| 13. Idem que jogam lixo no rio, lago, lagoa ou mar. | 0214 |
| 14. Número de domicílios com telefone. | 0217 |
| 15. Número de domicílios com automóveis. | 0218 |
| 16. Idem com <i>freezer</i> . | 0225 |
| 17 Idem com máquina de lavar roupa. | 0226 |
| 18. Idem com filtro d'água. | 0216 |
| 19. Número de empregados domésticos no município. | 0302 |
| 20. Número de menores de 0 a 4 anos de idade no município. | 3072 |
| 21. Número de menores de 5 a 9 anos de idade no município. | 3072 |
| 22. Número de menores de 10 a 14 anos de idade no município. | 3072 |
| 23. Número de pessoas de 15 a 19 anos de idade no município. | 3072 |
| 24. Idem quanto a 20 a 39 anos. | 3072 |
| 25. Idem quanto a 40 a 64 anos. | 3072 |
| 26. Idem quanto a 65 anos e mais. | 3072 |
| 27 Total de chefes de família no município. | 0302 |
| 28. Total de chefes de família mulheres no município. | 3042 |
| 29. Total de pessoas de cor branca no município. | 0309 |
| 30. Total de pessoas de cor negra no município. | 0309 |
| 31. Total de pessoas de 10 anos e mais, doentes e inválidos. | 0358 |
| 32. Total de pessoas de 10 anos e mais em afazeres domésticos. | 0358 |
| 33. Total de pessoas de 10 anos e mais, vivendo de rendas. | 0358 |
| 34. Total de pessoas de 10 anos e mais, inativas. | 0358 |

A PRODUÇÃO ESPACIAL DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS NAS PERIFERIAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO EM SALVADOR

Jânio Laurentino Santos e Angelo Serpa**

RESUMO:

O artigo discute a produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas, a partir de estudos de caso em Salvador, Bahia. A formação de centralidades e o perfil dos consumidores representam enfoques específicos do presente trabalho, onde são discutidos também a acessibilidade dos núcleos e sua hierarquização. A teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos, é um referencial conceitual importante para a análise, que busca também introduzir novos conceitos/noções, relacionados com a formação de centralidades de comércio e de serviços nas periferias urbanas, como “núcleos consolidados” versus “núcleos instáveis” e “espaços de relações artificiais” versus “espaços de relações solidificadas”

PALAVRAS-CHAVE:

Centralidades de comércio e serviços, periferia urbana, núcleos consolidados, núcleos instáveis, espaços artificiais, espaços de relações solidificadas.

ABSTRACT:

This article discusses the spatial production of both commerce and services in the urban periphery, based on studies conducted in Salvador, Bahia. The formation of “centralities” (concentration of both commerce and services in specific areas) and the profile of the consumers are the main focus of the research. Other issues discussed are the accessibility of urban nuclei and their hierarchization. Milton Santos’s theory about two “circuits” of the urban economy is an important reference of this work, which also seeks to introduce new concepts that are related to the formation of “centralities” of commerce and services in the urban periphery such as “consolidated nuclei” versus “unstable nuclei” and “artificial space” versus “space of solidified relations”

KEY WORDS:

Centralities of commerce and services, urban periphery, consolidated nuclei, unstable nuclei, artificial space, space of solidified relations

Dentre todos os processos espaciais, um está associado especificamente às cidades – a formação/consolidação de estruturas comerciais e de serviços. Muitas pesquisas foram desenvolvidas com o propósito de entender a articulação

entre estas atividades e os espaços nos quais estão inseridas e influenciam, mas,

“com efeito, a geografia humana passou progressivamente dos fatos do habitat para os

*Geógrafo, graduado pela Universidade Federal da Bahia, Pesquisador do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, bolsista de apoio técnico do CNPq.

**Professor adjunto doutor do Departamento e Mestrado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia, pesquisador do CNPq.

Av. Princesa Leopoldina, N. 359, Apt. 402, Graça, Salvador-BA, CEP: 40150-080. angserpa@ufba.br.

fatos de relações entre economia agrícola e espaço e em seguida se preocupou com a geografia industrial. Somente pelo viés da geografia urbana é que, tardiamente, se falou em uma geografia das atividades terciárias em função das cidades (ROCHEFORT, 1998).

Ao analisar a organização das atividades terciárias na perspectiva espacial, o trabalho está direcionado ao entendimento de sua lógica funcional. Em virtude de estar relacionado à escala do lugar, vai estar também “preche” de significados vinculados ao sentir, viver, sorrir, ir e vir. Todos estes significados identificam o lugar como a área de impacto da ação.

Que tipos de espaços o surgimento e a consolidação de atividades comerciais e de serviços produzem nas áreas de residência da população de baixa renda? Neste contexto, qual seria a lógica da organização destas atividades e sua influência no cotidiano dos homens?

1 - As experiências do/no Projeto Espaço Livre

O Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação¹ tem como objetivo principal a análise da situação do Subúrbio Ferroviário de Salvador, tendo como premissa o planejamento de áreas carentes e periféricas, fornecendo informações coletadas e sistematizadas junto às próprias comunidades aos órgãos responsáveis por projetos de habitação popular e de planejamento urbano.

Nos bairros de Plataforma e da Ribeira, analisados no primeiro ano da pesquisa, foram catalogados e mapeados todos os estabelecimentos comerciais e de serviços localizados na área delimitada para os estudos. Estes bairros foram pesquisados sob a perspectiva de que o surgimento destas atividades na periferia de Salvador era fruto do processo de descentralização das atividades terciárias, em função do aumento da demanda demográfica e, conseqüentemente, da expansão urbana da cidade².

Quanto à Calçada e à Liberdade, bairros analisados no segundo ano da pesquisa, salienta-se que a área investigada esteve limitada aos seus núcleos comerciais e de serviços. Em virtude disso, em determinados momentos a área pesquisada extrapola os “limites”³ do bairro e em outros não os abarca totalmente. Nestes espaços, foram desenvolvidas análises sobre a distribuição espacial das atividades comerciais e de serviços e suas estruturas, sob a ótica da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, proposta por Milton Santos (SANTOS, 1979). Foi observada a lógica da localização destes estabelecimentos, suas relações e influências quando adaptados a uma realidade periférica, na qual a maioria da população possui um perfil sócio-econômico de baixa renda⁴

2 - Sobre os bairros “Cobaias” O bairro de Plataforma: história de luta

Encravado no seio do Subúrbio Ferroviário de Salvador, localizado em um sítio extremamente acidentado, o bairro de Plataforma consolida-se a partir da instalação da fábrica de tecidos São Brás (fundada em 1875). Detentora de quase tudo o que estava relacionado à produção e ao emprego, a fábrica era, nos seus tempos áureos, a “alma” do bairro:

“O bairro cresceu a partir da fábrica, especialmente o comércio local. É difícil encontrar em Plataforma alguém que não trabalhou ou tem pelo menos um parente na família que era empregado da indústria de tecidos... *“Eu trabalhei na fábrica onze anos e meio e fazia tear. O tear era elétrico, de correia... (Zilda dos Anjos Lopes); Tinha feira ali perto da fábrica. Tinha também um armazém grande ali do lado da feira onde o pessoal da fábrica fazia compras (Ailza Lopes Carvalho)”* (SERPA, 1998).

O bairro cresce, portanto, em função da unidade têxtil. Pouco a pouco, pequenos estabe-

lecimentos comerciais e de serviços vão surgindo nas imediações desta fábrica. Seu fechamento foi um grande golpe para a população do bairro, já que oferecia emprego direto e indireto a quase todas as famílias que ali residiam:

“Os armazéns de secos e molhados fazem suas compras na zona comercial de Salvador, e as mercadorias são transportadas por via rodoviária. Os maiores armazéns dedicam-se ao ramo de tecidos e perfumaria, suprindo assim a localidade. É interessante observarmos que os armazéns menores abastecem-se nos maiores, sobretudo os gêneros alimentícios de primeira necessidade, excetuando-se as bebidas, café, cujas fábricas possuem suas viaturas próprias e atendem os pedidos dos comerciantes locais” (OLIVEIRA, 1965).

Nos dias atuais, Plataforma consolida-se como um bairro residencial, com uma diversificada gama de pequenos comerciantes. Sofre com o velho problema da concentração da terra urbana, explicitada no embate entre os moradores e a família Martins Catharino, que intitula-se dona das terras, explorando os primeiros, através de cobrança de taxa de aluguel da terra.

A Ribeira: do veraneio à residência fixa

Local de veraneio dos antigos moradores do “centro” da cidade de Salvador, o bairro da Ribeira caracteriza-se por um cotidiano que lembra as cidades interioranas e abrigou, nos tempos passados, uma significativa população de classe média.

Com a expansão urbana, ocorrida após a década de 50, os arredores da Ribeira foram ocupados pelas invasões de Alagados. Este processo não foi acompanhado, muitas vezes, pela ampliação dos serviços de infra-estrutura, tornando o bairro cada vez mais “periférico”. No entanto, junto com as invasões, veio a implantação da rede viária que proporcionou melhores condições de

acessibilidade ao bairro.

Nos dias atuais, a Ribeira, inserida no contexto da península Itapagipana, constitui-se como um dos bairros mais populosos de Salvador (30.925 habitantes, segundo o censo de 91). Em função dessa forte demanda demográfica, passam a localizar-se neste bairro uma quantidade considerável de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Entroncamento e núcleo comercial - A consolidação da Calçada

Marco do povoamento da Cidade Baixa de Salvador, devido ao seu posicionamento estratégico como uma área de entroncamento, a Calçada sempre funcionou como eixo de ligação entre o centro e a periferia da cidade. Sua história é marcada por algumas transformações arquitetônicas e o surgimento de vias mais adequadas ao crescente fluxo de veículos e passantes.

O bairro, ao longo dos anos, foi deixando de ser uma área residencial para transformar-se em uma área provedora de produtos e serviços. A instalação da ferrovia foi o grande fator de expansão das atividades terciárias no bairro. A ferrovia é que vai fortalecer o seu papel enquanto eixo de circulação/ligação, agora não só entre o centro e a periferia da cidade, mas entre o centro e o interior do Estado da Bahia.

“O exemplo da Calçada é a demonstração, em parte, da força atrativa de uma *gare*, e que reflete no próprio movimento do seu tráfego, na diversificação das funções que se afeiçoam aos tipos de exigências correspondentes à sua presença e que vão agir como modificadoras da própria paisagem” (FREITAS, 1965).

Excetuando-se a função residencial, que vai, paulatinamente, abandonando o bairro, a Calçada não mudou muito seu perfil. Tem fortalecido cada vez mais seu papel de eixo de ligação entre o centro e a periferia de Salvador, além

de ser um sub-centro comercial e de serviços. Quase todos os moradores dos bairros imediatos, principalmente do Subúrbio e da Península Itapagipana, utilizam-se de suas atividades, favorecendo à consolidação da área como um dos principais, se não o principal, provedor de produtos e serviços da cidade.

Liberdade, força cultural

Desde muitos anos, o bairro com a maior densidade demográfica da Bahia, a Liberdade é conhecida pela sua força enquanto berço cultural da cidade de Salvador. Localizada em um sítio íngreme, seu nome traz consigo lembranças de "glórias" uma homenagem ao 2 de julho, marco da independência da Bahia.

Glória, no entanto, não é uma característica da história dos moradores do bairro. Pelo menos, com relação ao descaso do poder público. Marcada por sérios problemas sociais, fruto, também, do grande contingente populacional, sua expansão se deu a partir da Lima e Silva (Estrada de Liberdade), principal avenida do bairro⁵ Sobre a história da sua pobreza, Jorge Amado proseia dizendo:

"Se quereis a qualidade deste bairro, destes casarões infames, das moradias desgraçadas, eu vos direi apenas: resistência. Resistência à fome e à enfermidade, ao trabalho mal remunerado, às mortes dos filhos, ao hospital, à desgraça da vida. Resistência. A resistência do povo é além dos limites. Apesar de tudo ele sobrevive. E aos seus bairros imundos esses nomes de esperança que são como "bandeiras" que ele levanta em suas mãos magras, mas ainda assim poderosas. Estrada da Liberdade!" (AMADO, 1974).

Na atualidade, apesar dos sérios problemas, muitos, aliás, comuns aos outros bairros estudados, a Liberdade consolida-se como um importante sub-centro da cidade de Salvador. Sua principal artéria, a Av. Lima e Silva, concentra

grande quantidade de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nela "fervilha" um vaivém incessante de ambulantes, veículos e passantes.

3- Uma discussão conceitual Um entendimento sobre "Produzir Espaço"

O primeiro conceito, chave na análise proposta, é o de produção espacial, entendida aqui como um processo essencialmente social e dialético. Pauta-se no fato de que as sociedades refletem e reproduzem no espaço todas as suas características. Este processo implica na cristalização das relações que se desenvolvem entre os homens, e entre eles e o espaço, no lugar. Entretanto, o espaço é compreendido aqui, ao mesmo tempo, como produto e produtor destas relações. Por esta razão, é visto como um fenômeno dialético.

O periférico não é necessariamente periferia

Outro conceito, muito importante na análise, está relacionado ao espaço onde se investigou o fenômeno – a periferia. Este termo, também apropriado pela geografia, explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, "periferia" hoje significa também aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *locus* da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda. Serpa, baseando-se em Paviani, define as "periferias urbanas" como:

"O lugar da residência de parcelas da população caracterizada como de "baixa renda" Diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se, no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia,

por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial” (SERPA, 1998).

E é neste sentido que o termo periferia deve ser entendido na leitura do presente texto: são bairros que apresentam as deficiências citadas, apesar de não estarem tão distantes do centro de Salvador; pelo menos do velho centro. É significativo destacar, também, o papel da periferia no espaço urbano, já que esta apresenta uma dinâmica específica, fruto do acúmulo de processos singulares que se desenvolveram a partir de conflitos originados de diferentes sentidos de tempos (HARVEY, 1992). São estas diferenças temporais que caracterizam a produção e reprodução do espaço da/na periferia, já que representam a justaposição de elementos tradicionais e modernos, culminando numa cristalização diferenciada de signos.

A periferia, como qualquer outra parcela do espaço urbano, é também o local de reprodução da vida humana. Essa reprodução dada ao nível espacial não se dará de forma neutra, pois

“o espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, (dentro de cada estabelecimento); é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos etc. (CARLOS, 1994).

Centralidades ou núcleos de comércio e serviços

O conceito de núcleo, aplicado na elaboração deste trabalho, identifica as áreas que apresentam uma concentração relevante de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nestas, os estabelecimentos apresentam-se muito concen-

trados, constituindo um aglomerado significativamente homogêneo. A Calçada, uma das áreas pesquisadas, caracteriza muito bem o conceito de núcleo, assim como a Liberdade.

Já o conceito de centralidade, que também está associado à aglomeração das atividades terciárias, incorpora os fatores que favorecem sua formação/consolidação. Portanto, quando se fala em centralidade, fala-se também em áreas de fácil acesso e circulação. Destaca-se, entretanto, que uma área pode apresentar uma centralidade significativa, sem, necessariamente, apresentar uma forte concentração de atividades terciárias.

Eixos de circulação

Utiliza-se o termo eixo de circulação e/ou ligação para determinar as áreas onde ocorre a possibilidade de um fluxo mais satisfatório de transporte coletivo e particular e de passantes. Aqui, este termo é utilizado para evidenciar as vias de maior circulação nos bairros investigados. Eles atuam como fatores de influência muito importantes, pois estão relacionados à questão da acessibilidade. O seu estado de conservação tem significância para a presente análise, já que as vias degradadas podem impossibilitar a circulação de pessoas, bens e serviços.

4- Por que ocorre a formação de centralidades?

O primeiro passo é buscar compreender quais os motivos que favorecem a formação de centralidades de atividades comerciais e de serviços na periferia, já que, em hipótese, estas atividades poderiam se distribuir uniformemente sobre o espaço geográfico, evitando a concorrência por mercado consumidor e a saturação espacial, os quais ocasionariam, hipoteticamente, uma menor margem de lucros para os empresários.

Como se sabe, o processo de formação de centralidades é antigo. Sua gênese está associada ao processo histórico de formação/conso-

lidação de áreas urbanas. A intensificação deste processo dar-se-á com a Revolução Industrial, quando as relações entre as cidades e o mundo exterior a elas ampliaram-se. Este fato vai ser acompanhado pelo processo de articulação entre as malhas viárias e as áreas de mais fácil escoamento externo (os portos marítimos), já que os mesmos diminuem os custos de transbordo. Dessa forma,

“próximo a estes terminais vão localizar-se aquelas atividades voltadas para o mundo exterior à cidade, o comércio atacadista, depósitos, escritórios e as indústrias: a localização junto aos terminais de transportes era essencial, significando a diminuição dos custos” (CORRÊA, 1989).

Nesta pesquisa são analisadas aquelas centralidades que se formam nas periferias das grandes metrópoles, processo que vai se fortalecer, no Brasil, a partir da década de 70, quando se inicia uma forte saturação das áreas centrais. Nestas periferias, as centralidades ocorrem muito mais em função do mercado consumidor, que dos custos locacionais. Das chamadas *externalidades*⁶ apenas as questões de acessibilidade e da escala de oferta de produtos são significativas. Mas não são apenas estes fatores que podem influenciar a formação de centralidades, principalmente na periferia. Também o papel histórico que um determinado espaço desempenha ou desempenhou pode, de certa forma, influenciar no processo de formação de uma centralidade. Assim, por exemplo, o valor histórico de uma praça, como a Praça São Brás, em Plataforma; ou o estabelecimento de uma área de lazer, como a Av. Beira Mar, na Ribeira, pode também ser um fator de influência neste processo.

5 – Quem consome os produtos e serviços na periferia?

A resposta para esta questão é de suma importância, na medida que possibilita perceber

em função de quem as atividades comerciais e de serviços vão localizar-se na periferia e se os perfis de renda influenciam na tipologia destas atividades.

As pesquisas que envolveram as questões de renda foram desenvolvidas apenas em três dos quatro bairros analisados. Elas foram elaboradas com metodologias diferenciadas, já que envolviam espaços comerciais e de serviços diferenciados. Em Plataforma, a Associação de Moradores de Plataforma realizou uma pesquisa por amostragem sobre a renda dos moradores do bairro, já que, hipoteticamente, este era o público alvo para o qual o comércio e os serviços estavam direcionados. Na Calçada e na Liberdade, a pesquisa teve como objetivo detectar o perfil de renda, não apenas dos que moravam nos bairros, mas daqueles que consumiam produtos e serviços especificamente nos núcleos comerciais.

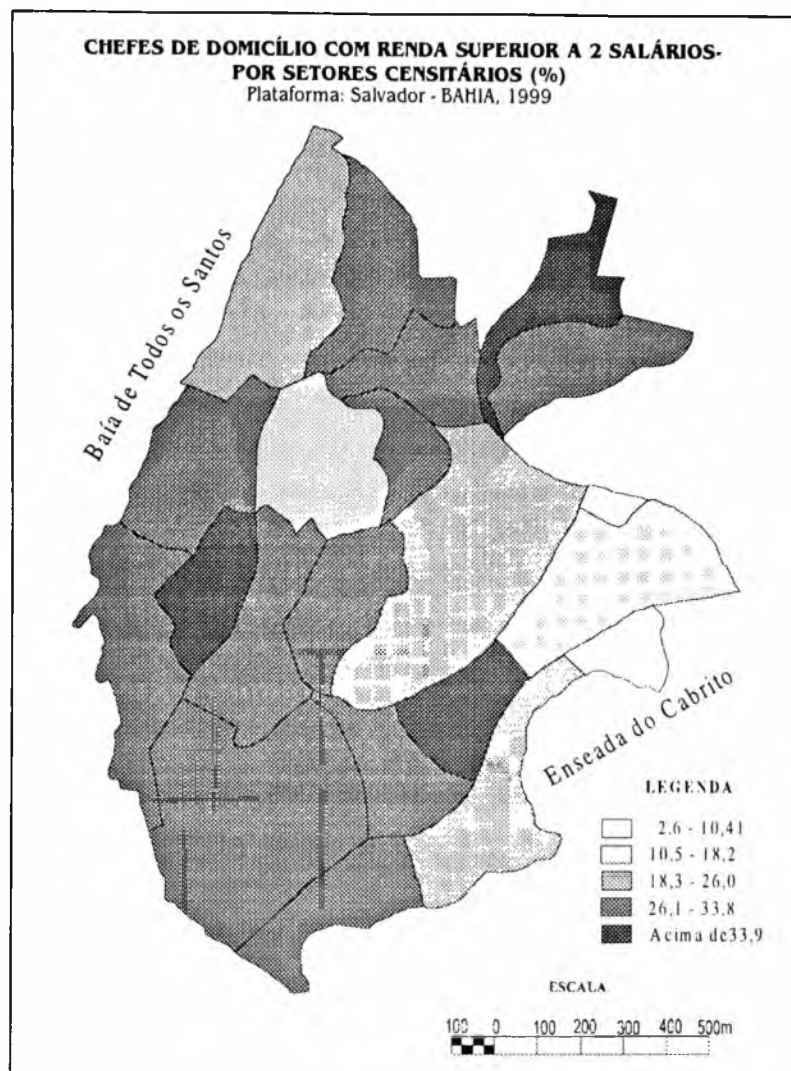
Como era previsto, os resultados das pesquisas sobre os perfis sócio-econômicos demonstraram que a maior parte dos consumidores das atividades comerciais e de serviços oferecidas na periferia é de baixa a média-baixa renda (Ver Tabela 1). Também foi percebido que as áreas onde se concentram os núcleos comerciais e de serviços são aquelas onde a renda é relativamente maior (Ver Mapa 1).

As diferenciações espaciais da renda, na maioria das vezes, podem impossibilitar a formação de núcleos comerciais e de serviços. Áreas onde as rendas são muito baixas não possibilitam a formação de centros. Outro fato é a falta de infra-estrutura urbana, provocada pelo descaso governamental.

As áreas de renda superior oferecem produtos relativamente mais especializados, que necessitam de um público alvo maior. As poucas áreas de renda mais baixa, que possibilitam a formação de centros na periferia, oferecem produtos e serviços sem nenhuma especialização e de consumo imediato.

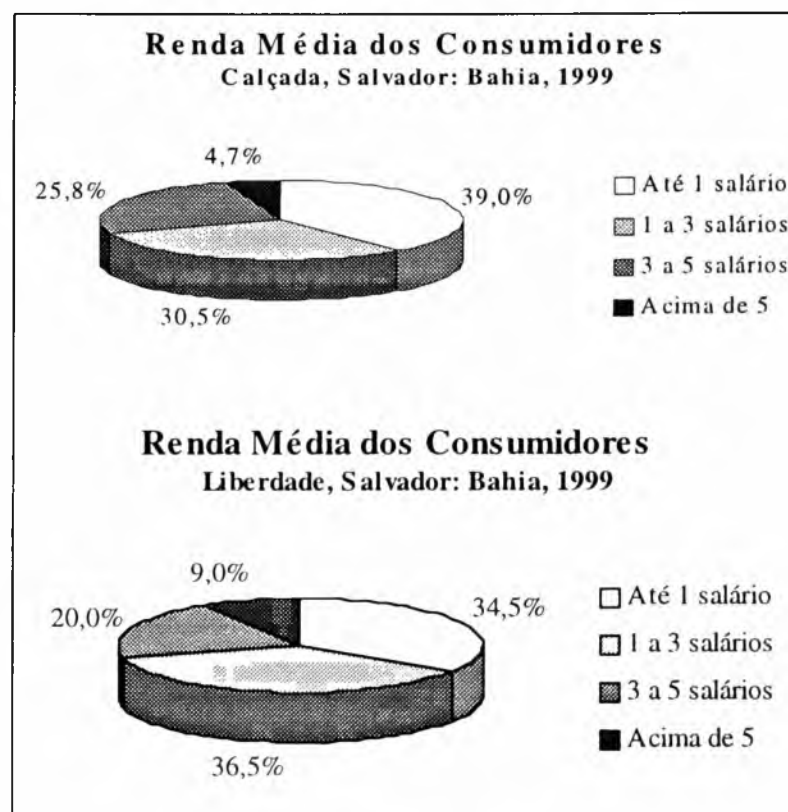
Na Calçada e na Liberdade, os dados também mostraram que grande parte dos consumidores que se utiliza dos produtos e serviços ofe-

recidos é de baixa a média-baixa renda (Ver Gráficos 1 e 2). Em ambos os bairros, os dados mostraram que aproximadamente 70% dos consumidores recebem uma renda média mensal inferior a 3 salários mínimos.



MAPA 1 - Plataforma: Chefes de domicílios com renda superior a 2 salários

Outro dado importante com relação à renda é que nem sempre os tipos de atividades comerciais e de serviços voltados para um público com uma renda mais alta (butiques, academias, lavanderias, etc.) deixam de localizar-se na periferia. Na maioria das vezes, estas atividades vão aparecer adaptadas à realidade destes espaços. Isso se dá com a queda substancial dos preços, diminuição nos investimentos, diferenciações quanto à estética dos estabelecimentos, dentre outros.



GRÁFICOS 1 e 2 - renda média dos consumidores, Calçada e Liberdade, 1999

Classes de Salário	Percentual da População
Até 1 Salário	27,0
1 Salário	49,5
2 Salários	14,2
Acima de 2 Salários	9,3
Total	100%

TABELA 1 - Percentual da população por classes de salário - Plataforma, Salvador: Bahia, 1998

6 Os núcleos e a questão da acessibilidade

Sabe-se que até o final da Idade Média o principal tipo de transporte era o marítimo. Com a modernização tecnológica, modifica-se esta estrutura. A tecnologia aplicada à rede de transportes possibilitou uma mudança no cotidiano da sociedade. No decorrer do século XX, e principalmente nas últimas décadas, evoluíram bastante os meios de circulação, porém os que mais se disseminaram foram os terrestres, rompendo com a estrutura pretérita. Essa mesma tecnologia, que fez avançar a produção dos transportes, foi paradoxalmente a sua ruína. Ela vai relativizar bastante a sua influência na reprodução e ampliação dos grandes capitais empresariais, principalmente no que diz respeito às relações entre empresas multinacionais.

Apesar deste processo, o papel dos grandes eixos de circulação/ligação ainda é muito significativo, principalmente no interior do ambiente urbano. Estes eixos vão ser importantes na medida em que influenciam na formação/consolidação de áreas de maior ou menor acessibilidade, seja na periferia das cidades, seja nas suas áreas centrais.

Na periferia, os grandes eixos de circulação têm grande influência na formação/consolidação das centralidades de comércio e serviços. A formação/consolidação de centralidades ou de núcleos comerciais e de serviços está estreitamente relacionada com as áreas de maior acessibilidade, seja de transporte coletivo e particular, seja de passantes.

As pesquisas demonstraram que, independente do nível hierárquico das centralidades da periferia, a maior ou menor acessibilidade é preponderante para o processo. Essa maior ou menor acessibilidade influencia também nas características qualitativas e quantitativas de cada centralidade.

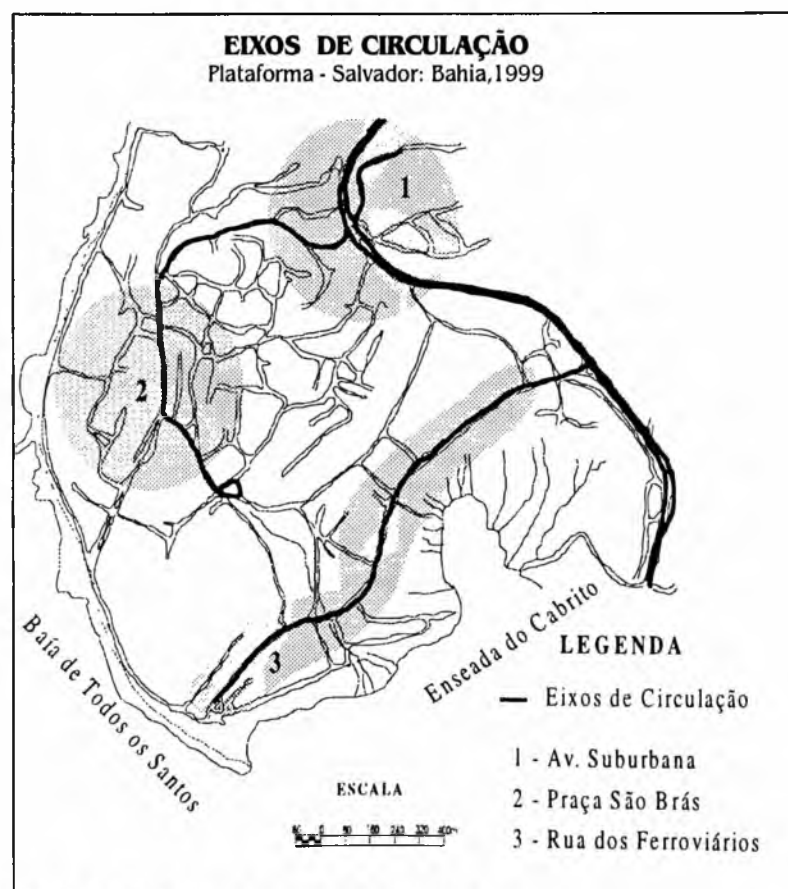
Tanto em Plataforma, quanto na Ribeira, os núcleos que apresentaram maior especialização, comparada no sentido intra-bairro, foram

aqueles localizados nas áreas de maior circulação (ver Mapa 2).

Dessa forma, percebe-se que quanto mais fácil for o acesso e a circulação, maior e mais importante será o núcleo comercial. São também estas diferenças que vão provocar a formação de centralidades hierarquicamente diferentes na periferia. Além da ordem hierárquica, a acessibilidade e a circulação podem determinar quais núcleos têm maior ou menor possibilidade de consolidação.

Muitas vezes, a dificuldade de acesso e circulação inviabiliza a formação de centralidades. Utilizando-se o exemplo do Aterro de Alagados, na Ribeira, percebe-se que neste local, por não haver áreas de grande circulação, não ocorre, na realidade, a formação de uma centralidade. Há, sim, uma área onde a atividade comercial está dispersamente distribuída por todo o espaço.

Além de determinar a formação, consolidação e especialização das centralidades na periferia, as facilidades de acesso determinam o po-



MAPA 2 - Plataforma: eixos de circulação

der que o centro possui, mesmo quando comparados dois centros do mesmo nível hierárquico. Comparando, por exemplo, os núcleos comerciais e de serviços da Calçada e da Liberdade, percebe-se que o primeiro é aquele que apresenta maior poder de atração, por estar localizado em uma área de entroncamento, servindo de ligação entre o Subúrbio Ferroviário, Península Itapagipana e bairros do entorno do Largo do Tanque com o Centro antigo da cidade. Este núcleo funciona também como área de transbordo de passageiros. Já o núcleo da Liberdade localiza-se em uma área de difícil acesso e circulação devido a suas ruas estreitas. Dessa forma, mesmo servindo de ligação entre bairros do entorno do Largo do Tanque e o centro da cidade, as dificuldades de acesso diminuem significativamente seu poder de atração.

Deve-se ressaltar, entretanto, que apesar da relação entre localização de centralidades e facilidades de acesso ser muito expressiva, ela não deve ser tomada, isoladamente, como determinante, pois

“os efeitos da localização das vias de transportes na distribuição das atividades (comerciais e de serviços) são significativos, mas não dominantes. A presença de vias de transporte é condição necessária, mas não suficiente para o (processo)... Há relação de interdependência entre transporte e atividade econômica (e de serviços), uma vez que a distribuição das atividades econômicas (e de serviços) também influencia a localização das vias de transportes” (BRADFORD & KENT, 1987).

7 – O raio de atração dos núcleos

Várias pesquisas foram direcionadas para o conhecimento das áreas de influência de determinados espaços em suas áreas circunvizinhas. A teoria de maior expressão foi desenvolvida em 1933, por Walter Christaller, a *Teoria das Localidades Centrais*; estes postulados teóricos

buscavam explicar a influência que os centros urbanos, com uma oferta de produtos e serviços maior, exerciam sobre outros centros menores.

No estudo das periferias urbanas, esta lógica deve ser, no entanto, relativizada, na medida em que os centros nem sempre exercem relação de interdependência, não constituindo necessariamente uma rede hierárquica conforme os postulados de Christaller. As centralidades mais especializadas na periferia nem sempre servem às áreas de menor especialização. Também, o poder de atração das centralidades não vai se dar segundo a proximidade de um núcleo. Um fator importante são as facilidades de acesso que o núcleo comercial ou de serviços oferece ao consumidor.

O raio de atração dos centros por não seguir, necessariamente, a lógica da proximidade, mais sim da acessibilidade, produz uma outra lógica, que surge como um paradoxo *o próximo não é necessariamente o próximo, mais sim aquele que é mais fácil alcançar*. As entrevistas evidenciaram que algumas pessoas que moravam muito distantes do núcleo da Calçada, diziam que utilizavam os serviços e comércio devido à proximidade e não à acessibilidade.

As pesquisas evidenciaram que determinadas centralidades na periferia exercem influência apenas sobre os consumidores das suas imediações. Esta influência é determinada pelo grau de especialização de sua estrutura comercial e de serviços. Esta especialização, por sua vez, é fruto, como já exposto, tanto das facilidades de acesso e circulação que um determinado núcleo comercial oferece, quanto do poder de renda dos consumidores que costumam utilizar o comércio e os serviços do local.

Mesmo dentro de um bairro, ocorrem estas diferenciações no raio de influência das centralidades de comércio e de serviços. Tomando-se o bairro da Ribeira como exemplo, percebe-se que dificilmente um consumidor do núcleo da Av. Beira Mar irá utilizar-se de qualquer serviço ou produto do Aterro de Alagados, pois o último possui um raio de atração que se limita ao

seu interior. Porém, os consumidores de ambos os núcleos consomem freqüentemente produtos e serviços no Miolo Central, área de maior especialização. A Av. Beira Mar também influencia os outros núcleos por apresentar um serviço específico: o lazer nos finais de semana.

Porém, não são só as questões de acessibilidade, circulação e renda que influenciam o poder de atração de um centro na periferia. Outros fatores podem influenciar este fenômeno. Dentre os mais importantes coloca-se a proximidade, o fato de ser uma área de ligação, a oferta de emprego de um núcleo e o preço dos produtos e serviços (Ver Tabelas 2 e 3).

O fator proximidade é o que prevalece nos centros menos especializados na periferia, pois a diferenciação do valor dos produtos não é tão significativa e a quantidade adquirida pelo consumidor é muito pequena, compensando o preço. Nas áreas de maior especialização, este fator também é muito importante, porém não é determinante.

Quanto às vias de ligação ou de passagem, percebe-se que nas centralidades de bairro não são um fator preponderante. Apenas influencia algumas centralidades que estão localizadas próximas aos terminais de transporte coletivo ou pontos de ônibus importantes. Pode-se exemplificar, respectivamente, com a Praça São Brás e a Av. Suburbana, ambas em Plataforma.

Aqueles núcleos que apresentam maior especialização e funcionam como um eixo de li-

gação exercem alguma atração, mesmo que nem todos os passantes consumam ali. A Calçada é um exemplo típico, pois funciona como uma área de ligação, como um terminal rodoviário e ferroviário e com pontos de convergência para vários bairros da periferia.

A oferta de emprego no núcleo também influencia o seu poder de atração sobre os consumidores. Muitas pessoas utilizam-se dos produtos e serviços oferecidos num determinado núcleo comercial e de serviços apenas por trabalhar no local. Calçada e Liberdade são dois exemplos importantes. Vale salientar que este fator só vai influenciar os núcleos com uma capacidade de absorção de mão-de-obra relativamente maior. Núcleos de bairro, por seu baixo grau de especialização, oferecem pouquíssimas oportunidades de emprego.

8 - A teoria dos dois circuitos e a periferia

“O progresso técnico atual muda profundamente a composição técnica do capital e reduz rápida e drasticamente a demanda de mão-de-obra, principalmente nos setores mais afetados pela modernização. Se a clássica idéia de um exército industrial de reserva não for modificada, levando em conta novas realidades, perderá o sentido quando aplicada a países subdesenvolvidos. De qualquer maneira, quem permanecer fora

Motivos	Percentual dos Entrevistados
Mora nas imediações	65,0
Local de passagem	22,8
Local de trabalho	10,5
Baixos preços	1,7
Total	100%

TABELA 2 - Percentual da população por classes de salários - Liberdade, Salvador: Bahia, 1999

do mundo do emprego permanente não está perdido para a economia como um todo. Assim, a economia urbana deve ser estudada como um sistema único, mas composto de dois sub-sistemas. Nós chamaremos esses dois sub-sistemas de "circuito superior" e "circuito inferior". A cidade não pode ser mais estudada como um todo maciço (SANTOS, 1979).

Cada circuito apresenta dinâmica particular, apesar de estarem interligados, o circuito inferior dependendo do superior. O que caracteriza e distingue as atividades de cada circuito são as diferenças de capital, tecnologia e organização. O circuito superior apresenta grande investimento de capital, resultando em enorme volume de mercadoria e alta tecnologia; sua organização é caracterizada por monopólios, preços fixos, pequena margem de lucro por produto, publicidade, auxílio governamental, etc. O circuito inferior apresenta, na maioria das vezes, capital próprio e de baixo volume, baixa densidade tecnológica, grande margem de lucro por produto, contato direto com o consumidor, renda voltada essencialmente para a manutenção familiar, etc.

As periferias, se analisadas superficialmente, seriam o *locus par excellence* da instalação e reprodução do circuito inferior, já que este está voltado essencialmente para a população de baixa renda. Milton Santos argumenta que

"Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres dentre eles só podem se proporcionar consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular freqüentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico que é uma resposta às condições de pobreza das grandes massas" (SANTOS, 1979).

Entretanto, nos dias atuais, percebe-se que cada vez mais produtos e serviços, antes oferecidos apenas às classes mais abastadas, passam a ser consumidos também nas periferias. A ressalva é que eles vão atender a estas demandas populacionais de baixa renda a um custo inferior de produção e circulação, além da maior facilidade no pagamento. Dessa forma, o que se vê são estabelecimentos que se localizam na periferia oferecendo produtos e serviços que circulam nas classes de rendas mais altas, com menor preço e maior prazo de pagamento.

Na periferia ocorre a presença dos dois circuitos, que vão apresentar características específicas. A tecnologia não terá papel preponderante, já que o nível tecnológico de ambos os circuitos é similar, excetuando-se as redes bancárias e de supermercados. A diferenciação está relacionada, principalmente, às questões organizacional e financeira.

Os dois circuitos da economia urbana na periferia diferenciam-se essencialmente na estru-

Motivos	Percentual dos Entrevistados
Mora nas imediações	41,2
Local de passagem	34,4
Local de trabalho	23,3
Baixos preços	1,1
Total	100%

Tabela 3 - Percentual da população por classes de salários - Calçada, Salvador: Bahia, 1999

tura organizacional. O circuito superior apresenta estabelecimentos que têm o seu poder de decisão fora do local onde estão inseridos, a exemplo de bancos, redes de comércio, etc. O circuito inferior, ao contrário, vai ser composto por estabelecimentos sem filiais e que têm o poder de decisão centrado no local onde estão localizados.

No circuito superior da periferia, a margem de lucro por produto é variável, porém menor que no circuito inferior. O capital investido no primeiro é muito maior, assim como o volume negociável de produtos e serviços. Outro ponto importante é a questão do crédito: o circuito superior, mesmo na periferia, apresenta possibilidades de crédito. Os estabelecimentos do circuito inferior são mantidos, na maioria das vezes, pelo capital próprio ou familiar. A publicidade é utilizada apenas no circuito superior da periferia. O inferior não tem possibilidade de utilizar este tipo de estratégia. Quando ocorre, é realizado de forma alternativa, com a "divulgação de boca a boca" ou com a distribuição de panfletos ou a colagem de cartazes em locais acessíveis e de maior "visibilidade"

Na Calçada, observou-se que apenas 18,3% dos estabelecimentos comerciais e de serviços pertenciam ao circuito superior. Na Liberdade, este percentual é de 23,7%, salientando-se que, pela dificuldade de mensuração, não foram quantificados os estabelecimentos do mercado informal⁷. Na maioria das vezes, uma parcela do circuito inferior, aquela referente ao mercado informal, disputa espacialmente os consumidores de determinadas áreas com o circuito superior. Vários empecilhos são colocados para este tipo específico de circuito inferior como as proteções nos passeios ou a perseguição da Prefeitura, mas eles resistem "bravamente". Percebe-se que eles disputam este mercado com o circuito superior pela localização do segundo em áreas privilegiadas e de maior circulação de consumidores. Sua característica básica é vender produtos e serviços similares, como foi percebido nos dois bairros pesquisados com este enfoque – Calçada e Liberdade – a um custo bastante inferior.

Percebe-se que há uma forte relação entre os dois circuitos na periferia. Muitas vezes, o superior é que controla o inferior. Muitos dos estabelecimentos que compõem o circuito inferior compram produtos em maior quantidade no próprio circuito superior local e revendem a varejo para a população passante. O circuito superior na periferia funciona, muitas vezes, como uma atividade mista, que faz o elo de ligação entre as grandes corporações e a população de baixa renda. Exemplos típicos são as redes bancárias, lojistas/atacadistas.

Vale ressaltar que o circuito superior localiza-se na periferia, em áreas onde a demanda populacional, as vias de circulação e as facilidades de acesso são mais favoráveis. Os núcleos de bairros e, principalmente, aqueles menos especializados, não apresentam nenhum (ou poucos) elemento (s) do circuito superior.

9 – O estágio atual do processo

O aumento das necessidades de consumo vai provocar um aumento da oferta de produtos para atender às novas demandas. Vale ressaltar que, muitas vezes, novas necessidades de consumo podem ser induzidas pela mídia. No pensamento de Milton Santos,

“a glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se conhece como distinto, a partir da igualdade entre todos” (SANTOS, 1987).

O comércio da vizinhança

Os núcleos menos especializados das periferias das cidades aparecem em áreas onde há dificuldades de acesso e onde a renda é relativa-

mente menor. Nestes núcleos, os estabelecimentos comerciais e de serviços encontram-se distribuídos pelas diversas ruas próximas ou que fazem parte do núcleo propriamente dito. Nestas áreas, as atividades não costumam concentrar-se, formando verdadeiramente um núcleo. Em poucos casos ocorrem pequenos aglomerados, localizados em pequenas praças e largos. A mão-de-obra destes estabelecimentos comerciais e de serviços é, via de regra, familiar, com poucos assalariados.

Estas atividades surgem como uma alternativa de complementação do orçamento familiar, pois, na maioria das vezes, o dono do estabelecimento tem outra atividade profissional. Não há linha de crédito formal para os consumidores. O mais comum são as compras para pagamento posterior, chamadas popularmente de "fiado". Isto ocorre porque a relação entre o prestador do serviço e/ou comerciante e consumidor é essencialmente da vizinhança, já que a maior parte dos consumidores destes núcleos é morador das áreas próximas dos estabelecimentos. Outra característica comum aos núcleos de vizinhança é que muitos dos estabelecimentos são também residências, ou seja, o estabelecimento é a própria casa do dono. Este fato faz com que a mobilidade populacional não varie entre o dia e o início da noite (normalmente até as 21:00).

O interessante no perfil destes estabelecimentos é que não há uma especificidade no tipo de produto oferecido. Onde há um bar, pode haver também uma mercearia ou uma lanchonete. Onde há uma sorveteira, pode haver também uma padaria ou uma oficina de corte e costura. Este fato é fundamental para a compreensão do tipo de núcleo que está sendo analisado. Os tipos de estabelecimentos comerciais mais frequentes são as mercearias, os bares, as padarias e pequenas lojas de materiais de construção. Entre as atividades de serviços, as mais frequentes são as costureiras, as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e as oficinas em geral. A Av. dos Ferroviários, em Plataforma, e o

Aterro de Alagados, na Ribeira, são exemplos típicos desses tipos de núcleos (ver Mapa 1).

Na realidade, o que está se chamando de centro, não funciona como um centro de fato. Há, sim, uma grande distribuição espacial destas atividades que, quando mapeadas, formam uma grande área de comércio e serviços, espacialmente dispersa, que surge em função das necessidades básicas das populações locais.

As centralidades de bairro

Diferente das áreas comerciais de vizinhança, em vários bairros da periferia aglomeram-se atividades comerciais em áreas onde há uma circulação mais intensa de transporte coletivo e fácil acessibilidade. Estas áreas vão caracterizar-se pela maior diversidade na oferta de produtos e serviços aos consumidores e por uma especialização maior.

Nestes tipos de centralidades, as atividades comerciais não ficam dispersas; apesar de haver grande distribuição por toda área, elas concentram-se em pontos estratégicos. É muito comum concentrarem-se nas grandes praças dos bairros, próximos a importantes áreas de lazer, em terminais de ônibus, etc. Em Plataforma, pode-se citar a Av. Suburbana e a Praça São Brás. A primeira estabelece-se por ser um importante entroncamento, servindo também como área de transbordo. É um local onde a quantidade de pessoas que circula diariamente é relativamente grande, devido ao intenso fluxo de ônibus; a segunda tem um importante papel histórico para o bairro, além de servir como ponto de transporte coletivo.

Percebe-se que as centralidades de bairro apresentam um público alvo que vai geralmente além das suas imediações e vizinhanças. Isto ocorre em função também da maior especialização dos produtos oferecidos nestas áreas. Áreas onde concentram-se atividades comerciais voltadas para o lazer da população apresentam uma atração superior ao bairro inclusive.

Normalmente, os estabelecimentos destes núcleos são voltados para um tipo ou um grupo de produtos. Dentre os estabelecimentos comerciais, os principais são as farmácias, restaurantes, grandes e médios mercados, etc. Quanto à prestação de serviços, são as oficinas especializadas, clínicas médicas, escolas públicas e privadas de nível médio, estúdios fotográficos, postos de correios, etc., as atividades mais frequentes. Os estabelecimentos têm, na sua grande maioria, trabalhadores assalariados. Vão aparecer alguns estabelecimentos com um ou dois empregados e outros com uma quantidade maior, dependendo do seu porte.

Alguns estabelecimentos possuem linha de crédito bancário. Geralmente ocorre o funcionamento de crédito eletrônico (cartão de crédito), não funcionando o sistema comum no comércio de vizinhança – os “fiados”. A quantidade de produtos oferecidos nestas áreas, apesar de ser, muitas vezes, pequena, é bastante superior a do comércio de vizinhança.

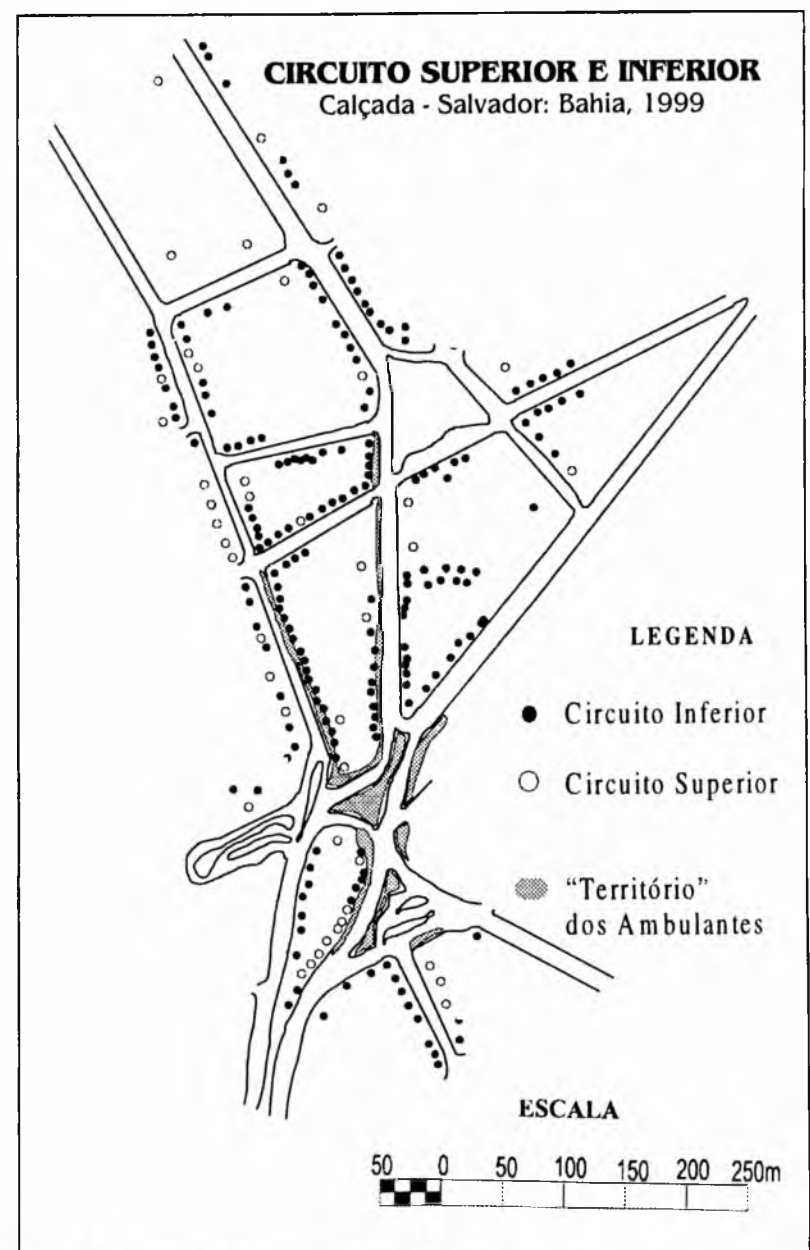
Poucos estabelecimentos funcionam como moradia. Este fato faz com que haja, dependendo da área, uma diferença na mobilidade da população entre o dia e a noite, característica comum às áreas essencialmente comerciais. Esta mobilidade será maior, conforme a consolidação do núcleo. Um dado importante é que núcleos comerciais vão aparecer intercalados por áreas residenciais. Apesar de se constituírem como núcleos, apresentam certa dispersão, não estão fortemente consolidados, e seu raio de atração não ultrapassa, geralmente, a escala do bairro, isto dependendo da área em que estejam localizados.

Os sub-centros das cidades

Verdadeiros frutos da descentralização das atividades comerciais e de serviços nos grandes centros urbanos, os sub-centros das cidades são os que apresentam maior especialização dos produtos e serviços oferecidos à população da periferia. Porém, nem todos os sub-centros das cidades (Roberto Lobato Corrêa os chama de

núcleos secundários) apresentam esta especialização, principalmente nas áreas periféricas.

Mesmo assim, é nestas áreas, onde estão concentrados os estabelecimentos mais especializados da periferia. Fatores como acessibilidade, circulação e função da área influenciam bastante sua consolidação. Como exemplos destes centros, tem-se os núcleos comerciais da Calçada e da Liberdade (ver Mapas 3 e 4). A característica da distribuição espacial das atividades comerciais e de serviços nestes tipos de centralidades é a fraca dispersão dos estabelecimentos, que ocupam todo o espaço do núcleo. Uma



MAPA 3 - Circuito superior e inferior, Calçada

especificidade destes núcleos é que eles se constituem como áreas essencialmente comerciais, com pouca ocorrência de áreas residenciais. Dessa forma, a mobilidade populacional, que é intensa durante os horários comerciais nos dias úteis, será bastante modificada durante a noite, domingos e feriados.

Os estabelecimentos que compõem estes tipos de núcleos apresentam a maior organização interna da periferia. Relações de trabalho, linhas de crédito e oferta de produtos e serviços são bem diferentes dos outros núcleos da periferia, mostrando a diferenciação na especialização

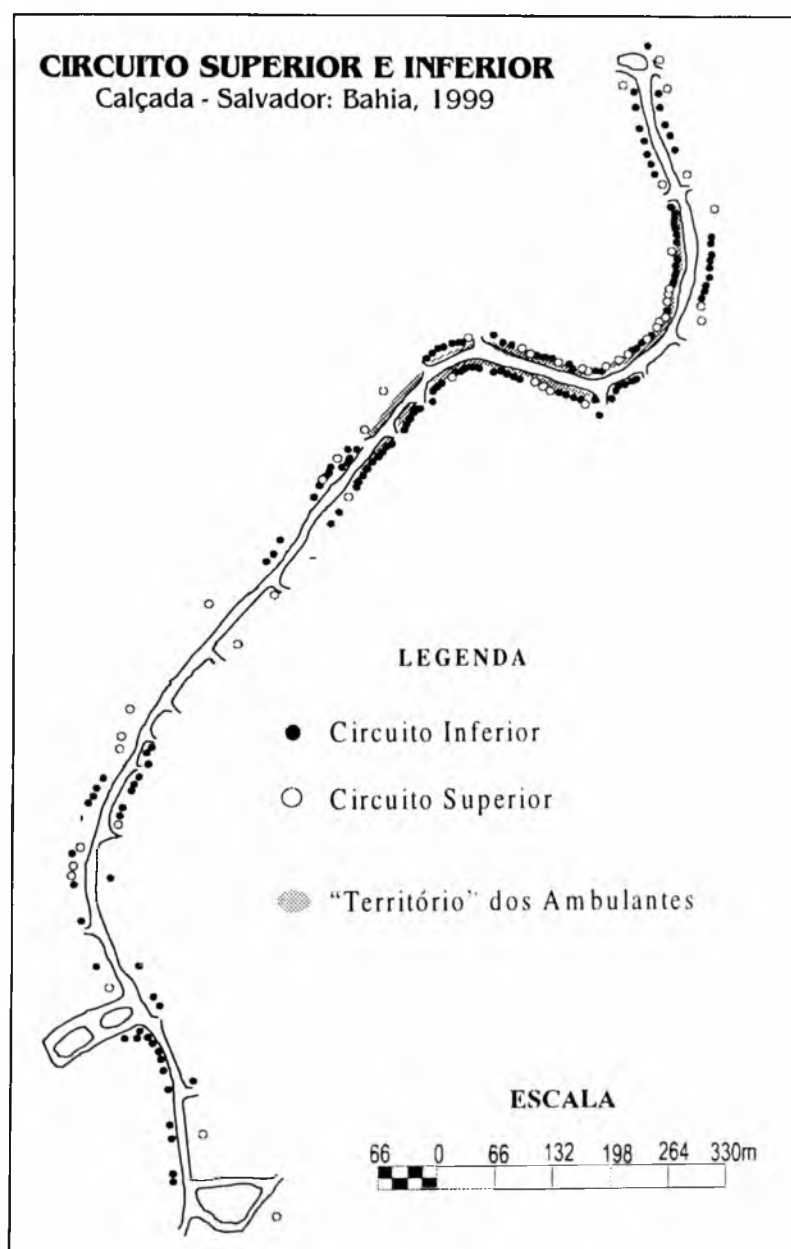
dos sub-centros. Porém, deve-se ressaltar que fala-se de uma especialização nas atividades, mas não de uma homogeneidade desta especialização.

Os elementos do circuito superior só irão aparecer na periferia nestes tipos de núcleos comerciais e de serviços. Estes estabelecimentos são constituídos por grandes grupos lojistas. O circuito inferior aparece nestas áreas buscando atrair consumidores de baixa renda, oferecendo produtos com um custo menor. É muito comum estes centros aglomerarem ambulantes em áreas de maior circulação.

A maior parte da mão-de-obra é assalariada, excetuando-se aqueles que trabalham como ambulantes, que são autônomos. Os salários são muito variáveis e dependem essencialmente do padrão do estabelecimento. Dentre os estabelecimentos comerciais, os grupos de mercados e lojas são os que pagam um salário maior; dentre os de serviços, os bancários são os mais valorizados.

A linha de crédito é maior, tanto para as empresas quanto para os consumidores. As empresas de grande porte conseguem crédito bancário, não pelo seu papel na periferia, mas por sua ação na cidade como um todo. Com relação ao crédito aos consumidores percebe-se que todos os estabelecimentos do circuito superior trabalham com pagamentos em cartões e com o parcelamento através das financeiras. Essa prática é comum nestas áreas, para que o consumidor possa adquirir produtos com preços maiores e ter possibilidades de pagá-lo. Na realidade, é uma forma de ampliação do consumo.

Devido à maior diversificação de produtos e serviços, estes tipos de centros apresentam um raio de atração superior aos outros tipos de centros da periferia. Isso ocorre porque os mesmos se localizam em áreas de grande fluxo de passantes. Aliás, vale destacar que é em função da acessibilidade que será determinado o raio de atração, devido à circulação intensa de veículos particulares e coletivos, inclusive maior que a Liberdade, um núcleo com características semelhantes (ver Mapas 3 e 4).



MAPA 4 - Circuito superior e inferior, Liberdade

10 - Os núcleos consolidados e os núcleos "instáveis"

As diferenciações nas estruturas dos estabelecimentos comerciais e de serviços, localizados na periferia, provocam diferenciações na dinâmica espacial das centralidades que se formam nestas áreas, originando dois tipos de núcleos - os consolidados e os instáveis. Os primeiros são aqueles que apresentam maior organização, além de um raio de atração superior à escala do bairro; os segundos são aqueles que apresentam estruturas organizacionais "fragilizadas" e que têm seu raio de atração limitado à esfera do bairro.

Os núcleos consolidados

Estes tipos de núcleos são essencialmente os chamados sub-centros das cidades, analisados anteriormente. Neles estão localizados os poucos elementos do circuito superior, adaptados ao consumo da população de baixa renda. Estas características possibilitam a consolidação destes estabelecimentos nos espaços periféricos da cidade.

Entretanto, vale salientar que não são apenas estes os elementos que possibilitam a formação dos núcleos consolidados. Claro que o processo histórico, de relações que se desenvolvem no cotidiano, também vai favorecer este fortalecimento.

Com relação à consolidação de uma centralidade comercial e/ou de serviços, a partir das relações que se constituem no cotidiano da população residente na periferia, pode-se dizer que a mesma toma corpo com determinados hábitos que a população adquire ao consumir nestes espaços. Um passante fiel que compra um lanche todos os dias, um trabalhador local que costuma utilizar-se dos serviços dos correios, devido à proximidade da empresa que trabalha, tudo isso favorece a formação de uma *rede submersa* de relações⁸ que são fundamentais para a consolidação de um centro.

Um outro ponto a ser destacado nos núcleos consolidados da periferia é a sua estrutura organizacional interna. Uma maior organização favorece uma relação de "confiança" mais sólida entre o prestador de serviços e/ou comerciante e consumidor. O papel do *marketing* das empresas do circuito superior não deve ser menosprezado, mas o circuito inferior é também atraente.

A centralidade de comércio e de serviços da Calçada é um importante exemplo deste tipo de núcleo consolidado. Tanto o papel que desempenha como eixo de ligação entre a periferia e o velho centro de Salvador, quanto a estrutura organizacional do seu circuito superior e a grande quantidade de elementos do circuito inferior, promovem o fortalecimento das relações entre o núcleo e o seu público alvo. É importante salientar que mesmo em um núcleo consolidado, como a Calçada, nem todos os estabelecimentos vão apresentar uma boa estrutura organizacional interna, apenas aqueles que constituem o circuito superior. O circuito inferior vai aparecer normalmente sem esta organização, porém em uma quantidade muito maior que em qualquer outro tipo de centralidade da periferia.

Destaca-se ainda que um núcleo consolidado não o será necessariamente para a "eternidade". Apesar destes tipos de núcleos apresentarem um grande fortalecimento nas suas relações internas e externas, um determinado processo que se desenvolva no ambiente urbano pode provocar o enfraquecimento do núcleo, podendo até ocasionar sua estagnação.

Os núcleos instáveis

Os núcleos instáveis de comércio e serviços da periferia são aqueles que não apresentam uma forte estrutura organizacional interna, além de se localizarem, na maioria das vezes, em áreas da chamada "periferia da periferia" onde a circulação e o acesso representam dificuldades para os consumidores. São caracterizados pelas centralidades de bairro e pelo comércio de vizinhança.

Na realidade, o processo de formação de centralidades comerciais e de serviços sempre se inicia com a formação de um núcleo instável. É o fortalecimento destas relações que favorecerá a consolidação ou não destes núcleos. Aqueles núcleos que apresentarem as características mais favoráveis (acessibilidade, facilidade de circulação e articulação, aparecimento de elementos mais articulados com o circuito superior, etc.) terão maiores possibilidades de consolidação. Os outros núcleos permanecerão instáveis, podendo desaparecer ou estagnar.

Muitas atividades comerciais e de serviços surgem na periferia para atender a especificidade da população de baixa renda. Porém, isso nem sempre acontece. Muitas vezes, os produtos são oferecidos a um custo até mesmo superior ao das áreas mais centrais, devido ao baixo estoque de produtos, à dificuldade de crédito, etc. Estes estabelecimentos, por não apresentarem um boa demanda de consumidores, entram em processo de decadência e podem desaparecer, alterando o espaço no qual estão inseridos.

Um outro fator que determina a fragilidade destas centralidades de bairros é a crescente disseminação de uma ideologia americana o vício do *shopping center*. Muitas vezes, os consumidores deixam de adquirir produtos e serviços nas áreas do seu entorno para ir ao *shopping* do centro da cidade, pagar um preço maior, utilizando a atividade como lazer.

Porém, não são apenas estes fatores que provocam a instabilidade de um núcleo. Algumas centralidades de bairro podem desempenhar papel relevante para o espaço no qual estão inseridas e, por algum outro fator, entrar em declínio. No bairro de Plataforma, por exemplo, a área ao redor da antiga fábrica de tecidos apresenta todas as características de que ali havia um importante centro para o bairro. Com a decadência da sua produção, este comércio local estagnou-se, fazendo com que estagnasse também o núcleo.

Percebe-se que, mesmo instáveis, estes

núcleos comerciais desempenham importante papel para a periferia. Dependendo do objeto de consumo da população, nestes tipos de núcleos pode haver uma fidelidade que é construída através das relações de vizinhança. Encontrar algum conhecido, saber novidades, tudo isso pode acontecer num simples ir e vir às/das compras. E, com certeza, são também relações como estas que fortalecem estes tipos de centralidades na periferia.

O Problema das variações entre as centralidades

Certamente, o mais complicado ao tentar propor generalizações sobre as centralidades comerciais e de serviços, seja na periferia ou nas áreas centrais, está na inserção deste ou daquele centro nesta ou naquela tipologia. Entretanto, o mais importante é perceber e qualificar estes centros a partir dos seguintes pontos:

O público alvo do centro;

A forma de articulação dos seus eixos de circulação. Conseqüentemente, estará se analisando a questão da acessibilidade se favorável ou não à consolidação do centro;

A estrutura organizacional interna dos estabelecimentos localizados no centro;

As formas de articulação entre estes estabelecimentos na escala intra-bairro, numa mesma centralidade e/ou com outras centralidades de bairro;

O perfil dos estabelecimentos que compõem o centro;

E o papel que a centralidade desempenha no espaço no qual está inserida.

São estes fatores que vão nortear qualquer análise sobre a formação de centralidades de comércio e serviços na periferia e que possibilitarão a caracterização de cada uma delas, o que resultará na sua inserção nesta ou naquela categoria de núcleo consolidado ou instável acima referenciados.

11 – O cotidiano e as áreas comerciais e de serviços

O surgimento e o crescimento das atividades comerciais e de serviços na periferia, como um produto das ações do homem sobre o espaço, não tem como impacto exclusivamente a formação de centralidades, segundo a lógica da produção capitalista. Este processo também vai provocar alterações na dinâmica sócio-espacial da área, causando uma redefinição das relações que se desenvolvem no cotidiano.

Como a implantação de atividades comerciais e de serviços na periferia estabelece-se sobre estruturas já construídas, a alteração inicial da aglomeração destas atividades representa, paulatinamente, a modificação funcional do espaço, adaptando as estruturas preexistentes, geralmente áreas residenciais, em áreas comerciais e de serviços. Assim, o espaço, pouco a pouco, vai deixando de ser uma área residencial para se tornar uma área comercial. Isto implica na alteração da dinâmica de um espaço de relações solidificadas, com fortes vínculos de vizinhança e com uma mobilidade populacional menor, para um espaço de relações artificiais, caracterizado pela alta mobilidade populacional e um vínculo diferenciado entre consumidor e espaço. Salienta-se, antecipadamente, que o termo mobilidade populacional está relacionado estritamente ao deslocamento das pessoas no espaço.

Os espaços das relações solidificadas

As áreas residenciais são marcadas essencialmente por um vínculo estreito entre as pessoas e “seu” espaço. Este tipo de relação é uma característica bastante evidente das periferias urbanas: a população constrói um cotidiano marcado pelas relações pessoais. São estes vínculos entre moradores e entre eles e o espaço que constituem o que se chama de espaço de relações solidificadas. Surgem sentimentos como a solidariedade, o bairrismo e a defesa do bairro, enquanto lugar.

Nestes espaços, a mobilidade populacional é relativamente menor, já que, continuamente, são os mesmos homens que sobrepõem, sucessivamente, suas ações ao longo do tempo. Uma menor mobilidade populacional⁹ vai possibilitar a construção de um vínculo mais estreito entre o homem e o lugar, pois implica em uma contínua repetição de ações familiares pretéritas (uma ida à praça, ao mercado, ao bar, etc.). São estas relações mais profundas que constituem as chamadas *redes submersas*.

Os espaços das relações artificiais

Nestes espaços, onde as atividades comerciais e de serviços são mais consolidadas, as relações são também mais “artificiais”. Também a mobilidade populacional é maior, em função do seu maior raio de influência. Há, então, um fluxo muito grande de pessoas e, conseqüentemente, uma constante mudança dos atores sociais que atuam sobre a paisagem. Essa mobilidade é também diferenciada entre a paisagem diurna e noturna.

Todavia, nem todas as relações desenvolvidas nos núcleos consolidados de comércio e de serviços são artificiais. Os trabalhadores, sejam comerciários, prestadores de serviços etc., constroem uma gama de relações específicas, estabelecendo um vínculo diferenciado, relativamente forte com o lugar¹⁰

12 – Descentralização e formação de centralidades na periferia

O processo de formação/consolidação das atividades comerciais e de serviços na periferia não tem como força propulsora apenas os fatores discutidos anteriormente (acessibilidade, circulação, etc.). Também o fenômeno da descentralização das atividades comerciais e de serviços atua indiretamente, impulsionando o processo. Esta descentralização, que tem como causas o crescente aumento populacional e o estágio de saturação do comércio e dos serviços nas áreas

as centrais, é uma alternativa para determinadas atividades, que podem ganhar, com isso, novas demandas em função da impossibilidade de localização nas áreas mais centrais, devido aos custos de implantação, à forte concorrência, ao valor imobiliário, etc.

Portanto, falar em produção espacial do comércio e dos serviços fora das áreas centrais é também entender o processo de descentralização pelo qual passam as grandes áreas metropolitanas brasileiras, a partir da década de 70. Seria esta crescente busca por consumidores nas áreas de baixa renda uma especificidade do processo de descentralização ou isto representaria apenas o surgimento natural destas atividades nas áreas periféricas, em função do aumento da demanda demográfica e da crescente expansão urbana?

Indiscutivelmente, analisar a descentralização comercial e de serviços é também abordar a questão do crescimento populacional. Então, independente do espaço para onde estejam deslocando-se as atividades comerciais e de serviços, sejam de alta, média ou baixa renda, o crescimento da população atua como um fator importante, já que indica a possibilidade de retorno favorável do investimento. Determinadas atividades têm se deslocado para a periferia, mesmo com a predominância de um público essencialmente de baixa renda. São filiais de importantes cadeias de lojas de móveis e eletrodomésticos, farmácias, supermercados, bancos, serviços médicos, odontológicos, laboratoriais, etc.

Núcleos comerciais e de serviços como o da Calçada e da Liberdade são exemplos deste processo. Sua oferta de produtos e de serviços transformou estes espaços em sub-centros da cidade de Salvador (núcleos consolidados), com uma influência muito ampla.

Até mesmo áreas com núcleos instáveis, cuja característica é uma menor especialização dos produtos, com um público alvo mais limita-

do, passam por este processo de crescente surgimento de novos estabelecimentos, sejam no interior de pequenos *shoppings centers* de bairros, sejam em áreas de grande circulação. A implantação destas atividades vai fazer com que as pessoas residentes nas proximidades não necessitem deslocar-se para outros centros para adquirir determinados produtos ou serviços, já que os encontram muito mais próximos.

Entretanto, não se pode perder de vista um fato: fala-se aqui em deslocamento e ou surgimento das atividades comerciais e de serviços na periferia, mas não do deslocamento das tomadas de decisões. Sabe-se que as importantes decisões, principalmente das filiais dos grandes grupos comerciais e de serviços bancários, por exemplo, não são definidas na periferia. A dificuldade de comprovação deste tipo de informação é salientada por MORRIS:

“Conquanto os dados sobre a localização das tomadas de decisões sejam menos acessíveis, a tendência no sentido do domínio por um escasso número de empresas, assim como a tendência para confinar os escritórios e os estabelecimentos financeiros em pequenas áreas, nas grandes cidades, necessitam de pouca documentação” (MORRIS, 1972).

O percebido é que a periferia, local de concentração de um público essencialmente de baixa renda, constitui-se, nos dias atuais, como um atrativo para os estabelecimentos comerciais e de serviços. Isto vai redefinir o conceito de descentralização das atividades comerciais e de serviços, que procuram atender a estas demandas específicas. Este processo vai determinar, indiretamente, mudanças nos espaços periféricos, por promover alterações locais que impactam tanto o espaço, quanto a mobilidade e a dinâmica da população, portanto, seu cotidiano.

Notas

- 1 Projeto Interdisciplinar, composto por *Prof. Angelo Serpa* (Coordenador do Projeto, Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena); *Adma Elbachá* (Engenheira Civil e Sanitarista, Mestre em Geotecnia pela PUC-Rio); *Antônia Garcia* (Socióloga, Mestranda em Geografia/UFBA, bolsista da CAPES); *Fábio Angeoletto* (Biólogo, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo/UFBA, bolsista do CNPq); *Gil Carlos Porto* e *Sueli Coelho* (Estudantes do Curso de Graduação em Geografia/UFBA, bolsistas do PIBIC/CNPq); *Marcio Lima* (Ator, bolsista da DKA-AUSTRIA); *Markus Spitzbart* (Engenheiro Ambiental, pesquisador do Serviço Austríaco de Cooperação para o Desenvolvimento); *Jânio Laurentino dos Santos* (Licenciado e Bacharel em Geografia /UFBA, bolsista do CNPq) e *Sandro Corrêa* (Licenciado em Geografia/UFBA).
- 2 SANTOS, J. & SERPA, A. *Análise do Processo de Centralização e Descentralização das Atividades Comerciais e de Serviços: Os Exemplos de Plataforma e Ribeira*. Salvador: PIBIC – CNPq/UFBA, 1998 (Relatório de Pesquisa)
- 3 Na prática, não há limites oficiais nos bairros de Salvador. Eles foram determinados segundo os objetivos da pesquisa.
- 4 SANTOS, J. & SERPA, A. *Os Dois Circuitos da Economia na Periferia de Salvador: Os casos da Calçada e Liberdade*. Salvador: PIBIC – CNPq/UFBA, 1999 (Relatório de Pesquisa).
- 5 Pressupõe-se que cerca de 80% da população do bairro é de origem negro-africana, embora a maioria dos moradores se classifiquem como “mestiços” (Ver: Batista, M. S. *Perfil sócio-econômico espacial do bairro da Liberdade: Uma análise comparativa das Avenidas Peixe e Lima e Silva*. Monografia de Bacharelado. Salvador: Departamento de Geografia (UFBA), 1999).
- 6 Efeitos econômicos sobre as empresas e atividades decorrentes da ação de elementos externos a elas. A localização junto a um nó de tráfego confere maior acessibilidade. A co-presença de outras empresas em um mesmo local cria uma escala que uma única empresa não teria (CORRÊA, 1989).
- 7 Estudar o mercado informal não foi objetivo específico desta pesquisa. Sobre o assunto, consultar a excelente revisão de Pedro de Almeida Vasconcelos (“Le Travail Informel Urbain: Une Évaluation de la Littérature.” In: *Revue Canadienne d’Études du Développement*. Ottawa: Éditions de L’Université d’Ottawa, 1985, vol VI, n. 1, p. 87-124).
- 8 O sociólogo espanhol Tomás Vilassante utiliza-se do termo para definir redes informais de relações, consolidadas no cotidiano das comunidades (compare: Vilassante, T. *Metodologia dos Conjuntos de Ação*. In: *Anais do VI Colóquio sobre Poder Local*. NPGA-UFBA: Salvador, 1996).
- 9 Das 3 milhões e 691 mil viagens feitas diariamente pelos habitantes de Salvador, 1 milhão e 70 mil são feitas a pé, de acordo com uma pesquisa coordenada por Francisco Ulisses Santos Rocha, da Superintendência de Transportes Públicos, da Prefeitura Municipal. As causas apontadas pelo estudo – que contemplou 600 mil domicílios – para este fato são, além da dificuldade financeira, as necessidades de deslocamentos curtos, a deficiência do sistema de transportes e a tradição cultural das caminhadas em festas populares. Apenas 21% dos domicílios pesquisados têm um carro estacionado na garagem (Jornal A Tarde, 6/8/99).
- 10 “Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe como uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele (...) O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente” (AUGÊ, 1994).

Bibliografia

- A TARDE. Andar a pé é o segundo meio de deslocamento em Salvador. Local, p.5, 6/8/99.
- AUGÊ, M. *Não-Lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas. Papyrus, 1994.
- AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Editora Record, 1974.
- BRADFORD, M. G. & KENT, W. A. *Geografia Humana: Teorias e suas Aplicações*. Lisboa: Gradiva, 1987
- BATISTA, M. S. *Perfil sócio-econômico espacial do bairro da Liberdade: Uma análise comparativa das Avenidas Peixe e Lima e Silva*. Monografia de Bacharelado. Salvador: UFBA, 1999.
- CARLOS, A. F. A. *A (Re)produção do Espaço Ur-*

- bano. São Paulo: Edusp, 1994.
- CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1997.
- FREITAS, N. M. R. de *Calçada a Estação e o Bairro*
In: *Boletim Baiano de Geografia Vol. 8 ano IV V e VI*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais/ AGB/ UFBA, 1965.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MORRIS, R. M. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972
- OLIVEIRA, C. L. de & SARMENTO, W. M. *Plataforma, subúrbio Industrial da cidade de Salvador* - In: *Boletim Baiano de Geografia Vol. 8 ano IV V e VI*. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais/ AGB/ UFBA, 1965.
- ROCHFORT, M. *Redes e Sistemas: Ensino Sobre o Urbano e a Região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, J. & SERPA, A. *Análise do Processo de Centralização e Descentralização das Atividades Comerciais e de Serviços: Os Exemplos de Plataforma e Ribeira*. Salvador: PIBIC – CNPq/UFBA, 1998 (Relatório de Pesquisa).
- SANTOS, J. & SERPA, A. *Os Dois Circuitos da Economia na Periferia de Salvador: Os casos da Calçada e Liberdade*. Salvador: PIBIC – CNPq/UFBA, 1999 (Relatório de Pesquisa).
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987
- SANTOS, M. *Pobreza Urbana 2ª ed.* São Paulo: Hucitec, 1979.
- SERPA, A. *Urbana Baianidade, Baiana Urbanidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- VASCONCELOS, P. A. "Le Travail Informel Urbain: Une Évaluation de la Littérature" In: *Revue Canadienne d'Études du Développement*. Ottawa: Éditions de L'Université d'Ottawa, 1985, vol VI, n. 1, p. 87-124.
- VILASSANTE, T. *Metodologia dos Conjuntos de Ação*. In: *Anais do VI Colóquio sobre Poder Local*. NPGA-UFBA: Salvador, 1996



A PROLIFERAÇÃO DO "GOSTO GLOBAL" NO BRASIL

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

RESUMO:

Assiste-se cada vez mais à entrada de grandes redes de comércio integradas ao sistema de franquias no território brasileiro, o *fast food* tem se destacado pelo seu adiantado estágio de evolução no sentido de formação e padronização das operações. O *fast food* é um sistema capaz de criar imagens e códigos decifráveis por grupos, sugerindo e encadeando comportamentos, provocando de certa forma uma homogeneização do gosto em nível mundial. O horário dedicado às refeições é escasso e o *fast food* entra nessa conjuntura de um "novo tempo" no urbano. Essas alterações nas relações de produção não se dão bruscamente, ao contrário, são reproduzidas através de inovações graduais e de maneira sutil, somente quando atingem um grau de amadurecimento é que essas mesmas relações permitem as mudanças. O *fast food* é um sistema de massa que atinge um mercado maior, passando por cima de costumes e tradições. O papel da mídia é muito importante nesse processo pois invade o cotidiano, num jogo de símbolos e signos, com significados pré-determinados. É pelo "lugar" que o "mundial" é empiricamente percebido. Nessa dinâmica, a homogeneização e a diferenciação ocorrem paralelamente.

PALAVRAS-CHAVE:

Comércio, consumo, espaço urbano, *fast food*, sistema de franquia

ABSTRACT:

All over the Brazilian territory, one can see more and more the arrival of big commerce chains integrated to the franchising system, the fast food has stood out due to its advanced stage of evolution in what concerns the shaping and standardization of the operations. The fast food is a system capable of creating images and codes which are decodable by groups, suggesting and launching behaviors, leading in a certain way to a homogenization of taste at world level. The time dedicated to the meals is short and the fast food joins this conjuncture of a new era in the cities. These alterations in the relations of production do not take place abruptly; on the contrary, they are reproduced by means of gradual innovations and in a subtle way, allowing such changes to happen only when they reach a level of maturing. The fast food is a mass system, which encompasses a bigger market, disregarding customs and traditions. The role of the media is very important in such process since it invades the day by day, in a game of symbols and signs, with pre determined meanings. It is by the "place" that what is "worldwide" is empirically noticed. In this dynamic, homogenization and differentiation take place in parallel.

KEY WORDS:

Commerce, consumption, urban space, fast food, franchising

Este texto¹ analisa o *fast food*, enquanto tendência do comércio varejista brasileiro, dando ênfase à capacidade de padronização de suas atividades estruturais, sua materialização no espaço, e à conseqüente homogeneização dos gostos.

A década de 1980 foi o período de crescimento e consolidação do sistema de franquias no Brasil, por isso, o mercado de *fast food* (em sua grande maioria integrado a esse sistema) ainda é pouco explorado, mas o interesse por parte

dos novos investidores tem aumentado significativamente devido ao aumento de pessoas que fazem suas refeições fora de casa, principalmente nas grandes cidades. O Brasil é considerado um território com grande potencial de expansão para o *fast food*, afinal, pelas projeções, até o final do século metade da população brasileira que trabalha na área urbana estará fazendo refeições fora de casa. Isso significa um volume enorme de pessoas entrando em restaurantes, lanchonetes, *fast food*, e outras opções.

Segundo o discurso empresarial as principais vantagens do sistema de franquias são: “*expansão, velocidade, popularização, rapidez, dinamismo, solidez, sucesso*”. Esse sistema pode propiciar ao detentor da “marca” uma maior velocidade espaço-tempo, isto é, num menor tempo ganham mais espaço (através da abertura de vários pontos de venda). Por tudo isso esse sistema vem apresentando elevado índice de crescimento e aceitabilidade pelas empresas, afinal, atualmente, a busca pela expansão (lucro rápido), torna-se prioritária, norteando todo o mundo dos negócios.

As telecomunicações são de fundamental importância nesse processo, pois articulam as redes de franquias, diminuindo as distâncias e promovendo uma nova regionalização do espaço, conforme o interesse empresarial, e somente algumas áreas são escolhidas para a implantação das lojas.

O atual modelo de reprodução do mundo capitalista tem nos levado a uma nova perspectiva do tempo e do espaço, governada pelo tempo produtivista. Os objetos são reduzidos a signos, criando modelos para manipular pessoas e consciências e o tempo também passa a ser severamente gerenciado. Acreditamos que, com o avanço desse processo, as velhas funções das cidades ficarão ainda mais subordinadas e serão sistematicamente redefinidas. Ao percorrermos esse caminho de análise, entendemos que a normatização dos gostos passa a ser fundamental, para que esse modelo de produção continue a se reproduzir. No *fast food*, a produção e a troca, o

administrável e o tecnológico passam a fazer parte de um mesmo processo; essas transformações no processo produtivo conduzem o mercado, o gosto, a necessidade e passam a requerer um novo tempo e um novo espaço.

Fica claro que todas as mudanças ocorridas no âmbito da produção e consumo acabaram reprogramando o cotidiano de algumas pessoas, em alguns lugares, e muitos outros fatores acabaram auxiliando para que ele se desse desta forma.

A distância-tempo necessária para se ir e vir da casa ao trabalho tem aumentado, principalmente nas grandes metrópoles, o que leva algumas pessoas a se adaptarem ao que o ambiente próximo lhes oferece. Neste sentido, as lanchonetes de serviço rápido vêm sanar tais dificuldades, oferecendo lanches e refeições rápidas, serviço eficiente e menor preço. Entretanto, no que concerne à qualidade do “produto comida” é no mínimo questionável, pois trata-se de uma alimentação incompleta, totalmente industrializada, à base de conservantes, com muita energia, calorias e pouca vitamina. Se pensarmos estas, entre outras variáveis, veremos que não é uma alimentação saudável, para que seja utilizada diariamente. Porém, a qualidade nem sempre é levada em consideração pelas pessoas que, normalmente, não oferecem resistência ao *comer formatado*². Esse novo estilo de comer passa a ser uma opção imposta pelo próprio modo de vida, pela sua adequação e comodidade. Isto se torna evidente se observarmos o cotidiano dos metropolitanos: eles realmente aderiram a esse novo estilo de comer.

O *fast food* carrega consigo, além de uma “marca” forte, um “produto” que tem um “uso” pré-determinado: ele vem pronto e acabado, é igual em todos os pontos de vendas e, no local em que se instala, ele dita as regras: quem vai consumir, como vai consumir, como vai manipulá-lo etc.

Tomando o *fast food* como exemplo dessa determinação percebe-se que quando as primeiras redes americanas começaram a vender

seus lanches do tipo *hambúrguer* no Brasil, uma espécie de "americanismo" surgiu no país. Isto vai de encontro ao pensamento de (LEFEBVRE, 1991, p.32), quando diz que na França: "*Um certo americanismo se introduzia, não tanto pela ideologia, como pelo cotidiano.*"

Essas empresas, que num primeiro momento foram as americanas e, posteriormente passaram a ser originárias de diversos países, elaboraram um "ritual" formatado e aos consumidores cabia apenas segui-lo: a expansão do McDonald's é um exemplo claro dessa formação.

Embora isso se mantenha até hoje, muitas coisas mudaram e esse processo se intensificou: comer em *fast food* é um "novo hábito" do brasileiro, principalmente os que residem nas grandes cidades. O ritmo de vida imposto, nessas cidades, é veloz, e isso faz com que as pessoas necessitem de serviços rápidos e o *fast food* entra nessa conjuntura de um novo tempo no urbano. Ele aparece também em outras cidades (mesmo quando não é necessário), como signo da participação no mundo global, moderno, onde a velocidade está presente.

O *fast food*, nas metrópoles, faz parte do "cotidiano" nas cidades menores ele representa a "festa" De um modo ou de outro, ele exerce seu fascínio, pois enquanto uns vêem nessa "forma de comer" uma necessidade, outros encontram nela prazer, realização, lazer.

LEFEBVRE (1991) coloca em evidência a degenerescência simultânea do "Estilo" e da "Festa" na sociedade, onde o cotidiano se estabeleceu. Segundo esse Autor, o Estilo se degrada em cultura cotidiana (de massa) e é arrastado para a fragmentação e decomposição. A Festa não desaparece totalmente, são agradáveis miniaturas do que já foram.

A expansão do *fast food* no Brasil foi uma conquista gradual e totalmente importada. Entretanto, essa "americanização" ou "gosto global" não se deu somente no Brasil, espalhou-se pelo mundo.

Atualmente, com o avanço do processo de globalização, exigindo mobilidade e descentralização, a centralidade ganha um novo sentido. Entretanto, no que concerne ao *fast food*, os EUA continuam a ser o "centro" pois é a partir de lá que se irradiou esse fenômeno, capaz de normatizar os hábitos de consumo alimentar no mundo.

Antes da implementação do sistema de alimentação/*fast food*, o momento da refeição e todo o seu ritual tinham outro significado. A partir de sua disseminação, o *fast food* impôs seu ritmo ao tempo e ao espaço dedicados à alimentação, que passaram a entrar em sintonia com as novas exigências da sociedade. A padronização tornou-se condição para a crescente aceleração do movimento dentro das cidades e nossa paisagem foi modificada, pois os produtos mundializados, com seus símbolos e "marcas" ocuparam o espaço nacional, tornando-o mundial.

O setor de alimentação *fast food* passou a caracterizar a modernidade, pois o ato de comer ganhou, a partir dele, funcionalidade e mobilidade, não se identificando mais com o território, mas se adaptando às circunstâncias que a mundialidade impõe.

Hoje, não é mais possível identificar a origem das empresas pelos produtos que ela oferece. É a mundialização das mercadorias. O que tem a ver, por exemplo, a Pizza Hut com a Itália?

As empresas nacionais de *fast food* também não se importam mais com os antigos costumes alimentares nacionais, não há mais oposição nacional internacional no setor dos alimentos, eles se misturam, formando um todo mundial.

Embora muitas empresas não delimitem rigorosamente seu público alvo, elas o selecionam pela sua própria imagem. A sociedade atual se divide em grupos, que se revelam verdadeiras "tribos" Esses grupos se formam, tendo um elo de ligação forte, uma espécie de identidade entre os indivíduos que os compõem, seja pela idade, sexo ou preferências materiais, morais e sociais. Isto acaba criando, nos lugares, ambientes diferenciados e identificados por grupos.

Os *teens*, atualmente, formam um enorme grupo mundial, que são alimentados pelas informações trazidas pela TV e pela Internet, e com isso, estão cada vez mais parecidos. Apesar de existirem diferenças culturais entre alguns países, os adolescentes ao redor do mundo formam hoje a primeira geração com a mesma cabeça, um exército vestido com as mesmas marcas de jeans e camiseta, que consome os mesmos refrigerantes, *fast food* e aparelhos eletrônicos. Para essa geração os alimentos industrializados estão sistematicamente presentes, pois as propagandas, através da TV, foram criando novos hábitos de consumo. Nesse sentido, freqüentar um *fast food* significa freqüentar um lugar que, sem ser central, tem uma conotação de centro. Através do *fast food* o "americano" pode estar virtualmente em qualquer lugar. Os EUA, através desse "comer formatado" impuseram e impõem toda a sua ideologia, seus valores e condutas. O *fast food* é um produto que traz com ele um modo de vida normatizado e, desse modo, mexe com o imaginário das pessoas, fazendo-as se sentirem no centro do mundo. BAUDRILLARD (1986), em seu livro *América*, trabalha muito bem com essa hiper-realidade que os produtos americanos são capazes de criar. Acreditamos que o *fast food* é mais um desses "produtos"

Esse sistema é homogeneizante, mas inclui diferenças de estratos sociais e culturais. Há uma preocupação no mercado de alimentação em agradar as pessoas, que de alguma forma resistem aos costumes locais ou mundiais: é o mercado dos migrantes. Para satisfazer esse "público" tem ocorrido a criação sistemática de *fast food* chinês, japonês e outros, com opções mais regionalizadas e menos mundializadas; mesmo assim, se mantém, e é preciso reafirmar o espírito "americano" do *fast food*.

Atualmente, o Brasil tem despertado um grande interesse nos franqueadores estrangeiros do segmento *fast food*, principalmente os norte-americanos. Embora nosso país tenha mais da metade de sua população classificada como miserável e pobre, as outras pessoas que não se

enquadram nessa massa de pobreza significam muitos consumidores ativos, que poderão ser conquistados pelas empresas comerciais. Outro fator que colabora para que este interesse se dê é o "charme" criado pela mídia mundial, despertando a preferência pelas franquias internacionais junto ao consumidor brasileiro. Esse "gosto global" faz com que muitos investidores nacionais se interessem por franquias estrangeiras. Nos logotipos também constatamos que, mesmo as empresas sendo nacionais, existe uma forte tendência em se "vestirem" de internacionais para conquistarem o mercado interno. Entretanto, isso não ocorre só no Brasil; hoje assiste-se a uma mundialização da cultura, já que o consumidor deixa de ser nacional e torna-se mundial. Ao consumir um produto importado, é como se o consumidor trouxesse para junto de si um complexo de valores e de comportamentos que refletem a visão daqueles que o produziram.

A globalização dos gostos favorece significativamente esse sistema já que o global se faz presente em todas as suas fases de desenvolvimento. Ele próprio é um sistema importado, melhor, tem origem num centro — os EUA, e isto também encerra um significado, como já foi dito anteriormente.

Assiste-se atualmente a uma intensificação das relações sociais em escala global. A tecnologia propicia novas relações espaço-tempo, o local e o global se confundem, inibindo o nacional, e fica-nos cada vez mais difícil identificá-los. No *fast food* essas relações mundiais são nítidas, já que a homogeneização dos gostos está sendo concretizada a largos passos e as ligações íntimas com o nacional estão sendo abolidas.

Mesmo tendo nos referido, a todo momento, à globalização dos gostos, gostaríamos de complementar dizendo que a globalização se realiza também através da diferenciação, pois a globalização é, ao mesmo tempo, a fragmentação, a padronização e a diferença; o local e o global não se contrapõem, pelo contrário, são faces de um mesmo processo.

A estratégia tecnológica é de grande peso no *fast food*, pois é nela que se concentra a capacidade de desenvolverem novos produtos e serviços de modo contínuo, aperfeiçoando os procedimentos. Ela é a própria garantia para que a empresa se torne competitiva, pois o sucesso dessa estratégia prevê o sucesso da própria empresa, sendo ela que instrumentaliza todas as demais. Nesse sentido é que a generalizada aplicação da gerência científica propicia a revolução técnica, não só na indústria como no comércio. As transformações geradas pelo gerenciamento são fundamentais para a estruturação, funcionamento e controle das redes de franquias.

As empresas de *fast food* tem grande capacidade de gerar o novo, isso é um processo inerente ao capitalismo, e é desse modo que a escolha do sujeito, vai se esvaziando: o que existe é uma criação industrial da necessidade.

A gerência científica, planejada e articulada, penetra nesse sistema e a manipulação e a padronização do gosto passam a ser as expressões dessa dinâmica. Tal gerenciamento reduz o caráter autônomo da demanda, e é nesse sentido que a busca do controle do mercado pelas empresas faz com que não só os consumidores sejam induzidos, como também o próprio território se torne dominado. A partir do sistema de franquias, a produção planejada passa a estar presente como nunca nas formas urbanas, através da padronização das fachadas. Com essa formatação das redes desenvolvem-se condições materiais capazes de permitir que a racionalidade da mercadoria, através do produto-marca, se estabeleça e o valor de troca sobressaia.

A mão-de-obra no *fast food* é especializada, porém, é o treinamento e o formato do negócio que a torna assim, o funcionário é "moldado" segundo as características e objetivos da empresa. Nesse sentido, aproveita-se geralmente a mão-de-obra local (da cidade onde se localiza a loja), locomovendo-a para outra unidade em funcionamento, durante um período de estágio, para que não se perca a "identidade" no serviço oferecido.

Pelo peso da padronização, os funcionários das lojas devem abandonar sua subjetividade, pois tudo lhes é imposto: cada gesto e cada minuto seguem um padrão, toda operação de trabalho é de antemão, concebida pela gerência, projetada, medida, ajustada com adestramento e padrões de desempenho. Os resultados são pré-calculados antes que o sistema seja posto em movimento, e cada trabalhador, assim, como as máquinas, é um dos seus membros e por isso precisam ser bem controlados. O trabalho se torna rico em mesmice e pobre em criatividade. O homem, enquanto máquina? Isso não nos parece um retrocesso? O *fast food* é fordista? Esse dinamismo na produção e na comercialização, não é tão difícil de se concretizar, como pode parecer, pois a própria liberdade de escolha dos consumidores é limitada através do *mix* de produtos oferecidos.

As redes de *fast food*, através desse sistema operacional rígido altamente disciplinado, vêm assegurando o padrão de qualidade em todos os pontos de venda. Os equipamentos são sob medida, para agilizar o serviço de *fast food*. O cardápio é limitado, as técnicas de produção são refinadas, divididas em procedimentos detalhados, com o objetivo de poupar tempo. A máquina substitui o principal obstáculo ao serviço "idêntico" do *fast food* - o elemento humano. Afinal, acabaram descobrindo como atender à principal característica do *fast food*: a velocidade.

Esse ritmo combina muito bem com a sociedade atual e com as necessidades que lhe são impostas pelo modo de produção. A cozinha deixa de ser considerada uma arte pessoal e se especializa, tornando-se industrial e comercial, perdendo a criatividade e a identidade. Com todo esse formato moderno, o *fast food* torna-se um lugar impessoal, um lugar sem memória. Um não-lugar? Segundo AUGÉ (1994, p.73), a supermodernidade é produtora de não-lugares e "se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar."

Essa teoria abre novas perspectivas de discussão e parece-nos bastante oportuna para o que estamos pensando no momento sobre o *fast food*: um espaço que é símbolo da supermodernidade.

O ponto comercial, em muitos casos, não se restringe à atividade comercial pois passa a ser também um empreendimento imobiliário. É aí que a localização ganha ainda mais importância, pois é uma estratégia que propicia valor, gerando o lucro. As empresas dominam o ponto, as normas de funcionamento, a produção e a "marca" ficando a autonomia do franqueado praticamente nula. Com tal controle de padronização comercial, essa empresa alcança o verdadeiro processo de racionalização produtiva do espaço.

No momento, convém considerar o nível de amadurecimento comercial de algumas empresas, levando-se em conta sobretudo sua história, desde a implantação até a mundialização de sua marca. Pensando assim, desenvolvemos em nossa pesquisa, alguns estudos de casos (através de entrevistas em empresas de *fast food* instaladas no Brasil), onde analisamos, entre outras coisas, as estratégias territoriais.

Devido às dimensões territoriais do Brasil, essa estratégia ganha importância, pois bem administrada ela é capaz de propiciar maior cobertura geográfica, através da contínua exploração de novos territórios, agregando novos pontos de vendas, significando uma maior velocidade na expansão da rede de distribuição. Existe uma grande preocupação quanto à seletividade dos diversos pontos geográficos, passando pela escolha do país, estado e cidade que melhor atendam aos objetivos de mercado da empresa.

Notadamente, o processo de escolha do ponto comercial é um fator de muita importância para as redes de franquias. Os estudos são feitos de forma bem detalhada e, embora o franqueado participe desse processo, é a empresa franqueadora quem dá a decisão final. Em algumas empresas a seleção do ponto comercial é mais rigorosa, desenvolvida através de pesquisas de campo, com o auxílio de um *check list*,

onde vão sendo pesados as vantagens e desvantagens locais de cada ponto sugerido; são montadas estruturas específicas, contratados funcionários especializados no assunto, "os olheiros" (como são chamados), que são os caçadores de pontos ideais. Essas empresas utilizam-se ainda do SIG (Sistema de Informações Geográficas) e outros programas, que auxiliam os levantamentos sócio-econômicos e fornecem mapas com as condições gerais do meio ambiente natural e construído. Há casos de empresas que terceirizam esses serviços de seleção dos pontos comerciais para empresas especializadas. São empresas que geralmente seguem critérios, como análise de fluxo de pedestres e veículos, hábitos de compra e poder aquisitivo dos consumidores. Através desses estudos, muitas lojas de *fast food* que possuem uma "marca" conceituada desafiam e tornam-se pioneiras em alguns locais; não seguem a orientação qualificada e acabam gerando ao seu redor uma concentração comercial, provocando a valorização dos imóveis. Notadamente, cada rede de franquia tem planos de desenvolvimento territorial diferenciados.

A seguir comentamos algumas das tendências locais do *fast food* no Brasil:

1) A *master franquia* e a *franquia empresarial* são exemplos das estratégias de expansão territorial, as quais propiciam maior velocidade na conquista do espaço e do tempo, isto é, num menor tempo ganham mais espaço. No caso das empresas estrangeiras, para cada país existe uma *master franquia*, que fica responsável pelo desenvolvimento da marca naquele território.

2) No que tange à distribuição das lojas franqueadas pelo território brasileiro, é nítida a *concentração na Região Sudeste* e mais significativamente no *estado de São Paulo* (que é considerado a "core área" de desenvolvimento pois tem mercado potencial para isso). Há também uma tendência locacional nas grandes cidades, o que pode ser justificado pela concentração populacional e pelos hábitos de consumo que são mais estimulados. O ritmo de vida imposto nas grandes cidades é veloz, e isso faz com que as

peças necessitem de serviços rápidos e eficientes: o *fast food* entra nessa conjuntura. Para os moradores das grandes cidades não há mais tempo de voltar para casa no horário de almoço, as refeições passam cada vez mais a serem feitas nas proximidades do local de trabalho; desse modo, o nível de crescimento do *fast food* passa a ser surpreendente nas grandes cidades de nosso país. Não é qualquer cidade que tem condições de receber as lojas de *fast food*. As empresas têm várias exigências em relação às cidades espaços-potenciais, tais como: número de habitantes, poder aquisitivo da população residente, nível de emprego, poder de atração regional do município, entre outras. Essas exigências variam em qualidade e quantidade entre as redes de franquias.

Ao observarmos as relações das lojas em funcionamento fornecidas pelas empresas entrevistadas, notamos que as cidades que compõem a Grande São Paulo possuem grande número de lojas. As demais cidades, que já as receberam, são geralmente as capitais de Estados, cidades turísticas, capitais regionais, pólos industriais e agrários, e agora, mais recentemente, cidades médias do interior do estado de São Paulo.

3) As *cidades turísticas* são bastante procuradas pelas empresas pois apresentam uma população “flutuante” em determinadas épocas do ano, o que é muito importante para o *fast food*, pois podem disseminar e proliferar o “gosto global” a partir dessas cidades para o restante do país.

4) Para se beneficiar do elevado fluxo de pedestres as empresas de *fast food*, fazem uso de uma estratégia especial, ou seja, tem pontos de venda espalhados por quase toda a *linha do metrô* da cidade de São Paulo. A partir dessa constatação podemos dizer que essa é uma localização eficaz para o desenvolvimento do *fast food*. Já que, ao se localizar nas proximidades das estações de metrô, consegue conciliar o ritmo veloz das pessoas ao seu ritmo. Em freqüentes pesquisas participativas e observações sistemáticas, nesses pontos de vendas (perto das es-

tações de metrô), percebemos que há realmente uma sintonia, uma combinação “perfeita” entre os *fast foods* e as pessoas que se utilizam desse tipo de transporte diariamente. Naquele movimento incessante de pessoas, nota-se a escassez do tempo, as pessoas não têm um instante para pensar, para descansar, para se alimentar, e num *fast food* elas realmente não pensam, não descansam, elas apenas “comem e bebem” algo que lhes conceda a oportunidade de continuar no mesmo ritmo. É por isso, talvez, que quando perguntamos a essas pessoas, se elas se sentem bem nesses ambientes, a resposta é afirmativa: criou-se a necessidade. A necessidade e o desejo, formam aí, mais um par dialético. Nas entradas e saídas das estações de metrô, na metrópole paulista, passa-nos a impressão de que, os interesses do *fast food* (vender rápido) e o do consumidor (comer rápido), nesses locais, estão em constante sintonia.

5) Os *Terminais Rodoviários*, é uma outra localização privilegiada para o *fast food* onde, novamente, o fluxo de pedestres passa a ser uma garantia de demanda para seus produtos. Entretanto, nesses locais existe um limite maior, pois o espaço liberado ao comércio é limitado.

6) As lojas franquizadas, principalmente as dos setores de *fast food*, têm forte tendência de se localizarem em *shopping centers*, pelo seu poder de concentração e seletividade da clientela. Essa preferência ficou constatada durante as entrevistas que realizamos, o ambiente artificial criado nestes locais leva o consumidor a pensar que os problemas sociais são externos, já que, o luxo e o aconchego prevalecem propiciando bem estar ao público freqüentador.

7) Ainda dentro da estratégia territorial, o tamanho do ponto de venda também é uma variável preocupante, e que muda muito, de setor para setor, porém, as instalações de *mini-franquias* estão passando a ocorrer com maior freqüência. Existe um forte interesse por parte dos franquizadores em diminuir o tamanho dos investimentos, através de soluções econômicas, como *corners*, quiosques e franquias compactas, as

quais têm perfeitas condições de funcionamento em lojas conjugadas, saguão de galerias ou *shopping centers*, exigindo pequenos espaços e menores investimentos, passando a ser uma das maneiras de se efetivar uma franquia com menos capital.

8) Outra opção que tem muita aceitabilidade entre as redes de *fast food* são as *unidades móveis*, a principal vantagem “é a possibilidade de ir ao encontro dos consumidores” Os locais apontados como preferência para as unidades móveis foram: “Estádios de Futebol, todo o Litoral Brasileiro e lugares turísticos em geral, Congressos, Feiras, Festas Regionais (uvas, flores, etc.), a cidade de Aparecida do Norte”

9) Quando nos remetemos à análise da localização dos municípios paulistas que estão recebendo lojas de *fast food*, percebemos, a importância das Rodovias (Anhangüera, Washington Luiz, D. Pedro, Imigrantes, entre outras), como indicadoras do processo de deslocamento não só das indústrias, comércio, serviços, e agora, mais recentemente do *fast food*. Esse direcionamento ficou bastante visível nessa nossa pesquisa, possibilitando-nos, inclusive, traçar linhas quase contínuas no mapa, ligando os municípios, em determinadas faixas do Estado. As localidades escolhidas pelo *fast food*, constituem-se em centros urbanos que cristalizam as materializações espaciais articuladas através da distribuição, dos processos de produção, da circulação e do consumo. Essa localização seletiva, demonstra, sobretudo, o conjunto de centros privilegiados de consumo, que concentram além dos setores econômicos produtivos, o sistema de decisão de gestão política e controle social do Estado. Percebe-se que há necessidade de uma certa continuidade espacial, na implantação de *fast foods*, melhor dizendo, mesmo que a cidade tenha um nível hierárquico inferior as outras, a localização na passagem é fundamental para que não haja grandes rupturas espaciais, o que por sua vez, altera os padrões de consumo.

As considerações e reflexões finais das entrevistas nos levaram a entender que o espaço

produzido por esse sistema é condição para que ele continue se desenvolvendo, ou seja, é a partir da multiplicação desses espaços no território “nacional” que ele introduz o “mundial” característica, como já dissemos, de grande importância para o sucesso dessa forma comercial.

Com toda a padronização e normatização presentes nesse sistema, o espaço torna-se também produto. O conjunto dos processos analisados nessa pesquisa sugere a presença de elementos, que fazem com que o estudo do sistema de franquias colabore para o entendimento do urbano. Esses elementos (planejamento, padronização, normatização, homogeneização, velocidade, e outros) criam “espaços-símbolo” que são imagens operando no sentido de reproduzir o lugar, segundo a ideologia global desse sistema. A partir do momento que ele provoca rápidos processos de adesão social a novos costumes, idéias, mitos e desejos, provoca também a cristalização de novas formas urbanas e vice-versa, ou seja, essas novas formas no urbano também são criadoras de novos processos sociais.

O *fast food* é o segmento mais globalizante dentro do sistema de franquias. Tal afirmativa tem coerência, a partir do momento em que constatamos que esse segmento foi capaz de introduzir hábitos em sintonia com o tempo produtivista exigido pelo nível de reprodução do capitalismo mundial. Há algumas décadas atrás, fazer as refeições fora de casa, comer em pé rapidamente, abandonar o “arroz e feijão” adotar o *hambúrguer* no cardápio diário, eram hábitos inconcebíveis para o brasileiro. Hoje, a partir desse sistema, uma nova realidade se instala no Brasil.

Nas grandes cidades, o *fast food* faz parte do cotidiano, é uma necessidade criada pelo tempo produtivista (um novo tempo no urbano). Nas pequenas e médias cidades o *fast food* não é necessidade, é lazer, é festa; afinal, nesses lugares o ritmo ainda é outro.

O *fast food* é um sistema de massa que atinge um mercado maior, passa por cima de costumes e tradições; seu objetivo principal é atender à nova necessidade do mundo atual, “a

velocidade” e, para isso, acaba impondo um modo de vida normatizado, ganhando espaço. O *fast food* permitiu a passagem da cozinha tradicional, com preparação de pratos típicos ou pelo menos mais próximos da cultura local, para uma cozinha industrial, diversificando, num primeiro momento, os produtos nacionais para finalmente padronizá-los e homogeneizá-los em nível mundial, guardando as diferenças.

Com toda a dinâmica produtivista, instaurada-se nas cidades brasileiras uma nova ordem espacial, que é meio e resultado da globalização econômica. E é pelo “lugar” que o “mundial” é empiricamente percebido. Nessa dinâmica, a homogeneização e a diferenciação convivem juntas.

Entender a produção do espaço urbano brasileiro, perante tantos antagonismos, gerando multiplicidades de formas, é o grande desafio

para os geógrafos e cientistas sociais da atualidade. Entretanto, tão importante quanto estabelecer as relações entre produção-comércio-espaço urbano, é perceber que essas relações não têm um sentido de determinação claro e muito menos permanente. Não existem modelos perfeitos nem verdades eternas; o sistema de franquias que é hoje uma forma coerente com a reprodução do processo de produção, e que por isso significa uma alternativa viável como estratégia do comércio varejista, poderá não ter a mesma importância no futuro. Afinal, o setor comercial é um setor dinâmico, que apresenta um alto índice de transformações e de maneira muito rápida, significando que os estudos de atualização, nessa área de pesquisa, devem ser sistemáticos, mesmo porque, do seu desenvolvimento está dependendo, em parte, o entendimento da cidade.

Notas

1 Foi publicado originalmente em Lisboa, no idioma Francês, em 1999, sob o título: *La Prolifération du “Goût Global” au Brésil*.

2 Expressão criada por nós para enfatizar o estilo da comida *pronta e padronizada* das redes de *fast food*.

Bibliografia

AUGÉ, M. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BAUDRILLARD, J. *América*. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987

CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHERTO, M. R. *Franchising: revolução no marketing*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1988.

FRANCHISING: na Economia Brasileira 1991/1994. São Paulo: Instituto *Franchising*, 1993.

FRANCHISING: na Prática. São Paulo: Makron Books, 1994.

FRANCHISING “Guia de Oportunidades” São Paulo: Instituto *Franchising*, anos de 1992, 1993, 1994, 1995.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. Trad. G.G. Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GREFE, C. et al. *El Imperio de La Hamburguesa: La cultura del comer con las manos*. Barcelona: GEDISA, 1988.

- IBGE. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE DGC, 1987
- LEFEBVRE, H. *A Re-produção das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LOVE, J. F. *A Verdadeira História do Sucesso: McDonald's*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987
- O PERFIL do franqueado brasileiro. São Paulo: Cherto & Rizzo *Franchising*, 1993.
- ORTIGOZA, S. A G. *As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil*. Rio Claro: UNESP, 1996. Dissertação (mestrado) IGCE - UNESP, 1996.
- ORTIZ, R.. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PINTAUDI, S. M. e Frúgoli Jr.,H. *Shopping-Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio-técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOUZA, M.G., NEMER, A. *Marca e Distribuição*. São Paulo: Makron Books, 1993.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Trad. P.R.Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993



O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS VAREJISTAS: PRINCIPAIS AGENTES E SUA INSERÇÃO URBANA

Heliana Comin Vargas

RESUMO:

Este artigo discute a importância da atividade comercial e de serviços varejistas enquanto atividade econômica e social, e a atuação dos diversos agentes varejistas na sua relação com a cidade. Explicita os conflitos entre os diversos agentes, anunciando o panorama atual das grandes cidades, tendo como referência a cidade de São Paulo, diante de um crescimento excessivo da oferta varejista em relação à demanda. Finalmente, destaca pontos que merecem ser discutidos e rediscutidos para o estabelecimento de políticas urbanas capazes de controlar esta relação entre comércio e cidade em busca de melhores padrões de qualidade ambiental urbana.

PALAVRAS-CHAVE:

Comércio varejista, políticas urbanas, *shopping centers*, ambulantes, lojas de departamentos.

ABSTRACT:

This article presents the importance of retailing and service activities in terms of social and economic development, and the action of the different retailing and services agents related to the urban space. It tries to make clear the conflicts among all these agents, showing the present scenery of big cities, having as a reference the city of São Paulo, which are facing a strong increase on the retailing offer compared to the demand. Finally, it points out some aspects which should be thought or rethought in order to prepare efficient urban policies that could be able to control the relationship between retail and city searching for better patterns of urban quality.

KEY WORDS:

Retail, urban policies, shopping malls, street vendors, superstores

1. Introdução

Qualquer trabalho que envolva a relação comércio e cidade deve iniciar-se por uma compreensão da origem desta relação que embora simbioticamente gerada, nunca teve a devida atenção por parte dos planejadores e administradores urbanos, e pela academia de uma maneira geral, no cenário brasileiro.

Só recentemente, devido ao impacto de grandes empreendimentos de comércio e serviços no ambiente urbano, seguido pela crise do emprego, onde abrir um comércio passa a ser a

única alternativa, bem como devido à preocupação com a imagem da cidade por finalidades turísticas, a atividade começa a ocupar posição de destaque no processo de gestão urbana, tanto pelo potencial de desenvolvimento econômico (geração de emprego e renda) como social (abastecimento, recreação e lazer).

Neste sentido, o comércio e serviços varejistas devem ter lugar de destaque em qualquer política urbana que se pretenda séria e eficaz no sentido do desenvolvimento urbano pois, interfere decididamente nos seguintes fatores:

Geração de receita e renda na medida que efe-

tua a distribuição dos produtos gerados pelos demais setores da economia, participando da cadeia produtiva (indústria e agricultura), fornecendo serviços à produção e ao consumo; Geração de oportunidades de trabalho, principalmente numa situação de desemprego estrutural;

Abastecimento da população nas suas diversas escalas de consumo;

Reforço da centralidade contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades sociais inerentes ao ser humano (cultura, recreação e lazer e troca em sentido amplo);

Reforço da atratividade urbana, promovendo a geração de rendas externas através da oferta diferenciada de bens e produtos de caráter regional, inclusive da atividade turística;

Interferência na qualidade de vida urbana, em sentido amplo, que inclui desde as possibilidades de consumo até a qualidade do ambiente urbano (ambiente construído, e oportunidades), na escala local e regional.

No caso do setor de comércio e serviços varejistas é muito difícil identificar-se aonde termina o econômico e começa o social e vice-versa e aonde sai o individual e entra o coletivo, já que este é um setor que pela sua natureza aproxima: produtores diretos (os próprios comerciantes) e indiretos (outras empresas); consumidores diretos (que se abastecem no comércio) e indiretos (que usufruem ou são afetados pelo nível do desenvolvimento varejista enquanto atividade econômica através das famosas economias de aglomeração); e, moradores e visitantes pelo alcance local ou regional da atividade.

Além disso, o exercício desta atividade, sua diversidade e a forma como ela manifesta-se fisicamente têm um reflexo direto sobre a imagem física e mental da cidade que, por sua vez, se reflete, diretamente, sobre a qualidade ambiental urbana para a coletividade local e externa.

Toda esta situação é suficiente para explicitar os conflitos decorrentes do desenvolvimento desta atividade, não apenas entre os diversos agentes que atuam no setor, mas também,

entre estes agentes e os seus consumidores, ou entre o varejo e os demais usos urbanos. Ressaltando-se aqui a grande disputa pelo uso do espaço público.

A complexidade com que as nossas grandes cidades apresentam-se, hoje, passa a exigir novas formas de controle sobre a atividade, exigindo ousadia na elaboração de normas e códigos de conduta e de funcionamento, assim como restrições ao uso e ocupação do solo urbano, diferenciados de acordo com as especificidades setoriais, e maleáveis de acordo com a mudança na dinâmica urbana e na evolução do varejo.

Pretendendo discutir a situação encontrada, atualmente, em nossas grandes áreas urbanas e quais caminhos seguir, em termos de controle do desenvolvimento urbano e da qualidade urbana, apresentamos, inicialmente, as características básicas dos cinco principais agentes envolvidos com o comércio e os serviços varejistas, os conflitos existentes entre eles, e os respectivos relacionamentos com o espaço urbano.

Um quadro evolutivo da inserção da atividade nas políticas urbanas a partir da análise do caso da cidade de São Paulo também inclui-se no escopo deste artigo, trazendo sempre que possível outros exemplos. Finalmente, com base em pesquisas e observações recentes da evolução do sistema varejista e do desenvolvimento urbano em outras cidades, apontamos nossas dúvidas e idéias para possíveis formas de controle da atividade no espaço urbano.

2. Principais agentes do comércio e serviços varejistas

As formas de intervenção no espaço e na economia urbana adquirem formatos diferentes de acordo com as características dos diversos agentes, sejam eles: os pequenos comerciantes independentes, os ambulantes, os grandes estabelecimentos varejistas, o capital imobiliário voltado às atividades varejistas, ou, o *e-commerce* ou comércio virtual. Cada um deles age, diferentemente, sobre o espaço urbano e interfere, di-

versamente, sobre o desenvolvimento econômico e social.

É preciso ressaltar que, embora interdependentes, estes atores apresentam divergências cabendo, portanto, ao poder público gerenciar estas relações no interesse da coletividade. O quadro 1 apresenta um resumo das principais características de cada agente, as vantagens para a cidade e os aspectos que deveriam ser controlados.

2.1. Grandes lojas (supermercados e lojas de departamento) X comerciantes independentes

Embora, as grandes lojas (lojas de departamento e/ ou hipermercados) sejam criticadas pelos pequenos lojistas pela concorrência desleal (preço baixo), seu impacto positivo no abastecimento da população é indiscutivelmente significativo.

Alguns dados decorrentes da Pesquisa de Atividade Econômica Paulista-PAEP, realizada pela Fundação Seade, mostram também que 98,7% das empresas do Estado de São Paulo possuem apenas 1 estabelecimento (não possuem filiais), ocupam 77,8% do pessoal ocupado e respondem por 59,5% da receita. Considerando que a maior parte dos grandes estabelecimentos possuem mais de uma unidade, a participação da pequena empresa ainda responde por quase 60% do mercado. Esta constatação confirma-se quando apenas 0,9% das empresas de alimentação correspondem aos super e hipermercados (Cf. Bessa; Turpin; Sinder, 1999 tab. 1).

Outra composição dos dados mostra que as grandes empresas alimentícias (com mais de 5000 m²) representam cerca de 4,7% da área de vendas, 17,4% da receita líquida e 4% do pessoal ocupado, porém, com alta produtividade em termos de receita por pessoal ocupado (194.570,73) quando comparada às pequenas com valores sempre inferiores a R\$ 30.000 por pessoal ocupado (Cf. BESSA, TURPIN; SINDER, 1999 tab. 2)

Esta situação demonstra claramente que a concorrência das grandes lojas para com as pequenas refere-se principalmente à baixa produtividade, decorrente, em parte, pela falta de administração empresarial moderna dos pequenos comerciantes. Neste último caso, o mesmo estudo de BESSA; TURPIN; SINDER (1999 tab. 4) mostra uma diferença significativa da informatização das empresas com menos de 30 empregados.

Não podemos esquecer, logicamente, que o menor poder de compra das pequenas, implica num acréscimo no custo dos insumos que se rebatem necessariamente no preços.

No Brasil, nós não temos tido, ainda, grandes reclamações sobre a competição injusta em termos do tamanho dos estabelecimentos e poder de atração do mercado consumidor, conforme ocorrido na Europa ¹

Na França desde o século XVIII, a lei de 17 Março de 1791 dava a todos o direito "de faire tel négoce ou d'exercer telles profession, art ou métier qu'elle trouvera bon" De acordo com Lena (1980), através desta lei foram proclamados os princípios do livre negócio e da livre concorrência.

Esta situação foi mantida até os anos 1970, quando os pequenos varejistas conseguiram interferir nas políticas urbanas de modo a controlar os avanços dos grandes empreendimentos²

A partir deste momento, o comércio varejista passou a ser pensado em termos de Urbanismo Comercial, com idéias sendo apresentadas em Congressos Internacionais (I Congresso Internacional de Urbanismo Comercial, em Bruxelas, Novembro, 1967).

Na Holanda, de acordo com BORCHERT (1988), além da preocupação com o desenvolvimento urbano, havia um forte controle sobre os preços dos produtos, onde níveis mínimos eram estabelecidos.

O governo teve de assumir a dura tarefa de intervir na requalificação das áreas tradicionais de compras e ajudar os pequenos varejistas. Foi necessário preparar legislações, elaborar programas de qualificação dos comerciantes

e seus empregados, ajudando-os a se organizarem em associações e desenvolver projetos urbanos de modo a recuperar a qualidade dos espaços construídos.

Na Inglaterra, onde o planejamento urbano era mais forte, as grandes lojas surgiram, tardiamente nos anos 80, durante o período tatche-riano, devido à sua filosofia liberal (HOWARD, 1988).

As vantagens das lojas de departamento não estão apenas ligadas exclusivamente aos preços baixos, mas sim às facilidades de crédito ao consumidor, fato que os pequenos poderiam re-

solver através da formação de cooperativas e associações. Estas associações também ajudariam a elevar o poder de compra e distribuir os custos realizados com promoções e publicidade.

2.2. Comerciantes independentes X shopping centers

Embora os *shopping centers* tenham sido sempre apontados como os responsáveis pela deterioração dos centros tradicionais de compras, a situação do pequeno lojista alocado nestes modernos espaços de compras não é tão confortá-

TABELA 1. Características dos principais agentes varejistas

Agentes	Característica	Vantagens	Controle/Revisão
AMBULANTES Periódicos/móveis Não permanentes	Móvel sem condições sanitárias baixa qualificação sem garantia para o consumidor baixa arrecadação	Oportunidade de trabalho abastecimento turismo diversidade do conjunto	da localização do uso do espaço público das mercadorias vendidas da geração de fluxos das condições sanitárias das obrigações tributárias do desenho das barracas da sublocação dos pontos
INDEPENDENTES (pequeno lojista)	Ausência de visão empresarial baixa qualificação idade avançada, conservadorismo, resistência às mudanças pouca preocupação com o espaço físico desconsideração para com o mercado	Dinâmica da cidade geração de empregos e receita abastecimento turismo diversidade do conjunto	da localização da oferta e do tipo de negócio (mix) da imagem física das condições de segurança do horário de abertura do horário e condições de carga e descarga das normas trabalhistas das obrigações tributárias
GRANDES LOJAS (de departamentos, hipermercados, franquias)	Administração para o mercado grande poder de compra oferta padronizada atenção ao ambiente da loja atendimento qualificado	Abastecimento preços competitivos segurança/ estacionamento facilidade de crédito atividades conjugadas	da localização do impacto urbano sobre a formação de monopólios
EMP. IMOBILIÁRIOS (shopping centers, centros empresariais)	Oferta de atividades sociais geração de receita externas indutor da urbanização sem compromisso com a cidade especulativo	Geração de receitas externas criação de empregos segurança/estacionamento criação de novas centralidades turismo	da localização sobre a pertinência do negócio do impacto urbano sobre a qualidade do projeto da qualidade da inserção urbana
E-COMMERCE	Virtual independente do espaço físico	Mercados não alcançados Idosos/deficientes Produtos de baixa demanda	da distribuição (horários e tipos de veículos)

vel como parece.³ O grande lucro e a grande vantagem ficam com a administração e com as grandes lojas âncoras (lojas de departamento, supermercados ou marcas famosas).

É a estratégia da administração dos *shopping centers*, enquanto negócio único, que corre de forma desequilibrada com o comércio nas ruas tradicionais, que não possuem lojas âncoras, facilidade de estacionamento e segurança, áreas de lazer e praças de alimentação, *mix* de lojas adequado e atraente e qualidade no atendimento do consumidor.

Uma pesquisa realizada no município de Santo André para revitalização da área central mostrou claramente esta a situação (FUPAM, 1999). Mais do que um lugar para compras, as pessoas escolhem os *shopping centers*, principalmente, para comer e recrear-se. Para as compras preferem ir ao centro onde os preços são melhores e a diversidade maior.

Os comerciantes independentes apontam as lojas que vendem as mesmas mercadorias como o segundo maior concorrente depois dos *shopping centers*. Isto significa, conforme Davidson (1988), que eles estão ainda centrados mais no produto que vendem do que no seu mercado potencial.

Este estudo também demonstrou a baixa qualificação dos varejistas (donos ou gerentes), seu conservadorismo e resistência às mudanças.

Os empreendimentos imobiliários do tipo *shopping center*, por sua vez, são capazes de criar suas próprias centralidades, devido a seu grande tamanho e administração única. Também por este motivo, ocasionam impactos significativos no espaço urbano, tendo que ser devidamente dimensionados e controlados.

No entanto, do ponto de vista do consumidor, os *shopping centers* têm suprido algumas deficiências quanto à carência de espaços de recreação e lazer na cidade e à falta de segurança. Com a intenção de atrair consumidores, através de atividades culturais, eventos, lazer e praça de alimentação, os *shopping centers* têm oferecido espaços para a comunidade.

Para as cidades menores, o cinema e as atividades culturais sofreram uma forte melhoria, embora os centros tradicionais de compra têm apresentado sinais de deterioração.

Além disto, como modernos centros de compras e lazer, além da geração de emprego e renda, principalmente no caso da cidade de São Paulo, eles são um forte ponto de interesse turístico, atraindo população de fora da cidade e contribuindo para a economia urbana.

Os centros especializados, por sua vez, ou atacadistas, capazes de sobreviver apenas em grandes cidades, são outros elementos importantes na geração de receitas externas.

2.3. Comerciantes independentes

X ambulantes

O comércio ambulante que vem crescendo aceleradamente, além de enfrentar problemas de excesso de oferta entre eles mesmos, tem ocupado o espaço público, indevidamente, em detrimento da qualidade ambiental e da imagem da cidade e concorrido de forma desleal com o comerciante independente. No entanto, um espaço para ele deve ser pensado, na medida que do ponto de vista do emprego e da renda de sobrevivência passa a ser altamente significativo.

Segundo CACCIAMALI (1983), a atuação do setor informal tem como uma das características o fato de o dinheiro recebido pelo produtor ser essencialmente utilizado para a subsistência da família, pagamento de ajudantes ou manutenção dos meios de produção. Dificilmente a remuneração recebida serve para acumulação (GUERREIRO, 2000). Segundo o IBGE, que se utilizou dos critérios recomendados na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho⁴ nesta categoria incluem-se todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas as atividades principais ou secundárias de seus proprietários.

As principais características do setor informal no Brasil são: 94% dos negócios tem um só dono e 80% um só empregado; a parcela do PIB representada pela economia informal é de 8%, ocupando 25% da população economicamente ativa (PEA) brasileira⁵ (GUERREIRO, 2000).

Ainda, de acordo com o IBGE (1999), 26% do setor informal referem-se às atividades de comércio e serviços varejistas. (2.465.993). Deste total 598.718 trabalham nas ruas. Na região sudeste, onde encontra-se a cidade de São Paulo, respondem por quase 50% deste total (243.572).

Ao mesmo tempo que eles não possuem auxílios previdenciários, eles não recolhem nem taxas nem impostos e nem apresentam controle das condições sanitárias.

Com relação à cidade como um todo, eles invadem o espaço público(ruas e praças) e contribuem para a deterioração da imagem das cidades.

2.4. Estabelecimentos varejistas X empreendimentos imobiliários X cidade

Conforme apresentado no quadro 1, pode-se destacar duas formas principais existentes com relação ao setor de comércio e serviços varejistas, realizadas por agentes diferentes. Um dos agentes refere-se, especificamente, ao negociante que dirige o seu estabelecimento (negócio varejista). O outro, é o reduto da ação do capital imobiliário (negócio imobiliário).

Enquanto o primeiro tenta escolher a melhor localização a partir da situação existente, ou o melhor uso numa determinada localização, para viabilizar o negócio no qual já atua ou pretende atuar; o segundo, cria as suas oportunidades através da criação das localizações. (VARGAS, 1992)

O que tem sido observado é que, cada vez mais, as companhias imobiliárias estão criando novos espaços, sem a real demanda do mercado, principalmente no que se refere ao setor terciário, e convencendo investidores da rentabilidade do negócio. Esta situação tem algu-

ma coisa a haver com o valor de mercado futuro.

O agente imobiliário, na verdade, não tem o compromisso com o negócio a ser desenvolvido no local. Após encontrar os investidores, e receber o lucro esperado da incorporação e, mesmo da construção, retira-se do negócio. Se o negócio não se mantiver viável, quem fica com o "mico" na mão são os investidores, e as cidades.

No caso dos *shopping centers* no Brasil, isto tem sido cada vez mais, uma verdade.

Se analisarmos o início da construção de SCs em São Paulo, ela se inicia com o shopping Iguatemi, realizado pela Companhia Alfredo Mattias e o Ibirapuera pela Veplan Residência, este último, posteriormente, comprado pelos lojistas.

Existe uma diferença de interesses, entre lojistas, investidores e empreendedores imobiliários. Os três podem ser a mesma pessoa jurídica, ou não. No primeiro caso, o objetivo é o de manter o negócio em pleno funcionamento (como é o caso dos *shopping centers* Interlagos e Aricanduva, pertencentes ao mesmo grupo). No segundo caso, os empreendedores imobiliários, saem imediatamente do negócio, e os investidores, muitas vezes desavisados sobre o negócio (Fundos de Pensão, por exemplo), colocam administradores, que não são os lojistas e que têm objetivos diferentes. Os primeiros, em busca da rentabilidade, exploram e submetem os lojistas, através de contratos rígidos, cujos custos têm que ser repassados aos consumidores. Nesta linha, os negócios não terão vida longa. Principalmente, porque o consumidor já está redescobrendo as áreas tradicionais, a rua, para fazer as suas compras. Os lojistas, por sua vez, também, já começam a comparar as vantagens de serem independentes. (FUPAM, 1999).

A oferta de espaços de compras e também de espaços de escritórios tem ocorrido além da demanda. São Paulo é um claro exemplo deste excesso de oferta em relação a demanda, Malásia e Singapura também foram palcos de grandes investimentos imobiliários.

Pior ainda do que esta situação, são os Mega Projetos, centros terciários, que não são

pensados de acordo com a lógica dos centros urbanos onde serão instalados. E também, não tem nenhum compromisso com eles. Têm caráter meramente especulativo. A queda da Bolsa em alguns países da Ásia foi, em parte, resultado deste processo, onde os investimentos imobiliários estavam altamente valorizados, até ser percebido que não tinham liquidez, por não terem mercado.

Neste sentido, é responsabilidade do poder público, verificar o interesse do município e mesmo do Estado ou país quando da concessão de licenças para edificar. A municipalidade tem a função de zelar pelos interesses da cidade. Prática esta que tem se perdido, com o tempo, principalmente no Brasil.

Assim, na aprovação de projetos de tal magnitude, os municípios deveriam avaliar o real interesse do município, e inclusive, avaliar a pertinência do projeto em termos de atividade econômica e sua adequada inserção urbana.

Assim, além de serem analisados, as oportunidades de mercado a nível macro e micro econômico, de forma a definir os usos, tamanho e tipo de operação a ser implantada num determinado local, o interesse público também deveria ser considerado. Deve-se entender, por interesse público, as carências da população envolvida e a vocação da cidade e do lugar, num contexto regional e mundial.

2.5. E-commerce X demais agentes X cidade

O *e-commerce* é o sistema de compra e venda desenvolvido através de companhias de comunicação eletrônica, capaz de estabelecer uma relação à distância entre fornecedores e consumidores.

Apenas como especulação, podemos dizer que este comércio à distância sempre existiu. A história nos mostra que, primeiramente as mercadorias viajavam com os mercadores que iam em busca da centralidade. Depois os mercados encontraram seus espaços e foram se alterando mas, sempre junto à centralidade. Para al-

guns produtos cujo mercado era limitado, as feiras respondiam bem, as casas de entrega a distância, também. Estas respondiam a interessados longínquos que sabiam da existência dos produtos mas, não tinham como adquiri-los. Ou seja, o fraco mercado não viabilizava um estabelecimento vendendo tais mercadorias (VARGAS, 2000a).

Se olharmos o *e-commerce* com menos emoção do que as novidades costumam provocar e sem a expectativa criada pelos seus próprios agentes que pretendem, mais do que os lucros de curto prazo, criar um valor de mercado futuro para as suas companhias, vamos verificar que ele apenas está ampliando a escala de possibilidades para os consumidores de acordo com uma lógica que o comércio sempre utilizou. Porém, numa escala planetária e numa versão muito mais sofisticada.

Ele na verdade, ao invés de diminuir transações ou substituí-las totalmente, vai aumentar o volume delas. Compras reprimidas, devido à distância ou à dificuldade de locomoção: livros, CDs, objetos raros de difícil aquisição, venda e compra direta feita por outras mídias, como jornais e revistas; estes sim, vão receber impacto direto, e os setores tradicionais envolvidos terão que se adaptar.

Não se pode esquecer, também, da necessidade de possuir equipamentos, linha telefônica e qualificação para usar.

O *e-commerce* vai atender, sem dúvida, uma demanda distante e espalhada no planeta, que não tem massa crítica suficiente para viabilizar estabelecimentos. Vai funcionar como ponto de venda e de compra, ponto de troca, uma centralidade virtual. O comércio como um todo, só tenderá a crescer em termos de volume de transações. No entanto, uma mudança qualitativa e concentradora pode ser imediatamente vislumbrada.

Deve-se estar atento, portanto, ao impacto decorrente do crescimento neste novo agente varejista. Entre estes impactos, aquele que aparece de imediato refere-se ao acréscimo no fluxo

de mercadorias e veículos. O crescimento do número de motoboys, peruas e mini-vans é apenas um dos impactos mais evidentes, que refletir-se-ão num trânsito já suficientemente caótico, cuja intensidade de fluxo e de congestionamento, transformam as cidades em mercados permanentes, altamente promissores para o avanço do comércio ambulante, que vão desde as ruas de maior fluxo aos locais de maior congestionamento.

3. Comércio e serviços varejistas e as políticas urbanas

Tendo como o principal exemplo a cidade de São Paulo, é possível observar mudanças na legislação urbana com relação às atividades de comércio e serviços varejistas como resultado de mudanças no contexto sócio-econômico. Todavia, quanto mais a sociedade descobre maneiras de controlar o desenvolvimento urbano, maiores dificuldades ela enfrenta em modificar as leis para responder às novas demandas, num mundo onde a única certeza é a alta velocidade das mudanças.

O controle do desenvolvimento das atividades de comércio e serviços varejistas, na cidade de São Paulo, adotou ênfases diferenciadas no correr do tempo, como resultado de alterações no dinamismo econômico da cidade, que passou de capital da província à metrópole do café, depois transformou-se na maior cidade industrial do país e hoje assume condição de cidade terciária sob o grande impacto da globalização.

O controle das atividades de comércio e serviços varejistas, na cidade de São Paulo, evoluiu desde o tempo do Império (1822), de um controle do comportamento individual (1870-1900), para o controle da distribuição de gêneros alimentícios, isto é, abastecimento (1900-1930), da localização dos estabelecimentos comerciais (1930-1980) e do controle de impacto de grandes empreendimentos (1980-2000) (VARGAS, 1993).

Atualmente, a situação atual apresenta um a novo momento de reflexão, sobre o desenvol-

vimento da atividade e a sua relação, que chamamos de *controle da oferta varejista*.

3.1. Controle sobre a oferta varejista

Atualmente, o que pode ser visto nas nossas cidades é um aumento indiscriminado da oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços varejistas não acompanhado por um aumento de demanda.

O problema dos pequenos varejistas, que costumam reclamar do avanço dos estabelecimentos do tipo *shopping center* e das grandes lojas, não parece ser, agora, o maior problema. Algumas pesquisas estão mostrando que o que tem crescido é uma competição entre os próprios varejistas independentes (FUPAM, 1999).

Numa situação de baixo crescimento econômico, com altas taxas de desemprego, todos pensam que podem ser comerciantes. Isto pode ser observado não apenas entre pequenos comerciantes, mas também entre ambulantes.

Esta mesma forte concorrência pode ser também observada entre os *shopping centers* e grandes lojas conforme mencionado anteriormente (CHIARA, 1999).

Além deste fato, a concorrência é ainda maior se considerado que as antigas áreas atacadas passaram a vender a varejo e que o surgimento de grande quantidade de *outlets* (vendas direto das fábricas), por toda a parte, têm crescido significativamente.

A concorrência através do preço, promoções, prêmios e publicidade alcança rapidamente o seu limite, se a demanda não seguir a oferta.

A cidade torna-se um enorme Bazar, onde os negócios trabalham no limite da sobrevivência e contribuem para a deterioração das áreas tradicionais de compras, onde todos competem por espaços nas áreas de maior fluxo de consumidores.

Este processo de deterioração conduz à perda de qualidade urbana que não apenas afeta seus habitantes mas também a economia urbana.

Portanto, nós deveríamos olhar as áreas de compras tradicionais como *shopping centers*, e pensar como usar suas estratégias para manter a vitalidade de seus negócios. Isto significa: como controlar o número e tipo de lojas; como estimular a melhor combinação entre elas (*tenant mix*); como garantir o fluxo de consumidores (âncoras, pólos geradores de fluxo); como promover eventos para atrair mais público; como melhorar a imagem destas áreas.

Estes são apenas alguns pontos iniciais a serem pensados para a recuperação destas áreas.

3.2 As especificidades setoriais

Outro aspecto de grande complexidade, principalmente na cidade de São Paulo, além da mistura do caráter regional e local, refere-se às especificidades locais dos diversos setores urbanos, da diversidade cultural de sua população cosmopolita, da configuração da estrutura urbana, da arquitetura preexistente, da propriedade fundiária e da convivência simultânea dos dois setores da economia, o de ponta e o tradicional, semelhante ao que ocorre no setor industrial.

Assim, embora sem perder a visão de conjunto, os diversos agentes devem ser objeto de políticas urbanas específicas, variáveis de acordo com as especificidades setoriais. Esta diversidade entre as soluções e o desenvolvimento local, devem rebater-se para uma escala de planejamento global da cidade, aumentando as oportunidades e opções de produção e consumo de seus residentes, pelo reforço da atratividade da cidade.

Esta especificidade setorial, se devidamente ratificada e trabalhada, pode contribuir para a ampliação das rendas e empregos locais, na medida que, se devidamente divulgada, poderá gerar atratividade turística, não apenas para os moradores da cidade como um todo, mas também, como complementação ao turismo de negócios, aumentando o tempo de permanência dos visitantes, nos finais de semana, e aumentando a taxa de ocupação dos hotéis da cidade.

Estas políticas setoriais, devem sempre ter, internamente à cidade, um caráter de complementaridade e solidariedade, e não de competitividade, para poderem reforçar a economia urbana como um todo.

4. Considerações finais

O que pode ser observado através da evolução das políticas urbanas é o distanciamento entre a dinâmica da vida urbana onde as mudanças ocorrem cada vez mais rápido e as políticas urbanas, traduzidas muitas vezes, através de legislações urbanas pontuais, que apresentam grande dificuldade para seguir estas mudanças na mesma velocidade. Com relação às atividades varejistas, a velocidade e o impacto no espaço urbano assumem proporções ainda mais dramáticas.

O controle chega sempre atrasado e nunca proporciona um diálogo correto, porque quem faz a lei não considera ou não conhece o suficiente sobre o desenvolvimento varejista. Estas condições sempre promovem uma situação onde o retrato da cidade nunca está de acordo com a legislação urbana e em muitos casos apresenta-se contrária à economia urbana e à vida urbana.

Algumas políticas urbanas têm sido tentadas no mundo. Algumas delas, como em Singapura (LEE, 1999) e Japão (FUGIMOTO, 1999), com a intenção de recuperar as áreas tradicionais de compras e ajudar os pequenos varejistas independentes tentam trabalhar em conjunto com o poder público. Elas promovem associações entre varejistas para diminuir custos e melhorar a qualidade dos serviços, da publicidade, do ambiente construído, da manutenção e da produtividade. Estas políticas também incluem políticas de crédito para varejistas e consumidores.

Outras políticas, realizadas somente pelo poder público, restritas à melhoria do espaço construído, acreditam ainda que a melhoria do espaço físico, isoladamente, é capaz de responder pela recuperação da vitalidade urbana e, conseqüentemente, do comércio tradicional.

O desafio, agora, não é apenas controlar os conflitos entre os diversos agentes e entre estes e o espaço urbano. É mais do que isto. Significa contribuir para a economia urbana, ajudando a recuperar e a manter a dinâmica urbana, o abastecimento do consumidor, a geração e manutenção de empregos, renda e receitas.

Neste sentido, políticas urbanas e legislação urbana relativas às atividades varejistas deveriam começar a repensar ou simplesmente a pensar, os aspectos abaixo relacionados:

O que devem hoje ser consideradas atividades incômodas;

Aonde termina o interesse individual e começa o coletivo;

O que deveria ser considerado como espaço público e seu uso;

Como dar tratamento diferenciado para diferentes setores;

Com melhorar as áreas urbanas, levando em conta não apenas o aspecto físico, mas, também, os tipos de negócios mais apropriados;

Como controlar a quantidade e a qualidade (*tenant-mix*) como acontece nos *shopping centers*;

Como trabalhar com a estrutura fundiária urbana (tamanho, propriedade, heranças);

Como considerar as horas de abertura do comércio na sua relação trabalhista, num mundo 24 horas;

Como usar o direito social da propriedade, incluído na Constituição Federal, para auxiliar no processo de revitalização urbana;

Finalmente, nós realmente precisamos considerar estas atividades urbanas em seus dois intrínsecos significados, como força social e força econômica, como explicado anteriormente. Nós também precisamos analisar os diferentes agentes de acordo com os respectivos interesses, e formas de relacionamento com o espaço urbano, respeitando as especificidades dos diversos setores urbanos. Talvez, assim, as políticas urbanas para o setor possam ser mais eficientes em busca de uma melhor qualidade de vida urbana.

Notas

1 Segundo CORAGGIO (2000), as cinco maiores redes varejistas controlam 32,6% do mercado nos EUA, contra 70% na França e 60% na Argentina. O valor mais baixo nos EUA é decorrente das legislações que controlam a formação de monopólios.

2 Muitas leis começaram a ser criadas. Algumas falavam sobre o equilíbrio entre empresas de comércio e serviços varejistas, como a lei de 29 de julho de 1969 e de 27 de maio de 1970. A lei Ruais de 10 de Julho de 1970 falava sobre chances iguais para comerciantes e sobre compensações (LENA, 1980). Por outro lado, os grandes varejistas também começaram a criar associações para manter seus direitos de desenvolvimento dos negócios (CAUWE, 1968).

3 De acordo com CHIARA (1999), as lojas enfrentam muitos problemas para manter os lucros e vantagens de estarem alocadas em *shopping centers*. Administradores estão diminuindo aluguéis e ta-

xas para ter todas as áreas de vendas alugadas.

4 Esta delimitação do setor informal considerou: como ponto de partida a unidade econômica (entendida como unidade de produção), e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida; o fato de o principal objetivo ser a geração de emprego e rendimento para as pessoas envolvidas (sem lucro); a produção em pequena escala, baixo nível de organização e a quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção; não é necessária a existência de uma relação de trabalho registrado de acordo com a legalidade do sistema; a independência do local onde a atividade é exercida, o tempo de duração e o fato de ser ou não a principal atividade do proprietário (GUERREIRO, 2000).

5 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -1998. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/default.asp>

Bibliografia

- BESSA, V.C.; TURPIN, M.E.; SINDER, M. (1999) "Estrutura Econômica e Tecnológica do Comércio" *Revista da Fundação SEADE*. V.13 n° 1/2 jan-jun 1999, pp.103-111.
- BORCHERT, Johan G. (1988). "Planning for retail Change in the Netherlands" *Built Environment* v.14, n.1, pp.22-37
- CHIARA, Marcia (1999). "Número de Lojas vazias em shopping é recorde" *Estado de São Paulo*, 15/ago. Caderno Economia, p. B-3.
- CACCIAMALI, M. L. (1983). "O setor informal urbano e as formas de participação na produção" São Paulo: USP/FIPE.
- CAUWE, Maurice - (1968). "Une école d'urbanisme concerté. L'urbanisme commercial" *Urbanisme*, n. 108/109, pp.4 -7
- CORAGGIO, J.L. & CESAR, R. (2000). "Qué debe hacer el gobierno local ante los grandes emprendimientos en el comercio minorista?" *Estudios Urbanos e Regionais*, n° 2, março, pp.25-37
- DAVIDSON, William R.; SWEENEY, D.J.; STAMPFL, W. R. (1988) "Retailing Management" 6TH ed. New York: John Wiley & Sons.
- FUGIMOTO, H.; SASAKAWA, Y.; KUBO, Y. (1999). "The structure and problem of small Retailers in Japan" (Apresentado na 6TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON RECENT ADVANCED IN RETAILING AND SERVICES SCIENCE. EIRASS, Porto Rico).
- FUPAM (Fundação Para a Pesquisa Ambiental) – (1999). "Estudo das Características dos Negócios da Área Central do Município de Santo André no processo de Revitalização urbana" Santo André, Prefeitura do Município de Santo André.
- GUERREIRO, A. de Abreu Dallari (2000). *Pop Center do Brás. De comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular*. São Paulo : PUC/SP, (Dissertação de mestrado).
- HOWARD, Elizabeth & DAVIES, Rose (1988). "Issues in Retail Planning within the United Kingdom" *Built Environment*, v.14. n.1, pp.7-21.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1999). *Economia Informal Urbana 1997*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEE, Sim Loo (1999). "Government Policies Towards the Small Retailers: The Case of Singapore" (Apresentado na 6TH INTERNATIONAL CONFERENCE IN RECENTS ADVANCES IN RETAILING AND SERVICES SCIENCE. EIRASS, Porto Rico).
- LENA, Hyacinthe (1980). "L'urbanisme Commercial" *Urbanisme*, n. 179/180, pp.66-69.
- VARGAS, Heliana C. "Comércio e serviços varejistas nas políticas urbanas da cidade de São Paulo" In: *Anais do Seminário Internacional sobre Avaliação dos instrumentos de Intervenção urbana*. São Paulo: FAUUSP/FUPAM, pp.51-66.
- VARGAS, Heliana C. (1992). *Comércio: localização estratégica ou estratégica na localização*. São Paulo : FAU-USP, (Tese de doutoramento).
- VARGAS, Heliana C. (2000). *A lógica do espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: FAU/USP, (Tese de livre-docência).



MORRO DA CONCEIÇÃO: ESPAÇO E COTIDIANO DO LUGAR¹

Genovan Pessoa de Moraes Ferreira

RESUMO

É nos marcos de uma sociedade globalizada que tende a esvaziar os conteúdos sociais localizados e a homogeneizá-los como mero espaço de consumo, que discutimos o que sobrevive enquanto unidade da vida social de bairro. Pois, se a reprodução da vida comunitária mais remota se fazia sob o impulso de laços de identidade fortemente estruturados no tempo do lugar, os bairros da atualidade sob poderosa pressão de tempos e conteúdos diversos e, não raro estranhos, buscam resistir à ameaça de diluição reelaborando sua identidade numa dialética permanente local/global. Nosso estudo procurou fazer essa análise no Morro da Conceição, bairro periférico do Recife, identificando usos do espaço que levam às sobrevivências da vida de relações que caracterizam o *lugar*, bem como, aos conteúdos que lhes deram forma historicamente. Assim, a partir das múltiplas dimensões da vida cotidiana dos seus moradores, são discutidas práticas espaciais baseadas na prevalência dos *valores de uso* e promotoras de laços de identificação e permanência do *lugar*.

PALAVRAS-CHAVE:

Lugar, uso, espaço, cidade, identidade

ABSTRACT

It's in a global society where local social contents tend to become empty and homogeneous, that we discuss what can survive as a unit of a social life of a neighbourhood. The most remote community life took place based on strongly structured laces of identity in the natural pace of the place, where as nowadays neighbourhoods, under powerfull pressure of diverse and, not rarely strange, pace and content, struggle to resist to the threat of dilution creating their on identity in a permanent local/global dialectics. This work attempts to analyze Morro da Conceição, a poor neighbourhood in Recife. The main goal is to identify uses of space which lead to the endurance of the social relationships that characterize the place, as well as, the contents which hintorically have shaped it. Through the multi-dimentional aspects of everyday life, of is innabitants we discuss spatial practices bases on use values which promote identity ties and the maintenance of the place.

KEY WORDS:

Place, use, space, city, identity

Introdução

A discussão do processo de produção do espaço hoje, envolve a articulação de diferentes níveis – econômicos, políticos, culturais, jurídicos – que se interpenetram sob o domínio do sistema capitalista de produção dentro de uma totalidade: a de um espaço globalmente produzido e reproduzido sob o jugo da propriedade pri-

vada e das relações de *troca*. Sabemos no entanto que embora com força, ritmos e propósitos diferentes, na verdade essencialmente opostos, operam lado a lado processos homogeneizantes, os que coisificam o homem, o espaço e a vida tornando-os *mercadoria*; e os que os contrariam; quer via atos e movimentações mais ou menos explícitos (caso de alguns movimentos sociais), quer pela inércia, imaginário e subjetividade existen-

tes no jogo social cotidiano (caso das manifestações culturais populares, festas, contestações e outras tantas relações que envolvam apropriações de espaços públicos). As manutenções produzidas por estes últimos, sendo a expressão clara de que as ações dominantes além de sua natureza intrinsecamente desigual, produzem materialidades socioespaciais de modo seletivo e fragmentado. Mais que nunca, se ao regime de acumulação é possível extrair *mais-valia* em nível mundial, sua aplicação contempla somente alguns locais, escolhidos segundo seus dotes em redes científico-tecnológicas; particularidades culturais e/ou ecológicas e iniciativas de suas elites para provê-los dos meios necessários a integração nos circuitos globais.

Considerando as feições que permeiam as novas relações local/global neste final de século podemos dizer que as manifestações espacialmente localizadas de fenômenos de caráter geral encontram nas abordagens geográficas do *lugar*, trilhas profícuas de análise de do espaço total. Inúmeras questões trazidas na esteira de ampliação das relações sociais à escala planetária como a expansão do modo de vida urbano, a 'transnacionalização' da economia do crime e da violência, a agenda ecológica, a indústria do turismo, o *show business* ou a ação dos meios de comunicação e informação, guardam na dimensão do *lugar* não apenas possibilidade concreta de apreensão da realidade, como configura também uma necessidade epistemológica para avançarmos nas reflexões geográficas sobre o espaço social.

Em que pese o recorte espacial do *lugar*, da sua pretendida sobrevivência enquanto espaço sensível, de vivência de setores significativos da população na metrópole moderna, o movimento de ampliação das trocas e dos espaços de circulação à escala planetária, propiciada pela aceleração contemporânea, tem sido cada vez mais, um poderoso vetor a incorporar todos os homens a uma história única, qual seja, a de um tempo/espaço hegemônicos que se define, por assim dizer, por uma sociedade mundializada.

Neste sentido, a evolução do capitalismo tem se dado na direção, ainda que não linear, de uma progressiva unificação espaço/tempo. Pelo lado do espaço, com o inexorável e crescente enfraquecimento dos laços *homem/lugar*. Pelo do tempo, através do binômio *simultaneidade/necessidades*, ou seja, comunicabilidade e imposição do consumo generalizado ao mundo inteiro. Como diz SANTOS (1994, p.43), se durante muitos séculos a história do homem foi feita de 'momentos divergentes', a das gerações atuais é feita de 'momentos convergentes', onde a simultaneidade dos acontecimentos se impõe a todos os lugares.

Não obstante, esse distanciamento homem-lugar é um, entre tantos processos de separação (homem-natureza, campo-cidade, trabalho-lazer, obra-produto, etc.) promovidos pelo capitalismo, que no seu curso, estende as relações de troca ao espaço inteiro, constituindo a 'sociedade global' tal como hoje a conhecemos. A introdução de uma divisão técnica, juntamente com uma divisão territorial do trabalho, facilitadas pela ampliação das redes de circulação, pela multiplicação das inovações técnicas (surto das estradas de ferro, do telégrafo, telefone, automóvel, rádio, televisão, computador, etc.) e pela revolução nos meios de comunicação, são apenas alguns dos componentes do dito processo civilizatório capitalista, responsáveis pela aceleração tempo/espaço, característico do espaço globalizado e que resulta, tanto na extrema segregação quanto na funcionalização socioespacial.

Em outras palavras, o movimento produzido pelo conjunto dos agentes sociais no âmbito do *lugar*, garantindo a dialetização entre os conteúdos que lhes são próprios, e os conteúdos da mundialidade que nele vêm se realizar, acaba conferindo nova identidade aos habitantes e ao espaço do *lugar*. É neste sentido, inclusive, que os meios de comunicação e todo aparato eletrônico da atualidade (televisão, computador, telefone celular, etc.) assumem papel fundamental na discussão do *lugar, da cidade e do urbano*.

As reflexões aqui apresentadas caminham na direção acima apontada e resultaram de estudos que fizemos em um bairro do Recife e originaram nossa dissertação de mestrado. Foi com base nestas investigações que podemos abordar tanto a totalidade espacial que reproduz no bairro vetores e condicionamentos gerais; quanto analisar elementos de sua própria história, resultado dos acontecimentos que ali se desdobram cotidianamente.

De um lado, como se verá adiante, um bairro situado em área de morro que tem sua existência inexoravelmente atrelada à reprodução urbana da cidade (no caso Recife), que por sua vez, é fruto da superposição complexa de fases de uma urbanização *periférica* cujas especializações subordinam-se e expressam os movimentos desiguais da acumulação global. De outro, temos a dialética da *ordem próxima* e da *ordem distante* que revela uma história particular ao bairro, construída com a participação de múltiplos atores em momentos de intensas lutas sociais, assim como, aqui e ali formas que testemunham manutenções de produção e uso coletivo do espaço.

Cumprido esclarecer, que se estudamos a dimensão *lugar*, representando-o no estudo de um bairro, é porque acreditamos que a partir da valorização dessa dimensão espacial – expressão de contradições sociais mais amplas – abrem-se possibilidades estratégicas de se estender o que resta da vida de relações no espaço de uma forma mais abrangente.

Estamos certos assim, que do mesmo modo pelo qual o bairro do Morro da Conceição, só existe como resultado do processo de produção e de reprodução privada dos espaços urbanos metropolitanos (no caso Recife), particularmente nos termos em que se dá a urbanização nos países subdesenvolvidos – e esta obriga as classes subalternas a se reproduzirem nas favelas e morros da cidade. O Morro existe por outro lado, como espaço da vida, pois, nessas áreas precárias, há também a riqueza da vida; as pessoas vivem ao mesmo tempo, o cotidiano de

opressões e carências e engendram concomitantemente movimentos de luta por melhores condições de existência. Forjam seus ambientes de sociabilidade e de encontro, seus espaços apropriados para a festa, para a troca de experiências e o desabafo das alegrias e dos rancores.

Nesse espaço, a forma espacial que animava a fruição da cidade em tempos pretéritos, isto é, aquela que brotava de um ritmo de vida cujas práticas espaciais se baseavam no encontro para o diálogo e a festa – vivenciados nas ruas e praças, e ainda desvinculados de um compromisso com a *troca* – parece ainda conservar-se, quer através de antigos como de novos *usos*, contribuindo assim, para uma relativa unidade do *lugar*.

Nestes termos, em que medida instâncias espaciais como o bairro, podem estabelecer novas bases às relações homem-lugar? Considerando a hegemonia dos processos globalizantes possibilitados pelas novas tecnologias de comunicação, até que ponto essas mesmas tecnologias podem fortalecer valores e conteúdos do *lugar*? Quais os limites de possíveis usos do espaço pela restituição do seu *valor de uso*, quando encontros fortuitos possibilitam a apropriação da rua, a construção coletiva e a vertente pública do espaço? Qual a medida da diferença num cotidiano dominado pelas coações de toda ordem, mas também pelo sonho da mudança?

Contudo, se acreditamos na hipótese de que no estágio atual de complexidade da vida urbana, o bairro possa manter uma certa unidade afirmadora da sua existência, não é para fazer uma apologia da paróquia, nem para elevá-lo a modelo de organização da vida urbana moderna, pois embora o bairro se apresente como unidade social necessária, ele não define a realidade social, estando subordinado a estruturas sociais mais amplas. Pois, se no nível do espaço urbano é a dimensão sensível onde a vida dos habitantes toma forma e sentido, por outro, “não é no bairro que se formam, nem se instituem os papéis sociais, as condutas, os comportamentos, nem mesmo quando utilizam este nível de acessi-

bilidade para se impor”(LEFEBVRE, 1978a, p.199).

Com efeito, para que evitemos cair no que Lefebvre denuncia ser uma ‘ideologia do bairro’ ou seja, o tratamento deste como uma essência da vida urbana, o procedimento metodológico levado a efeito aqui, tem na cidade a totalidade considerada para tentar examinar o “grau de realidade” existente no bairro. Na perspectiva deste autor “o único processo científico para chegar a ele, para defini-lo, determinando seus limites e grau de realidade, é aquele baseado na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou coleção de aspectos (e em consequência da sociedade como um todo superior às formas, às estruturas, às funções) que engloba. Sejam quais forem as dificuldades teórico-metodológicas de acesso à totalidade e à globalidade, este processo é o único aceitável; é único que impede a inadmissível redução do conjunto aos elementos”(LEFEBVRE,1978a, *ibidem*).

Com efeito, o processo da mundialidade em constituição e da instantaneidade dos fluxos de comunicação que a sustentam, da dessimbolização do mundo em benefício dos signos, da ‘metáfora do globo terrestre’, difundida em larga medida pela profusão das mensagens publicitárias na atualidade, parecem contribuir de modo decisivo para um desenraizamento generalizado das gentes, culturas, lugares, espaços.

Não obstante tais desenraizamentos terem sido engendrados no curso do que convencionalmente chamamos de ‘modernidade capitalista’ em uma longa e progressiva marcha de aceleração do tempo e de compressão do espaço, potencializa-se nesta segunda metade de século com a sofisticação das tecnologias de comunicação, particularmente com a eletrônica e a informática.

Processo que guarda correspondência nas várias dimensões sociais – econômica, política, cultural e espacial – se expressa nesta última, especialmente no que tange ao espaço da cidade, em sua dissolução, fragmentação e homogeneidade. Para Olgária Matos é aliás, no espaço urbano da metrópole moderna, que a exclusão

da diferença é vislumbrada de maneira mais flagrante e onde o triunfo da razão instrumental produz um verdadeiro desencantamento do mundo, legitimador do pensamento e da ação homogeneizantes. Para a autora “este processo de desencantamento do mundo é resultado da ação formalizadora do pensamento abstrato e matematizante e se traduz no espaço urbano pela exclusão de seus rituais, e de seus mistérios” (MATOS, 1983, p.47). Assim se no passado a cidade era um somatório de experiências cristalizadas em múltiplas práticas cotidianas que permitiam seu reconhecimento como espaço coletivo apropriável, ao transformar-se em metrópole será negada e ver-se-á reduzida aos rituais da produção *stricto sensu* e do consumo.

Contudo, se por um lado, como nos diz Olgária Matos, a cidade foi perdendo o sentido de ‘espaço coletivo apropriável’ submetida a um tempo-espaço da fluidez de capitais, sons, notícias e imagens, tributária de uma revolução científico-tecnológica e nas comunicações, cuja mundialização não se faz sem arrasar com as particularidades dos lugares, seus universos culturais, seus símbolos e de tudo que lhe era próprio. Por outro, esse processo corrosivo de todas as consistências, não ocorreu sem que se deparasse com forças inerciais de resistência.

Foram exatamente as representações socioespacialmente concretas dessas resistências, frente ao caráter profundamente desigual, excludente e desumanizante desse processo unificador de valores, modos de vida e espaços, que nos encaminham para as reflexões em torno do eixo *lugar-urbano-mundo*.

Posto que o *lugar* é a expressão concreta da relação dialética entre o que Lefebvre chama de *ordem próxima*, ou seja, o cadinho dos acontecimentos cotidianos que formam uma ‘história local’, e *ordem distante*, isto é, as relações que permeiam de maneira mais ampla o conjunto da sociedade, dando significado a uma ‘história mundial’ é nesta instância que melhor se pode compreender os pequenos movimentos que privilegiam a heterogeneidade e apontam para uma

primazia dos *valores de uso*, portanto, para possibilidade da *apropriação* como prática espacial.

Assim, o conteúdo das exposições que fazemos aqui, tem como propósito analisar elementos que evidencie a permanência do *lugar*. Além das práticas espaciais solidamente estabelecidas no curso de uma história articulada no interior do bairro, analisa-se também propostas de uso que, embora tenham sua penetração facilitada por condições específicas ao lugar, fundamentalmente puderam surgir em função de possibilidades colocadas pelo estágio atual do meio científico-tecnológico. A este, aliás, atribuímos papel significativo no fortalecimento da *identidade* e na apreensão de momentos de *apropriação* do espaço local.

Portanto, a compreensão de que “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua (...)” e que nele se impõe o mundo do vivido “(...) é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 1996a, p.20 e 26) pois, os indivíduos vivem e produzem espaço, nos coloca a necessidade de entendê-lo na multiplicidade das relações cotidianas que lhes confere um tempo e um ritmo particulares. Assim fazendo, estaremos buscando entender os conteúdos mundiais que se reproduzem no lugar, ao mesmo tempo assinalando as mudanças no espaço urbano como um todo.

Por conseguinte, no plano metodológico, o nosso espaço de estudo (o bairro do Morro da Conceição), é a revelação de um momento da produção e da reprodução do espaço urbano do Recife, no curso do qual a valorização dos seus espaços centrais, determina o deslocamento das populações pobres para os morros e periferias distantes. Portanto, contrapartida a evidenciar a face segregadora de toda produção capitalista da cidade, com seus tradicionais corolários de privação ou usufruto precário impostos a parcelas consideráveis de seus habitantes dos direitos

mais elementares (infra-estruturas de habitação, saneamento, transporte, educação, etc.) necessários à reprodução da existência.

Entretanto, e isto decorre do movimento anterior, o próprio processo de reprodução que se realiza segregando, torna-se o meio gerador de lutas pela apropriação de novos espaços da cidade. Apropriação que se dá com acento nas relações coletivas, portanto, baseadas no *uso* não reduzido à troca, acabam por produzir no tempo, uma identidade do/no *lugar*. Esses movimentos “ao questionar a propriedade privada da terra que inibe o livre acesso à moradia, (...) reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples consumo do espaço e, nesse sentido, colocam acento nas relações entre as pessoas (...) com o lugar seja no que se refere à vizinhança e o imediato, ou com a região mais ampla ou mesmo com todas as dimensões do urbano. Constituem-se a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do ‘outro’ constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do pertencer a um lugar e a um determinado grupo” (CARLOS, op. cit., p.72).

Sem embargo as primeiras respostas encontradas pela nossa pesquisa empírica apontam para a existência de uma dimensão comunicativa fundamental, por exemplo, que desenvolvida, sobretudo, a partir da rua, através da ocupação do espaço, promove *usos* que afirmam a vida do *lugar*.

A não-cidade e o lugar

Se a cidade é o resultado da produção social de seus habitantes, em um jogo de interações que envolve relações imediatas desenvolvidas em seu seio e relações mais amplas com o conjunto da sociedade, em um determinado tempo histórico, toda transformação nas bases em que esta se sustenta, projeta-se em mudanças na forma de produzi-la.

Com efeito, foi com o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como perspectiva o mo-

do de produção capitalista, que a cidade foi convertida no *locus* principal da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, culturais, ideológicas e jurídicas, onde a subordinação dos interesses da coletividade aos do capital, irão permitir a reprodução homogênea/desigual do sistema como um todo. A partir deste instante, as mudanças que se operam no sistema condicionam de maneira cada vez mais expressiva a produção do espaço urbano.

A universalização das trocas, acentuadas de uma forma extremamente rápida nas últimas décadas, com a redução das distâncias e das barreiras espaciais, conseguidas com os avanços nos transportes e nas comunicações, incorpora parcela sempre crescente da sociedade à divisão internacional do trabalho, aumentando inexoravelmente o grau de interdependência entre os povos e aprofundando a natureza mundializada do espaço. Ou seja, a reprodução ampliada do capital, progressivamente, passa a envolver simultaneamente todos os níveis espaciais: o local, o nacional, o continental, o mundial. Nas palavras de CARLOS (1996a, p.42) "o processo de globalização cria a unificação do espaço mundial onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de Estados que vão do centro à periferia a partir de relações de dominação-subordinação que tem como elemento de articulação o mercado mundial"

Lembramos que a *experiência urbana* tendencialmente mundializada aqui referida, não se confina ao espaço da cidade. Em um mundo globalizado no qual todas as coisas e pessoas se encontram de alguma forma interligadas, a cidade embora torne-se o lugar privilegiado de apreensão e de materialização do fenômeno urbano este, enquanto experiência material e simbólica cristalizada em um modo de viver, ultrapassa seus limites.

É certo, porém, que se por um lado, a discussão da sociedade urbana extrapola a cidade, por outro, são os seus conteúdos que lhes dão materialidade concreta. Temos então a inseparabilidade dos processos: a reprodução do es-

paço urbano cuja expressão palpável na *forma cidade* concentra homens, capitais, unidades fabris, serviços, mercados, produção e circulação de mercadorias e o urbano enquanto modo de vida (expressão de valores, *habitus*) como condição para a reprodução multifacetada da sociedade.

Lugar de convivência, ao mesmo tempo, do aparato produtivo e do mosaico de relações reprodutor da vida, ainda que a razão pragmática do primeiro venha, historicamente, exercendo toda sua pressão cooptante sobre esta última, não conseguiu reduzir a cidade a mero espaço de produção e consumo. Em outras palavras, a trajetória avassaladora do capital não elimina as contradições de um processo no qual conflituam, de um lado, os interesses da sociedade pela fruição e apropriação coletiva da cidade, que só é possível na primazia do *uso e do valor de uso*; e de outro, os interesses do capital que a tudo quer coagir, mediar e absorver em relações de equivalência *uso/troca* no e através do mercado. Nesse embate "o uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena" (CARLOS, 1994b, p.51).

A cidade revela então, por meio dos *usos* que lhes são dados, toda a complexidade e contradição produzida nos confrontos travados em seu seio pelos diversos atores. Particularmente no crescimento urbano dos países subdesenvolvidos a luta pelos espaços dedicados à moradia, por exemplo, é uma dessas manifestações de feição dramática em que os *usos* diferenciam-se quanto à localização e o acesso às infra-estruturas de consumo coletivo, segundo a classe e o nível de renda.

No Brasil, em seus aspectos gerais, o processo é bastante parecido nas cidades (principalmente nas capitais dos Estados) que viveram processos de urbanização intensa neste século. Em Recife, por exemplo, os usos foram se defi-

nindo, inicialmente, pela convivência dos seus atores produtores nos espaços planos da cidade. Aqui num primeiro momento e durante muito tempo, uma urbanização ainda tênue permitiu a convivência relativamente pacífica entre as camadas de maior e menor renda nesta porção do espaço. Num segundo momento, o quadro sofre profundas alterações: na esteira de uma rápida urbanização provocada pela modernização que o Brasil viverá a partir dos anos cinquenta, a cena urbana recifense se complexifica. O crescimento rápido da cidade, trazendo consigo forte pressão sobre o valor da terra e privilegiando o *uso* privado em detrimento do *uso* coletivo dos seus espaços, reduz expressivamente aquela dialética da convivência pacífica. Como veremos adiante, em seu lugar, acirradas disputas entre antigos e novos produtores da cidade (migrantes, industriais, comerciantes, Estado, etc.) resultaram em uma nova dialética socioespacial morro/planície cujo quadro de contradições é enormemente ampliado com as configurações sociedade/espaço surgidas sob essa égide.

Pode-se dizer assim, que os interesses do capital imobiliário crescem na mesma proporção em que os conflitos entre os vários segmentos da sociedade pela apropriação dos espaços da cidade vão sendo determinados a partir de *usos* vinculados à propriedade privada. Expressão deste processo, a segregação econômica vira também espelho da segregação espacial: de um lado, as restrições que se impõem aos pobres, da habitação precária à insuficiência de equipamentos e serviços de uso coletivo. De outro, o consumo conspicuo, a diversidade de lazer, o conforto dos espaços equipados para os segmentos privilegiados, embora freqüentemente a mistura de ambos produza uma paisagem de contrastes e possibilidades.

Espaço da coexistência, da pluralidade e da simultaneidade de acontecimentos produzidos em diferentes temporalidades, a cidade agigantada pelo processo de reprodução de natureza desigual e contraditória formador da metrópole, vê exacerbar-se em seu solo, um forte e perverso

conflito de usos, segundo os interesses e embates entre os segmentos da sociedade e isto pode ser verificado quando observamos que “a densidade e a quantidade dos bairros pobres que pontuam a mancha urbana metropolitana (...) – revela o fato de que as formas de uso, mediadas pela propriedade privada da terra, restringem o acesso de parcela significativa da sociedade à metrópole” (CARLOS, 1996a, p.72).

A natureza desse conflito de usos relaciona os espaços dedicados a reprodução do capital, implicando a produção de coisas no/e através do espaço da cidade. E aquele necessitado pelos homens para reproduzir a vida. Ambos igualmente permeados pelos mecanismos de controle do capital expressos na alienação cotidiana – pois os vários tipos de consumo realizados coletiva e/ou individualmente, inclusive os de natureza espacial, se fazem em consonância com a posição que cada um ocupa no sistema produtivo e, portanto, com a parcela de riqueza que é apropriada por cada segmento social – entretanto, os dois também repletos de possibilidades de amplificar *usos* não reduzidos à *troca* e capazes de anunciar o imprevisível.

É dessa forma que o espaço urbano vai se produzindo: homogeneizado, e como tal, incorporado, assim como as relações sociais, os homens, as culturas aos *valores de troca*, à mediação do dinheiro com a finalidade do lucro, inimigos da espontaneidade e redutor das diferenças; fragmentado e, desse modo, mercadoria negociada em parcelas; enfim, hierarquizado, expressão da segregação social de classe, entre os lugares da vivência confortável, e aqueles da sobrevivência precária, não poucas vezes inabitáveis.

Não obstante, da produção e reprodução do capital e da força de trabalho, mas também da vida. Da homogeneidade dos caminhos funcionalizados da circulação de coisas/mercadorias, mas igualmente da persistência da diferença latente ou manifesta na produção dos lugares. Do cotidiano que se repete exaustivamente nos gestos mecanizados, geradores de inércia e de mo-

notonia à repetição irredutível que guarda surpresas, contém resíduos de manutenção da diferença e criador de outras diferenças. Espaço/lugar, em suma, de não-encontro, de não-comunicação, *espaço dominado*; do mesmo modo, espaço de luta e de resistência, de encontro e de festa, *espaço apropriado*.

A produção socioespacial do Recife tem se dado em torno de uma luta, por assim dizer, desesperada dos seus habitantes pelo quinhão pouco generoso de terra firme e as águas que cortam seu território. De tal modo que a 'criação' do próprio chão, através de sucessivos aterros, é sintoma até os dias de hoje, tanto da especulação e da ganância dos agentes imobiliários, quanto da real e imponderável escassez de terra na cidade.

Como já dizia CASTRO (1959,p.155-156) na primeira metade deste século: "cidade construída numa planície encharcada, formada de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos e salpicados por manchas d'água por todos os lados, é impossível captar-se a expressão de seu rosto, do nível do solo ou do mar. Acercamos da cidade e caminhamos por sobre os bancos de solo ainda mal consolidados – mistura incerta de água e terra – onde ela assenta, como se estivéssemos perdidos nas brumas de um mistério, apenas pressentindo uma expressão que não conseguimos apanhar em sua plenitude. (...) Os mangues invadindo as terras, as águas dos rios entrando pelos quintais das casas, as línguas de terras penetrando mar a dentro, os mocambos se infiltrando por dentro dos mangues e da lama dos rios, numa desordem assustadora"

Malgrado seja inegável a força poética que a sinuosidade das águas confere à paisagem da cidade – fonte de inspiração para tantos viajantes, e contadores de história – os discursos que pretendam apenas realçá-la, correm sempre o risco de esconder a história social existente por trás dessas águas.

Representando 30% ou cerca de 66 Km² dos 218 Km² da cidade, contornando a planície, temos os morros que o processo de metropoli-

zação, expandindo o uso privado do solo nas últimas cinco décadas, agregou ao espaço urbano. Desse total aproximadamente a metade (30 Km²) encontra-se com seus topos e encostas habitados por uma população de mais de 430.000 (1996) pessoas, ou pouco mais de 30% dos 1,3 milhão de habitantes da cidade.

Assim, uma combinação de mar, rios, mangues e morros compõe a paisagem da cidade, cujas relações sociais de apropriação ao longo do tempo, se por um lado, – sendo produto de uma sociedade organizada em classes – refletem desde muito cedo, as contradições desta mesma sociedade, resultando em uma cidade profundamente desigual, cenário síntese da oposição entre riqueza e miséria, gerada em um processo de metropolização capitalista. Por outro lado, este espaço em que a natureza quer reinar soberana, a tudo inundando com suas águas, pouco a pouco será vencido pela teimosia de 'nobres' e 'plebeus' que aí travaram embates e produziram espaços.

Esses ambientes, que a rigor avançam para além dos limites territoriais do Recife, estendem-se a norte, a oeste e a sudoeste do município e, de uma maneira geral, caracterizam-se por colinas arredondadas, com altitudes entre 30 e 50 metros.

Predominantemente composta por segmentos de baixo poder aquisitivo, parte da população dos morros aí instalou-se em sucessivos processos migratórios, refletindo as profundas transformações ocorridas na estrutura socioeconômica do campo e da cidade brasileiros após a Segunda Guerra Mundial. Parte tem origem em diversos pontos da cidade, e resulta do deslocamento interno da população face aos mecanismos de valorização do espaço com a expansão urbana verificada, sobretudo, entre as décadas de cinquenta e oitenta. Ambos se combinando em uma mesma dinâmica: a da urbanização que se dá sob as oscilações do mercado de terras numa sociedade capitalista.

Embora de uma maneira geral, a ocupação desses espaços venha se dando de forma

“desordenada” pode-se distinguir duas zonas de morro, segundo o modelo histórico de ocupação: a primeira, formada pelos topos e encostas da zona norte/noroeste densamente habitados. Nestes, a ocupação informal é regra e decorrente da busca de espaços livres pelas camadas populares, em que a ausência de planejamento urbano e de legalidade da posse da terra, são traços marcantes, além de palco para inúmeras batalhas por parte dessas camadas, para deles apropriar-se.

A segunda, caracteriza-se pela ocupação formal através de planejamento estatal. Neste modelo, os conjuntos habitacionais tipo COHAB, formam o principal tipo de uso promovido pelo Estado para topos de morros das zonas sul e oeste da cidade, o que não impediu, contudo, que nas encostas que entornam esses conjuntos, se instalassem ocupações informais e proliferassem as autoconstruções tal como na zona norte.

São, porém, os morros da zona norte, que apresentam a maior população absoluta e as mais altas densidades médias em relação à área. São também os morros da zona norte que concentram a maior parcela da população pobre da cidade, bem como, historicamente precedam as demais áreas na luta por espaço; e onde seus habitantes deram os primeiros testemunhos da crescente segregação experimentada com o processo de expansão da cidade.

Dessa forma, foram os embates nascidos da dialética morro/área plana que definiram os contornos e a dinâmica da reprodução social nestes dois espaços da cidade. Nestes últimos, a consciência de encontrar-se em espaços de muitas restrições – em que a mínima conquista deveu-se a anos de luta diária, diferentemente das partes privilegiadas da cidade – não impediu, ou antes reforçou em seus habitantes, habilidades para a recriação da centralidade, dos espaços do encontro, da solidariedade, da festa, da cultura, das associações por causas coletivas, da comunicação, da revalorização dos *valores de uso* frente aos *valores de troca*. Em outras palavras, dos conflitos à reprodução segregada nos morros, as

relações *espaço/temporais* aí estabelecidas transformaram-no não só em lugar do residir e resistir, mas também da possibilidade de construir identidades, manter a vida e pertencer à cidade.

Com efeito, os conflitos entre os diversos segmentos da sociedade pelo direito ao *habitat* e ao *habitar* (LEFEBVRE, 1991b, p.16 e ss)² constituem um traço marcante no processo de expansão e de apropriação do espaço urbano do Recife. A valorização lenta do espaço da cidade, que durante muito tempo, permitiu a convivência amistosa entre os segmentos populares produtores do próprio chão nos mangues e alagados, e os ocupantes endinheirados das terras firmes, cede lugar a uma vinculação conflituosa mais intensa à medida que se intensifica o processo de urbanização e, com ele, a pressão sobre terras tão escassas.

Ademais é bastante sabido que num mundo no qual se universalizam a propriedade privada e o mercado, resta cada vez menos espaço para os pobres. Lugar onde melhor podem ser avaliados e sentidos os efeitos perversos destes dois mecanismos do capital “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos” Dessa forma, parcelas inteiras da população não têm como pagar um pedaço do solo urbano. Estas, “(...) acabam morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos de propriedade se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados (...)” (SINGER, 1982, p.33-34).

No Recife o *mocambo* foi a forma do *habitat* que incorporou e melhor definiu as camadas pobres da cidade até a primeira metade deste século. Neste tempo ele cresce em núme-

ro e em extensão nos alagados, à medida que a cidade vai se urbanizando à luz de um modelo econômico que impede o acesso de todos às suas melhores partes. Não obstante, acomodando-se dentro do tecido urbano à mercê dos mecanismos do valor, os pobres ficarão nos alagados até que a expansão urbana incorpore-os à *troca*, à negociação no mercado de terras.

Assim, se hoje a cidade possui mais de 600 favelas, abrigando mais de 50% de sua população, em 1913 no levantamento do Departamento de Saúde do Estado, já contabilizava quase 20 mil mocambos no Recife, representando 43% de seus habitantes residindo na lama dos manguezais. Já em plena fase de conquista dos terrenos alagados através de aterros pelo capital imobiliário, e do conseqüente acirramento das disputas entre mocambeiros e especuladores, novo recenseamento (1939) apontava que os mocambos representavam 67% das habitações da cidade. A despeito das políticas de erradicação implantadas pelo Estado no final da década de trinta, o número de mocambos atingiu 90 mil ou 60% das residências da cidade em 1960 (FALCÃO NETO & ALMEIDA, 1985, p.76-77).

Mas se nos aterros, mangues e alagados, os pobres nativos e os migrados do interior, durante muitos anos, encontraram o lugar da cidade para residir, produzir e reproduzir o espaço cotidiano do infortúnio, mas igualmente o das glórias possíveis, aí não poderão permanecer – salvo nos casos em que consigam desenvolver lutas coletivas de resistência – quando confrontados às ambições do capital por mais espaço.

Com efeito, os nexos produzidos pelo rápido processo de urbanização ocorrido a partir da década de cinquenta, particularmente na vertente que esta assume em nações subdesenvolvidas como o Brasil, têm seus desdobramentos na expansão desmesurada do tecido urbano das cidades brasileiras. Tal processo, que caracteriza um novo ciclo da inserção do país na DIT (Divisão Internacional do Trabalho), marcando a passagem de uma sociedade fundamentalmente rural e agrário-exportadora, para outra urbano-

industrial, produzirá intensas transformações na paisagem de suas cidades.

Processo de urbanização e de metropolização que ocorre nos marcos de uma acumulação que persegue a unificação do espaço nacional segundo as regras do mercado, ampliando os laços de dependência ao capital transnacional e, para tanto, elegendo mecanismos brutais de concentração e de transferência de renda entre espaços e classes sociais, espoliação e pauperização dos trabalhadores, para estes tudo isto denuncia a piora generalizada das condições de vida e no tocante à habitação, em sua crescente periferização.

Ademais, preço da terra e distribuição das infra-estruturas de serviço, elementos intimamente vinculados aos investimentos feitos pelo Estado em cada porção do espaço, e como tais condicionantes poderosos do *valor* no/do espaço, são elementos chave, na explicação da configuração invariavelmente segregadora encontrada nas metrópoles brasileiras, particularmente para os segmentos de pouca renda (KOWARICK, 1993, p.35).

Como em outras partes do país, no Recife a expansão urbano-industrial desigual e concentrada, ao acentuar o caráter privado da produção do espaço da cidade nas últimas décadas, levará ao agravamento ainda maior do quadro de miséria já vivido por setores da população: antes excluídos dos benefícios fornecidos pela economia agrário-exportadora, agora igualmente não absorvidos por sua economia urbana formal. Este contingente em grande parte não absorvido pelo setor produtivo acirra as disputas pelas terras escassas da cidade. Copiosamente ampliada pela urbanização, não restará muitas alternativas a essa força de trabalho senão iniciar um caminho lento ainda em andamento, cheio de ardis de resistência, porém sem volta de periferização em que vai sendo apartada dos mangues e alagados para localizar-se nos morros até transbordar-se em territórios de municípios vizinhos.

Com efeito, os sinais dessa segregação foram sendo gestados em vários momentos do

processo de urbanização do Recife. Já nas décadas de trinta e quarenta, a transferência compulsória de elevado contingente da população dos mangues e alagados juntamente com a consolidação de um cuidadoso discurso antemocambo calcado em um 'pudor do mocambo' refletem estratégias de classe encampadas pelo Estado, que visam garantir às classes privilegiadas as melhores localizações da cidade, ao mesmo tempo que darão início ao intenso deslocamento dos mocambeiros no interior da cidade em busca de novos espaços de moradia.

Dessa forma, a lama tornada chão, onde o mocambeiro erguia seu mocambo e com ele a única forma possível de reproduzir-se e apropriar-se da cidade, já não será mais o lugar dos pobres, embora estes não parem de se multiplicar a cada ano. Em não conseguindo permanecer no chão por eles mesmos produzidos, grande parte começará a se instalar nas áreas de morro. Um relevo fortemente acidentado, o alto custo de implantação de infra-estrutura em comparação com as áreas planas, mantendo baixo o valor monetário dessas terras e, conseqüentemente, tornando-as pouco atrativas ao capital imobiliário, transformaram a região dos morros, nos últimos decênios, no principal destino da população pobre da cidade.

Contudo, não se imagine que o relativo pouco interesse do empresariado da construção por essas áreas, tenha traduzido-se em acessibilidade fácil e certa para os novos ocupantes. Inúmeras histórias de luta foram necessárias, muitas delas ainda em andamento, desde o momento da ocupação até a posse efetiva desses terrenos. Lutas, onde, invariavelmente, tinham que confrontar-se com alguma forma de manifestação da propriedade privada a qual eram submetidos e explorados.

De qualquer modo, apesar dos esforços de segregação da habitação dos pobres, há uma parcela remanescente dos antigos mangues e alagados, que embora cada vez mais reduzida e espremida junto aos símbolos do que se acredita ser a 'modernidade' – amesquinhada aos termos

da volúpia do consumo, – continua ao longo das últimas décadas desenvolvendo lutas de resistência para neles se manter.

À vista nas pontes, às margens dos rios, junto aos shoppings centers, centros empresariais, condomínios de luxo, órgãos da administração pública, etc., lá estão eles em suas lutas cotidianas pela sobrevivência, reproduzindo a existência precária, resistindo para permanecer no espaço, produzindo-o.

De um modo geral, portanto, a dinâmica da valorização e da expansão do tecido urbano da cidade nos últimos decênios, faz-se impondo limites e constrangimentos cada vez mais severos à plena reprodução da vida urbana para amplos segmentos de sua população. E em contrapartida, promovendo todos os interesses que viabilizem a reprodução do capital (comercial, imobiliário, industrial) e a ampliação do circuito da troca, do espaço de consumo e do consumo do espaço.

Portanto, reino das abstrações: do uniforme em lugar do diferente, da informação em vez da comunicação, dos símbolos substituídos pelos signos, do não-lugar em vez do lugar, demasiadamente, do produto em vez de obra. No limite, da destruição da cidade enquanto expressão privilegiada do espaço público para o encontro, a festa, para a comunicação com o *outro*, enfim para os usos que se dêem na primazia dos *valores de uso*.

Tal processo, suas contradições e limites, não podem encontrar possibilidade de elucidação sem falseamento, fora dos fundamentos de uma razão instrumental que norteia a produção e a reprodução capitalista dos homens, da vida e do espaço, submetendo-os às injunções da troca e do valor de troca. Desta maneira, reduzindo o espaço inteiro e, particularmente, o da cidade e do urbano, ao circuito da produção, circulação e consumo de mercadorias.

Isso porque, como já deve ter ficado claro, do desenrolar dessas dinâmicas é que surgiram vários dos lugares urbanos da cidade dentre eles o que estudamos. Daí decorrendo diferen-

tes formas de inserção desses lugares no espaço da cidade, segundo o momento histórico e os diversos tipos de relações que os produz cotidianamente. No caso do Morro da Conceição, por exemplo, sua integração à cidade, assume desde a feição de espaço precário deixado à moradia das populações de baixo poder aquisitivo, passa pelos movimentos que animam o cotidiano do bairro, engendrando sua fama de tradicional reduto de resistência e vai até a construção de uma identidade do lugar como veremos a seguir.

Lutas, vivências e (con)vivências no lugar

Devemos lembrar que, embora a discussão sobre a constituição da mundialidade apóie necessariamente, qualquer iniciativa que pretenda diagnosticar as razões que geraram o enfraquecimento dos laços locais, todavia, não é nossa preocupação direta analisar o modo como essa mundialidade materializa-se no lugar, criando novas modalidades de *uso*. Pelo contrário, partimos dos *usos* já existentes no bairro, para explicar como estes, contribuem para reforçar os conteúdos de permanência e os vínculos dos habitantes com o *lugar*.

Verifiquemos, pois, o que sobrevive nesse espaço que justifique falar na existência de uma *identidade do lugar*. Analisamos aqui, portanto, os elementos produtores do *lugar* Morro da Conceição à luz de sua história, procurando articular dimensões que o tornam a um só tempo: produto da construção coletiva dos seus habitantes no interior do bairro, onde lutas, festas, desejos, necessidades, etc., ou seja, onde a vivência espacial cotidiana, produz a história de cada um de seus habitantes e a do *lugar*; e produto das relações inextricáveis existentes no binômio *lugar-mundo*, que se geram estranhamentos, choques, alienações, menos verdade não é que da sua compreensão depende tornar essa relação algo inteligível, pois, “o lugar se produz na articulação entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresentaria como o *ponto de*

articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 1996a, p.15-16) (grifos no original).

Colocando em outros termos, é como espaço que contém uma historicidade, incompreensível senão consubstanciada ao movimento mais amplo de constituição do que Lefebvre definiu como *Sociedade burocrática de consumo dirigido*, formadora de uma totalidade na qual se enredam diferentes tempos/espaços na produção do *lugar*, que o Morro da Conceição é aqui tratado. Assim, território necessário à reprodução do espaço urbano do Recife em seus vários momentos de expansão. *Lugar* de reprodução da vida cotidiana no qual práticas espaciais baseadas em fluxos significativos de uma sociabilidade compartilhada com o *outro*, ao longo do tempo, deu-lhe feição particular.

O Morro da Conceição compõe um complexo de morros conhecido por seus habitantes por ‘região’ de Casa Amarela. Área de topografia íngreme, de colinas com gradientes de aproximadamente 30% e altitudes que chegam a ultrapassar os 60 m na zona norte do Recife³

Essa produção dos altos e córregos de Casa Amarela, no entanto, remonta ao século XVII. Especialmente quando o Morro da Conceição, então chamado Outeiro de Bagnoulo, com sua localização estratégica, serviu como reduto fortificado dos holandeses nas ofensivas de invasão das terras coloniais portuguesas. Graças a sua privilegiada posição, um belo mirante da planície do Recife, após o período do domínio holandês passa a ser chamado de Outeiro da Boa Vista. Com esta denominação o Morro permaneceu do fim do domínio holandês até o início do século atual. A designação Morro da Conceição só viria bem mais tarde (1904) com a instalação da imagem de N. Srª da Conceição no local.

A vista panorâmica, proximidade do núcleo urbano principal, altitude e ar ameno, provavelmente contribuíram na escolha dessa colina como sede da imagem no Recife, assim como, deram início à sua construção enquanto espaço

símbolo ao transformar-se, no decorrer desse século, no principal ponto de peregrinação e de homenagens à santa, no Estado, e de importante lugar de moradia, efervescência cultural e lutas populares da cidade. Sim, pois não tardaria até que o Morro passasse de sítio escolhido para celebrar a proclamação do dogma e de culto a Imaculada Conceição da Virgem Maria, freqüentado em sua maior parte por gente simples vinda de diversas localidades, à alternativa de moradia para essa mesma gente. Esses serão elementos de um imaginário simbólico diferenciado, específico ao Morro da Conceição, em relação aos morros de Casa Amarela e outros espaços da cidade, fundamentos da identidade do *lugar*.

É, portanto, como local de devoção, mas particularmente como alternativa de moradia e de produção da vida para segmentos de baixa renda da população, que o Morro da Conceição, bem como, os morros vizinhos, vai sendo incorporado ao processo de reprodução do espaço urbano recifense. E como tal, pouco a pouco, seus habitantes nele vão tecendo relações, construindo um tempo e um espaço, estabelecendo *usos* que o torna *lugar* de sacrifícios e das carências cotidianas sem dúvida, mas também de fé e de festa, de identidade, de singularidades e permanências.

Assim, a história do Morro fornece os rudimentos de como os tempos diferenciados foram impregnando este espaço e aí produzindo singularidades. Vejamos como os *usos* atuais que se desenrolam no espaço cotidiano, representam sobrevivências de práticas identitárias germinadas no *lugar* e como elas fortalecem a identidade do espaço local e implicam em sua permanência.

História esta que não pode ser tratada como uma entidade, ou seja, morta por princípio e evocada por necessidade. Muito pelo contrário, é por sabermos que a existência só pode ser apreendida em sua real vitalidade a partir da compreensão do ininterrupto movimento de produção cotidiana de tempos/espaços que alie presente, passado e futuro, que buscamos evitar des-

ligar a produção atual do Morro, dos momentos de indiscutível relevância do seu processo de constituição. Nesta perspectiva, presente e passado se fundem propiciando pensar o futuro.

Décadas de ocupação que o aparato operado por um planejamento normatizante, porque instrumentalizante, não consegue elucidar, mas que vai sendo sub-reptícia e sabiamente tecida pelas camadas populares. Por toda a história permanentemente confrontada com a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência – lá está um verdadeiro labirinto composto de ruas, córregos, becos, travessas, vielas, picadas, ladeiras e escadarias; sons, cores, festa, expressões e movimentos que só a disposição para entendê-lo nos termos de quem o produz pode permitir uma visão aproximativa do seu significado.

Em um tempo/espaço mundializado carregado de ambigüidade no qual os conteúdos locais ora parecem se afirmar, ora caducar qual a natureza das permanências que o Morro da Conceição ainda encerraria? Seriam suficientemente fortes a ponto de constituir-se ali uma identidade do *lugar*?

Nos contatos com o espaço da vida cotidiana do Morro da Conceição exigidos pela investigação, percebendo suas carências, conhecendo sua história, duas constatações logo se impuseram: a primeira, é que estávamos perante uma situação de segregação espacial, com os corolários comuns a qualquer população pobre refletidos no dia a dia de dificuldades de toda ordem. A segunda, e um olhar atento na sua história não esconde, que as lutas ali vividas, forjadas também em uma longa vivência comum, produziram uma identidade entre seus moradores materializada em relações socioespaciais que dão vida simbolicamente peculiar ao lugar.

Claramente um espaço de carências a primeira e a mais premente, pois dimensão indispensável à reprodução humana, é a carência do próprio espaço que de qualquer modo uma densidade geral de quase duzentos habitantes por hectare ou a observação da paisagem congestionada não se presta a esconder.

No Morro uma população de quase dez mil habitantes se comprime, em um espaço cuja densidade já ultrapassa os duzentos e cinquenta habitantes por hectare. Não obstante haja uma certa proporção de “novos adultos” que por casamento ou qualquer outra razão, deixam o Morro para viver em outros locais, em geral a densidade já alta das habitações, vai sendo pressionada – seja pelas demandas de novos moradores ou das próprias gerações crescidas no lugar – pela “verticalização” e principalmente, com a construção no que resta de terrenos baldios, no quintal, contígua à casa dos pais – as famosas “puxadas” – sendo estes os sinais eloqüentes de um espaço de reprodução que se torna cada vez mais acanhado.

“No Morro os terrenos são poucos, o pessoal não tem condição econômica... a família tá crescendo e não tem né... aí fica puxando quartinho no final do quintal, vai puxando, quando a gente vê tá encima do muro (de arrimo)... a gente tenta conscientizar a população que não faça... mas por outro lado, não consegue o retorno porque a gente sabe a dificuldade que é grande dos moradores” (Rosemary/Rose, 33 anos).

Dessa maneira, muito cedo, marcantes movimentos reivindicatórios farão do Morro da Conceição e de Casa Amarela não somente espaços onde a face perversa da reprodução desigual da cidade revele-se na contundência de uma “cultura da escassez” que acompanha seus moradores, como por isso mesmo, torná-la conhecida e capaz de reconhecer-se pela rebeldia e disposição que estes encontram para rejeitá-la. Mais, que malgrado todos os reveses, não parecem ter desistido de perseguir o sentido do urbano e da vida urbana.

Este tem sido um componente fundamental que continua e historicamente vem fornecendo elementos a construção da imagem da região de Casa Amarela e também do Morro associada a uma identidade socioespacial de luta. A fala

dos seus habitantes é clara ao reconhecer o bairro e o macro-território de Casa Amarela como espaço celeiro de embates históricos, a começar pela própria conquista do chão. Se aqui e ali emergem discursos que idealizam o passado, é notável nesses habitantes o sentido de pertencimento a um espaço reconhecidamente de luta e de resistência, o que tem ajudado no nível das práticas espaciais cotidianas a estimular o trabalho militante, como no caso do Morro da Conceição, da destacada atuação do Conselho de Moradores e da Igreja.

Quando menos, por serem agentes sociais notórios e de credibilidade reconhecida junto aos habitantes do *lugar* nas várias lutas históricas ali travadas pela melhoria de suas condições de vida. Mas, fundamentalmente, por sua admirável inserção na vida social do mesmo. Mesmo que, vale dizer, num nível crescente, venha escapando a estas instituições formalmente estruturadas (igrejas, associações, partidos políticos) o movimento mais geral e dinâmico das comunidades sutilmente perceptíveis em suas lutas miúdas, atitudes e imaginário silencioso do cotidiano.

Se hoje de uma maneira geral o Morro da Conceição – ainda que de maneira precária e insuficiente – bem como, a região de Casa Amarela como um todo dispõem dos equipamentos urbanos básicos (escolas, postos de saúde, transporte coletivo, sistema de abastecimento d’água, coleta de lixo; programas sociais como o da contenção de encostas, construção de escadarias, etc.) necessários à existência e à reprodução sociais na cidade, isso se deve, fundamentalmente, às inúmeras lutas desenvolvidas pelos seus habitantes nestes espaços, nas últimas quatro décadas, especialmente nas de setenta e oitenta.

Lutas que nunca terminam aliás, nem conseguem ter um caráter de mobilização formalizada permanentemente. Pelo contrário, ora se renovam e avançam; ora entram em refluxo, às vezes quase em prostração. Em alguns momentos cruciais como os de hoje, parecem tatear a procura de novos instrumentos e referenciais, mas,

sobretudo, são diariamente alimentados pelas expressões, ações, modos de pensar e de agir, sentir e apropriar-se do espaço vivido por seus habitantes.

Adiante-se que essas lutas não podem ser compreendidas senão articuladas a uma discussão mais ampla sobre o papel dos movimentos sociais urbanos no contexto da vida política brasileira dos anos setenta. Portanto, o rebatimento no Morro das lutas sociais ocorridas na região de Casa Amarela não se explicam isoladamente e, sim, articuladas a processos que se desdobram à escala nacional.

A forte emergência destes movimentos a partir de meados da década de setenta, se dá sob uma conjuntura de 'crise de legitimidade' da ditadura militar em que esta convive com a contradição entre o processo de liberalização liderado pelos setores mais moderados do regime, abrindo caminho a uma maior organização da sociedade civil, e o rigor autoritário daqueles contrários a esta perspectiva (JACOBI, 1993).

Neste contexto, explodem com força as manifestações em defesa dos direitos humanos, em que lutam juntas a Igreja e inúmeras entidades da sociedade civil. Irrompem também, novos atores políticos que lutam pelo direito à cidadania, e às questões sociais candentes (salário, custo de vida, habitação, infra-estrutura urbana em geral, desemprego, etc.) lideradas pelo "novo sindicalismo" os Movimentos Sociais Urbanos e os partidos de esquerda.

Com efeito, se concordamos que nos embates entre os movimentos reivindicatórios e os órgãos do Estado "(...) as suas demandas configuram a emergência de uma identidade social específica e localizada no bairro, que faz deles sujeitos que reivindicam direitos, numa perspectiva de apropriação igualitária de bens de consumo coletivo e de cidadania ou de melhores condições de vida nas cidades"(JACOBI, op. cit., p.159) podemos assegurar, para o caso específico do Morro e do seu entorno, que essas lutas assumem aí uma conotação, que não somente permite-nos associá-las ao presumível significa-

do que tiveram nas efetivas conquistas materiais, como também vinculá-las à construção de uma identidade e de um imaginário social do *lugar*.

Falemos então de lutas sociais concretas e do papel por elas desempenhado, não apenas no sentido das repercussões que conquistas seguidas de infra-estruturas efetivamente tiveram na redução das precariedades e, portanto, na melhoria geral das condições de vida, isto se se pensa nas ausências de anos atrás. Mas sobretudo, na função que tiveram de elo de elaboração de uma coesão interna que ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento e de identificação com o *lugar*, um espaço *apropriado*.

A história dessas lutas compartilhadas em inúmeras reuniões, assembléias, passeatas; em audiências intermináveis e árduas negociações nos labirintos turvos das repartições públicas, num delicado jogo de paciência recíproca entre os representantes do povo e os burocratas de plantão, têm como marco espacial a área de Casa Amarela como um todo e o chão para morar, como peleja emblemática e matriz que possibilita o desencadeamento de inúmeras outras lutas (por infra-estrutura, saúde, educação, etc.), além do caráter de essencialidade à reprodução da vida.

Se a moradia nas áreas planas da cidade tornou-se quase impossível com aceleração da urbanização, a permanência nos terrenos acidentados dos morros da zona norte do Recife, carentes à época, de toda infra-estrutura urbana, não se deu de forma tranqüila. Pelo contrário, até que movimentos pela posse da terra ganhem força e sejam após muitos anos afinal vitoriosos, serão precedidos por longos anos de exploração de seus ocupantes, através da cobrança do *foro*. Esta cobrança pelo uso da terra inicia-se ainda nos anos quarenta quando os interesses suspeitos das famílias Santos Marinho e Rosa Borges arrogam para si a condição de locadora da área responsabilizando-se por sua arrecadação. Tantos e por tanto tempo foram obrigados a remunerar a terra, que antigos moradores ao serem perguntados sobre o Título de Posse, com facilidade recordam:

“Paguei quarenta e cinco ano (sic) de foro. Deixei de pagar quando disseram: terra liberada, agora vai chegar a posse. Comecei a pagar a Antonio David, depois paguei ao velho Santos Marinho e ao seu empregado e os últimos eu paguei ao filho dos Marinho... (sr. Toinho, 74 anos).

Assim, embora o direito de propriedade àquelas terras fosse exercido de fato pelas duas famílias, sempre foi questionado pelos habitantes nelas instalados, o que não evitou o pagamento, durante anos pelo uso da terra. Desta forma transcorre anos a fio a ocupação desses terrenos. Até que, já na década de sessenta o aumento extorsivo dos foros e aluguéis, usado como estratégia para a expulsão dos moradores das áreas em questão, desencadeia um longo processo de mobilização, de resistência e de luta, que entre os momentos de maior engajamento e os de refluxo, se arrasta do final dos anos sessenta, até 1980 quando o movimento sai vitorioso.

Não obstante todo o aparato repressivo da ditadura militar, obstaculizando a organização da sociedade civil e impedindo as manifestações populares à época, as populações dos morros conseguiram atingir um alto nível de mobilização na luta pela terra que ocupavam há anos.

Em 1976, quando o movimento chega a um dos seus ápices, repercutindo inclusive em importantes veículos da comunicação de massa, é batizado de *Movimento das Terras de Ninguém*, nome apropriado pelos ocupantes da área, a partir do título de uma reportagem publicada pela revista *Veja* em 01/06/76, retratando a luta dos moradores de Casa Amarela (MONTENEGRO, 1994, p.54).

A propósito da oportuna argumentação de Montenegro (1994, p. 54 e 58), de que a expressão *Terras de Ninguém* dada como nome ao movimento, traz consigo um forte sentido de rejeição do direito de propriedade alegado pelos supostos donos – “o termo “ninguém” está dirigido no sentido de restaurar o direito de posse e, por extensão, o de propriedade. O ninguém tem a

força de negar, de virar de ponta-cabeça o projeto de propriedade, que a imobiliária procura outorgar-se” – em detrimento do direito de posse pelos moradores, acrescentamos que o conflito subjacente aí se deu entre: de um lado, um pretendido *uso* subordinado ao *valor de troca* por parte dos mercadores de terras urbanas, representados, neste caso, pelo capital imobiliário; e de outro, um *uso* irredutível a essa lógica de negociantes e, como tal, voltado para a reprodução concreta/material da vida daqueles habitantes e para a *apropriação* simbólica do espaço, a partir da construção cotidiana de uma história onde se vão tramando laços de identificação e produzindo-se a vida do *lugar*.

Desta forma se desenvolve com avanços e recuos uma contra-história, que baseando-se no resgate da memória de ocupação dos terrenos em litígio, vai aos poucos estabelecendo nos habitantes dos morros, a compreensão de que eram eles os verdadeiros produtores daquele espaço e, como tais, possuidores do direito legítimo de usufruí-lo. E assim o movimento foi acumulando forças ao longo de toda a década de setenta. Em julho de 1979, lançava o documento *Dez Pontos da Desapropriação* onde, entre outros aspectos, definia o problema da terra em Casa Amarela como uma questão social e que exigia desapropriação. Depois de superar repetidos embates, em dezembro de 1980, o movimento consegue derrotar os interesses dos especuladores imobiliários e conquista do Estado o ato de desapropriação em favor dos moradores de Casa Amarela.

Como já observamos, as lutas nos meios populares são sempre muitas e jamais terminam. Começam quase sempre pelas condições mínimas de existência que o modelo de sociedade disseminado pelo fundamentalismo do mercado insiste em negar. Muitas vezes, porém, estacionam no marco das reivindicações pela redução das precariedades para a reprodução da vida cotidiana: água, transporte, saúde, energia elétrica, escadarias etc., são os problemas mais gerais nessas áreas e bandeiras freqüentes das lu-

tas. Algumas vezes, contudo, falta-lhes fôlego e condições objetivas para uma discussão política que busque questionar mais a fundo as bases nas quais se alicerçam as práticas socioespaciais da sociedade, assim como, a definição dos meios para superá-las.

Isto não implica em reduzir a significação dos movimentos reivindicatórios. Pelo contrário, no caso do Morro da Conceição, sublinhamos que eles compõem de forma decisiva o próprio imaginário formador da identidade do *lugar*. Articulados à Casa Amarela - como na mencionada luta pela terra ou voltados para interesses mais específicos ao bairro, ou ainda alimentados nas pequenas estratégias cotidianas de sobrevivência, os moradores do Morro ressaltam em suas falas, as outras tantas lutas que se fizeram necessárias para a melhoria de suas condições de existência. E aí facilmente percebe-se o orgulho que determinadas lutas trouxeram ao imaginário local ajudando a constituir-lo em *lugar* símbolo da fé e de resistência.

“A gente não tinha escadaria como hoje tem, tudo era de barro; não tinha água, tinha só um chafariz aqui encima e tinha que se deslocar pra o córrego do Euclides pra pegar água. A gente não tinha coleta de lixo, nem saneamento... o Morro era uma coisa assim cheia de privação... A organização começou com a queda de algumas barreiras e também com a questão da água, que a gente sofria muito com a questão da água. A gente tinha que descer e carregar água na cabeça... Ruim é quando estava chovendo, que era tudo feito de barro e a gente derrapava com a lata na cabeça. Na época o pessoal já discutia também a questão das ‘terras de ninguém’... A gente também não tinha transporte. Todo transporte a gente tinha que descer pra pegar ou na Av. Norte ou no Córrego do Euclides. Nessa época a gente não tinha Conselho de Moradores e o pessoal fazia as assembléias (sic) na igreja. A primeira assembléia foi a questão da água...

foi quase todo mundo do Morro... Hoje a gente tem água, tem transporte tem escadaria, tem creche, tem escola, tem infra-estrutura... Hoje o Morro é uma cidade histórica (sic) que todo mundo pode ver e conhecer, eu adoro o Morro...” (Rosemary/Rose, 33 anos).

Assim, tal como aparece nesta fala, foi a partir da construção coletiva que os moradores do Morro foram realizando suas conquistas, que embora representem algum avanço estão longe de serem satisfatórias. Contudo, mais importante ainda é que se é regra que seus habitantes estejam mergulhados num cotidiano de dificuldades, do trabalho estafante e alienante ao lazer massificado, mesmo assim permanece a discussão política que se transforma numa luta formalizada contra as carências, o poder e as injustiças, embora se reconheça que apenas uma parcela o faça com intensidade. Sobrevive e se exercita (nos bares, nos clubes, nas associações, CEBs, na Igreja, nas festas, no uso dos espaços públicos da praça e da rua) a riqueza dos espaços de sociabilidade coletiva, das relações interpessoais, nas quais a interação diária com o outro constrói e reconstrói laços de identificação com o lugar. Enfim, permanecem flancos para se pensar em estratégias de realização do verdadeiro sentido da vida urbana.

Tratemos da morfologia socioespacial do bairro. Afinal, é a partir dela, que seus moradores produzem e vivenciam o espaço concreto, ou seja, da casa à praça e à rua, das ladeiras às escadarias, das escolas aos bares e igrejas, das bodegas aos clubes, são nestes espaços de moradia, trânsito e encontro que se vai produzindo o *lugar*, que vão se cristalizando modos de uso, expressão de seus ambientes de sociabilidade, de discussão, do riso e de festa, de luta e de vida, enfim de construção de uma identidade.

Nesta perspectiva a relação *habitante-identidade-lugar* ganha sentido, isto é, nos termos da verdadeira apropriação que os habitantes do Morro realizam neste espaço através dos seus gestos, atos e ações, sentidos e corpo, des-

de quando o ocuparam e ali começaram a produzir-se e a produzi-lo em todas as dimensões.

Se hoje mais do que em qualquer outra época, a história e a identidade do lugar são construídas de maneira compartilhada, mas em uma correlação que tende a privilegiar as imposições desagregadoras e homogeneizantes da *ordem distante* (a mundialidade em constituição), em detrimento da *ordem próxima* (o lugar com suas especificidades), todavia, é nesta última, que os homens em relações sociais no plano do vivido laboram garantindo "... a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade (...). O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida"(CARLOS, op. cit., p.29).

No caso do Morro da Conceição, este cerne passa pela festa e a religiosidade popular, assim como pelos *usos* que são dados aos espaços públicos, particularmente a praça e a rua do bairro.

Por conseguinte, são fundamentalmente os componentes simbólicos de uma religiosidade popular crescente, materializados no espaço à luz dos usos por eles promovidos para o encontro, que vão lentamente configurando e sedimentando momentos de *apropriação*, dando-lhe feição e significado de *lugar*.

Assim, a festa em suas partes religiosa e profana, realizada ali há quase um século, contribui fortemente na construção de imagens símbolo do Morro e de sua sociabilidade. Pois, na festa popular, misturam-se o rigor dos rituais sagrados ao lúdico da diversão, da concentração e da euforia, por ela trazidos ao espaço público da praça e da rua. A partir dela promove-se o encontro e as relações interpessoais que periodicamente conspiram contra os ritos repetitivos da vida cotidiana baseados no trabalho produtivo, na normatização da convivência, no isolamento da vida privada. Para Brandão (1989, p.9) "a festa se apossa da rotina e não rompe mas excede sua lógica, e é nisso que ela força as pessoas ao breve ofício ritual da transgressão"

Verdadeiro 'ritual de passagem' da casa à rua, do privado ao público e vice-versa, a festa de N. Srª da Conceição desempenha papel essencial na construção identitária do Morro. Esta identidade construída sob os auspícios da fé de milhares de peregrinos que a cada ano buscam a santa para acusar-lhe o recebimento de uma graça, fazer-lhe novos pedidos ou simplesmente para dar testemunho de sua crença, só pode ser entendida, a partir dos laços que a produziram a cada repetição do ritual ao longo do tempo pelos que vêm de fora e pelos que foram aos poucos habitando o *lugar*.

Sua concentração máxima acontece na praça e na rua do Morro. Chegar ao centro ou ao topo do Morro da Conceição pareceu-nos ser sempre o melhor percurso para quem quer alcançar as suas encostas. Sim, porque quase tudo que acontece no Morro no que se refere ao encontro – das manifestações e lutas sociais de conteúdo mais explicitamente político do *lugar* aos festejos sagrados cujo mote sejam as iniciativas de natureza coletiva, ou simplesmente, com acento na interpessoalidade das relações, passa pela *centralidade* (LEFEBVRE, 1974, p.382 e ss)⁴ existente nesta praça e na rua da Conceição contígua a ela.

Nestes espaços se reúnem romeiros de todos os quadrantes, moradores e populares na festa anual em homenagem a N. Srª da Conceição. Aí também se deram inúmeras assembléias reivindicatórias, na árdua e longa luta pela posse da terra e por melhorias na infra-estrutura do bairro, assim como, foi palco de acirradas batalhas entre os segmentos reacionários da igreja católica, impostos ao *lugar* pelo arcebispado conservador que ascendia no final dos anos oitenta, e os setores ligados à Teologia da Libertação.

Nas observações da festa realizadas nos anos de 97/98, o primeiro aspecto a ser destacado é a de um espaço dominado pelo circuito da necessidade e da oportunidade de garantir ou complementar a renda com pequenos negócios assumindo duas vertentes: de um lado, mendigos amontoados, principalmente, nas ladeiras e

escadarias de acesso à praça do Morro e no pátio interno da igreja chamam a atenção pela quantidade e penúria; de outro o comércio de produtos. Embora este não surpreenda, se considerarmos que tradicionalmente toma parte em todas as festas populares, ainda mais em tempos de aumento da pobreza a cada ciclo de retração econômica – impressiona pelo número de vendedores e pela diversidade de objetos. Eles vão das imagens de N. Sr^a da Conceição e de outros santos, “terços” fitinhas de pulso aos marços de vela; passam pelas comidas e bebidas dos bares, as carrocinhas de pipoca, amendoim torrado, algodão-doce, maçã caramelada, caldo-de-cana, churrasquinho, bolas de oxigênio, cachorro-quente, puxa-puxa, etc.; e chegam até às bugigangas encontradas em qualquer comércio formal/informal da atualidade vindos de todo o planeta como os eletrônicos em geral, material de papelaria, bijouterias, etc., brinquedos, bonecos, os indefectíveis bichinhos de pelúcia, sem falar nas fitas magnéticas e cds seguramente pirateados, jogos e até inacreditáveis barracas de frutas frescas.

Mas são, sobretudo, os momentos de uso expressos em rituais e gestos não capturados pela *troca* que simbolizam a festa como instante de *apropriação* e tem conferido identidade ao lugar. Assim, são nas outras centenas de milhares de pessoas que pela praça, ruas e escadarias acompanham a procissão de encerramento da festa, muitas delas, inclusive, através do autoflagelo, que dão seu testemunho de fé como pagadores de promessa, ou ainda, aquelas que usufruem apenas o lado profano dos nove dias de homenagens à Santa, que vamos encontrar momentos de vivência que apelam a um *uso* da rua não capturado pelo *valor de troca*. Pois, como diz Brandão (1989, p.19), a festa com suas indispensáveis partes ‘sagrada’ e ‘profana’ permite o jogo dialético, sutil e freqüentemente conflituoso de passagem do privado ao público, da casa à rua.

Para além dos períodos da festa, o burburinho nestes locais principalmente nos fins de tarde e à noite, onde as conversas fluem em pe-

quenas rodas nas portas das casas, adolescentes jogam, crianças brincam, etc., é indicador de que os sentidos do encontro e da reunião ainda não se perderam aí completamente. Igualmente eles conservam uma dimensão de vida pública em oposição à privada. Em outras palavras, a praça e a rua mantêm-se como uma certa continuidade da casa, não obstante às injunções cotidianas da normatização, das coações e separações impostas pela sociedade moderna. Fundamentalmente, nestes espaços do bairro, ocorrem episódios de *apropriação* onde em diferentes momentos e épocas e na ‘comunhão’ de especificidades do vivido, o *uso* restituído ao *valor de uso*, produz a singularidade do *lugar*.

Existem ainda os diversos espaços de sociabilidade e de ocupação do tempo livre distribuídos nos estabelecimentos que são um misto de lugar de comércio e ponto de encontro do *lugar*. Antigos bares e barracas, mercearias ou vendas (Seu Toinho, Seu Alegria, do Domicio, do Cazuzza, do Joel). A *Sameiro* é, a princípio, apenas mais um estabelecimento onde compra-se pão; observações atentas revelam, porém, que a localidade é ponto de encontro onde compra-se e vende-se pão e, sobretudo, informações sobre os personagens e acontecimentos diários do bairro. Locais que, em função do produto oferecido e pela longevidade de quem oferta, assumem a condição de “parada obrigatória” de pessoas e, portanto, parte importante do burburinho noturno do bairro como o *Nado da Batatinha* e o *Caldo-de-Cana do Seu Terêncio* há mais de quarenta anos na ladeira Itaquatiara uma das mais importantes do lugar. Aí em resumo, as pessoas andam, se encontram, discutem, jogam futebol, festejam, namoram, fazem compras, serestas. Deste espaço se apropriam, consolidam relações, trocam experiências nas quais o *uso* se insurge frente a *troca*.

Portanto, manutenções como a do pitoresco *vendedor de munguzá*, do *sapateiro*, do *reparador de panelas*, ou iniciativas individuais formalizadas como a *Oficina de Artesanato* e *Venda de Ervas Mariza Albino*, ou ainda os gru-

pos de interesse, a exemplo do *Espaço Cultural Raízes de Quilombo* relacionado à cultura negra ou a troça carnavalesca *Quem Fala de Nós Não Sabe o Que Diz*, ligada a um dos grupos locais de Candomblé; os clubes e grêmios recreativos (*Acadêmicos Esporte Clube*) além de escolas de samba (*Galeria do Ritmo*) são localidades reveladoras de espacialidades que propiciam aos moradores a produção e a vivência do bairro em suas múltiplas dimensões.

Com efeito, em todos estes casos, uma vez as iniciativas de cunho associativo se darem necessariamente com forte acento no coletivo, no diálogo cotidiano com o *outro*, nas relações de vizinhança, nas formas-conteúdo do *lugar* que propiciam o encontro, acabam por permitir aqui e ali restaurações do *uso* insurgido contra a *troca*. Pois, é em presença de um *uso* restituído ao *valor de uso* que são geradas "... pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatório tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade. (...) Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana" (CARLOS, op.cit., p.73).

Estas dimensões de uso da rua e da praça da Conceição podem ser percebidas nas falas dos moradores, mas, sobretudo, aquelas que enfatizam seu papel de espaço de lazer e de festa do *lugar*, chamam-nos a atenção. Vale dizer que a vida do *lugar*, passa pela questão da diversão como algo essencial e fundamentalmente realizada naquela área, ora nomeada de *praça*, *pátio*, *campo*, *largo*, ora negada enquanto tal pela ausência de cuidados, equipamentos e apoio institucional, mas sempre reconhecida e vivida como espaço de lazer e de encontro.

"A praça é essa área que fica por trás da igreja... a gente precisou lutar muito por essa área. A comunidade tem uma proposta de urbanização não implementada por causa de um litígio com a igreja. Legalmente a área é

logradouro público e o que falta é a prefeitura tomar uma posição no sentido de urbanizar, de construir uma quadra com alambrado, como é a vontade das pessoas. A comunidade discutiu que quer uma área tanto pra prática de esportes, como para outros fins de lazer. A gente luta por essa área porque somos uma comunidade em que a maioria das pessoas são de baixa renda e que necessitam de lazer pras crianças, os adolescentes e até mesmo os adultos que utilizam a praça e que não tem um padrão de vida que lhe dê condições de ter lazer fora. Então a praça é fundamental nesse sentido de evitar a tão já grande violência, evitar que ela se propague aqui no bairro. É lá onde os jovens, as crianças, podem descarregar um pouco essa tensão urbana dessa vida, esse stress através do esporte e da brincadeira" (Luiz Carlos/Cal, 31 anos).

Neste sentido, os *usos* dados à rua e à praça do Morro da Conceição não guardam simples dimensões frias e funcionalizadas de passagem, circulação e não-comunicação, a que esta foi submetida na cidade capitalista. Ou seja, ritualizada nos gestuais apressados da produção e do consumo de mercadorias que caracterizam os tempos/espacos dominantes da *troca* e dos espacos homogêneos. Suas vias mistas, de automóveis e pedestres, juntamente com as travessas e escadarias, compõem circuitos de circulação e de apropriação do espaco local. Representam o reforço da dominação cotidiana quando requerem a fluidez requerida pelo automóvel e exigida pelo capital na exploração da força de trabalho expressa na rotina massacrante do ir e vir ao trabalho ou, mais freqüentemente, nesses tempos de economia globalizada, de procura de emprego. Prestam-se também à apropriação pra vida quando certos fluxos 'interrompem' a lógica perversa do mercado, nos quais se baseia o espaco produto, e permite a ascensão de manifestações cujo apelo se fundamenta no predomínio dos *valores de uso*, isto é, quando o irredu-

tível, o espontâneo, o genuinamente humano encontra no espaço, possibilidade de germinação.

Com efeito, se por meio dos caminhos que formam a circulação do *lugar* pode-se perceber sua inserção crescente a momentos de sociabilidade puramente reduzidos aos *valores de troca* (de que a comercialização de produtos na festa e o próprio mercado de aluguéis dos espaços ao redor da igreja pelos bares e assemelhados são bons exemplos), neles também fortalecem-se práticas espaciais nas quais os *usos* apelam a outro tipo de troca: aquelas não mediadas pelo dinheiro, pelo interesse mercantil. São estes os casos da própria festa que ocupa todos os espaços do Morro, dos *usos* dados à praça e dos movimentos e lutas que foram dando identidade ao *lugar*.

Assim, vias como a ladeira Apique, a rua Itaquiara e a Estrada do Morro da Conceição são capitais na vida do bairro. Não apenas por serem uma das maneiras de chegar e sair dele, mas também porque é por elas que se dão parte significativa do acesso de seus moradores a serviços públicos essenciais como o da coleta de lixo, gás de cozinha, transporte coletivo e às mercadorias que abastecem os estabelecimentos comerciais, etc. ..., da mesma forma, são nelas que *usos* são subvertidos durante instantes nos períodos formais da festa religiosa e/ou permanentemente na informalidade dos lugares de vivência cotidiana como dissemos acima. Nestas situações, embora o *valor de troca* não deixe de anunciar-se, relações desinteressadas e sem vínculo monetário têm a supremacia em alguns momentos caracterizando e marcando a vida do lugar.

Se a rua transformou-se, na vida urbana moderna, em apanágio da cotidianidade (repetição, normatização, separação, uniformização, homogeneização de gestos, valores, comportamentos), ela também traz consigo o irreduzível das práticas socioespaciais cotidianas. Por meio dela apreende-se o acaso, as diferenças, o espontâneo, nela, "(...) um grupo (a cidade mesma) se manifesta, aparece, se apropria dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado: uma tal apro-

priação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao movimento revolucionário, ele se passa geralmente na rua" (LEFEBVRE *apud* CARLOS, 1996a, p.92).

Claro está, que ao destacar a importância dos usos dados à praça e à rua na vida do *lugar*, não estamos esquecendo que a construção da sociabilidade do Morro passa por todos os espaços que o caracteriza. Portanto, a diversidade e riqueza de relações produzidas nas encostas, gerados a partir da vizinhança, com seus laços de solidariedade e também de conflitos ou aquelas produzidas nos bares, clubes e associações são tão valiosos e somam-se na constituição da identidade do *lugar*, quanto aqueles gerados na praça e na rua.

Pode-se, dizer assim, que o Morro vive em processo de identificação, ou seja, em permanente reelaboração. Tanto à luz do presente, distinguindo-se em aspectos importantes dos morros vizinhos, como de relações e processos gerados longinquamente. Nele, a sobrevivência espacial da modernidade, onde relações interpessoais produzidas a cada dia, na coexistência e na primazia dos *valores de uso*, ainda geram organização, ainda têm um fim, a despeito da proliferação dos espaços de consumo, espaços sem identidade dos *não-lugares* contemporâneos.

Sem falar nas relações de vizinhança, na roda de dominó nas esquinas e na praça, nas 'biritas' tomadas em grupo nas vendas e mercearias, na reunião para as transmissões do futebol, no próprio campeonato deste esporte organizado na praça que para ela atrai centenas de moradores, isso demonstra que velhos *usos* do espaço público sobrevivem no *lugar*.

Assim, as lutas que deram forma ao Morro da Conceição, sustentadas por relações que se foram lentamente construindo ao longo do tempo, afirmaram também a identidade espacial do *lugar*. Esta permanece quer assimilando conteúdos novos, quer reforçando e as já existentes.

Lugar de moradia, de sonho e de luta o Morro é o espaço da reprodução possível da vida

e de inserção na cidade. Os sujeitos que o produzem o fazem inseridos e influenciados pelas múltiplas dimensões globais, mas tentando manter certas práticas socioespaciais peculiares a este pedaço da cidade tornado *lugar*, quando o pró-

prio chão lhes foi tomado. Da luta pelo espaço à espaço de luta, de fé, de festa e de vida. Construir uma história do 'pedaço' eis a forma de permanecer, produzir e influenciar os rumos da cidade.

Notas

- 1 Este artigo foi elaborado a partir dos caps. 2 e 3 da minha Dissertação de Mestrado, defendida em dez./99 no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – FFLCH/USP, intitulada: "A praça, a rua ... a TV de rua: usos do espaço, permanências do lugar"
- 2 LEFEBVRE, H. (1991). (*O direito à cidade*). Nestas páginas o autor diferencia os dois conceitos. O *habitar* envolve a produção e a apropriação da cidade e da realidade urbana pelos cidadãos em sua totalidade a partir da primazia dos *valores de uso*. O *habitat*, produto da cidade tornada espaço de consumo, fragmentada e negociada aos pedaços, expressa a funcionalização dos indivíduos e das atividades necessárias à existência as quais passam a subordinar-se às exigências da reprodução do capital. O indivíduo aqui, já não encontra o sentido da cidade como obra de sua participação na vida social coletiva.
- 3 O Morro da Conceição está situado na zona administrativa de Casa Amarela, zona esta que sedia o

- bairro do mesmo nome, bem como, batiza parte do conjunto de morros da zona noroeste do Recife por ele polarizado. Delimitado em nosso estudo por quinze bairros que totalizam mais de duzentos mil habitantes compreende as seguintes localidades: Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandú, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Brejo da Guabiraba, Brejo de Beberibe, Casa Amarela, Córrego do Jenipapo, Linha do Tiro, Macaxeira, Mangabeira, Morro da Conceição, Nova Descoberta e Vasco da Gama.
- 4 O conceito de *centralidade* nos termos colocados por H. Lefebvre se define como uma construção mental e social dada a partir da reunião e do encontro do que coexiste no espaço. "*A centralidade é uma forma, ela mesma vazia, mas que reclama um conteúdo: objetos seres naturais ou fictícios, coisas, produtos e obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, relações práticas*" (grifo no original). LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*, 1974, p.382 e ss (ver bibliografia).

Bibliografia

- ANDRADE, Manoel C. De (1979). *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Ed. Universitária/UFPE.
- ANDRADE, Margarida M. de (1991). *Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Móoca e Belenzinho*. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH /USP.
- AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (trad. Maria L. Pereira). Campinas/SP: Papirus.
- BERNARDES, Denis (1996). *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária/UFPE.
- BRANDÃO, Carlos R (1989). *A cultura na rua*. Campinas/SP: Papirus.
- CARLOS, Ana F. A. (1996a). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1994b). *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- CASTRO, Josué de (1959). *Documentário do Nordeste*. 2. ed. São Paulo.
- DA MATTA, Roberto (1997). *A casa e a rua*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (1994). *Morro da Conceição fazendo história*. Recife.

- FALCÃO NETO, J. de A. & ALMEIDA SOUZA, M. A. de (1985). "O direito de morar" *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, maio/jun., p. 74-80.
- GOTTDIENER, Mark (1993). *A produção social do espaço urbano*. (trad. Geraldo G. de Souza). São Paulo: Edusp.
- JACOBI, Pedro (1993). *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- KOWARICK, Lúcio (1993). *A espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1978) *De lo rural a lo urbano*. (trad. Javier G. Pueyo). 4.ed. Barcelona: Península.
- _____(1991). *O direito à cidade*. (trad. Rubens E. Frias). São Paulo: Moraes.
- _____(1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- MATOS, Olgária (1985). "A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças" *Espaço & Debates*, n.7, pp.45-52.
- MELO, Mário L. De (1978). *Metropolização e sub-desenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: UFPE.
- MENDONÇA, João H. (1986). "A festa de N. Srª da Conceição de Casa Amarela" *Ciência & Trópico*, Recife, v.14, n.2, jul./dez., p. 157-181.
- MONTENEGRO, Antonio T. (1994). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, Paul (1982). "O uso do solo urbano na economia capitalista" In: MARICATO, Erminia. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, pp.21-36.
- SOUZA, Marcelo L. De (1989). "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política" *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n.2, abr./jun., pp.139-172, 1989.



LÄNDERKUNDE E ERDKUNDE: A REGIÃO NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

Virgínia Elisabeta Etges

RESUMO:

Este texto trata da concepção de *Länderkunde* (Geografia Regional) e de *Erdkunde* (Geografia Geral) entre os geógrafos alemães do século XIX e início do século XX, visando resgatar reflexões que poderão subsidiar as discussões em torno do tema Desenvolvimento Regional nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE:

Geografia Regional, Geografia Geral, região

ABSTRACT:

This text is related to the conception of *Länderkunde* (Regional Geography) and *Erdkunde* (General Geography) among the german geographers of the XIX Century and beginning of the XX Century, aiming to rescue considerations that could grant the discussions about the Regional Development theme nowadays.

KEY WORDS:

Regional Geography, General Geography, region

Numa época em que as discussões em torno da promoção do desenvolvimento vêm incorporando a perspectiva regional, expressa numa necessária descentralização da ação política e econômica, pautadas na busca da sustentabilidade, é fundamental que sejam retomadas idéias e obras de autores clássicos da Geografia que, em outras épocas, já se dedicavam a esta reflexão.

A discussão em torno dos estudos regionais na Geografia remonta a autores clássicos dos séculos passados, como Varenius, Newton, Kant, entre outros.

Segundo Schmithüsen, Bernard Varenius viveu somente 28 ou 29 anos, não se sabe ao certo se nasceu em 1621 ou 1622. Nunca realizou pesquisas de campo, nem viajou. Todas as fontes que utilizava em seus trabalhos já eram conhecidas. Na realidade, a importância da sua contribuição reside mais no fato de ele ter orde-

nado as informações, às quais tinha acesso, num sistema. A publicação e a disseminação das suas idéias deve-se a Newton (1643-1727), o qual, por muito tempo fez da *Geografia Generalis* a obra modelo na Inglaterra. Newton mesmo ministrou aulas de Geografia onde revidava afirmações da *Geografia Generalis*, que também foi por ele traduzida para o inglês. Portanto, a obra de Varenius foi fundamental para o desenvolvimento da Geografia, tanto na Inglaterra, como mais tarde na Alemanha, inclusive para Kant (1724-1804), que teria se apoiado em sua obra. Varenius foi o primeiro geógrafo da época moderna que, de forma consistente e objetiva, refletiu sobre a construção da Geografia.

“Segundo Varenius, a ciência geográfica deve estar fundamentada na exploração crítica de observações, na definição e descrição dos fatos e deve pesquisar e descrever as relações causais entre os fatos”¹

Uma das partes mais importantes do livro *Geographia Generalis* é a introdução, onde o autor discutiu a teoria da Geografia, afirmando que a sua atribuição básica está em pesquisar a superfície terrestre e suas partes:

“o objeto da Geografia, ou seja, a matéria que deve ser esclarecida é, em primeiro lugar, a terra como um todo, acima de tudo a sua superfície e suas partes.”²

A *Geographia Generalis* era composta de três partes: na primeira, denominada *Pars Absoluta*, Varenius abordava a terra como um todo e suas formas, abordando seu tamanho, movimentos, distribuição de terras emersas e águas, montanhas e suas formas, florestas, desertos, mares, rios, circulação atmosférica, ventos, etc. O seu objetivo era classificar em tipologias todos os conhecimentos que se tinha até então sobre a terra. A segunda parte chamava-se *Pars Respectiva* e tratava da diferenciação, na superfície terrestre, definida a partir da influência das camadas externas à terra. A definição de zonas climáticas e sua influência sobre a vida humana era um dos temas principais. Na terceira parte, denominada *Pars Comparativa*, Varenius estudava a influência da localização na superfície terrestre, compreendida a partir da comparação. No entanto, na introdução da *Geographia Generalis*, Varenius apresentou a *Geographia Specialis*, colocada no mesmo nível de importância daquela, o que levava a crer que o autor tinha a intenção de aprofundá-la no mesmo nível da primeira. O trabalho realizado sobre o Japão era uma evidência dessa intenção.

Na *Geographia Speciali*, Varenius apresentou o mesmo esquema da *Geographia Generalis*, só que relacionado ao caráter individual de uma área, onde as três partes passaram a ser denominadas *Afectiones*. Assim, ele denominou a primeira parte, correspondente a *Pars Absoluta* na *Geographia Generalis*, de *Afectiones Terrestres*, onde abordava os condicionamentos telúricos de determinada área. Estes aspectos foram trabalha-

dos no estudo sobre o Japão a partir de dez pontos, sistematicamente ordenados no sentido do “esquema regional” (*länderkundliches Schema*). Portanto, segundo Schmithüsen, a idéia da construção de uma Geografia Regional (*Länderkunde*), sistematicamente ordenada a partir de grupos de fatores específicos, já estava presente em Varenius, expressa em seu livro sobre o Japão e teoricamente explicitada na introdução da *Geographia Generalis*. Na segunda parte do texto, analogamente a *Pars Respectiva* da *Geographia Generalis*, foi feito o estudo das influências externas, denominada *Afectiones Celestes*. E, na terceira parte, finalmente, o homem foi trazido, como determinante, para o primeiro plano, através de estudos etnográficos, históricos e sócio-geográficos, denominada *Afectiones Humanae*.

Portanto, a discussão sobre uma Geografia Geral e uma Geografia Regional, já estava presente em Varenius, quando ele afirmava que a *Geographia Generalis* não tinha só sentido por si mesma, mas que ela abordava os fenômenos de forma tipológica, o que era simultaneamente uma preparação para a *Geographia Specialis*, na qual os resultados da *Geographia Generalis* seriam aproveitados. Concluindo, Schmithüsen afirmou que as concepções teóricas de Varenius, incorporadas mais tarde por Humboldt e Ritter, eram mais importantes para a História da ciência geográfica, do que até então se imaginava.³

A partir destas colocações podemos averiguar que a origem do pensamento geográfico moderno remonta a “geógrafos” anteriores a Humboldt e Ritter.

Ritter mesmo escreveu em 1822, que

“como disciplina histórica a Geografia até agora não passa de uma mistura sem regras internas; ela espera, sob o peso da escória, que a cobre, o sinal prateado do qual ela nascerá como ciência sólida”⁴

Na busca desta “regra interna” Ritter seguiu as trilhas do pensamento cosmológico (*Kosmologisches Denkmotiv*). O olhar cosmológico so-

bre toda a natureza torna-se o sinal prateado dos geógrafos: somente na conjugação de suas forças, na correlação de suas manifestações ela (a natureza) quer ser observada, afirmou Ritter.

A regra básica, que deve garantir a veracidade do todo, é a observação, continuou Ritter. O arranjo de todas as evidências recolhidas precisa, para ser metódico e para conduzir a um sistema natural, de um ponto de apoio, uma referência ideal (*idealer Hintergrund*). Só através dele os aspectos empíricos podem ser correlacionados e o diverso pode constituir-se em unidade.

A partir destas colocações, segundo Schultz, esperava-se que Ritter divulgasse sua referência ideal, sua teoria. Ao invés disto ele afirmou que a sua idéia básica (*Grundidee*) não poderia ser definida de saída, nem limitada em sua essência, senão que somente poderia adquirir forma através do desenrolar do processo, culminando com a conclusão. Como fundamentação neste sentido Ritter afirmou que a referência ideal não está para ele na veracidade de um conceito, e sim no conteúdo todo de todas as verdades existentes para ele, ou seja, no nível da fé (*im Gebiete des Glaubens*). Ela baseia-se numa contemplação interior, que se desenvolve a partir da sua vida em contato com a natureza e a humanidade.⁵

Assim, duas concepções básicas norteavam as preocupações dos geógrafos durante o século passado: a primeira, representada por Ritter, era concebida como a “via histórica” ou seja, a observação da superfície terrestre era norteadada pela idéia da história cultural. A segunda, a mais antiga e que as vezes se confundia com a primeira, consistia na tentativa de dividir a superfície terrestre a partir de fronteiras naturais. Com a primeira concepção, segundo Fröbel em sua contribuição metodológica de 1831, desenvolveu-se um princípio totalmente novo que a pura Geografia (*Erdkunde*), na qualidade de ciência natural, não conhecia: a influência estética da natureza sobre os homens, a qual se expressa em manifestações exitantes, cuja observação não é perceptível externamente, e sim in-

ternamente. Daí depreende-se que uma descrição da relação de troca entre natureza/homem sempre contará com elementos objetivos e subjetivos, onde no caso de uma se tratará de uma descrição científico-natural e, na outra, de uma interpretação estética, a qual somente produzirá quadros (*Gemälde*) e nunca será propriamente científica. Concluindo, Fröbel afirmou que a Geografia (*Erdkunde*) só será científica quando compreendida como ciência natural.⁶

Portanto, a principal crítica atribuída a Ritter era a de que ele analisava e comparava os espaços terrestres (*Erdräume*) a partir de aspectos estéticos, incorporando aspectos histórico-culturais dos lugares. Segundo a concepção dominante, para boa parte dos geógrafos da época, a Geografia só teria se afirmado quando a geologia, a mineralogia e a climatologia passaram a ter realce dentro dela.

Mas Ritter também teve seus mestres; dentre eles o principal foi Herder. Ratzel, em 1882, afirmou que Herder já tinha expressado claramente a idéia básica de Ritter: que a história não está ao lado, senão dentro da natureza. Exatamente as assim chamadas idéias teleológicas teriam pertencido originalmente muito mais a Herder do que a Ritter. Já em Mayr, numa de suas obras de 1880, lê-se que Herder mesmo era aluno de Kant, quando este filósofo ainda estava vinculado ao círculo de Leibniz. É a ele que remetem-se as idéias básicas de Herder e Ritter, concluiu o autor. Neste sentido também Plewe, em 1932, depois de estudar a relação entre Herder e Ritter, apontou Leibniz como o verdadeiro pai das concepções de Ritter.⁷

A tradição da “ciência de Ritter” transformou-se numa tradição de Geografia escolar. Quem quisesse dedicar-se à pesquisa, no sentido da tradição de ciência natural de Humboldt, associava-se a outros grupos, como geólogos ou pesquisadores viajantes.

Richthofen, em 1903, afirmou que Ritter não conseguiu formar uma escola de geógrafos que desse continuidade às suas ricas concepções. Ainda quando vivo, a Geografia descritiva já de-

sandara novamente para uma simples compilação, transformando-se numa servilha da História e da Estatística. Plewe, em 1932, complementou dizendo que de Ritter é preciso que se diga que ele sobreviveu a si mesmo, porque é um fato lamentável que suas elaborações, com raras exceções, tenham sido arrastadas adiante e desacreditadas por representantes insípidos, até que, por volta de 1870, se pode falar da falência da escola de Ritter.⁸

Já Peschel, em 1877 foi bem mais incisivo na sua crítica a Ritter, quando afirmou que a obra deste autor foi, acima de tudo, uma "teologia geográfica" na medida em que ele fazia crer que a formação e o ordenamento dos espaços terrestres resultariam de uma predestinação. Neste sentido, cada espaço individual representaria uma força moral, a qual como que, se manifestaria nas suas criaturas. À geografia (*Erdkunde*) caberia reconhecer a finalidade dos fenômenos. Na realidade, Peschel se contrapôs apenas à concepção teológica presente na análise de Ritter, na medida em que não se contrapunha à sua compreensão de Geografia.⁹

Esta fase da Geografia deve ser contextualizada, tendo em vista que vivia-se a época de pleno domínio do método positivista no campo científico. Esta filiação ao positivismo manifestava-se no princípio da unidade do método científico, qual seja, a idéia da existência de um único método, comum a todas as ciências, as quais seriam, conseqüentemente, definidas por objetos próprios. Esta postura positivista introduziu um acentuado ranço naturalista na Geografia, na medida em que descaracterizou as qualidades próprias dos fenômenos humanos e impeliu sua análise para a analogia com os procedimentos das ciências naturais.

Schlüter afirmou que nesta época a questão "se o homem realmente integra a Geografia" não era mais sequer discutida. Problemático tornou-se, entretanto, decidir quais aspectos relacionados ao homem e em que circunstâncias deveriam ser incluídos nos estudos de Geografia. E esta questão estava novamente intimamente re-

lacionada à discussão da unidade da Geografia, continuou o autor, dizendo que "o problema da unidade da Geografia não será resolvido enquanto a Geografia dos homens não for introduzida no grande edifício da Geografia, enquanto não se encontrar amalgamada com a Geografia Física".¹⁰

No afã de definir o *objeto de estudo da Geografia*, aprofundou-se também a discussão entre *Erdkunde (Geografia Sistemática ou Geral)* e *Länderkunde (Geografia Regional)* entre os geógrafos alemães da época da virada do século.

Alfred Hettner, um dos expoentes desta discussão, manifestava-se claramente a favor da *Länderkunde*, com o intuito de transformar a Geografia num "complexo de ciências" (*Complex von Wissenschaften*), unificando-a. Neste contexto, Hettner propôs a volta a Ritter, abdicando, no entanto, da sua teleologia. Respondendo à sua própria pergunta "o que é a Geografia?" Hettner afirmou tratar-se de todo o histórico desenvolvimento em direção da *Länderkunde*, ou então, "da ciência dos diferentes espaços da superfície terrestre"

Hettner propôs a interpretação desta resposta não só como descrição histórica mas também como prescrição, uma vez que a sua frase contém um significado tanto descritivo como normativo. Por um lado, enfatizou Hettner, o "Sistema da ciência" (*System der Wissenschaft*) não se deixa construir *a priori*, é preciso descobrir como a ciência avança, antes de se prescrever como ela deve avançar. Por outro lado, ele requeria uma fundamentação e uma explicação para este desenvolvimento histórico. Em 1919, na sua obra intitulada "A unidade da Geografia na ciência e no ensino" ele afirmou que "nós devemos justificar a essência da Geografia, tal como ela se desenvolveu historicamente, perante o juízo da lógica, e explicá-la a partir do sistema lógico da ciência" Tal sistema lógico é, na realidade, atribuição da Filosofia, continuou Hettner, mas no caso da Geografia, ela falhou até agora. Tendo em conta, portanto a necessidade urgente de elaborar definições para a Geografia, ele mesmo propôs um "Sistema das Ciências"

(*System der Wissenschaften*), concebido como “norma científica” que deveria conduzir a pesquisa e o ensino em Geografia para o caminho “correto”. Não é de surpreender, segundo Schultz, que Hettner, neste caminho “lógico-sistemático” também tenha chegado ao conceito da Geografia Regional: “Ela a Geografia é a ciência da organização espacial dos fenômenos na superfície terrestre” afirmou ele em 1905. Assim Hettner pôde juntar facilmente a metodologia descritiva e normativa numa unidade.

“Estas ciências crescem lentamente para dentro de um legítimo sistema lógico. (...) A classificação (isto é, o desenrolar da histórica divisão de tarefas na ciência) adapta-se à essência dos objetos, isto é, obtém cada vez mais legitimidade lógica”.¹¹

A continuidade histórica, à qual Hettner se referiria, é, contudo, discutível. É a Ritter que Hettner seguiu, instalando uma continuidade que se manifesta somente nos escritos populares e, em parte, na escola. E esta continuidade é tão pouco respeitável, afirmou Schultz, que o próprio Hettner a negou.

Mas onde se expressou então a unidade da Geografia na concepção de Hettner? “No método” respondeu ele mesmo em 1895. Mas por método ele não compreendia qualquer procedimento na busca do conhecimento, não o caminho para o objetivo, senão o objetivo, o próprio objeto da Geografia.

Mesmo que em Hettner a referência à observação corológica (*chorologische Betrachtungsweise*), à visão corológica (*chorologische Gesichtspunkt*), à interpretação corológica (*chorologische Auffassung*) e ao ponto de vista corológico (*chorologische Standpunkt*) sejam uma constante, ele queria expressar mais do que um seletivo interesse de pesquisa. “Os objetivos do pesquisador já se expressam no objeto a ser pesquisado” eles são por assim dizer “a essência deste objeto” afirmou ele também em 1895. “A observação geográfica não pode ser outra, a não ser

corológica” É da estrutura do objeto que ela é forjada, complementou o autor.

“A tarefa da Geografia é observar o caráter diverso (a particularidade, a essência, a natureza) das diferentes áreas da superfície terrestre, os fenômenos concretos da superfície terrestre, (...) as partes da terra, países, paisagens e áreas, como tais, (como unidades naturais e como individualidades), além de reconhecer como os diversos fenômenos conjuntamente influenciam o caráter de um país ou de uma área, como se expressam numa paisagem.”

E, mais adiante, Hettner complementou dizendo que

“o geógrafo, que não cultiva a Geografia Regional corre sempre o risco de perder o chão da Geografia. Quem não a compreende não é um autêntico geógrafo”¹²

De tudo o que foi dito, cabe destacar portanto, que a matriz da concepção regional em Geografia vem amparada no historicismo alemão.

Uma característica essencial da realidade humana é a sua “historicidade” a existência de um desenvolvimento histórico, no qual os indivíduos e os grupos sociais atuam movidos por uma intencionalidade, afirma Capel. Esta exaltação da história alcança tal dimensão que a expressão “Historicismo” chega a designar uma das mais caracterizadas correntes antipositivistas.

Assim, ao longo do século XIX a perspectiva histórica se introduziu em todas as ciências: o historicismo romântico e positivista pretendia simplesmente reconstruir, exigindo rigor na determinação dos feitos históricos e aceitando que cada unidade histórica tem um valor próprio e igualmente estimável; o historicismo do final do século XIX, porém, colocou, a partir de uma perspectiva teórica, o problema da validade do saber histórico e elevou a história à categoria explica-

tiva da realidade social, ao considerar que esta é resultado de um desenvolvimento e, por conseguinte, a descrição deste desenvolvimento desde a sua origem é essencial e indispensável para entender a realidade.

Por conseguinte, a introdução da história como elemento essencial na natureza de algo supõe introduzir uma dimensão de extraordinária complexidade, já que a história é composta de uma sucessão de acontecimentos singulares, realizados intencionalmente. *Assim, um dos princípios básicos do historicismo consiste em realçar o caráter individual resultante das forças histórico-humanas. Ou seja, a introdução do desenvolvimento histórico como elemento essencial na realidade social de algo implica o aparecimento do particular e do singular como objetivo do conhecimento científico. Para que esta apreensão do singular pudesse ser considerada científica, com o mesmo caráter de cientificidade generalizante das ciências da natureza, faltava justificar teoricamente a possibilidade desta ciência do singular.*¹³

Windelband tomou a si esta tarefa, a partir da distinção kantiana entre classificações lógicas e físicas. Segundo Kant, podemos referir-nos às nossas percepções empíricas tanto de acordo com conceitos, como segundo o tempo e o espaço em que se encontram realmente. A classificação das percepções, segundo os conceitos, é lógica, enquanto que a que se realiza segundo o tempo e o espaço é uma classificação física. Pela primeira, obteremos um sistema da natureza, e pela segunda, uma descrição da natureza.¹⁴

A partir deste conceito kantiano, Windelband classificou as ciências da experiência em nomotéticas e idiográficas. As primeiras se ocupariam do constante e do permanente, e tratariam de descobrir as leis da natureza, enquanto as segundas se interessariam pelo único ou singular, pelos fatos e acontecimentos, pelas condições circunstanciais no tempo e no espaço.¹⁵

As ciências da natureza são, em geral, ciências nomotéticas e idiográficas, ainda que o próprio Windelband reconhecesse que um obje-

to podia ser estudado por um e outro tipo de ciência, complementa Capel. Foi Rickert, porém, quem aprofundou as implicações desta dupla perspectiva aplicada a uma mesma realidade. Para ele, efetivamente, uma realidade pode ser considerada desde uma perspectiva generalizante, na qual se retém o que é comum a diferentes objetos, ou desde uma perspectiva individualizante, apreendendo o objeto em sua singularidade, no que ele se distingue dos outros. A primeira perspectiva é própria das ciências nomotéticas e a segunda, das idiográficas. Ainda que uma e outra sejam empregadas respectivamente nas ciências da natureza e nas históricas ou do espírito, o autor insiste em que uma realidade física ou cultural pode ser objeto das duas perspectivas, já que se trata de dois métodos, de duas formas de aproximação.¹⁶

A oposição entre natureza e espírito e, de forma correlata, a distinção entre ciências naturais e humanas (ou do espírito, ou culturais) colocava para a Geografia recém institucionalizada, ou em vias de institucionalização, um grave problema: o perigo de desagregação entre uma Geografia Física, já bastante arraigada na disciplina, e outra Humana, que iniciava um rápido desenvolvimento a partir da tentativa de sistematização, realizada por Ratzel.

Frente ao dualismo desagregador e ameaçador, afirma Capel, a Geografia Regional se configurou como a mais segura via para a sobrevivência da ciência. A própria tradição geográfica, por um lado, e os aportes teóricos do historicismo por outro, facilitaram os fundamentos para este caminho integrador. E a afirmação do caráter ideográfico da Geografia permitiu resolver os problemas gnoseológicos que se apresentavam.

A compreensão da Geografia como uma ciência do singular era facilmente aceitável porque, neste sentido, podia exprimir-se explicitamente o pensamento kantiano.

Segundo Capel, Kant efetivamente havia feito alusão à Geografia ao expor sua distinção entre classificações lógicas e físicas. Para o filósofo, segundo a classificação física, as coisas se

consideram de acordo com sua localização sobre a terra. Em geral, segundo Kant, aqui consideramos o marco da natureza, a terra mesma e os lugares onde as coisas se encontram realmente, em contraste com os sistemas em que perguntamos, não sobre o lugar de nascimento, e sim sobre a similitude das formas.

Geografia e História, por sua vez, aparecem irmanadas no pensamento kantiano como ciências à parte. Segundo o próprio Kant, na introdução de sua obra *Die Physische Geographie* (A Geografia Física):

“O que diz respeito às fontes e à origem dos nossos conhecimentos, nós os criamos ou da pura razão ou da experiência, a qual mais adiante mesma vai instruir a razão.

Os puros conhecimentos racionais nos são dados pela razão; conhecimentos experimentais, entretanto, nós adquirimos através dos sentidos. Mas como os nossos sentidos não alcançam o mundo todo, assim também os nossos conhecimentos experimentais se limitam ao mundo atual. (...)

Nos sentidos iniciam os nossos conhecimentos. Eles nos dão a matéria, à qual a razão confere uma forma conveniente. A base de todo conhecimento encontra-se, portanto, nos sentidos e na experiência, sendo a última a nossa própria ou a de alguém estranho. (...)

Neste sentido, nós expandimos nossos conhecimentos através de notícias, como se nós mesmos tivéssemos vivido toda a antigüidade. Nós expandimos nossos conhecimentos do tempo presente através de notícias de países estranhos e distantes, como se nós mesmos vivêssemos lá.

Mas deve ser ressaltado que: toda experiência estranha nos é compartilhada ou através de um relato, ou através de uma descrição. A primeira é História, a outra, Geografia. A descrição de uma única área da Terra chama-se *Topographie* mais adiante *Chorographie*, ou seja, descrição de uma área e

suas particularidades. *Orographie*, descrição desta ou daquela serra. *Hydrographie*, descrição das águas.”

Ao fazer estas considerações, Kant, sem dúvida, tinha presente a Geografia do século XVIII, que havia se desenvolvido essencialmente a partir da via da *Geographia Specialis* de Varenius e havia dado lugar a monumentais compilações de dados sobre reinos e países. Por isso a nova valorização da Geografia Regional, ao final do século XIX, podia facilmente remeter-se ao pensamento kantiano, integrando ao mesmo tempo a idéia de interrelação entre os elementos heterogêneos que se combinam no espaço, idéia desenvolvida pelo ambientalismo naturalista. A Geografia era, assim, um terreno bem preparado para admitir a distinção neokantiana entre ciências nomotéticas e idiográficas e para ser incluída neste segundo grupo, complementa Capel.

Neste contexto, foi sobretudo Hettner quem se destacou, com a preocupação fundamental de afastar o perigo do dualismo geográfico, assegurando teoricamente a unidade da ciência e mostrando, ao mesmo tempo, sua especificidade em relação às disciplinas próximas.

Assim como Dilthey pensava que não havia que fundar as ciências humanas, porque estas já existiam desde a antigüidade, que era preciso somente reconhecer seus métodos específicos, Hettner considerava que na geografia não havia que se estabelecer nenhum princípio metodológico novo, senão simplesmente reconhecer o que historicamente estava presente no desenvolvimento da matéria. Para Hettner o estudo da história da Geografia evidenciava dois conceitos básicos: o de *Erdkunde*, equivalente a *Geografia Geral*, e o de *Länderkunde*, expressando o enfoque Regional ou Corológico. Se durante muito tempo havia sido possível aceitar a Geografia como ciência geral da terra, isto já não era mais possível a partir do século XIX, devido ao surgimento de novas disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Meteorologia, entre outras. Por isso todo o esforço de Hettner se concentrou em demonstrar que

a verdadeira essência da Geografia é o enfoque corológico, ou seja, aquele que permite descrever e interpretar os caracteres diferentes da superfície terrestre, e a justificar a validade epistemológica deste enfoque – assim como do cronológico e histórico – como distinto do sistemático.¹⁷

Se transportarmos esta reflexão para os dias atuais ela necessariamente nos remeterá à discussão da relação entre o todo e as partes, na qual nos apoiamos no materialismo dialético, onde as partes e o todo aparecem numa unidade dialética, onde a parte é, de um modo ou de outro, o todo e onde o todo só existe na parte, através da sua singularidade

A crítica feita a Marx, por um contemporâneo seu, explicita bem o que aquele entendia por método dialético:

“Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei do fenômeno de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que o rege, à medida que ele tem forma definida e está numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele examina deta-

lhadamente as conseqüências por meio das quais ela se manifesta na vida social (...). Por isso Marx só se preocupa com uma coisa: provar mediante escrupulosa pesquisa científica a necessidade de determinados ordenamentos de relações sociais e, tanto quanto possível, constatar de modo irreprensível os fatos que lhe servem de ponto de partida e de apoio.”¹⁸

Temos claro, portanto, que no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

A abordagem regional em Geografia contribui neste sentido, quando se entende a região como expressão da forma como o todo se territorializa em determinado lugar e em determinada época. Mas acima de tudo, quando se entende que nesta porção territorial existe toda uma potencialidade, decorrente das experiências ali acumuladas ao longo da história. E que esta potencialidade, que particulariza uma região frente às demais, é que carrega em si a possibilidade da resistência aos efeitos perversos da globalização e a possibilidade da criação do novo.

Notas

1 SCHMITHÜSEN, Josef. Geschichte der Geographische Wissenschaft. Bibliographisches Institut Mannheim/Wien/Zürich. 1970. S. 119-120.

2 VARENIUS, Bernard. apud SCHMITHÜSEN, Josef. op.cit. S.120.

3 SCHMITHÜSEN, Josef. op.cit. S.122, 123 u.127.

4 RITTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. Ein Beitrag zur Geschichte ihrer Methodologie. Berlin: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Freien Universität Berlin. 1980. S.41.

5 RITTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S.45-46.

6 FRÖBEL, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 52.

7 SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 54-55.

8 SCHULTZ, Hans-Dietrich. loc. cit.

9 SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 69.

10 SCHLÜTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 80.

11 HETTNER, apud SCHULTZ, Hans Dietrich. op. cit., S. 83.

12 HETTNER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 84-85.

13 CAPPEL, Horácio. Filosofia Y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Barcelona, Barcanova Temas Universitarios. 1981. p.314-317.

14 KANT. Physische Geographie. Ed. F.T. Rink. 1802.

15 WINDELBAND. Geschichte und Naturwissenschaft,

Strasbourg. 1894, apud CAPPEL, op. cit., p. 317
16 RICKERT, apud CAPPEL, op. cit., p. 357-358.
17 CAPEL, Horácio, op. cit., p. 318-320.

18 MARX, Karl. "Posfácio à 2ª Edição de "O capital"
In: *O capital*. São Paulo. Abril Cultural. 1983.

Bibliografia

CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona, Barcano-va Temas Universitários, 1981.

KANT, Immanuel. *Physische Geographie*. Ed. F.T. Rink, 1802.

MARX, Karl. "Posfácio à 2ª edição de "O Capital" "
In: *O Capital*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

SCHMITHÜSEN, Josef. *Geschichte der Geographische Wissenschaft*. Wien/Zürich, Institut Mannheim/Bibliographisches, 1970.

SCHULTZ, Hans-Dietrich. *Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. Ein Beitrag zur Geschichte ihrer Methodologie*. Berlin. Selbstverlag des Geographisches Institut der Freien Universität Berlin, 1980.





NOTAS DE
PESQUISA DE
CAMPO

NOTAS DE PESQUISA: A DIFÍCIL TAREFA DE FAZER RECORTES

Tatiana Schor

Interessante seria investigar a sociedade em sua totalidade para assim poder realmente verificar a questão proposta pela pesquisa: o grau de homogeneização que o *Automóvel* implica. Mas esta investigação é simplesmente impossível pois a sociedade é, em certo sentido, maior que o mundo. Por isso propõe-se, neste momento, um recorte empírico para proceder à análise.

Um recorte significa, sem dúvida, a escolha de um determinado nível de análise em detrimento de outros. Henri Lefebvre diria que o nível de partida já circunscreve o horizonte de análise (Lefebvre, H., 1961:126), isto significa que o próprio recorte que se faz já é uma escolha e uma determinação na pesquisa.

O primeiro recorte que se propõe é investigar a Cidade de São Paulo. Escolhe-se a Cidade de São Paulo pelo fato de estar inserida em um país, o Brasil, que tem passado pelo processo de modernização conjuntamente com o *capitalismo automobilístico* e estar nela exposta a *trava* desse processo. A urbanização atual de São Paulo tem na figura do *Automóvel* um elemento determinante e estruturante do modo de viver em uma sociedade metropolitana¹. É neste momento que o *Automóvel* atua como força homogeneizante das práticas e estruturas espaciais. São Paulo vive, na atualidade, muito próxima de uma urbanização completa, isto é, a sociedade paulistana vive momentos de uma Sociedade Urbana, com todas as virtualidades que carrega, e é em São Paulo que o problema dos meios e vias de transporte podem ser considerados como representantes da *trava* da modernização. Além dis-

so, o *Automóvel* está sendo considerado aqui como um dos fatores determinantes dos conteúdos da urbanização contemporânea. Porém, do ponto de vista da operacionalização da pesquisa, São Paulo também é grande para conseguir tratá-la em sua extensão e profundidade. Por essa razão propõem-se outros recortes.

Poder-se-ia recortar São Paulo em regiões, mas mesmo assim as regiões são vastas e provavelmente seria muito difícil considerar aspectos miúdos em um recorte como esse. Poderíamos estudar bairros, mas os bairros são espacialmente tão difíceis de delimitar quanto as regiões. Mas não é preciso partir, necessariamente, de uma inscrição espacial como as regiões da cidade ou os bairros.

Em decorrência disso e considerando o fato de que a sociedade ao se reproduzir, produz e reproduz seus espaços, e que cada espaço a ser estudado leva consigo a história dessa produção e, por conseguinte, a história da segregação espacial², os recortes a serem escolhidos espelham na sua materialidade, de alguma forma, a reprodução da sociedade.

Com Lefebvre compreende-se que a sociedade contemporânea, inserida na lógica e na história do capital, ao se reproduzir vai conformando um tempo social que integra o tempo de trabalho, o tempo da família e o tempo de lazer. É uma fragmentação daquilo que constitui a unidade do cotidiano. Neste nível, as práticas materiais, no que se refere ao uso do tempo e do espaço, obedecem a imperativos diferentes. No entanto, como o uso do espaço no tempo obedece

aos imperativos da propriedade territorial, da estrutura física e material dos lugares e das mediações do mercado (que se interpõem à realização de usos de espaço), então, a premissa para a configuração dos recortes deve ser a da segregação socioespacial, espacialização do tempo social, que, fragmentado, constitui a unidade do cotidiano.

Queremos assim, a partir desses pequenos recortes socioespaciais, considerados quase como "exemplos" ou melhor, casos representativos do todo, montar um mosaico³ que traduza na cidade de São Paulo elementos que possam ressaltar genericamente modos de vida que explicitem "maneiras de viver" implicados na relação da espacialização do tempo social com o *Automóvel*. E, através deles, discutir o processo de homogeneização característico da *modernização automobilística*.

Os recortes aqui propostos têm uma finalidade prática, a saber, operacionalizar a pesquisa. Tomamo-os como dados que traduzem a "espacialização do tempo" e com consciência de que não totalizam o tempo da reprodução social e nem mesmo englobam todos os espaços sociais. Isso porque contingentes de pessoas são atraídas e expelidas sem cessar do processo de reprodução social, a unidade no cotidiano não é de maneira alguma absoluta. Estes contingentes

perambulam por entre estes fragmentos que compõem a unidade, constituindo assim um espaço de interstícios próprios. Ocupando outros tempo-espacos sociais que, por sua vez, também reproduzem as relações sociais nas bordas dos fragmentos (a família, o trabalho e o lazer) centrais da unidade. Esses espaços seriam as zonas dos "incluídos precariamente" ou melhor, daqueles inseridos de forma negativa no processo de urbanização. Negativo porque o sentido cumulativo e progressivo do capital não depende deles, mesmo considerando que tanto a lógica quanto a história do capital tem, como um de seus elementos, o processo de exclusão. Por essa razão incluímos na nossa pesquisa dois locais que comporiam os recortes de "inclusão precária"

Os recortes, inseridos nas instâncias da reprodução da sociedade que constituem o mosaico a ser montado, são os seguintes: (Tabela 1)

A) *Famílias*: buscamos dois locais que podem servir de exemplo da *diferenciação de renda* com relação ao tipo de moradia.

1) Condomínio "Ilha do Sul"; conjunto residencial verticalizado, construído pela iniciativa privada, de acesso restrito, considerado como lugar de moradia da classe média/alta paulistana, localizado na região oeste da Cidade, Alto de Pinheiros.

Tabela 1: Os recortes que compõem o mosaico.

Divisão social do tempo	Espacialização do tempo social (locais na cidade de São Paulo)
A) Famílias	Condomínio "Ilha do Sul" Parque Fernanda
B) Trabalho	Centro Empresarial São Paulo Av. Nossa Senhora da Paz
C) Lazer	Parque Ibirapuera Shopping Iguatemi Praça da Sé
D) "Inclusão Precária"	Dormitório da AVIM (Associação de Voluntário para a Integração do Migrante) Av. Afrânio peixoto / Av. Waldemar Cordeiro

2) "Parque Fernanda" conjunto residencial horizontal e verticalizado de habitação de interesse social, construído de maneira mista (muitirão e Estado), localizado na região sul da Cidade, Campo Limpo.

Propomos a seguir uma comparação entre os dois distritos (Campo Limpo e Alto de Pinheiros) a partir do "Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo" (1996) coordenado por Aldaíza Sposati para melhor caracterizar as diferenças entre os locais de moradia, que traduzem os diferenciais de renda. (Tabela 2)

B) Trabalho: os dois locais aqui apresentados visam exemplificar duas formas de organização do trabalho.

3) Centro Empresarial São Paulo, prédio de escritórios localizado na região sul de São Paulo que pode ser considerado como um indicativo de uma nova tendência de crescimento para a Cidade. Neste local convivem dois grupos distin-

tos; o grupo dos empresários e funcionários de escritório e o grupo de trabalhadores menos qualificados.

4) Av. Nossa Senhora da Paz (continuação da Avenida Escola Politécnica), entre a Av. Corifeu de Azevedo Marques e a Marginal Pinheiros, onde é possível observar várias fabricas. Região Oeste.

C) Lazer: no caso dos locais relacionados com o lazer buscamos exemplificar com três tipos de 'lazer' diferentes.

5) Parque do Ibirapuera, que tem como característica ser um dos maiores locais de área verde da Cidade. Considerado como lugar de lazer da classe média paulistana; localizado na região sul da Cidade.

6) Shopping Iguatemi, lugar freqüentado pela elite paulistana para fazer suas compras; é sem dúvida um local de lazer para seus filhos.

7) Praça da Sé, no centro histórico, coração e símbolo da Cidade de São Paulo, aglomera

Tabela 2: Caracterização comparativa do local com relação aos 96 distritos de São Paulo, 1991.

Locais de Pesquisa	Parque Fernanda	Cond. Ilha do Sul (Alto de Pinheiros)
Elementos de comparação distrital (no total de 96 distritos)	Posição de ordem na classificação distrital	
Classificação dos distritos segundo número de habitantes (tabela 3 pag. 27)	13° (12,5 hab/Km ²)	80° (6,5 hab/Km ²)
Chefes de família sem rendimentos (tabela 3, p.34)	16°	96°
Concentração percentual dos chefes de família com mais de 20 salários mínimos (tabela 8, pag. 39)	60° (2,60%)	4° (35,80%)
Precariedade dos domicílios quanto o acesso a água (tabela 9, pag. 40)	44°	67°
Privacidade dos domicílios (tabela 10, pag. 41)	33° (1,70 pessoas/dormitórios/domicílio; 1,33 dormitórios/domicílio)	96° (1,07 pessoas/dormitório; 1,96 dormitórios/domicílio)
Exclusão social (tabela 17, pag. 52)	24°	95°

os mais diversos tipos de pessoas com as mais diversas finalidades.

D) *"Inclusão Precária"*:

8) Baixada do Glicério, mais especificamente o dormitório da AVIM: este é o local dos "excluídos" da Cidade, aqueles que acabaram de chegar de outras regiões do país e que de alguma forma estão tentando inserir-se nesta sociedade.

9) Av. Afrânio Peixoto e Av. Waldemar Ferreira, trecho entre o portão da USP e a Av. Vital Brasil, local de prostituição.

Para poder verificar a hipótese de que a inserção do *Automóvel* na sociedade se dá de

maneira igual, nos termos já discutidos, foi realizada uma pesquisa enfocando os recortes socio-espaciais acima indicados. Esta pesquisa teve, de início, um duplo objetivo. O primeiro foi o de delimitar tais espaços em si, isto é, observar seus atributos mais evidentes (essa aproximação imediata tende a se dissolver no processo de compreensão da Cidade, porém foi um início) e relacionados com a Cidade. Caracterizamos também as "ambiências" por suas propriedades, tendo como objetivo seus efeitos no plano da subjetividade. A questão que se esboça, aqui, é aquela de se verificar o uso do espaço para compreender o modo de vida modulado pelo *Automóvel*.

Notas

- 1 Com Lefebvre, compreendemos o processo de metropolização como superação da cidade política e a conformação das grandes periferias polinucleadas, vasto tecido urbano sem nenhuma centralidade pressuposta.
- 2 Estas premissas quanto a uma teoria do Espaço Social estão amplamente discutidas na obra de

Henri Lefebvre, em especial no livro "La Production de l'Espace" (1974).

- 3 Tal como em um quadro-mosaico os recortes propostos deveriam, quando postos lado a lado, montar uma figura que seria uma representação da cidade de São Paulo.





RESENHAS

HARVEY, David, *Justice, Nature and the Geography of Difference*
PELA IGUALDADE – A GEOGRAFIA NO DEBATE
SOBRE JUSTIÇA SOCIAL

Cambridge, Massachussets, Blackwell, 1996

Marcelo Gomes Justo

Se a geografia trata de diferentes meios e culturas, como conciliá-la com um ideal de justiça social universal? É sobre esta pergunta que David Harvey, em *Justiça, Natureza e Geografia da Diferença* (1996) e David Smith, em *Geografia e Justiça Social* (1994), se debruçam e tratam a justiça social como a grande questão da geografia no final do século 20. A resposta que encontram é a de uma tomada de posição, que se eticamente é a mesma para os dois, no entanto, são metodologicamente divergentes. A ligação entre geografia e justiça social reapareceu nos anos 1960 como uma mudança em relação ao enfoque predominantemente econômico e o trabalho de David Harvey de 1973, *Justiça Social e a Cidade*, reforçou essa tendência. O mais recente trabalho deste autor, ainda inédito no Brasil, confirma essa linha de seu pensamento e aprofunda a discussão. Em seu livro de 1994, David Smith reconheceu o mérito de Harvey e antecipou a discussão que este geógrafo americano iria retomar dois anos depois. Porém, o geógrafo inglês construiu uma reflexão que, mesmo com pontos em comum, se opõe a Harvey por não se propor à construção de uma grande teoria sobre a justiça.

Mesmo não tratando diretamente do Brasil, os textos de Harvey e Smith encaixam-se na nossa realidade de país com uma das maiores desigualdades do mundo. E aqui está a atualidade dos textos: o direito a um lugar no mundo, à moradia (que não é o mesmo que direito à propriedade), à terra como questões da geografia.

Smith coloca o direito à terra como uma ponte entre geografia e justiça social (a justiça social como equidade espacial). Os dois recuperam o tema da justiça social como inerente à geografia. Os autores mostram que essa disciplina, nos anos 90, tem que se desatar do emaranhado “pós-moderno” que predominou na década anterior. Em ambos os trabalhos há uma empreitada em responder às críticas do discurso “feminista” e/ou “desconstrucionista” entre outros, que consideram que é impossível tratar da justiça num sentido universal. Mais uma vez é um desafio à geografia – como disciplina que trata das diferenças – fazer a passagem entre os valores locais e os universais. Nesse sentido, é Smith quem postula que as perspectivas científica e moral são diferentes mas não devem ser vistas inteiramente separadas e defende que a ciência deve assumir posições, por isso o autor define-se como “pós-moderno”

David Harvey, mesmo após o propalado fim das grandes narrativas nas ciências humanas, busca construir uma meta-teoria marxista que articule dialeticamente diferentes tempos e espaços. Essa teoria visa interpretar a (grande) questão: a produção de diferenças geográficas. As diferenças espaciais e ecológicas não são só *constituídas pelo*, mas são *constitutivas do* processo sócio-ecológico e político-econômico (Harvey, 1996: 6). O autor pretende levar adiante a teorização Henri Lefebvre sobre a “produção do espaço”¹ que enfoca a coexistência de diferen-

tes espaço-tempo. Harvey chama a atenção para outros tempos e espaços que coexistem ao predominante processo espaço temporal de expansão e de acumulação de capital. Neste sentido, a teoria desse geógrafo tem o potencial explicativo de que a expansão do capital convive, cria e destrói diferentes temporalidades e também espacialidades. Para tal teorização, enfrenta as críticas que os chamados pós-modernos fazem ao (pretensioso) pensamento universalizante e procura justamente as brechas do pensamento moderno; por exemplo, em sua concepção de coexistência dialética de diferentes tempos e espaços assume o lado que critica a existência de espaço e tempo absolutos da física clássica newtoniana. Harvey aponta que as meta-narrativas de Marx ou de Weber privilegiaram a mudança temporal e a desconstrução destas invocaram metáforas espaciais (por exemplo os trabalhos de Foucault). E, como resposta à visão que coloca o tempo histórico no fluxo contínuo e incessante do devir, ele chama a atenção para “permanências” que dão significado à vida e por isso defende uma dialética histórica e geográfica.

O professor da Universidade John Hopkins dá um passo a frente quanto à questão de valores ao relacioná-la com justiça social e justiça ambiental. Diante do fluxo contínuo das mudanças sociais, procura não se ater propriamente aos valores, mas ao processo de valorização (“valuation”). O dinheiro é um símbolo dominante do processo de valorização e se neste processo o dinheiro é definidor de espaço, tempo, meio ambiente e lugar, não se pode tratá-lo fora de uma conexão entre as valorizações dominante e as alternativas, como veremos adiante.

A partir da constatação sociológica de que tempo e espaço são construções sociais, o autor postula que as diferentes formulações dessas duas categorias dependem: da luta pela sobrevivência material; das habilidades cultural e intelectual específicas de cada povo, e, que respondem a fatos objetivos e estão implicadas no processo de reprodução social. Assim, ações e ataques ao domínio de um único tempo/espaço requerem

uma mudança na própria espaço-temporalidade. Ou seja, a luta contra o “processo social dominante” precisa encontrar um espaço de liberdade fora do âmbito do controle social, que seria a *heterotopia* (conceito retirado de Foucault).

Então, Harvey analisa a espaço-temporalidade do dinheiro e mostra que é possível se construir uma *prática social de valorização* (“*valuation*”) diferente daquela dominante no sistema econômico da sociedade moderna. Um exemplo é um tipo de dinheiro local chamado “dinheiro verde”. Esta foi uma criação em resposta ao desemprego, que começou na cidade de Courtenay, no Canadá nos anos 1980, onde criaram o “Local Employment and Trade System” ou simplesmente “LETS” que consiste numa prática social que leva os indivíduos a criarem um certo tipo de dinheiro que corporifica um tipo diferente de espaço temporalidade daquele experimentado no mercado formal, mas que é construído sob uma singular relação com a forma comum do papel moeda²

O conceito geográfico de lugar (“*place*”) aparece no livro como ferramenta para a relação dialética entre o local e o global. Aqui podemos ver como o autor se situa pessoalmente: há diferentes níveis de abstração quando se trata de lutar no particular e ambicionar o global, de modo que nem sempre uma luta local vai ser progressista. Por isso, Harvey defende essa abordagem de diferentes níveis de abstração quando se busca uma transformação social total e não meramente local.

Para ele, “lugar” também é uma construção social e o processo de sua formação é justamente o entalhar de “permanências” no fluxo contínuo espaço/ tempo, ou o perpétuo perecimento. O conceito de lugar tem um duplo significado: localização ou mapeamento e permanência (o lugar nomeado). A idéia principal embutida é a tensão entre a fixidez de barreiras “locais” e a mobilidade espacial do capital. Então surgem preocupações com os lugares tanto para quebrar essas barreiras quanto para preservar certos locais. Os lugares diferenciados surgem como atra-

tivos para investimentos imobiliários e a mercantilização da cultura arquitetônica e estilística que são oferecidas acabam por homogeneizá-los. O autor lembra que para Lefebvre (1991) a luta de classes se inscreve no espaço através do desenvolvimento da qualidade dos lugares. É no “lugar” que se pode resistir e/ou rejeitar a lógica capitalista de construção de lugares. Porém, isso não quer dizer que ao reativarmos nosso sentido de lugar vamos necessariamente cuidar do meio ambiente porque há um problema de escala: o “lugar” refere-se à escala do corpo humano como medida de todas as coisas, então, o autor adverte para uma possível nova fetichização do corpo no sentido de restringir a luta ao nível particular e não global. Ou seja, Harvey defende a importância do lugar mas desde que haja também a referência a algo maior, o espaço. Ao buscar a compreensão da produção de diferenças histórico-geográficas, está longe de defender a política do isolacionismo comunitário ou de um insensível universalismo.

A crítica pós-moderna ao universalismo tornou problemática a aplicação do conceito de justiça social e mostrou que nada é mais desigual do que tratar como iguais pessoas que são desiguais. Assim a questão da justiça social teria se tornado tão heterogênea e situacional que não seria possível uma concepção universal normativa. A questão da “desconstrução” e do criticismo teóricos revelaram como todos os discursos sobre justiça social escondem relações de poder, pondera o autor. Então, Harvey procura construir uma ponte entre o suposto universalismo moderno e as particularidades pós-modernas. Algum tipo de universalização é buscado, numa epistemologia que possa estabelecer quando, como e onde a diferença e a heterogeneidade são significantes. Universalidade construída na dialética entre universalismo e particularismo. Segundo o autor, se o respeito pela condição de sem-teto – ou racialmente ou sexualmente oprimido – não implica o respeito pelo processo de criação da condição de sem-teto, então, a identidade política deve operar mais no sentido de procurar eli-

minar o processo que cria o problema do que meramente dar lugar a identidades diferenciadas que surgem.

A questão propriamente da justiça aparece ao tratar da ecologia. Harvey, através de uma análise de discurso situa e debate com as correntes que reivindicam uma “justiça ambiental”. A “visão padrão” trata o problema ambiental pelo viés de intervir após o estrago feito. Isto é, nessa visão não há a preocupação prévia com questões ambientais, pois, o progresso econômico e o desenvolvimento material não seriam em si um risco ao meio ambiente, embora possam ocorrer acidentes. Ao contrário, a tese da corrente da “modernização ecológica” estabelece que as atividades econômicas produzem sistematicamente danos ambientais. Por isso, é necessário um trabalho de prevenção e daí a importância das ciências nesse discurso. É o chamado “desenvolvimento sustentável” que até grandes bancos passaram a defender. Um dos problemas dessa corrente foi que o desenvolvimento de tecnologias mais “ecológicas” virou fator de destaque na competitividade empresarial e de lucros devido à exportação desta tecnologia. Outra corrente defende o “uso inteligente” dos recursos naturais, desde que não se mexa com a propriedade privada dos meios de produção. Esta linha do “uso inteligente” é uma reação de direita quanto a uma possível ameaça à propriedade privada vinda da corrente da “modernização ecológica”. O “movimento por justiça ambiental” seria a corrente ecológica mais radical porque coloca também a preocupação com a sobrevivência das pessoas. Esta corrente incorpora aspectos de justiça social em relação às discriminações de raça e de gênero. Porém, seu discurso não sai do registro local, seus militantes não articulam o que acontece num lugar com as questões espaciais mais amplas. A posição de Harvey é que os militantes ecológicos precisam encontrar um discurso com generalidade e universalidade que reúna a ambição emancipatória por justiça social com um forte reconhecimento de que esta é impossível sem uma justiça ambiental e vice-versa. Con-

frontar os processos que criam injustiça e buscar modos de produção, de consumo e de distribuição alternativos seria a verdadeira radicalização do discurso ecológico; em outras palavras, seria um projeto de classe.

O fôlego argumentativo de Harvey o faz incorporar algumas das críticas que os chamados autores pós-modernos fazem às grandes narrativas; porém, ele não sai do registro de que – em última instância – as coisas se restringem a processos de acumulação de capital e de resistência a este.

Como veremos, o inglês David Smith – antes desse trabalho de Harvey já havia retomado as críticas dos ditos pós-modernos e procurado a possibilidade de se pensar uma universalidade da justiça social, porém, sem propor uma meta-teoria.

Dividindo seu livro em duas partes, Smith primeiro faz uma ampla revisão das teorias sobre justiça social, passando pelas correntes clássicas do liberalismo (igualitarismo, utilitarismo, liberalismo e contratualismo) e do que chamou de reação (marxismo, comunitarismo e feminismo), para depois aplicá-las a estudos de casos.

No começo de tal percurso, remete à discussão do que chamou de elementos da justiça (ética e moralidade, direitos, associação, espaço, tempo e desigualdade e diferença), para fazer algumas reflexões. Deve haver um padrão possivelmente universal para sair do dilema de ou se aceita a relatividade temporal e espacial dos diversos códigos morais, ou se encontra um caminho para julgá-los. Assim, ele quebra com o relativismo absoluto de valores que impede qualquer universalização, como é proposto pelo chamado feminismo pós-moderno.

O autor sai do nó ao adotar seu posicionamento metodológico: seguir a linha do pós-modernismo e retirar da esfera da grande teoria uma forma de relativismo eticamente valorativo. “Nós

simplesmente escolhemos nossa teoria favorita de acordo com nossos próprios julgamentos morais” (tradução literal do original em inglês, pp. 117). Assim, nos estudos de casos utiliza todas as correntes teóricas sobre justiça social fazendo certas ressalvas. Não está incluída a concepção que valoriza o benefício da propriedade, porque permite graus de desigualdade. Também a preocupação com as diferenças ao ponto de excluir qualquer similaridade humana não é levada em conta. *Não há alternativa ao ser humano que não seja ocupar um espaço, um lugar para viver.*

A geografia sempre levou em conta em suas análises as diferenças regionais e agora esse lugar comum aos geógrafos entrou para o “mainstream” do balanço sobre justiça social, constata o autor. Diferença não significa desigualdade. “Desigualdade pode ser pensada como um tipo particular de diferença entre as pessoas, sobre a qual surgem questões morais” (tradução literal do original em inglês, pp. 49). As diferenças regionais e culturais devem ser levadas em questão no sentido de se combater a desigualdade. O autor assume o ideal distributivo em que “justiça” e imparcialidade envolvem a expectativa de que as pessoas em circunstâncias iguais sejam tratadas do mesmo jeito e as diferentes sejam tratadas diferentemente, como nas ações afirmativas. A justiça não estaria restrita aos bens materiais. Ao mesmo tempo que é distributiva, a justiça deve ser relacional: “quem tem o que, onde e como” Notam-se aqui pontos em comum entre os trabalhos de Harvey e Smith; porém, a diferença é que o primeiro enfoca a justiça mais pelo lado ecológico e o segundo pela distribuição do espaço.

O espaço social vai aparecer como um elemento da justiça porque está implicado na noção de exclusão/inclusão social. Smith aponta três aspectos do espaço geográfico: extensão das crenças morais e princípios de justiça social que podem surgir nas diferentes localidades geográficas; papel da distância na responsabilidade moral (agir ou não agir em relação ao sofrimento

alheio, dependendo da distância; neste caso, há uma tensão entre universalidade e imparcialidade, de um lado, e realidade do espaço mediado pelo contato humano, de outro); escala espacial de análise da discussão de justiça social. O tempo entra como elemento de justiça no sentido de qual a responsabilidade das pessoas do presente com aqueles de outros tempos.

Na segunda parte, por meio de estudos de casos, procura aplicar na prática os conceitos de justiça social e iluminar as questões geográficas sobre distribuição e estruturas responsáveis pela desigualdade. Ao final de cada um dos casos estudados, o autor coloca-se pessoalmente, descrevendo uma cena que é paradigmática da situação retratada. Com esses estudos de caso, explica como a desigualdade se manifesta na distribuição espacial.

Primeiro Smith trata das desigualdades em algumas cidades dos Estados Unidos pela relação entre renda e qualidade de moradia. A desigual condição de moradia entre brancos e negros nos Estados Unidos aparece num estudo sobre a cidade de Atlanta, estado da Georgia, onde começaram os movimentos de direitos civis dos negros com Martin Luther King Jr. Em 1990, a cidade possuía 400 mil habitantes, sendo 2/3 de negros. Assim como outras sete cidades do leste do país, Atlanta, entre 1956 e 1966, passou por uma transformação radical do seu centro urbano com a retirada de casas pobres, de negros, para a construção de centros comerciais e empresariais. Assim, as áreas residenciais negras passaram para os subúrbios, distantes dos locais de trabalho. Mesmo tendo crescido em números absolutos a renda para os dois grupos, entre 1960 e 1990, a distância entre os dois patamares aumentou. Como a renda é um "bem dominante" sua desigual distribuição gera uma similar desigualdade em outras esferas da vida. Corrigindo essas desigualdades, os americanos estarão numa posição melhor para comandar a moralidade de seu meio de vida aos outros países, provoca o autor.

A desigualdade espacial também ocorre

em cidades do então chamado Leste Europeu. Sobre Moscou o autor mostra, por mapa, que há maior "living space" (metro quadrado por pessoa) nas casas do centro da cidade do que na periferia. Problemas semelhantes de moradia são constatados em Varsóvia, Polônia, e em duas cidades da Hungria, onde há distinção entre as qualidade das moradias para a classe trabalhadora e para os burocratas. O professor da Universidade de Londres classifica essas situações como um novo antagonismo de "classe social": a avaliação estatal da contribuição do trabalho virou o bem dominante, a posição nesta esfera gerou desigualdades nas outras esferas da vida. A distribuição baseada na contribuição social justificou alguns privilégios para aqueles em posição de responsabilidade. Assim, o autor alerta para o processo de privatização do Estado que começou a ocorrer nesses países que, com as regras adotadas, não pode gerar justiça social. (Qualquer semelhança com o Brasil é mera coincidência?)

O autor estuda o caso da África do Sul depois do *Apartheid* por dois focos: a distribuição de terra e a redistribuição de renda. Entre 1960 e 1980, mais de um milhão de negros (rendeiros, posseiros e meeiros) foram expulsos de fazendas de brancos. Com o final do *Apartheid*, a reforma agrária está na agenda, mas o autor adverte: qualquer saída hoje do problema não depende só de corrigir as injustiças passadas e de distribuir justamente os recursos entre os habitantes porque é preciso melhorar a renda dos não brancos. A diferença de renda entre os grupos étnicos vem diminuindo, mas nesse ritmo demorará muitas décadas para se equilibrar. Assim, Smith sugere três estágios para acelerar a igualdade nos padrões de vida: re-alocação dos gastos públicos; redistribuição da riqueza; mudança estrutural; pois, uma "discriminação positiva" no sentido de aumentar os serviços sociais para a população negra, é prioridade. O geógrafo inglês visa que não ocorra na África do Sul a "solução americana" em decorrência da qual os negros alcançaram direitos sem uma correspondente mudança social ou econômica.

Por fim, Smith lida com as relações entre território, comunidade e moradia. Tomando o "lugar" (*place*) como uma necessidade de nossa existência, porque é o que nos dá a noção de identidade, traz a reflexão sobre o que o território e a sua perda significam para um povo ou um grupo étnico. O distrito Seis na cidade do Cabo, na África do Sul, tinha uma alma para seus habitantes negros e em 1966 foi inteiramente destruído e transformado em área residencial de pessoas brancas. Os ex-moradores associaram a destruição daquele distrito com a morte. O autor avalia como um grande dano psicológico às crianças o fato de terem testemunhado a demolição de sua comunidade por máquinas. A erradicação de judeus no gueto de Lodz na Polônia foi um exemplo radical da perda de significado de um lugar para aqueles poucos que sobreviveram.

Smith retrata também a relação simbólica de um povo com determinado lugar ao relatar que os palestinos continuam a usar os nomes dos lugares que não existem mais ou que os judeus renomearam. Outro instrumento para a perda de sentido de lugar pode ser as forças de mercado, como por exemplo, uma fábrica que fechou em Manchester, na década de 80, deixando mil operários sem emprego. A perda da comunidade e do emprego pode significar ficar sem casa, literalmente. Tem crescido o número de moradores de rua tanto na Inglaterra (mais de 500 mil) quan-

to nos Estados Unidos (entre 250 mil e 3 milhões), nos anos 90.

Por conclusão, Smith retoma a associação entre geografia e justiça social como uma forma de unir ciência e ética. Essa postura diz respeito à responsabilidade com o outro distante, é uma dimensão espacial de um relativismo ético. Por isso, ele valoriza a força e a atualidade de estudos de casos locais que a geografia vem desenvolvendo, com aspiração de princípios de justiça como equidade.

O autor procura sair do registro econômico de que a igualdade seria mera redistribuição de bens, mas não traz elementos outros como valores morais variados dos povos. Assim, as suas observações sobre a diferença não são completamente exploradas.

Enfim, o século termina com a geografia reivindicando justiça social. A separação entre ciência e ética foi colocada em xeque. Entre as semelhantes análises dos dois autores aqui tratadas há dois caminhos que refletem as tendências nas ciências humanas nos últimos anos: a busca ou negação de uma macro teoria explicativa. Quanto à defesa da justiça social não há bifurcação: é uma tomada de posição.

Notas

1 O livro de Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço* (1974), teve em sua primeira edição em língua inglesa, em 1991, um posfácio de David Harvey. Ver: Henri LEFEBVRE (1991), *The Production of Space*, Cambridge, Massachussets, Blackwell. (Tradução de Donald Nicholson-Smith.)

2 No livro de Paul SINGER (1998), *Globalização e Desemprego*, São Paulo, Contexto (especialmente nas páginas 130-4), há um estudo sobre os LETS e seu crescimento pelo mundo.



BREVE COMENTÁRIO DO XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS EM FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

Anselmo Alfredo

Se o frio de Florianópolis marcou de modo inconfundível este XII ENG (*Outros 500 na Formação do Território Brasileiro*), inclusive para os catarinenses, não se pode negar que, como contrapeso, uma certa disposição para o debate ajudou a esquentar o clima dos geógrafos. Foi esta vontade de discutir os diversos temas abordados pelas apresentações que motivou a Geografia Brasileira ao longo de toda semana de 16 a 23 de julho de 2000 no gélido sul do país. Neste sentido, se como nos diz Guy Debord, a "Sociedade do Espetáculo" coloca os agentes na condição de passivos diante de um mundo que passa a ser representado, a semana geográfica nacional, dentro do possível, suspendeu a representação do mundo como abstração que se concretiza. Fez ela o seu próprio caminho. As apresentações de maior monta que poderiam espetacularizar o conhecimento - como as mesas redondas, por exemplo, viram-se obrigadas a debater com questões que permitiam a construção do conhecimento *in locu*. Nada estava definido *a priori*.

Esta foi, talvez, uma boa colheita pela manutenção dos Espaços de Diálogos no lugar das antigas "apresentações livres". Torna-se inevitável que no turno da manhã os trabalhos passem por um processo de discussão que envolve argumentos tanto a favor quanto contra as perspectivas abordadas nos diferentes estudos apresentados. Este estímulo matinal talvez tenha repercutido ao longo de todos os dias no encontro. Isto não quer dizer, evidentemente, que tudo ocor-

reu sem problemas. O aconchegante, porém pequeno, espaço da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) pequeno, é bem verdade, para um dos maiores encontros científicos brasileiros exigiu da organização uma adaptação que em certos casos não foi benéfica ao Encontro como um todo. Os Espaços de Diálogos (EDs), por exemplo, proposta extremamente pertinente para um encontro cuja duração se estende por uma semana, viram-se obrigados a acolher um número de apresentações bastante grande; além disso, houveram aqueles EDs que tiveram temáticas díspares, o que em ambos os casos dificultou uma troca maior entre os pesquisadores. Se os EDs são uma proposta pertinente ao debate, é fundamental que as temáticas sejam bem selecionadas e que não haja, em nenhum deles, sobrecarga de trabalhos a serem apresentados. Estes EDs só têm sentido dentro de uma condição que permita a realização de seu objetivo: o diálogo.

Devemos recordar também que na chegada do primeiro dia do Encontro duas enormes filas se formaram, onde cada participante deveria enfrentar as duas caso quisesse estar inscrito no encontro - o que acabou por tomar o dia todo. Ao final do encontro novas filas se formavam para retirada dos certificados e para refazer aqueles certificados cujo nome do participante aparecia errado. Neste último caso, voltava-se à espera de algumas horas (de três a quatro horas). É que para realizar a reimpressão de centenas de certi-

ficados o Encontro dispunha de apenas uma impressora. Neste sentido, esta experiência deve ser levada em consideração para que o próximo seja ainda melhor. Afinal, após longa viagem ou após um encontro ao longo de toda uma semana, tudo o que se espera é não enfrentar fila nenhuma, quanto mais duas...

É oportuno lembrar, também, que durante a tarde houveram várias mesas concomitantes e com temáticas diferenciadas, o que contribuiu grandemente para que os participantes estivessem em apresentações de seu interesse sem pena

daquilo que não estavam assistindo. O Encontro, enfim, conseguiu contemplar esta diversidade temática que é típica da própria pesquisa.

O XII Encontro Nacional de Geógrafos, enfim, contribuiu para reforçar a importância do encontro científico não apenas na difusão do conhecimento, mas contribuiu para estimular a continuidade do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, em evidente contraposição a um momento em que tal pesquisa passa por um processo de restrição de possibilidades. Esta conquista nos é inalienável.





INTERCÂMBIO

BARRERAS QUE DIFICULTAN LA COMPRESIÓN DEL ESPACIO EN LA ETAPA DE ACUMULACIÓN FLEXIBLE

José Estébanez

En esta comunicación se expondrán en primer lugar, las barreras que impiden conocer y evaluar los procesos que aparecen en el momento presente en los espacios más dinámicos. Estas barreras son, según mi opinión: el *sesgo antiurbano* presente en una clase social urbanita dirigente y en el ámbito de las Ciencias Sociales y de la planificación y ordenación del territorio, la *cultura paleotécnica*, la *devaluación del espacio*, las *representaciones ideológicas dominantes de la globalización* y por último, las *representaciones ideológicas de algunos procesos socioeconómicos*.

En la segunda parte, se desarrollan brevemente las principales transformaciones socioespaciales y sus repercusiones en los espacios metropolitanos.

1. Consideraciones previas

Las barreras que dificultan, según mi opinión, la comprensión de los procesos e impactos que operan en nuestros días son entre otras:

a) El sesgo antiurbano.

En la mayoría de las sociedades urbanizadas, la sociedad rural ha sufrido un proceso de colonización cultural en el sentido de que los urbanitas de clase media y alta han forjado imágenes irreales del modo de vida rural. Estas imágenes impregnan no solamente el discurso profano, sino también el marco conceptual de las

ciencias sociales así como las doctrinas de la ordenación del territorio y del planeamiento urbano. Son naturalmente imágenes irreales, apoyadas en el mito de la Arcadia. Se nos presenta el medio rural como algo estático y como receptáculo de las esencias de los pueblos. Esta visión trata de ocultar bajo una iconografía de ninfas y pastorcillos el carácter de explotación y de carencias en las que vive la mayor parte de la población en el ámbito rural. Al mismo tiempo se sataniza a la gran ciudad y se le culpabiliza de todas las lacras socioeconómicas y políticas del país. La obsesión de buena parte de los planes urbanos es frenar su crecimiento y ruralizar la ciudad (*rus in urbe*) tratando de reproducir en el tejido urbano unas supuestas comunidades rurales en las que la vida transcurre en armonía y alejadas de los conflictos de la ciudad. (MUMFORD, 1961)

Esta ideología aparece de forma patente en las llamadas teorías de contraste, así como en la mayor parte de la producción científica de la llamada escuela ecológica de Chicago y con ligeras variantes, está presente en la ecología factorial en su intento de analizar los espacios sociales urbanos. Un buen estudio del arraigo del sesgo antiurbano y de sus repercusiones aparece en el libro de los hermanos White «El intelectual contra la ciudad» (1962).

b) La cultura paleotécnica.

Consiste en pensar que los factores eco-

nómicos actuales son los mismos que los operantes en la primera Revolución Industrial o en el fordismo. Refleja esta mentalidad una escasa comprensión de la naturaleza de las actividades de los servicios y de las bases de la economía informacional asentada en las actividades ligadas a la creación, proceso, difusión, almacenamiento y manejo de la información. No se trata con ello de arruinar el tejido productivo industrial heredado, sino de reorganizarlo y de tratar que la nueva fuerza de trabajo se vincule cada vez más con el «software» que con la producción de bienes materiales. Esto es, ligar la fuerza de trabajo a las actividades de servicios avanzados y productivos, de la salud, educación y de las ideas; en definitiva, apostar por los recursos humanos y no por la precarización de la fuerza de trabajo tal y como proponen los defensores de la economía especulativa de tipo «casino».

c) Devaluación de la dimensión espacial.

Además del sesgo antiurbano, en las ciencias sociales estuvo presente una posición claramente devaluadora del espacio especialmente en la versión neopositivista y también en las corrientes críticas al reducir simplemente el espacio a reflejo de la organización social o al de un simple producto social determinado por las actividades productivas. En el ámbito de la Geografía, ciencia espacial por excelencia, el olvido del espacio constituye un hecho dramático, ya que como recuerda Milton Santos, la geografía se convirtió en una ciencia «viuda de espacio». Muy recientemente el economista O'BRIEN (1992) remediando al controvertido Fukuyama, publicó un ensayo titulado «The end of the Geography».

Desde la década de los años ochenta existe un redescubrimiento del espacio por parte de sociólogos, politólogos y economistas. Sin embargo en el seno de la geografía estadounidense y europea, nuestra disciplina se muestra cada vez más como una ciencia sin núcleo. Es decir, el espacio o la región ha dejado de ser el denominador común de los geógrafos y los diferentes especialistas se adentran en el campo de las cien-

cias afines sin compartir ningún espacio en común con otros especialistas geógrafos. Solo se aprecia como elemento aglutinador de los geógrafos los instrumentos y las técnicas de análisis (Sistemas de Información Geográfica, Teledetección, etc.). De este modo, hemos renunciado a la esencia misma de la Geografía en beneficio de los saberes instrumentales.

d) La representación de la globalización.

Existe una clara tendencia por parte de autores como JAMESON (1991), CASTELLS (1989) y HARVEY (1989) de dibujar una imagen del mundo sometido a una nueva forma de capitalismo llamado multinacional, informacional o global con una manifestación clara en el espacio. Esta representación tiene el peligro de construir un capitalismo global más uniforme y abstracto de lo que realmente es. Pensamos que los procesos socioeconómicos presentes no son tan claros y uniformes y universales como se presentan usualmente y sus efectos espaciales son también de gran complejidad. Por ello es preciso poner en tela de juicio tales representaciones y hacer descripciones más modestas y matizadas (THRIFT, 1995, p. 19).

¿Qué significa que el mundo es cada vez más global? ¿Cómo se responde a esta pregunta?. Una forma de responder es señalar que aparecen cada vez más conexiones entre pueblos y lugares. Millones de personas en México, Brasil, España, Indonesia percibimos que sus culturas y formas de vida están cada vez más influidas por lo que ocurre en otras partes, en este sentido se dice que el mundo es más global que antaño. Otra forma de responder es constatando que el mundo se hace más global porque conocemos con más rapidez e inmediatez lo que ocurre en otros lugares.

Pero la globalización no es un proceso nuevo. Lo global siempre fue el conjunto de conexiones conocidas y por lo tanto puede hablarse de diferentes fases de globalización a lo largo de la historia: exploraciones, colonialismo, etc. La globalización se refiere al hecho de que la

gente en diferentes partes del mundo que durante un tiempo no estaban influidos por el exterior, se ven partícipes del mismo *espacio social* y regidos por el mismo *tiempo histórico*. Este proceso se hizo paulatinamente. La globalización no debe pensarse como un proceso uniforme y de hecho existen diferentes formas de representación de este fenómeno.

Existen diferentes imágenes o formas de representar la globalización, y cada una de ellas constituye sólo una representación parcial y distorsionada del fenómeno. Analizaremos a continuación las tres representaciones más comunes de la globalización: la económica, la cultural y la política. En la económica se nos presenta un mundo de flujos sin fronteras; en la cultural el modo de vida occidental arrasa y se impone a otras culturas; en la política se nos presenta la disolución progresiva del Estado-nación en beneficio del poder de las transnacionales.

La primera imagen, la de un mundo económico es más un deseo que una realidad. De hecho, una economía global no es tanto un mundo sin fronteras tal y como lo concibe OHMAE (1991) sino una situación en la que las barreras impuestas por los países para evitar la libre circulación de flujos se han rebajado lo suficiente para posibilitar a las empresas transnacionales establecer negocios en cualquier parte que lo deseen. Pero en este nuevo mundo se crean nuevas zonas económicas que no siempre coinciden con las fronteras nacionales (Italia del Norte, Alsacia-Lorena, Baden-Würtemberg), y en otros casos se solapan entre dos naciones como ocurre en San Diego-Tijuana (ALLEN, J. 1995). Pero la globalización no se produce de un modo uniforme. En el inicio de la década de los años noventa, los países subdesarrollados se alejaron más del mundo occidental tanto en el espacio económico como en el social; la globalización tiene sentido en los países occidentales, e incluso en éstos en ciertos grupos sociales en determinadas regiones y ciudades, pero en el resto la destrucción del Estado de Bienestar produce un incremento de la pobreza y un aumento de la

polarización social. La crisis financiera excluyó de los créditos a los segmentos más débiles de la sociedad, lo que ahondó la división socioeconómica entre la clase media suburbana y las clases bajas del centro de las ciudades. De esta forma, las ciudades norteamericanas se describen cada vez más como «donuts urban»: «blacks in the industrialized centre, lily-white in the job-rich-rim» (DAVIS, 1992, p.17).

El proceso de comprensión tiempo-espacio no significa que todas las partes se hacen uniformes. Para algunos el mundo es realmente muy pequeño y ningún punto está más alejado de las 24 horas; para otros, la mayor parte de la población mundial, el mundo sigue siendo muy grande, difícil y a veces terrorífico.

Por otra parte, las empresas globales para merecer esta consideración, deben tener en cada localización una representación de sus actividades (producción, I+D, dirección de servicios de mercado, distribución y ventas), lo que supone una integración profunda que pocas empresas transnacionales cumplen.

En efecto, en el caso de las multinacionales del automóvil y a pesar de sus recientes intentos de «nacionalizar» sus filiales, siguen reteniendo en el país donde radican sus sedes centrales la parte del león tanto en las inversiones en I+D (90% de la Honda y de la Ford) como de las restantes decisiones estratégicas. Incluso la IBM, la multinacional más «extranjera», su estrategia de producción, decisiones financieras y organizativas e inversiones en I+D radican esencialmente en Estados Unidos (CARNOY, 1993). Por otra parte, en países como México y Brasil la sensibilidad descentralizadora de esta multinacional se limita a operaciones de montaje y venta. Algo semejante ocurre con los grandes grupos bancarios que están muy influidos por las condiciones económicas y financieras del país de origen. Por consiguiente, no vivimos en la era de las empresas globales, ni en un mundo de espacios económicos indiferenciados, las multinacionales siguen conservando sus recursos y beneficios en los países donde se encuentran sus

sedes centrales, en tanto que sus filiales se mueven al ritmo marcado por las sedes centrales y en algunos casos por los gobiernos de los países cuando apelan a los «intereses nacionales».

Además no todas las regiones del mundo se insertan en este mapa de globalización; incluso las escasas empresas globales sólo cuentan con un corto número de emplazamientos, preferentemente en países desarrollados, en tanto que extensas áreas siguen estando desconectadas. Y en cuanto al libre movimiento de la fuerza de trabajo está muy lejos de ser real.

En lo que atañe a la imagen cultural de la globalización, hay que considerar que los efectos de la cultura occidental transmitida por los poderosos medios de comunicación no producen una homogeneización cultural, ya que los diversos pueblos reciben e interpretan los estilos de vida occidentales de un modo particular y propio, muchas veces inesperado en relación con los objetivos de los productores de imágenes. Los mercados de música, alimentación, diseño, etc., se remodelan en una variedad de formas en todo el mundo.

De este modo la cultura global transforma las culturas locales, pero no unifica el consumo orientado en cada país a ciertos grupos. Se reúnen productos culturales de todo el mundo y se convierte en objetos para un mercado cosmopolita. Lo local y lo exótico se desprenden del lugar y del tiempo y son envasados para comercializarse en los países desarrollados. Por consiguiente, la noción de cultura global es una clara distorsión: no hay convergencia de estilos culturales, sino transformaciones mutuas originadas por el capital y también por las migraciones hacia las grandes ciudades globales, ya que los emigrantes llevan con ellos sus modelos culturales en influyen en la sociedad receptora (música, cocina, etc.).

Y en cuanto a la imagen política, lo cierto es que los problemas de contaminación o seguridad exceden las fronteras nacionales y que la respuesta es una política global. Sin embargo las organizaciones supranacionales ¿cuánto tie-

nen de global?: en muchos casos sólo se moviliza un grupo de países (contaminación de ríos) y en otros el grado de preocupación y motivación es muy diverso. Así que la imagen de una política de cambio global está también sesgada, porque se tiende a presentar el medio ambiente lo mismo que los procesos económicos como si fuesen todos ellos de alcance mundial y de impacto uniforme, olvidando la conexión existente entre el despilfarro de los países occidentales y la pobreza de los que trabajan en el Tercer Mundo para mantener el nivel de consumo de los países ricos. Por tanto, es cierto que muchos procesos globales exceden las posibilidades del Estado-nación, pero diferentes países sufren estos impactos de forma muy desigual.

En suma, las tres representaciones de la globalización son imágenes distorsionadas que atraen nuestra atención hacia ciertos procesos pero ocultan otros. Y así se presenta una imagen de globalización económica en la que desaparecen las barreras que impiden la libre circulación de dinero, personas y productos, pero en la realidad existen pocas empresas realmente globales, una circulación monetaria muy centrada en los países desarrollados y muy escasos movimientos de trabajadores. Se insiste en la ruptura de las barreras culturales y en una cultura global uniforme, cuando lo que ocurre realmente es una acentuación de diferencias culturales y de diversidad estandarizada. Asimismo, se reitera la incapacidad del Estado-nación para controlar ciertos procesos globales, pero se olvida que la naturaleza y los impactos de los procesos es desigual según los países.

Estas tres imágenes de la globalización son simplificadoras y dejan de lado el carácter desigual de los procesos globales o el hecho de que las gentes no formen parte del mismo espacio global, e incluso en este caso conoce experiencias desiguales (limpiadoras, guardas de seguridad, ejecutivos en un edificio inteligente). La experiencia de la desigualdad sigue ausente, se escamotea y por eso se requiere una geografía global de esta representación, aunque según

determinados análisis puede parecer a primera vista que la geografía es ya algo superfluo. No que olvidar que se está forjando un mapa constituido por un «archipiélago» de tecnópolis que albergan a un octavo de la población y por un amplio territorio baldío que alberga al resto de la población (PETRELLA, 1992). Tal vez esta visión sea un tanto exagerada, aunque no obstante FRIEDMANN (1995) señala que entre un tercio y la mitad de la población se ve afectada por la globalización, en tanto que la mayor parte de la humanidad se ve excluida de «tierra prometida afectada por el desarrollo» FRIEDMANN, 1995, pág. 44).

e) Representaciones de los procesos socioeconómicos.

La mayor parte de los análisis que aparecen en los medios de comunicación y en muchos estudios de carácter económico evidencian sesgos y distorsiones importantes a la hora de describir los procesos operantes en nuestros días. Entre éstos cabe destacar:

. En primer lugar, se restringe el campo de la economía a determinadas actividades y actores económicos, y de un modo especial a aquellos procesos ligados a las empresas transnacionales y a los trabajadores profesionales de elevada cualificación. Asimismo se subraya solamente una parte del espacio urbano, aquel en el que mejor se reflejan estos procesos: el centro de negocios y las «edge cities».

Por otra parte, se ocultan otras actividades y otros trabajos menos cualificados - obreros manuales y de los servicios personales con poca cualificación - muy ligados también a las actividades y a los trabajadores hegemónicos. Este tipo de trabajadores no cualificados se describen con representaciones culturales y no con conceptos económicos (inmigrantes, grupos étnicos, marginales) sin precisar que están claramente vinculados con los flujos económicos entre los países del Centro y de la Periferia. Todas las actividades que el Centro de las ciudades excluye, se presentan como hechos marginales, obsoletos e in-

visibles, aunque siguen siendo esenciales para el funcionamiento del sistema económico. Se considera que el desarrollo económico se origina a partir de unas actividades hegemónicas que han de ser motivo primordial de la política económica y las restantes como algo marginal y anacrónico, fuera del circuito de la nueva economía (SASSEN, 1996).

Tampoco se insiste en el hecho de que las ciudades no sólo están constituidas por el centro de decisión y coordinación, sino que también son centros de producción, lo que hace desaparecer determinadas presencias en el relato económico convencional: infraestructuras que exigen las telecomunicaciones, diversos tipos de trabajadores y empresas. Se hace también hincapié en lo ordenado, objetivo y eficiente, como resultado de la eficacia tecnico-científica y como algo neutro. Así se escamotea el hecho de que este espacio tiene que producirse y reproducirse, lo que exige legiones de trabajadores que el relato convencional oculta o los presenta como algo residual e indiferenciado. Sin embargo, este espacio se produce también por una multitud de culturas enraizadas en países o aldeas y «reterritorializadas» de nuevo en Nueva York, Los Angeles, Tokyo, Paris, Londres o Madrid. Luego ese resto amorfo, residual es muy variado, aunque de alcance local, frente al grupo social hegemónico, desenraizado y cosmopolita.

En suma, el relato convencional excluye de la nueva economía lo que denomina «otras actividades y trabajadores» y los engloba en lo «otro», y este «otro» que no se incorpora en la nueva economía, se devalúa y oculta, a pesar de que la mayoría de las personas que trabajan en la ciudad global son trabajadores de escasa cualificación ligados a los servicios personales, sin referirnos a la mano de obra nocturna que ocupa de noche el espacio del poder: limpiadoras, guardas de seguridad, etc.

II. Principales transformaciones

a) Un nuevo espacio de producción.

La economía global ligada a las nuevas tecnologías interactúan con la estructura espacial, de ahí su importancia geográfica, en dos ámbitos:

La nueva lógica de producción informacional crea un nuevo espacio de producción que modela la estructura regional y la dinámica de cada ciudad, según la importancia funcional y sus características sociales, económicas e institucionales.

El impacto directo de las nuevas tecnologías (especialmente las de la comunicación) en las formas de trabajar y vivir, modifican también la forma urbana y el conjunto del modelo territorial.

El impacto más directo de la alta tecnología sobre la estructura espacial se refiere a la aparición de un nuevo espacio de producción como resultado de dos procesos fundamentales:

Por un lado, las actividades de alta tecnología se convierten en el motor del nuevo desarrollo económico y juegan un papel principal en el auge y declive de regiones y áreas metropolitanas, de acuerdo con su grado de adecuación a las exigencias de la producción de alta tecnología.

La introducción de nuevas tecnología en todas las clases de actividades económicas permite la transformación de su comportamiento locacional, superando la restricción de la contigüidad espacial.

De acuerdo con los estudios de CASTELLS (1989), SAXENIAN (1984), WALKER y STORPER (1984), puede proponerse un modelo espacial de producción de alta tecnología. Este modelo requiere la combinación de cinco características:

Al apoyarse estas industrias de alta tecnología en el empleo intensivo del conocimiento científico, necesita una gran conexión con centros de excelencia de investigación: Universidades o Institutos, así como una abundancia de personal técnico y científico.

Dada la dependencia de los mercados gubernamentales en armamento y programas espaciales, al menos en los 60, las activida-

des de alta tecnología tienden a agruparse en áreas próximas a emplazamientos estratégicos del ejército. De hecho existe una alta correlación entre gastos de defensa y localización de industrias de alta tecnología.

Las empresas de altas tecnologías se caracterizan por un sentimiento hostil a la sindicación de su personal. Y no siempre por razones reivindicativas de carácter salarial, sino por el temor a la burocratización y lentitud en una industria que exige constante flexibilidad e innovación. Por consiguiente, regiones con fuerte tradición sindical no atraen industrias de alta tecnología aun siendo semejantes los restantes requisitos locacionales.

El riesgo y el futuro de las inversiones en este campo exige disponer de capital de riesgo en la región, lo cual es función de la riqueza y de la cultura empresarial orientada a mercados menos tradicionales.

Los procesos de producción de alta tecnología en general, y en microelectrónica en particular, son discretos, y pueden separarse en el tiempo y en el espacio (investigación, diseño, fabricación y montaje). Dada las exigencias de cada función, especialmente de mano de obra, se sigue que ello comporta una división jerarquizada del trabajo en el espacio y la necesidad de que todas las actividades se localicen en una buena posición dentro de la red de comunicaciones.

En el momento actual, se observa que el espacio de flujos está sustituyendo al espacio de lugares. Por consiguiente, una jerarquía de funciones y posiciones de poder estructuran el espacio de los Estados Unidos y del Mundo, separando funciones y unidades de producción, distribución y dirección, para localizar cada una de ellas en la región más favorable, articulando todas las actividades en una red de comunicaciones. Y así vivimos cada vez más un espacio de geometría variable donde el significado del lugar escapa a su historia, cultura o instituciones para

verse constantemente redefinido por una red abstracta de estrategias de información y decisiones, ajenas a los lugares. El nuevo espacio de producción y dirección no es el resultado de nuevas tecnologías de comunicación, sino que éste es el medio de que se sirve un determinado sistema de organización social.

En este espacio de flujos juega un papel esencial los grandes empresas transnacionales; no hay que olvidar que las 500 mayores empresas son responsables de la tercera parte de la producción mundial y las 200 mayores de la cuarta parte. La producción y el volumen de negocios de la General Motors solo es superado por el PIB de quince países. Su importancia no ha de evaluarse solamente en términos cuantitativos, sino también cualitativamente, puesto que estas empresas penetran las actividades clave de la economías de algunos países.

b) Impactos en la esfera del trabajo y en la estructura ocupacional.

Las nuevas tecnologías hacen posible el teletrabajo en las actividades de oficina. Se estima que en los Estados Unidos ocupa este tipo de trabajo a casi el 20% de la población activa, aunque de hecho se limita a profesionales que tienen sus estudios en sus lugares de residencia. No cabe duda que la tecnología de los ordenadores y el cableado telefónico de fibra óptica con transmisión digital permite una gran expansión del teletrabajo, pero su desarrollo depende sobre todo de las relaciones entre el capital/trabajo y no sólo de las posibilidades que brindan las nuevas tecnologías. En el momento presente se produce una fuerte concentración del terciario superior y de las actividades financieras en los espacios centrales de los entornos metropolitanos y una descentralización hacia las periferias metropolitanas de las actividades terciarias de menor cualificación. Las fuertes inversiones realizadas en los espacios centrales de algunas ciudades y razones de tipo social ponen en entredicho las predicciones de los futurólogos basadas en un determinismo tecnológico.

Es notorio el fuerte deterioro de los salarios y de las condiciones laborales experimentado a lo largo de la década de los años ochenta sincrónico a la crisis del modelo fordista. La nueva estrategia de algunos países centrales de abaratar los costos de producción a expensas de los salarios está produciendo un retroceso de las mejoras logradas por la fuerza de trabajo en la década de los años 50 y 60, una fragmentación de la mano de obra y un fuerte declive del poder sindical. La automatización del trabajo de las fábricas y oficinas elimina puestos de trabajo, especialmente en las ramas maduras del sector fabril con fuerte tradición sindical. En el caso de Madrid es de destacar la fuerte disminución de los asalariados cualificados fijos que pasan de representar el 50,5% de la población ocupada en 1975 a un 36% en 1986, lo que supone la destrucción de 189.205 empleos, fundamentalmente industriales, en el período considerado.

La amenaza de sustituir obreros por máquinas genera una fuerte presión sobre la clase trabajadora que se ve obligada a aceptar las condiciones cada vez más precarias de empleo, al mismo tiempo la fuerza de trabajo, debido a las innovaciones tecnológicas elevan fuertemente la productividad con fuertes descensos en la mano de obra empleada. Así por ejemplo, la Peugeot-Talbot instalada en la periferia de Madrid, produce el doble número de automóviles que en el año 1982 con la mitad de la plantilla de trabajadores. Por otra parte, la descentralización productiva y la naturaleza de muchas actividades del sector de los servicios divide al máximo a la fuerza de trabajo lo que se manifiesta en el declive sindical; y así la afiliación media en los países de la OCDE pasó del 37% al 28% entre 1975 y 1988. Las características de la economía global y el impacto de las nuevas tecnologías originaron un mercado de trabajo bifurcado, en el que aparecen por una parte un sector minoritario, pero relativamente grande (hasta de un 30%) con alto nivel de cualificación y bien remunerado, ocupado en las industrias de alto grado tecnológico o en las actividades vinculadas con el terciario pro-

ductivo. Por otra parte aparece un alto porcentaje de trabajadores industriales y de los servicios, de escasa cualificación y bajo nivel salarial.

La destrucción masiva de puestos de trabajo en actividades industriales fordistas que daban lugar a una masa de asalariados relativamente bien remunerados y con un buen nivel de prestaciones sociales (aristocracia obrera), no se vio compensada con la creación de nuevos puestos de trabajo en las actividades dinámicas y además la mayoría de los puestos creados en los servicios y en la industria están mal remunerados y son poco seguros. La OIT señala que de 1980 a 1990, más del 50% de las contrataciones fueron temporales en Alemania, España, Francia, Luxemburgo y Holanda. Asimismo se incrementó el número de pobres de la Comunidad Europea (personas que perciben menos de la mitad de los ingresos medios del país), pasando del 13% al 20% en el mismo periodo de tiempo considerado. De forma muy ligada al sector formal de la economía, aparecen las actividades informales como son los sweatshops que ocupan a mano de obra inmigrante, sin olvidar las actividades ligadas a la delincuencia (droga, prostitución) que generan pingües beneficios. Asimismo se produce un incremento de las infraclases constituidas por ancianos con bajas pensiones, minorías étnicas y desclasados (sin techo).

Este desarrollo polarizado crea esferas sociales diferenciadas, aunque estrechamente vinculadas dentro de un mismo sistema funcional. Aparecen de este modo megaciudades dualizadas que segregan internamente actividades, grupos sociales y culturales, al mismo tiempo que el uso de las nuevas tecnologías permite recomponer estos fragmentos produciendo una interdependencia funcional. Son estas grandes ciudades, llamadas por algunos *ciudades globales* las que a nivel mundial atraen población, capitales, talentos, información, bienes y energía. De este modo, como señala CASTELLS (1989), ya no estamos en la crisis metropolitana, sino que asistimos a una especie de esquizofrenia urbana, o dicho de otro modo, a la existencia contradicto-

ria de diferentes lógicas sociales, culturales y económicas dentro de una misma estructura espacio-funcional.

Un último aspecto que influye en la organización del trabajo está ligado al cambio de la naturaleza de la intervención del Estado en la economía y que de un modo sintético podemos describir como el paso del *wellfarestate* al *welfarestate*. No ha variado el nivel de intervención, pero sí la naturaleza de la misma con una tendencia a la militarización de la economía con repercusiones espaciales manifiestas que acentúan las desigualdades regionales y entre el centro y la periferia de las ciudades metropolitanas, especialmente en los Estados Unidos.

c) Influencia en los modos de vida.

Una de las consecuencias más importantes de las nuevas tecnologías de la comunicación en la vida urbana es la llamada «home information revolution». Los hogares se convierten en centros autosuficientes de entretenimiento en detrimento del consumo de ocio colectivo. A título de ejemplo podemos decir que en España entre 1985-90 se multiplicó por tres el tiempo de emisión de los canales de televisión al mismo tiempo que se produjo el cierre de seis de cada 10 salas de cine y las personas dedican por término medio tres horas y cuarto diarias a la televisión. Más de la mitad de los hogares españoles poseen vídeo y la inversión publicitaria se multiplicó por 10 en radio y televisión. A ello hay que añadir que el 13% de los hogares disponen de una computadora personal (DE MIGUEL, 1993). Asimismo se están desarrollando con gran intensidad los servicios on line: correo electrónico, banco y telecompra. Aunque no se conocen muy bien los efectos cabe señalar que incide en la disminución de los desplazamientos y en una concentración cada vez mayor de las actividades en torno a tres polos básicos: trabajo, hogar y lugares de ocio y esparcimiento. Todo ello incrementa el zoning funcional de tiempo y espacio de tal modo que el espacio público se reducirá al espacio de ocio. La tecnología favorece la desintegración de las

culturas urbanas que se caracterizaban por una heterogeneidad de usos del suelo. Tal vez el mayor impacto está en convertir los hogares en receptores de información planetaria y en refugios personales de consumo selectivo de imágenes y sonidos. Ello lleva a la disociación del hogar del barrio y de la ciudad lo que favorece la insolidaridad y la bunkerización en los hogares. La tecnología de este modo refuerza las tendencias sociodemográficas de la sociedad urbana: aumento creciente del número de hogares unipersonales (30% en Estados Unidos, casi el 20 % en Madrid).

Las nuevas tecnologías al mismo tiempo que favorecen el aislamiento de las personas y cubren el espacio de los lugares en un espacio de flujos, acentúan el valor de los espacios singulares que se privatizan en beneficios de los intereses minoritarios y en detrimento del consumo colectivo, o derecho a la ciudad. Es decir, en la ciudad postmoderna convive un paisaje urbano cada vez más monótono e indiferenciado, incapaz de suscitar sorpresa, con espacios singulares, altamente valorados para uso y disfrute de los controladores de los flujos de información, motores del desarrollo económico actual.

d) Reestructuración de las ciudades.

Los procesos descritos anteriormente tienen claras manifestaciones en las ciudades metropolitanas. Entre los cambios recientes más espectaculares cabe destacar el cierre de las fábricas vinculadas con las ramas maduras y con una mano de obra fuertemente sindicada. Las razones son varias: competitividad con el Japón y los países industriales nuevos, así como el desarrollo de una economía especulativa (economía de casino) en detrimento del tejido productivo; no se puede olvidar también, el deseo del capital industrial de renegociar a la baja los logros ganados por los trabajadores industriales en la etapa fordista.

En 1991 los salarios reales industriales en Estados Unidos son inferiores a los del principio de la década de los años 70. Se calcula que el

salario medio de los servicios personales no cualificados es tres veces inferior al del trabajador del automóvil o del acero de la década de los años 70. Todo ello produce un incremento de la desigualdad. En las ciudades fordistas con alta proporción de empleos industriales conocían bajos niveles de desigualdad. El declive del modelo fordista y el aumento de los empleos en precario incrementaron considerablemente la desigualdad.

Al mismo tiempo que se produce el cierre de estas fábricas, se abren otras nuevas que pasan mucho más desapercibidas en los estudios geográficos. Se trata de los llamados *sweatshops*, es decir, talleres en precario que recuerdan las descripciones del XIX de Zola y Dickens. Estos talleres ocupan mano de obra inmigrante ilegal que, en el caso de los Estados Unidos, su origen está en América Latina y Asia. Estas industrias no deben considerarse como actividades de supervivencia, sino que se insertan dentro del sistema formal, ya que las empresas requieren tener talleres próximos para probar los prototipos, asimismo esta producción está muchas veces vinculada por subcontratación con las empresas multinacionales (textiles, ordenadores, calzado, vestido) (SASSEN, 1989); por otra parte, la nueva economía ha reducido sustancialmente el número de personas en los escalones medios de remuneración y aumentado la nómina de trabajadores en precario que sólo pueden acceder al consumo de bienes de escaso precio producido por estos talleres. Finalmente, en la ciudad *gentrificada* existe una clientela considerable que demanda cada vez más productos de encargo, personalizados que solamente estos talleres pueden suministrar (trabajo de la madera, artesanía, decoración personal de la vivienda, etc.).

Una de las características de la nueva economía asociada con las nuevas tecnologías es hacer compatible la dispersión productiva al máximo con una concentración en espacios reducidos de las actividades de coordinación, acceso a los capitales y a la investigación aplicada. Este fenómeno hace que algunas ciudades han sabido atraer estas actividades, clave del desa-

rollo económico y como respuesta han generado un espacio «ad hoc». Ello se manifiesta en la construcción de millones de metros cuadrados para oficinas que albergan al terciario superior y a las actividades complementarias, con una tendencia clara a la privatización de los espacios de ocio. Ello produce una fuerte terciarización de la ciudad central, a través de la renovación urbana, con el consiguiente desplazamiento de sus ocupantes y la revalorización de espacios, a veces muy degradados, a través del proceso de *gentrification*, presente en todas las ciudades dinámicas.

Al mismo tiempo que se manifiestan estos procesos aparece un creciente deterioro de los barrios del centro de las ciudades lo que dificulta cada vez más la realización de las funciones de este espacio que siguen siendo esenciales para el desarrollo económico y social del conjunto de las áreas metropolitanas. El deterioro del centro se produce como consecuencia del desarrollo desmedido de los suburbios residenciales de baja densidad que en los últimos años no sólo atraen a residentes, sino también a actividades terciarias e industriales.

En las áreas metropolitanas es donde mejor se constata cómo los procesos productores del sueño americano (vivienda unifamiliar exenta, dos coches, garaje, jardín) los que contribuyen al declive del centro de las ciudades concentrándose en estos espacios una población cada vez más incapaz de adquirir destrezas, valores y pautas de comportamiento adaptables a las nuevas demandas de una sociedad muy abierta y de una economía cada vez más competitiva. En el año 1990 las áreas metropolitanas más pobladas contaban con minorías (negros, hispanos, asiáticos) superiores al 50% de su población total. Estas minorías forman los grupos hegemónicos de barrios en declive como en Filadelfia, Detroit, Chicago, o dinámicos con fuerte presencia de inmigrantes hispanos y asiáticos (Los Angeles, San Francisco). Todos ellos presentan graves problemas como inseguridad, alta tasa de delincuencia, consumo de drogas, familias destrozadas, etc. De tal manera que en algunos

de estos barrios más del 50% de la población entre 14-24 años están en la cárcel o tienen problemas con la justicia. En 1990, el 20% de los jóvenes norteamericanos vivían en familias con rentas por debajo del límite de la pobreza, pero en los barrios centrales de la ciudad suponía un valor del 30% con el agravante de que el 60% vivían en núcleos familiares monoparentales en los que en el 90% de estos casos, el cabeza de familia era una mujer. El empobrecimiento de los niños se incrementa también en los suburbios más deteriorados. Y así el Informe de la Universidad de Tufts (1994) indica que el porcentaje de niños que viven en familias por debajo del límite de la pobreza (14.335\$ para una familia de cuatro miembros), subió del 7,8% en 1973 al 13,8% en 1992, debido al deterioro de los salarios y al movimiento de las familias del centro en busca de espacios más seguros, mejores escuelas y oportunidades de trabajo.

En suma, la combinación de segregación, pobreza y etnia produce un elevado fracaso escolar y una mano de obra incompatible con una economía abierta y altamente competitiva. De este modo, en los barrios centrales de las ciudades metropolitanas y en los suburbios más deteriorados se está concentrando una población disfuncional que compromete el bienestar general del país y parece dudoso que a medio plazo se pueda desarrollar adecuadamente el potencial social, económico e intelectual, si una cuarta parte de sus jóvenes se desarrollan en las malas condiciones que prevalecen en el centro de las ciudades (Downs, 1994, pp.60-94).

Existe asimismo una tendencia a la reconcentración de empresas en los suburbios buscando una mano de obra cualificada y un ambiente apropiado. Y así aparecen parques de oficinas, centros comerciales e industrias, originando un suburbio autónomo, denominado con diferentes nombres según los autores: Edge City, Technosuburb, Postsuburbia o Expolis, es decir, amorfas aglomeraciones de polígonos industriales, centros de servicios financieros, parques de oficinas, urbanizaciones residenciales muy hetero-

géneas junto con gigantescos shopping malls y centros de ocio. Es decir, suburbios muy distintos del suburbio dependiente de los años posteriores a la II Guerra Mundial (Levittwons). Ello determina un descenso de oportunidades de empleo para la población marginal que vive en el centro. Conforme la economía se terciariza y la estructura ocupacional se bifurca, las posibilidades de promoción para los residentes del centro, de escasa cualificación, se hacen mínimas. Y así se abre un ciclo de empeoramiento económico y de los equipamientos colectivos, especialmente los educativos, para esta población, lo que conduce al pauperismo creciente con manifestaciones notables en la escena del centro de las ciudades. Baste recordar que en los Estados Unidos en 1991 se cifran en dos millones de personas los residentes en las ciudades que carecen de vivienda (los homeless).

Por último, cuando se cumplen las condiciones necesarias anteriormente descritas, se generan espacios de nuevas tecnologías, cuyo paradigma lo constituye el Silicon Valley, en los que aparece también una clara segregación social entre una mano de obra altamente cualificada que se apoya en una legión de trabajadores de escasa cualificación que proporcionan servicios personales y que viven en condiciones laborales y de vida muy precarias..

En las ciudades globales es posible diferenciar cuatro espacios socioeconómicos nítidos:

La sunbelt city con industrias innovadoras en altas tecnologías.

La ciudad central, con fuerte concentración del terciario decisonal y productivo.

La ciudad del óxido, (Rustbelt city), de industria pesada en declive.

La ciudad tercermundistas de los sweatshops y de comunidades tribalizadas de inmigrantes o trabajadores en precario e infraclases.

Algunos autores intentan describir la situación de estas ciudades aplicándoles el calificativo de ciudades duales, sin embargo la teoría de la ciudad dual reduce las subculturas existentes en estos ámbitos metropolitanos a una sim-

ple y reduccionista dicotomía, ya que el carácter dual de la ciudad sólo capta las manifestaciones más agudas del conflicto social como consecuencia de la tendencia creciente a la bifurcación de la estructura del empleo. Es evidente que el crecimiento del PIB y su fuerte concentración en las áreas metropolitanas fue paralelo al incremento de la población excluida del trabajo y de la vivienda formales por las divergencias existentes entre las necesidades del capital y la naturaleza de la fuerza del trabajo. En efecto, las actividades industriales y de los servicios productivos son cada vez más intensivas en capital y exigen un número reducido de trabajadores cualificados, en tanto que la mayoría de la población carece de cualificación, es decir, es una población redundante en términos económicos (acentuado además con el fracaso del sistema educativo y la falta de cohesión familiar en muchos países). Aparece así un ejército de reserva excesiva disfuncional al sistema.

Una visión dicotómica de la estratificación social es engañosa en la mayor parte de las ciudades metropolitanas, puesto que ignora la complejidad y heterogeneidad de los grupos sociales implicados. De tal modo que estas ciudades son cada vez más duales y plurales. Aceptar el dualismo es admitir el prejuicio de las clases medias que no perciben las diferencias entre los distintos grupos étnicos o culturales que residen en la ciudad. Existe toda una estrategia en los medios de comunicación de imponer la lógica de la ciudad dual sobre una ciudad culturalmente plural. Mientras la gente vive en lugares, el poder que controla los flujos lo hace desde nodos privilegiados: centros de negocios, urbanizaciones exclusivas o barrios gentrificados. Estos espacios de privilegio se relacionan y conectan con espacios semejantes en todo el mundo, de un modo material: transportes y telecomunicaciones y de un modo simbólico: patrones de consumo, diseño y estilos arquitectónicos similares. Los espacios de las sociedades locales son por el contrario específicos, traducen esta especificidad de corto alcance en una cultura, historia y formas

de organización concretas. De este modo se forma una clase social *internacional-informacional* y una clase *subordinada, fragmentada, desorganizada y aislada* (Mollenkopf, Castells, 1991).

En conclusión, las ciudades metropolitanas dinámicas en los países centrales tienden a ser tecnológicamente informacionales, económicamente globales y socialmente duales: un grupo poderoso que controla el espacio de flujos desde nichos ecológicos privilegiados y otro ma-

yoritario, muy fragmentado, localista y tribalizado con escasas oportunidades de promoción social.

El reto al nos hemos de enfrentar como ciudadanos y científicos es el conseguir articular el espacio de flujos y el de lugares, es decir articular la función con la experiencia, el poder con la cultura para que los lugares, los espacios vividos no se vean borrados o aplastados por el espacio de flujos incontrolados por la mayoría de los ciudadanos.

Bibliografía

- ALLEN, N. (1995). «Crossing Borders: Footloose Multinationals?», en: J. Allen y Ch. Hammett, *A Shrinking World? Global Unevenness and Inequality*. The Open University, Oxford University Press.
- BRIEN, R (1992). *Global Financial Integration: The End of Geography*, London, Royal Institute of International Affairs.
- CARNOY, N. (1993). «Multinationals in a Changing World Economy: Whither the Nation State», en: N. Carnoy, M. Castells, S.S. Cohen, y Cardoso, E.H. (eds.) *The New Global Economy in the Information Age*. University Park, PA. The Pennsylvania State University Press.
- CASTELLS, M (1972) *La cuestión urbana*. Madrid, Ed. Siglo XXI.
- CASTELLS, M. (1983). *The City and the Grassroots*, Berkeley y Los Angeles, University of California Press
- CASTELLS, M. (1989) *The Informational City*. Oxford, Basil, Blackwell.
- CASTELLS, M. y MOLLENKOPF, J.H. (1991). *Dual City: Restructuring New York*. New York, Russell Sage Foundation.
- DAVIS, M. (1990) *City of Quartz. Excavating the Future in Los Angeles*, London, Verso.
- DE MIGUEL, A (1994). *La sociedad española, 1993-94. Informe sociológico de la Universidad Complutense*. Madrid, Alianza Editorial.
- DOWNS, A. (1994). *New Visions for Metropolitan America*. Washington, The Brookings Institution
- FRIEDMANN, J. (1995) «Where we stand: a decade of world city research», en: P.L. Knox y Peter J. Taylor, *World Cities in a World System*. Cambridge University Press.
- HARVEY, D. (1989) *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Blackwell.
- JAMESON, F. (1990). *Postmodernism*. London, Verso.
- MUMFORD, L. (1961). *The City in History: Its Origins, its Transformations, and its Prospects*, London, Secker & Warburg.
- OHMAE, K. (1991) *The Borderless World. Power and Strategy in the International Economy*, London, Fontana.
- PETRELLA, R. (1992) «Techno-apartheid for a Global Underclass». *Los Angeles Times*, Metrosection, 6 August 1
- SANTOS, M. (1988). «Reflexions sur le rôle de la géographie dans le période technico-scientifique», *Cahiers de Géographie du Québec*, n°32, pp. 313-319.
- SANTOS, M. (1990) *Por una geografía nueva*. Madrid, Espasa Calpe.
- SANTOS, M. (1992) *A redescoberta da Natureza*. Universidade de São Paulo. Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

- SANTOS, M. (1994) *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, Hucitec.
- SASSEN, S (1989) *The Mobility of Labor and Capital*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City. New York, London, Tokio*. New Jersey, Princeton University Press.
- SASSEN, S. (1996) «Identity in the Global City. Economic and Cultural Encasements», en: A. Yaagler (ed.) *The Geography of Identity*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- SAXENIAN, A.L (1984). *Silicon Valley and Route 128*. Santa Cruz. University of California.
- THRIFT, N. (1995) «A Hyperactive World», en: Johnston, R.J., Taylor, P.J. y Watts, M.J. *Geography of Global Change. Remapping the World in the Late Twentieth Century*, Blackwell, Oxford.
- WALKER, P. y STORPER M. (1984). «The Spatial Division of Labor: Labor and Location of Industry». En: L. Sawers y W. Tabb (eds) *Sunbelt/Snowbelt, Urban Development and Regional Restructuring*. Nueva York, Oxford University Press.
- WIRTH, L. (1938). «Urbanism as a Way of Life». *American Journal of Sociology*, nº 4, pp. 1-24.





TESES E
DISSERTAÇÕES DE
MESTRADO
DEFENDIDAS

ÍNDICE

Geografia Humana Teses de Doutorado

- Josué da Costa Silva 161 O rio, a comunidade e o viver
- Mario Cezar Tompes da Silva 161 Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados – MS
- José Vieira Souto 162 A urbanização e a problemática ambiental no centro oeste do Brasil: o caso de Rondonópolis – MT
- Luiz Lopes Diniz Filho 162 A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com internacionalização da economia nacional
- Raul Borges Guimarães 163 Saúde pública e política urbana – memória e imaginário social
- Tânia Maria Fonseca 163 Transformações da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros
- Waterloo Pereira Filho 164 Influência dos diferentes tipos de uso da terra em bacias hidrográficas sobre sistemas aquáticos da margem esquerda do Reservatório de Tucuruí – PA
- Diva Maria de Faria Burnier 164 Agricultura brasileira: a produção de alimentos
- Bruno Luiz Domingos de Angelis 165 A Praça no contexto das cidades. O caso de Maringá PR
- Nazareno José de Campos 165 Terras de uso comum no Brasil. Estudo de suas diferentes formas
- Carlos Augusto Amorim Cardoso 166 A cidade e a festa no interior do Nordeste: Espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande – PB
- Luiz Fernando Mazzini Fontoura 166 Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária na campanha gaúcha
- Marta Inês Medeiros Marques 167 De sem-terra a ‘posseiro’ a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: O caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO
- Marcos Estevan Del Prete 167 Apropriação dos recursos hídricos e conflitos sociais: A gestão das áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo
- Ewerton Vieira Machado 168 Florianópolis: Um lugar em tempo de Globalização
- Alberto Frederico Lins Caldas Filho 168 Calama – uma comunidade no Rio Madeira
- Luiz Carlos Batista 169 Movimento da força de trabalho num contexto de integração acelerada do mercosul
- Denise Labrea Ferreira 170 Sistema de Informação Geográfica e planejamento de transporte coletivo urbano – estudo de caso: sistema integrado de transporte de Uberlândia

Geografia Humana Dissertações de Mestrado

- Marcelo Gomes Justo 170 Capim na fresta do asfalto: conflito pela terra em Conde, Zona da Mata Paraibana
- Eliza Pinto de Almeida 171 A metropolização-periferização brasileira no período técnico-ciêntífico-informacional
- Valter Maestro de Oliveira 171 O céu e o inferno modernização, reestruturação e qualidade de vida: Para uma geografia dos conflitos no centro da cidade de São Paulo
- Alexandre Souza da Rocha 172 Centralidade e periferia na grande São Paulo. Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole
- Ricardo Fernandes Faustino 172 Uso do solo e degradação ambiental na Baixada Santista (SP): o caso de São Vicente

Paulo Ricardo Brum Pereira	172	A cartografia ambiental para o município de São Sebastião – SP: análise e reflexão
Mônica Silveira Brito	173	A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911
Márcio Pereira Santos	173	O Bom Retiro: uma paisagem paulistana
Ana Cristina Mota Silva	174	A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza
Vicente Eudes Lemos Alves	174	Formação territorial sul piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa
Maria Alice Oliva de Oliveira	175	Espaço, tempo e memória: construção e transformação do espaço em São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra

Geografia Física Teses de Doutorado

Denise Maria Sette	175	O holorrítimo e as interações trópico-extratropical na gênese do clima e as paisagens do Mato Grosso
Carlos Geraldo Luz de Freitas	176	Cartografia, geotécnica de planejamento e gestão territorial: proposta metodológica
Hugo José Scheuer Werle	176	Definição de unidades de fragilidade natural: uma contribuição ao planejamento ambiental do Estado de Mato Grosso
José Carlos Brenha	177	Diagnóstico ambiental e potencial turístico na região da Mata Atlântica: o exemplo do município de Santo Antônio do Pinhal – SP
Luiz Toledo Barros Rizzo	177	Indicadores da resiliência do Latossolo Vermelho Escuro cultivado com citros e eucaliptos em Itapetininga SP: recuperação de um solo degradado pela compactação
Ari Zago	178	Sistema pedológico latossolo-argissolo e seu comportamento físico-hídrico em Mamboré-PR
Leonardo José Cordeiro Santos	179	Pedogênese no topo do platô de Bauru – SP: O caso da bacia do Córrego da Ponte Preta
Rosely Sampaio Archela	180	Análise da cartografia brasileira. Bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997
Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim	180	O clima urbano de Presidente Prudente
Maria das Graças Barros Sartori	181	Clima e percepção

Geografia Física Dissertações de Mestrado

Luciana Graci Rodela	182	Distribuição de campos rupestres e cerrados de altitude na serra do Ibitipoca, sudeste de Minas Gerais
Kátia Canil	182	Processos erosivos e planejamento urbano: carta de risco de erosão das áreas urbana e periurbana do município de Franca – SP
Ermínio Fernandes	183	Caracterização dos elementos do meio físico e da dinâmica da Nhecolândia (Pantanal Sulmatogrossense)
Edivaldo Lopes Thomaz	183	Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do rio Iratim – Guarapuava – PR
Edivaldo Lopes Thomaz	184	Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do rio Iratim – Guarapuava – PR
José Mariano Caccia Gouveia	184	Análise ambiental urbana: sub-bacias do córrego Marmeleiro e Lato do ribeirão Moinho Velho – Cotia/ Embú – SP
Pedro Isaac Japiassu Fidelman	185	Diagnóstico ambiental com subsídio a um gerenciamento costeiro: estudo de caso dos manguezais do rio Santana, Ilhéus, Bahia

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

abril a outubro de 2000

Geografia Humana

Teses de Doutorado



O rio, a comunidade e o viver

Josué da Costa Silva

O viver ribeirinho não é homogêneo. Há diferenciações definidas por inúmeros aspectos, sejam históricos, culturais ou econômicos. Em "O rio, a comunidade e o viver analisamos o espaço ribeirinho em sua formação, procurando: compreender o universo social e a construção do espaço; reconstruir a identidade específica do grupo e a relação entre esta e a forma da sociedade e do espaço; caracterizar o específico sistema ribeirinho em formação para compreender o universo do homem; entender os meios de subsistência do grupo; estudar a relação entre o tipo de agricultura e o ambiente; "capturar" o funcionamento do cotidiano da vila e as múltiplas relações sociais, econômicas, religiosas, políticas, ambientais; ana-

lisar o uso e a organização do espaço; compreender o papel das representações simbólicas que o ribeirinho constrói em relação ao rio.

Das comunidades ribeirinhas, uma às margens do Rio Madeira, Porto Velho, Rondônia e outra às margens do Rio Maicy, formam a base para podermos discutir a criação e organização do espaço e entendermos os aspectos básicos do viver ribeirinho: O que é natureza? O que é lugar? Como nasce o lugar? Como pensa o ribeirinho ao organizar o seu espaço? Quais os significados e valores contidos? Quais os fatores, os momentos de mudanças de um espaço obscuro, estranho, temeroso para um espaço que dá ao grupo segurança, proteção, afetividade, fartura e liberdade, ou seja, um "lugar" ? Compreender tais questões, é compreender o universo do grupo, sua construção de natureza, sua concepção de sociedade.

Palavras-chave: Amazônia, ribeirinho, cultura, organização do espaço, rio Madeira



Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados - MS

Mario Cezar Tompes da Silva

O presente trabalho tem por objetivo examinar os redirecionamentos sofridos pela política habitacional e o processo de urbanização em Dourados - MS como decorrência das transformações desencadeadas pelo recente processo de reestruturação econômica que se desdobra em escala

global e pelo modelo de Estado Desenvolvimentista brasileiro.

Analisa-se inicialmente como a crise do modelo estatal desenvolvimentista promoveu a derrocada das ações habitacionais centralizadas, promovidas pelo antigo BNH, e ensejou o surgimento de sucessivas iniciativas na esfera da moradia popular sob responsabilidade do poder público local douradense, configurando, nesse processo, a constituição de uma política descentralizada.

Posteriormente, através de uma análise


histórica, que identifica as distintas etapas do processo de urbanização de Dourados, demonstra-se que as transformações desencadeadas pelo contexto hodierno, dominado pelo processo de reestruturação econômica e esgotamento do Estado desenvolvimentista, extrapolam os meros limites da política habitacional e envolvem outras mais profundas que alteram o próprio padrão de urbanização douradense.

O padrão emergente de desenvolvimento urbano que passa a vigorar, a partir dos anos 90, é, em boa medida, o produto do processo de expansão e diversificação da agro-industrialização,

que, na região, funciona como principal vetor disseminador dos efeitos da reestruturação econômica ora em vigor. As diversas e profundas consequências desse processo em Dourados produzem mudanças que apontam para o delineamento de um novo urbano.

Por último, examina-se a natureza da política habitacional descentralizada levada a efeito pelo poder público municipal, identificando, no processo de investigação, seus principais avanços, insuficiências e contradições.

Palavras-chave: Descentralização, novo padrão de urbanização, Dourados-MS

 **A urbanização e a problemática ambiental no centro-oeste do Brasil: o caso de Rondonópolis – MT**

José Vieira Souto

Este trabalho visa compreender o processo de urbanização e a problemática ambiental na cidade de Rondonópolis – MT. Para desenvolver esta pesquisa, analisamos o processo urbano tomando como totalidade o desenvolvimento da urbanização do Brasil passando pela região Centro-Oeste até o nosso objeto de estudo.

Nesta tese, procuramos mostrar que a partir do lugar da existência humana e da falta de qualidade de vida não pode existir condições ambientais propícias para a vida do cidadão.


Apresentamos por um enfoque dialético que o recente processo de urbanização e os pro-

blemas ambientais identificados como qualidade de vida que ocorrem na cidade de Rondonópolis, são reflexos da sociedade que criou esta cidade e que nela vive, dividida em classes sociais desiguais.

Mostramos que o processo de degradação ambiental, a pobreza e a falta de uma qualidade de vida digna, tem se transformado numa série de doenças que vêm afetando uma grande parte dos habitantes desta cidade.

Procuramos mostrar nesta tese, que o lugar das carências e da pobreza é também o lugar onde se produz indivíduos revoltados e violentos e que a constante violência que vem ocorrendo em Rondonópolis, bem como, o uso de drogas, de armas e uma variedade de crimes deixam a vida na cidade com poucas condições ambientais.

Palavras-chave: Urbanização, centro-oeste, meio ambiente, violência

 **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com internacionalização da economia nacional**

Luiz Lopes Diniz Filho

Este trabalho delinea uma proposta para o estudo da dinâmica recente da divisão regional

recente no Brasil. Com base numa discussão metodológica sobre algumas das mais importantes linhas de pesquisa na área dos estudos regionais, estabelece como ponto de partida o conceito de “escalas geográficas” de análise e a concepção do desenvolvimentno econômico como um processo condicionado por inúmeros fatores interdependentes, o qual só pode ser compreendido atra-

vés da identificação e hierarquização desses fatores.

Assim, através de uma pesquisa histórica sobre as principais transformações econômicas e territoriais ocorridas no país nas últimas três décadas, a pesquisa conclui basicamente que:

a) a tendência à redução das disparidades regionais no Brasil, em curso pelo menos desde 1970, tem tido continuidade nos últimos anos, ainda que de forma bastante lenta e seletiva;

b) desde os anos 80, essa tendência já não é definida pelo processo de integração do mercado nacional, mas também pela “internacionali-

zação” da economia brasileira;

c) esse processo de “internacionalização” não se manifesta sob a forma de uma desarticulação do mercado nacional, ainda que cirando alguns focos de dinamismo nas áreas que concentram atividades com claras vantagens competitivas internacionais.

Essas conclusões permitem descrever sinteticamente as principais tendências da divisão regional do trabalho, sobretudo a partir de 1985, mediante a expressão “desconcentração seletiva com ‘internacionalização’ da economia nacional”

Palavras-chave: Região, território,

Saúde pública e política urbana – memória e imaginário social

Raul Borges Guimarães

O presente trabalho é uma contribuição para o entendimento da natureza política da saúde pública, em uma perspectiva geográfica. Os serviços de saúde são considerados uma rede de sociabilidade organizada pelo discurso, na qual são incorporadas as noções de imaginário social e de memória, bem como suas implicações para a epistemologia do lugar social. Em um contexto de profunda heterogeneidade na distribuição de

equipamentos coletivos, como é o caso das cidades brasileiras, observou-se a variabilidade de articulações realizadas, ao longo do tempo, pelos diversos atores sociais envolvidos nessa rede.

Nos limites do poder local de Presidente Prudente, essas relações foram codificadas em termos de fortalecimento da assistência médica e da expansão da beneficência. Encontram-se aí matrizes do pensamento conservador das lideranças políticas que detém o comando da política de saúde no nível municipal.

Palavras-chave: Geografia da saúde, saúde pública, memória urbana

Transformações da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros

Tânia Maria Fonseca

O presente trabalho tem como objetivo analisar a nova funcionalidade de três cidades da rede urbana no norte do Paraná: Jacarezinho, Cornélio Procópio e Cianorte. Mais especificamente, um estudo comparativo de três centros de modo a entendermos o processo de mudança da rede urbana, ou seja, como as cidades, em novos

contextos, tem alterada sua funcionalidade e suas atuais inserções na rede.

Para tanto realizamos dois cortes temporais. O primeiro é da década de 1960, quando os centros urbanos se apresentam como localidades centrais de nível subregional inseridos na rede urbana caracterizada segundo um modelo hierárquico do tipo *christalleriano*. O outro corte temporal refere-se ao final dos anos 1990, quando os centros urbanos se apresentam bastante diferenciados entre si.

O município de Jacarezinho tornou-se suco-alcooleiro e pecuarista, enquanto a cidade per-

deu muitas funções, com sucessiva perda de rendas e lucros auferidos localmente.


Cornélio Procópio apresenta uma dinâmica funcional muito mais complexa que a primeira e atrelada ao controle que realiza sobre a produção agropecuária. Pelas cooperativas agrárias e empresas transnacionais a cidade está inserida em relações internacionais de comercialização das *commodities*. Não somente por estas, mas também, por uma produção voltada ao mercado externo e interno.

Cianorte, por sua vez, tornou-se uma cidade especializada na produção industrial confecionista, envolvendo elevada mão-de-obra, núme-

ro de estabelecimentos e geração de rendas. Por intermédio desta produção, a cidade está inserida no mercado consumidor nacional. Adicionalmente, apresenta diversificado setor terciário de atendimento de demandas da produção da população.

Estas três cidades apresentam inserções distintas na rede urbana norte-paranaense que no momento atual caracteriza-se pela complexidade mediante diferenciação cada vez mais intensa entre os centros, e diversidades de integração interna e externa atrelada a uma mais complexa divisão territorial do trabalho.

Palavras-chave: Rede urbana, transformações funcionais, cidades pequenas

 **Influência dos diferentes tipos de uso da terra em bacias hidrográficas sobre sistemas aquáticos da margem esquerda do reservatório de Tucuruí - PA**

Waterloo Pereira Filho

Este trabalho representa uma avaliação das relações entre os ecossistemas terrestres e aquáticos para uma parte do Reservatório de Tucuruí. Foram utilizadas bacias hidrográficas como unidades representantes dos sistemas terrestres e seus respectivos compartimentos aquáticos, como áreas amostrais do reservatório. As variáveis do sistema terrestre (floresta, pasto sujo e pasto limpo) e a variável do sistema aquático (infestação de macrófitas aquáticas) foram extraídas de imagens Thematic Mapper (TM) do satélite LANDSAT-5 nas datas de 1988 e 1994. Estas variáveis foram incor-

poradas a um banco de dados gerenciado pelo SPRING, onde foram realizadas operações de geoprocessamento necessárias à obtenção de novas informações, no ambiente aquático foram ainda medidas as variáveis Nitrogênio total, Fósforo total, Clorofila *a*, Condutividade Elétrica, Totais de Sedimentos em Suspensão e profundidade do disco de Secchi em período seco e chuvoso. Os resultados mostraram que, com o tempo, o sistema aquático passou a apresentar mais intensamente dependência daqueles sistemas terrestres que sofreram, principalmente, diminuição na proteção do solo, como o desmatamento. Observou-se a tendência de, em bacias com imensas e recentes alterações do uso da terra, ocorrer aumento no tempo de reação dos sistemas aquáticos retardando a obtenção de seu estado de equilíbrio.

Palavras-chave: Sensoriamento remoto, limnologia, bacia hidrográfica, reservatório

 **Agricultura brasileira: a produção de alimentos**

Diva Maria de Faria Burnier

A tese trata da produção de alimentos na agricultura brasileira. Em sua parte retrospectiva,

o tema é abordado da Colônia ao período da República, até 1970, contendo também discussões sobre a modernização recente da agricultura, consumo de alimentos e um exame individualizado do desempenho dos 15 principais produtos de origem vegetal, de 1970 a 1997. Observa-se que na região Norte e Nordeste predomina o plantio

de mandioca banana e arroz. Na região Centro-Oeste, soja e milho. Na região Sudeste, os dois grupos de alimentos ficam relativamente próximos, enquanto, no Sul, tem peso significativo a produção paranaense de milho e soja. Já no Rio Grande do Sul destaca-se a produção de arroz, que alcançou no período cerca de 4,6 milhões de toneladas.

Por outro lado, verifica-se melhor distribuição entre os grupos de alimentos nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Particularmente chama a atenção nesse sentido a existência em Santa Catarina de uma estrutura fundiária menos concentrada do que no restante do país, contrapondo-se, por exemplo, à monocultura do café do Espírito Santo. Rio Grande do Sul e Minas Gerais confirmam sua longa tradição de fornecedores, enquanto São Paulo se destaca pela produção de batata, cebola e tomate, em razão do alto grau de urbanização.

A parte final da tese discute o confronto entre o desempenho dos alimentos e o grau de

indigência do país que, em 1996, abrangia 21,4 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 13,5% da população total de 157,0 milhões. Na linha da pobreza absoluta, a situação ainda é mais alarmante, atingindo 55,0 milhões, cerca de um terço da população.

Assim, o Mapa da Fome, como é chamada a indigência, levou a ações de distribuição de cestas de alimentos por parte do governo em suas diversas instâncias, campanhas nacionais de solidariedade, trabalhos voluntários de arrecadação, etc. Os números da fome, porém, são tão contundentes que somente uma campanha massiva seria capaz de enfrentá-los. Além disso, sem dispensar o caráter emergencial da distribuição de cestas de alimentos, faz-se necessário um programa de distribuição de terras com concessão de crédito e uma busca incessante de geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Agricultura, produção de alimentos, consumo

A Praça no contexto das cidades. O caso de Maringá - PR

Bruno Luiz Domingos de Angelis

O presente trabalho visa reconstruir nova relação de convívio entre o homem e a praça no contexto das cidades, mais especificamente na de Maringá, Estado do Paraná. Para tanto, foi realizado um estudo de caso sobre as 99 praças marin-

gaenses, subsidiados por três levantamentos – dois quantitativos e um qualitativo – e uma enquete de opinião. As análises efetuadas sobre as praças basearam-se em suas características físicas – equipamentos, estruturas, tipologia, inserção na trama urbana e mobiliário – e em seus aspectos sócio-econômicos – lazer, população de rua, violência, economia informal, toponímia e políticas públicas para o setor.

Palavras chave: Espaços públicos, praças, planejamento urbano, Maringá

Terras de uso comum no Brasil. Estudo de suas diferentes formas

Nazareno José de Campos

Da antigüidade aos dias atuais a terra e os demais bens naturais tem suprido inúmeras ne-

cessidades humanas. Embora predominasse o usufruto comum, a noção do privado passou a imperar a medida que a organização social tornou-se mais complexa, estendendo-se até dias de hoje.


No Brasil, como em outros países, muitas áreas se caracterizam pela existência no passado ou no presente, de terras de uso comum, usufru-

idas por diferentes comunidades. Tratam-se de formas diferenciadas tanto em sua gênese, quanto em seu processo de transformação ou mesmo desaparecimento em muitas áreas, o que reflete a complexidade sócio-espacial que o país possui. Configuram-se desde as formas ligadas à interesses de comunidades próximas ou vizinhas às mesmas e que as usufruem plenamente, até aquelas que conjugam interesses da comunidade com outros extremos à ela, passando ainda por experiências dirigidas de uso coletivo da terra e formas de uso comum entre “não proprietários”

É importante salientar, que a *terra de uso comum* possui uma especificidade que lhe é pró-

pria, em relação ao uso público da terra e demais bens. Este, é muito mais amplo e complexo.

No transcorrer do tempo, as terras de uso comum passaram a sofrer constante transformação e apropriação individual chegando em muitas áreas, ao completo desaparecimento. No entanto, elas permanecem, apresentando-se como um componente importante na constituição de diversos espaços rurais brasileiros, embora nem sempre com as características que outrora possuíam. É também possível se perceber, que mesmo em regiões cujas terras de uso comum, deixaram de existir, continuam a ocorrer, certos usos coletivos em locais públicos ou mesmo privados, como nos chamados “terrenos baldios” juntos às cidades.


 **A cidade e a festa no interior do Nordeste: Espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande – PB**

Carlos Augusto Amorim Cardoso

Esta tese analisa a formação de uma nova situação histórica, descrita em termos geográficos, da urbanização, do imaginário político e da dinâmica do capital na cidade do Nordeste. A partir da experiência da festa – e dos discursos políticos que a sustentam – fornece a explanação do conjunto de identidades sociais em formação no lugar urbano. Por outro lado, esboça uma teoria urbana da festa quando aborda a reprodução do

espaço citadino na modernidade. Para tal enfoque desenvolve-se a descrição do carnaval fora de época em Campina Grande PB (Brasil) denominado de Micarande. Acostando-se nas entrevistas com o poder político local e em levantamentos de artigos e reportagens jornalísticas, relaciona o uso das ruas e das praças aos mecanismos de estruturação dos simulacros e das festas. Conclui que a festa se trona espetáculo e exibicionismo dos atores políticos e dos setor terciário no momento que mobiliza as forças produtivas para a ilusão geral do consumo e para a instituição de uma imagem fragmentada da cidade como mercadoria.

Palavras chave: Geografia urbana, cultura urbana, política urbana

 **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária na campanha gaúcha**

Luiz Fernando Mazzini Fontoura

O presente trabalho destina-se a levantar e desenvolver questões que tratassem de explicar e justificar a manutenção da atividade pecuária


tradicional, contemplando também, a forma como se dá a modernização desta atividade e a inserção da Região da Campanha no Rio Grande do Sul, no contexto estadual, nacional e internacional.

Começamos pela forma como se deu a ocupação do território, a sua evolução para uma atividade pecuária comercial e a sedentarização do gaúcho e a consolidação da estância. As características do sistema de produção da pecuária e

as relações sociais que se estabelecem a partir disto, geram um modo de vida e uma racionalidade peculiares.

A mudança de paradigma na produção pecuária trabalha conjuntamente às variáveis manejo, sanidade, genética e alimentação, reduzindo significativamente o tempo de abate. Isto possibi-

litou a articulação da atividade com setores industriais e de distribuição, integrando a indústria – pecuária – atacado (I-PA), redefinindo o papel da pecuária gaúcha. O desenvolvimento da pecuária empresarial traz uma nova relação cidade-campo.
Palavras-chave: Pecuária, desenvolvimento regional

 **De sem-terra a 'posseiro' a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: O caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**

Marta Inês Medeiros Marques


O trabalho analisa a organização social e forma de espacialização dos trabalhadores assentados nos assentamentos de Reforma Agrária Retiro e Retiro Velho -GO, nas fases de *luta pela terra* e *luta na terra*. A pesquisa teve como objetivo refletir através da perspectiva geográfica sobre as seguintes questões: em que base se organiza a luta dos trabalhadores sem-terra e como estes reconstróem suas vidas no assentamento.

O grupo estudado se organiza e inicia a luta pela terra num contexto regional marcado pela emergência de uma série de lutas envolvendo posseiros e sem-terra a partir do final dos anos 70 e pelo apoio decisivo prestado a estes trabalhadores pela Diocese de Goiás. A luta destes sem-terra é motivada por um projeto de vida camponês e vivida como um ritual de passagem. O espaço do acampamento é construído a partir

da vivência de uma comunidade utópica, mobilizada pela luta política.

A abordagem da fase de luta na terra, que teve início com a criação do assentamento, visou apreender como eles constróem a sua relação com a terra neste novo espaço a partir da análise da forma como organizam sua produção, a unidade familiar e as relações comunitárias estabelecidas entre eles neste período. O que permitiu a identificação de um complexo processo de mudança social que caminha no sentido da recampezinização dos trabalhadores assentados e da construção de um território camponês na área dos assentamentos, entrando em conflito com as idéias de modernidade, orientam o Programa de Reforma Agrária do Estado Brasileiro. Neste processo, que envolve aspectos objetivos e subjetivos, o aprendizado político destes trabalhadores, realizado a partir da experiência de luta e de sua trajetória assentado do INCRA, constitui o principal fator de inovação.

Palavras chave: Camponês, sem-terra, reforma agrária, assentamento, território, campesinidade, cultura e geografia

 **Apropriação dos recursos hídricos e conflitos sociais: A gestão das áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo**

Marcos Estevan Del Prete

A pesquisa aborda o uso de recursos hídricos na Região Metropolitana de São Paulo, em

especial, aquele destinado ao abastecimento público que se encontra comprometido tanto pela ocupação, quanto pela sobreposição de outros usos incompatíveis com a manutenção de sua qualidade e quantidade.

O objetivo geral consiste em interpretar o papel que o sistema de gestão de recursos hídricos tem a desempenhar na solução dos problemas relativos ao uso da água, em um ambien-

te tão complexo quanto a área urbanizada da metrópole paulistana, em que tal sistema de gestão passa a ter uma feição especial no que tange à gestão dos mananciais.

Embora a legislação assegure em seus fundamentos o uso múltiplo da água priorizando, em situação de escassez, o consumo humano e a dessedentação de animais, ocorrem desequilíbrios no sistema. Há, certamente, uma apropriação contraditória dos recursos naturais em uma gran-

de metrópole, gerando conflitos de uso que possuem, antes de tudo, raízes sociais. Por isso, antes de ser um problema de solução eminentemente técnica, a abordagem considera principalmente o aspecto social e espacial da questão. Neste sentido, a pesquisa propõe investigar a ocorrência destes conflitos a partir de suas raízes, a fim de iluminar as suas formas de manifestação e avaliar os instrumentos utilizados para a gestão em uma sociedade que formula para si mesma uma imagem democrática.

Florianópolis: Um lugar em tempo de Globalização

Ewerton Vieira Machado

A presente pesquisa trata de analisar, em conjunto, o significado relevante do atual momento da mundialização globalizante, com seus reflexos, procurando-se explicações desse processo na conexão lugar-mundo para Florianópolis.

Assim, discutir através de possibilidades teórico-metodológicas fornecidas basicamente pelo paradigma de Formação Sócio-Espacial, desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, dimensões da contemporaneidade florianopolitana, procurando-se mostrar aspectos de várias "geografias superpostas" em que nelas se pode identifi-

car a dinâmica do lugar-região e sua inserção no mundo atual.

Desse modo, fez-se um enfoque a partir de trajetórias da urbanização, procurando mostrar tentativas de "produção do lugar" associadas com a idéia de "fabricação de uma vocação" hoje vinculada predominantemente às atividades de turismo, num plano mais visível, e amplamente mercantilizada sob várias imagens midiáticas. Num outro plano, não menos importante, há tentativas de vinculações à produção espacial por atividades de base tecnológica, particularmente relacionadas com o meio informacional e/ ou dele decorrente.

Palavras-chave: Geografia-Florianópolis, Geografia Humana, desenvolvimento regional-Florianópolis (SC), turismo

Calama - uma comunidade no Rio Madeira

Alberto Frederico Lins Caldas Filho


Buscamos entender através de entrevistas textualizadas, uma comunidade à beira do rio Madeira-RO, chamada Calama. Uma das novas tentativas é a aplicação talvez pela primeira vez

na Geografia Humana, da História Oral e das técnicas de *transcrição* como mecanismo para aprofundamento maior na estrutura da comunidade. Tentando compreender tanto o aspecto histórico quanto o *espaço* e o *lugar*, não a partir de teorias, mas de experiência viva nas falas da comunidade. Consideramos que a partir destes procedimentos poderemos ter, na Geografia Humana, um mecanismo para realizarmos o "Humano" da

sua "Geografia" já que partimos da experiência para compreendermos o *lugar* e seus fluxos sociais e imaginários. Integrar a *fala* e a *experiência* como elementos fundamentais para a compreensão e estrutura dos conceitos de espaço e lugar (tratados como dimensões virtuais de determinada sociabilidade e dos indivíduos e grupos), é uma das pretensões do texto. Não mais o espaço e o lugar enquanto conceitos mas, fundamentalmente, como *instâncias da vivência*. Primeiro por serem constituídos socialmente, não havendo nem espaço nem lugar fora da sociabilidade, fora da presença humana; segundo por estarem na

fala ao fazerem parte constitutiva da experiência vivida; terceiro, por tornarem um lugar conceitual a partir dessa experiência e não de um *a priori* conceitual. Do amálgama vivo da experiência com o *espaço* e o *tempo* sociais podemos, a partir das entrevistas chegar à vivência dessas percepções e fundar uma compreensão mais profunda do viver o lugar. A partir da *experiência contada* chegar aos múltiplos espaço vividos e com isso, alcançar, não os conceitos, mas uma comunidade singular.

Palavras-chave: Geografia Humana, História, História Oral, interpretação, texto, oralidade.

 **Movimento da força de trabalho num contexto de integração acelerada do Mercosul**

Luiz Carlos Batista

Esse estudo pretende analisar o novo desenho da fronteira a partir destes processos de deslocamentos da população trabalhadora des-territorializada, investigando alguns aspectos das modificações na Geografia Política que interferem na mobilidade populacional, produzindo novas territorialidades que modificam o conhecimento geográfico tradicional, a partir de um desenho da Geografia Política e Econômica está traçando para o mundo.

A generalização da mobilidade da força-de-trabalho como causa sócio-estrutural, a partir das motivações e liberdades individuais dos migrantes, ganha no mundo contemporâneo novas características a partir da exclusão de grandes contingentes da população mundial do mercado de trabalho e a sua integração precária e perversa na globalização, dominada pelo modo capitalista de produção como um todo social, provoca novas formas de deslocamentos populacionais, simultaneamente aparecem novas restrições a esses deslocamentos. As pesquisas geográficas


estão obrigadas a redefinirem os seus conceitos de migrantes, de fluxos migratórios e de políticas migratórias.

As questões da "Globalização e Fragmentação" como uma temática central na geografia, retomam o conceito de "lugar" ao considerar o fenômeno dos deslocamentos das "pessoas-sem-lugar no mundo"

Faz-se necessário um estudo sobre a emancipação das determinações econômicas, sociais, culturais e territoriais, que levaram às formas empíricas destes deslocamentos dos trabalhadores, que não ocorrem apenas no espaço, mas é encontrado também entre ramos e setores da produção, concentrando-se na análise do movimento da força de trabalho num contexto de integração acelerada, utilizando como estudo de caso o Mercosul.

O Mercosul constitui-se numa estratégia do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para integrar a América do Sul e diminuir os impactos do processo de globalização, que procura excluir a influência dos estados nacionais e das organizações da sociedade civil nos mecanismos neoliberais de integração dos mercados no mundo capitalista.

Palavras-chave: Integração, globalização, Mercosul, força-de-trabalho, território, movimentos da população

 **Sistema de Informação Geográfica e planejamento de transporte coletivo urbano – estudo de caso: sistema integrado de transporte de Uberlândia**


Denise Labrea Ferreira

O planejamento e a gestão dos transportes urbanos são processos dinâmicos, e, para que o sistema de transporte faça parte e acompanhe o processo de desenvolvimento urbano, é de fundamental importância que os órgãos gestores disponham de instrumentos que possibilitem a atualização do sistema de transporte de forma produtiva e eficaz. Nesse sentido, este estudo demonstra a aplicação do Sistema de Informação Geográfica – SIG como instrumental para o planejamento, gestão e operação dos sistemas de transporte urbano, pois permite o cadastramento, a atualização e a representação da base de dados de transporte com a rapidez e a quantidade necessárias para auxiliar a tomada de decisões. Nesse trabalho, esta discussão é abordada

em três momentos: primeiro, no uso do SIG como tecnologia cada vez mais necessária em órgãos de planejamento, pois, com sua evolução constante, classifica-se como uma tecnologia de rápida difusão e aceitação e tem despertado o interesse dos profissionais envolvidos com o planejamento de transporte urbano e apresenta o *software* MapInfo como ferramenta de mapeamento eletrônico. No segundo momento, relata-se a história do planejamento de transporte de Uberlândia e a escolha da cidade para a análise do uso do SIG no desenvolvimento do Sistema Integrado de Transporte, na sua implantação e monitoração. No terceiro momento, usa-se o SIG no planejamento do Sistema Integrado de Transporte de Uberlândia, procurando contribuir para este ser realizado como processo, auxiliando no desenvolvimento, na implantação, no acompanhamento e na avaliação constante para alcance dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG), planejamento de transportes, Sistema Integrado de Transporte

Geografia Humana
Dissertações de Mestrado

 **Capim na fresta do asfalto: conflito pela terra em Conde, Zona da Mata Paraibana**

Marcelo Gomes Justo

A dissertação trata de um conflito pela terra em que houve homicídio de dois camponeses na fazenda Gurigi 2, no município de Conde, vizinho ao sul de João Pessoa/PB.

O método utilizado foi a etnografia do conflito em que se procurou o enfoque de várias dimensões da disputa e analisar suas consequências.

Mais de setenta famílias vivem no povoado e relatam que são descendentes de índios e de negros africanos. Estão no local há mais de

quatro gerações. Logo, a ligação deles com aquela terra é dada pela ancestralidade. Viviam como “moradores de condição” desde final da década de 1940 e no começo dos anos 1980, foram ameaçados de expulsão pelo proprietário. Resistiram numa luta que durou mais de uma década e conseguiram a desapropriação da fazenda em 1988. Mas o título de propriedade não havia sido emitido até dezembro de 1999. É um dos poucos casos no cenário nacional em que os camponeses foram assentados onde nasceram. A regra para os camponeses é a migração, pois sofre sucessivas expropriações.

A peculiaridade do caso é ter havido atuação do poder judiciário em relação aos homicídios. Com a análise dos processos penais, debateu-

se com a literatura especializada que postula um papel determinante desse poder na contenção da violência no campo.

Além disso, constatou-se que as organizações civis ligadas aos camponeses tiveram peso

para que o caso chegasse aos tribunais. O histórico das organizações camponesas na Paraíba ajudou a situar o caso.

Palavras chave: Conflito agrário, campesinato, violência, Nordeste

A metropolização-periferização brasileira no período técnico-ciêntifico-informacional

Eliza Pinto de Almeida

O atual período histórico é caracterizado pela presença cada vez maior de conteúdos de técnica, ciência e informação que atingem, em graus distintos, todas as partes do mundo e, por conseguinte, são também responsáveis pela remodelação de vastas áreas do território nacional.

O uso de território modifica-se, portanto, com esses novos acréscimos de ciência, tecnologia e informação. A incorporação das modernizações, no pós-segunda guerra mundial à nação brasileira acelerou a urbanização da sociedade e do território. A concentração de recursos econômi-

cos e de população outorgou um papel de destaque às metrópoles brasileiras. Dentro desse contexto, analisamos o processo de periferização entendido como a exclusão social e geográfica de grandes parcelas da população das modernizações do país. O uso corporativo das metrópoles brasileiras, fruto de uma valorização desigual das pessoas e dos lugares, criou uma organização territorial metropolitana que é excludente, beneficiando, sobretudo, as atividades modernas e uma minoria da população. Os subespaços das metrópoles atingidos pelas modernizações exercem uma ação centrífuga, expulsando para áreas distantes das periferias ou para os interstícios das cidades àqueles que não podem pagar pelo ônus dessa valorização.

Palavras chave: Periferias

O céu e o inferno modernização, reestruturação e qualidade de vida: Para uma geografia dos conflitos no centro da cidade de São Paulo

Valter Maestro de Oliveira

O tema central de nossa dissertação são os conflitos nas áreas central da Cidade de São Paulo diante dos projetos de revitalização que estão se materializando. Analisamos os projetos que sustentam-se na modernização e na reestruturação por qual a cidade passa, baseados em uma suposta melhoria da qualidade de vida.

O mapeamento dos conflitos e sua sistematização passou pela localização dos fenômenos, pela correlação das informações e pela compreensão do desenvolvimento das ações que estão materializadas no cotidiano da cidade, tendo

o conflito como o processo de resistência e de embate aos projetos excludentes que a cada dia reordenam esse lugares visando a re-construção do centro para atender aos interesses de um grupo minoritário, mas hegemônico da população.

Na perspectiva de realizar uma análise Geográfica, buscamos compreender a essência dos fenômenos, objetivando explicar como reordenamento dos lugares da cidade pode provocar um movimento de opressão, uma vez que não garante ao cidadão reconhecer na paisagem da cidade seus símbolos, alienando-o, já que o transforma em um mero reproduzidor de ações, ou seja, afastando-o do direito de ser cidadão. Lutar, planejar, resistir, vivenciar, questionar... é de certa forma a única maneira de sobreviver nesse lugar.

Palavras chave: Modernização, reestruturação, revitalização, conflitos, exclusão

Centralidade e periferia na grande São Paulo. Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole

Alexandre Souza da Rocha

Vivemos num mundo de banalidades, e o banal aparece somente como redução da profundidade que a vida poderia ter, porém nas banalidades do dia-a-dia da metrópole é que a vida acontece. Esta pesquisa mostra uma parte destes “instantes” metropolitanos. Não um reino de liberdade, mas no aprisionamento da vida regrada pelo mundo do trabalho, temos situações que podem ser a negação do absoluto do Estado e do Capital, embora a força revolucionária dessas insurreições

pareça diminuta. É preciso um projeto para reunir esses fragmentos e lhes dar algum sentido; aqui se trata de reconhecê-los.

O momento do morar implica o ir e vir, assim como estabelecer-se. Neste momento temos possibilidades vividas cotidianamente, não por todos e nem ao mesmo tempo, que podem estabelecer uma relação diferente com o cotidiano programado ou com o infra-cotidiano.

Os lugares de auto-construção são também os de reunião, não só familiar, no ato de encher uma laje ou nos botecos; da mesma forma, momentos de deslocamento se apresentam também como momentos de encontro.

Palavras chave: Periferia, centralidade, metrópole, morar, cotidiano

Uso do solo e degradação ambiental na Baixada Santista (SP): o caso de São Vicente

Ricardo Fernandes Faustino

Estudou-se o município de São Vicente – SP que ostenta o marco de primeira vila brasileira e achamos oportuno, nesses quinhentos anos de descobrimento do Brasil, analisarmos com um olhar geográfico as condições atuais desse lugar. Foram feitos mapas temáticos da região com o objetivo de verificar seus aspectos sócio-ambientais.

Constatou-se que embora São Vicente possa usufruir de seu quadro natural para o turismo

e uso sustentável do manguezal, esse lugar apresenta intenso processo de degradação ambiental causado pela industrialização que caracteriza a região Sudeste.

Verificou-se que a degradação é tanto ambiental quanto social e que grande parcela de sua população vive em condições precárias e insalubres. Isso se deve, em grande parte, ao modelo econômico que caracterizou nosso país nesses quinhentos anos.

Propõe-se para São Vicente um gerenciamento ambiental e social, almejando a modificação do quadro atual de degradação.

Palavras-chave: Degradação ambiental, manguezal, litoral

A cartografia ambiental para o município de São Sebastião – SP: análise e reflexão

Paulo Ricardo Brum Pereira

O presente estudo apresenta uma visão integrada dos elementos e fatores que compõem o

ambiente do município de São Sebastião – Estado de São Paulo, através de uma cartografia ambiental. Essa representação é baseada em metodologia ainda em processo de sistematização fundamentalmente pela questão do atual estágio de desenvolvimento daquilo que, no contexto mais amplo da Cartografia, pode ser considerado como uma

cartografia ambiental.

O município de São Sebastião possui uma variedade bastante significativa de elementos e fatores que compõem o quadro geográfico. Para alcançarmos o objetivo de produzir um estudo ambiental, analisamos uma série de informações sobre as disciplinas do quadro natural (Geologia, Geomorfologia, Vegetação e Climatologia) e antrópico (Histórico da ocupação, uso da terra, urbanização, apropriação de recursos). Abordamos esses temas de forma integrada através de uma perspectiva da Cartografia como um meio de comunicação, preocupada perspectiva da cartografia: com a eficiência da informação, a mensagem transmitida e com os potenciais usuários. Os mapas de

tipos de relevo e estrutura geológica foram fundamentais para a definição de três grandes sistemas ambientais que contribuíram para chegarmos ao mapa síntese de unidades ambientais. O mapa das unidades ambientais é o resultado das análises e reflexões das características de cada elemento e fator que compõem o ambiente do município, permitindo a espacialização das características mais homogêneas.

Este estudo fornece também inidicativos através de um preliminar diagnóstico dos problemas ambientais configurados no município, que podem ser utilizados por setores de planejamento. **Palavras-chave:** Cartografia ambiental, mapa síntese

A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911

Mônica Silveira Brito

A presente dissertação aborda o papel da atividade empresarial privada voltada ao mercado imobiliário e à dotação material da cidade de São Paulo, entre 1890 e 1911.

Trata-se de analisar as condições concretas de organização de tais empreendimentos e enfatizar seu papel na incorporação do processo

de produção do espaço urbano em São Paulo aos circuitos de reprodução do capital social.

Os resultados da pesquisa empreendida permitem afirmar que a configuração espacial da cidade no período estudado evidencia a presença, nessa área, de uma atividade empresarial organizada e circunscrita a um número relativamente restrito de empreendedores, que lançavam mão de estratégias diversas, com vistas à melhor viabilização de seus negócios.

Palavras-chave: São Paulo, urbanização, mercado imobiliário, infra-estrutura urbana, propriedade fundiária


O Bom Retiro: uma paisagem paulistana

Márcio Pereira Santos

Nossa dissertação procura oferecer uma exemplificação de como as redes atuam no espaço, fazendo uma recuperação da história da produção espacial de uma fração do espaço urbano da cidade de São Paulo, o bairro do Bom Retiro,

que ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX teve sua "paisagem rural" metamorfoseada em "paisagem urbana" em função da implantação de redes materiais e sociais. Redes estas originadas por exigência de uma dinâmica social local associada à associada à transição e a emergência das classes apegas ao poder de mando.


Palavras-chave: Paisagem, redes, partido arquitetônico, São Paulo, Bom Retiro

 **A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza**

Ana Cristina Mota Silva

A pesquisa busca compreender como o processo de urbanização comporta uma síntese contraditória de elementos que aparecem na produção da cidade de Fortaleza. Assim buscou-se compreender tanto quais são estes elementos componentes como a relação histórica entre os mesmos. A urbanização aparece como um processo de modernização que se faz na redefinição daquilo que se coloca em atraso em relação a ela. Portanto, é a partir da realização da propriedade da terra em embate com os costumes que se realiza a construção de uma espacialidade própria: a cidade moderna. As determinações desta materializam-se com o fechamento das cacimbas públicas, dos caminhos, com a canalização e privatização das águas públicas através da construção dos chafarizes ingleses, quando o chafariz como conta-gotas denuncia o acesso seletivo

a um bem que é abundante. Ele materializa a programação desta abundância. A espacialidade dessa forma moderna de produzir nos ajuda a compreender a potencialização da cidade como negócio; esta exigiu a transformação da terra em capital com a inserção do capital estrangeiro – The Ceará Water Company Limited – como explorador de uma renda de minas e conseqüente formação de capital via serviços públicos. Assim, um segundo momento deste processo envolve a metamorfose da renda rural em renda urbana. O que caracteriza este segundo momento é o fato de a captação da riqueza social através da renda da terra – como sua já citada metamorfose – realiza-se como riqueza familiar. Daí a importância da família Gentil no contexto deste trabalho, já que através dela torna-se também possível o desenvolvimento da personificação – subjetivação – de processos históricos objetivos. Por isso mesmo, pode-se afirmar que a realização da cidade se faz como negócio porque ela permite a formação de um grupo econômico familiar específico. **Palavras-chave:** Costumes, renda da terra, urbanização, cidade

 **Formação territorial sul piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa**


Vicente Eudes Lemos Alves

A expansão da fronteira agrícola envolvendo áreas de cerrado, que teve início na década de 60 pela região Centro-Oeste do Brasil chega no final da década de 70 e, principalmente na de 80 também ao Sul do Piauí. Define ali a partir de então, uma nova dinâmica sócio-territorial. As formas pelas quais vem se manifestando esse processo são o passo principal desse trabalho. Para tanto, busca-se decifrar por um lado, as transformações decorrentes da instalação de novos grupos interessados em desenvolver atividades agro-

pecuárias em moldes capitalistas utilizando-se técnicas mais modernas e produzindo novas formas de ocupação e uso do espaço. Busca-se avaliar por outro lado o que permanece das organizações sócio-espaciais construídas historicamente pela população local cuja relação com a dinâmica da natureza se define como o fator mais importante.

Procura-se nesse trabalho, compreender de que maneira o encontro entre dois modelos de ocupação e uso das terras dos cerrados piauienses comandados por grupos sócio-econômicos diferenciados tem contribuído para o aparecimento de novas modalidades de tensões sociais naquele território.

Palavras-chave: Formação territorial, Estado, cerrados, modernização agropecuária

 **Espaço, tempo e memória:
construção e transformação do espaço em
São Luiz do Paraitinga e
Natividade da Serra**

Maria Alice Oliva de Oliveira

Este trabalho pretende fazer uma reflexão acerca do papel do espaço na construção da memória social, procurando avaliar a importância das formas espaciais para a memória do grupo.

A pesquisa foi centrada em dois municípios da Vale do Paraíba: São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra. O primeiro possui construções datadas de século XIX, período em que a cultura cafeeira foi importante em toda a área do Vale. Em 1982, todo o centro histórico foi tom-


bado pelo Condephaat. Já o núcleo urbano de Natividade da Serra, cuja origem era semelhante a São Luiz do Paraitinga, foi totalmente alagado para a construção da Usina Hidrelétrica de Paraiibuna e reconstruído em outra área.

No intuito de compreender a dinâmica da construção/reconstrução espacial na área da pesquisa, bem como as imagens criadas para aquele espaço, foram analisadas algumas obras sobre o Vale do Paraíba, além do discurso do Estado para justificar as intervenções nos dois municípios. Contrapondo-se a esses discursos, foi analisada a fala de alguns moradores, a partir da qual pode ser apreendida a memória do grupo.

Palavras-chave: Memória, espaço vivido, patrimônio histórico, história oral, percepção do espaço



Geografia Física
Teses de Doutorado

 **O holorritmo e as interações
trópico-extratropical na gênese do clima e
as paisagens do Mato Grosso**

Denise Maria Sette

A gênese climática e as paisagens do Mato Grosso, localizado no centro do continente sul americano, foi estudado através do conceito de holorritmo, fundamentado nos pressupostos do paradigma holístico entre os fenômenos climáticos e a paisagem.

As interações trópico-extratropical, no tempo e no espaço foram analisadas em anos hidrológicos, um habitual (set/96 a ago/97) e o outro ano padrão "seco" (set/97 a ago/98), incluindo o El Niño de 97/98.

Da análise das cartas sinóticas (12 e 24:00 TMG), e da interpretação de imagens infravermelho dos satélites meteorológicos (GOES e METEOSAT) correlacionadas com o mapeamento da pluviosidade diária, mensal, sazonal e anual, resultou no entendimento do ritmo e da gênese do clima.

O conhecimento produzido e acumulado no trabalho de campo (5 percursos, na estação seca e chuvosa) com medidas dos atributos climáticos e observações sobre o relevo, a vegetação, os solos e a ocupação humana da paisagem, foi fundamental na elaboração da síntese.

Da integração de todos os resultados, elaboramos a síntese da participação dos sistemas atmosféricos qual atuam no Mato Grosso na estação seca e na estação chuvosa, e a síntese da estrutura pluvial associada às paisagens, avalia-

das atavas dos graus de alteração antrópica da vegetação natural.

Palavras-chave: Holorritmo, gênese do clima, pluviosidade, trabalho de campo, paisagem

Cartografia. Geotécnica de planejamento e gestão territorial: proposta metodológica

Carlos Geraldo Luz de Freitas

As propostas teórica e metodológica apresentadas contemplam basicamente a aplicação da carta Geotécnica de planejamento e na gestão territorial. Para tanto, foram considerados os principais tipos possíveis dessa cartografia, agrupados por atividades de uso e ocupação do solo, de acordo com os princípios básicos pertinentes nos trabalhos de Geologia de Engenharia.

Para aplicação do método proposto, foram elaboradas duas cartografias do município de Mogi Mirim, com objetivos específicos para questões diferentes de planejamento e gestão desse município. Resultaram em produtos distin-

tos, confirmando-se, assim, a hipótese de trabalho, de que os vários tipos de Carta Geotécnica se diferem pelas múltiplas finalidades de seu uso, sendo determinados pelas questões de ocupação do solo que se pretende resolver.

Procurou-se, também, mostrar a necessidade de complementação dos conhecimentos de Geologia de Engenharia, utilizando-se de fundamentos de outras disciplinas das Geociências, além de áreas de Ciências Sociais e econômicas. A Carta Geotécnica, assim tratada, constitui um instrumento tecnológico interdisciplinar, cujos componentes básicos de reflexão são o tempo (relacionado com a dinâmica dos processos do meio físico), o homem (como agente dessa dinâmica no meio em que está inserido e com seu usuário) e o espaço físico disponível.

Palavras-chave: Carta geotécnica, planejamento


Definição de unidades de fragilidade natural: uma contribuição ao planejamento ambiental do Estado de Mato Grosso

Hugo José Scheuer Werle

Este trabalho é um estudo geoambiental que teve como objetivo a definição de Unidades de Fragilidade Natural de uma área situada no centro-norte do Estado de Mato Grosso. Como fundamentação teórica foi utilizada principalmente a metodologia de análise empírica da fragilidade de ambientes naturais e antropizados de Ross (1994). Tendo a geomorfologia como referência inicial para o desenvolvimento dos trabalhos, aliou-se a esta, como elementos básicos, a pedologia e a cobertura vegetal natural. Destes três temas foram elaboradas cartas temáticas na escala de 1:250.000 as quais tiveram suas infor-

mações cruzadas para que se obtivesse a espacialização das unidades de fragilidade. Paralelamente foi procedido o levantamento da geologia, dos aspectos climáticos, do desmatamento e da sócio-economia da área de estudo, os quais contribuíram para a caracterização ambiental das unidades. Os resultados alcançados apontam a existência de trinta e duas Unidades de Fragilidade Natural que apresentam diferenciados graus de devastação dos condicionantes naturais, gerados em função da utilização desordenada dos recursos naturais. Por essa razão a discussão final mostra a necessidade urgente de uma política ambiental mais ampla a qual apresente soluções efetivas para a preservação, ou pelo menos, para a conservação dos ambientes naturais mais fragilizados.

Palavras-chave: Geomorfologia, unidades de fragilidade natural planejamento ambiental


 **Diagnóstico ambiental e potencial turístico na região da Mata Atlântica: o exemplo do Município de Santo Antônio do Pinhal – SP**

José Carlos Brenha

O objetivo deste trabalho foi analisar fatores ecológicos, sociais, econômicos e políticos, determinantes do processo singular de regeneração da Mata Atlântica, que abrange uma área de 66,60 km², no Município de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, em contraposição à crescente degradação que ela vem sofrendo nos últimos anos. Para este estudo, foram utilizadas técnicas de sensoriamento remoto e de cartografia automatizada digital, tais como o uso de imagens de satélite (TM Landsat, na escala de :50.000), técnicas de geoprocessamento, realizadas no Sistema de Tratamento de Imagens (SITIM) e do Sistema Geográfico de Informações (SIG),

desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e cartas geradas a partir de fotografias aéreas. O trabalho de campo foi executado com dezoito diferentes áreas do município, selecionadas de forma sistemática, para o levantamento de dados e obtenção de informações sobre vegetação, altitude, declividade, azimute e amostras de solo para compor um perfil do município em estudo. A análise dos aspectos econômicos e sociais foi baseada em documentos, questionários, bibliografia especializada, entrevistas e participação em reuniões, com o objetivo de conhecer a realidade sócio-econômica da população local. Constatou-se que o Município de Santo Antônio do Pinhal representa um modelo de turismo ambiental de base local e respeita o desenvolvimento sustentável. Os resultados desta pesquisa permitem a análise do potencial de aplicabilidade desses processos em outras áreas com as mesmas características.

Palavras-chave: Meio ambiente, turismo ambiental

 **Indicadores da resiliência do Latossolo Vermelho Escuro cultivado com citros e eucaliptos em Itapetininga SP: recuperação de um solo degradado pela compactação**

Luiz Toledo Barros Rizzo

O objetivo desta tese foi verificar a reversibilidade da compactação do latossolo vermelho escuro sob cultivo de citros com cobertura verde de capim braquiária na rua e a adição desta palha na linha de plantio em um perfil com 30 meses e outro aos 78 meses neste tipo de manejo, em comparação com o eucalipto plantado há 10 meses no mesmo tipo de solo nas condições da Fazenda Monte verde em Itapetininga-SP (23°15'sul, 23°30'long. oeste). O histórico da área indicou a remoção de uma floresta de eucalipto plantada há aproximadamente 30 anos, na qual foram realizados no mínimo três cortes. Essa

seqüência de operações mecanizadas (inclusive em períodos úmidos do ano para o cumprimento do cronograma de implantação do empreendimento) causariam danos severos ao solo pela compactação dos horizontes superficiais, por vezes em até 1 m de profundidade. Para se desenvolver tal pesquisa elegeu-se um enfoque qualitativo com ênfase na morfologia do solo e secundariamente, na busca dos demais indicadores de natureza físico-hídrica, química, biológica e bioquímica dos processos de resiliência do manejo do solo ao longo do tempo, nesse sentido e momento já com um enfoque multidisciplinar. Foram eleitos 12 indicadores para verificar a resiliência da estrutura do solo compactado a saber: 1) Morfologia (descrição do perfil cultural), 2) Micromorfologia (observações de seções delgadas ao microscópio petrográfico) 3) Agregados estáveis em água 4) Densidade aparente, 5) Porosidade total, 6) Macroporosidade 6) Micro-

porosidade 7) Curva de retenção da água, 8) Biomassa microbiana 9) Teor de Polissacarídeos, 10) Resistência do solo (curva de penetrômetro de impacto), 11) Freqüência de entomofauna (coleópteros de solo). Destes 1 e 2 dizem respeito a morfologia (aspectos qualitativos), 3 a 8 são de natureza físico-hídrica (relacionados ao funcionamento do solo) 9 e 10 de natureza bioquímica (refletindo as condições físico químicas), 11 relacionado a resistência mecânica a penetração radicular, e o último(12) a um indicador biológico da mesofauna que reflete um nicho ecológico. As principais conclusões obtidas são:

Os estudos evidenciaram que ocorrem resiliência(recuperação da estrutura física) ao longo do tempo nos diferentes perfis cultivados com capim braquiária e cobertura morta de palha

Há ação direta da gramínea através do crescimento do sistema radicular fasciculado nas fissuras naturais de desidratação do perfil, progressivamente gerando muitos bioporos, resultando na fissuração intensa das camadas inicialmente compactadas.

A desidratação pontual do solo pela absorção do sistema radicular do capim braquiária, a pressão de crescimento das raízes, a atividade de rizosfera revelada pelo teor de polissacarídeos

e biomassa microbiana são fatores ativos de reestruturação que aumentam consideravelmente o diâmetro dos agregados do solo.

A geração de polissacarídeos resultante da decomposição desta matéria orgânica da palha tem grande efeito na microagregação, especialmente nas camadas superficiais do solo.

Os processos envolvidos na resiliência da estrutura do solo sob cobertura de capim braquiária e sua palha são função do tempo, pois a estrutura é um atributo dinâmico no perfil do solo.

Os indicadores morfológicos e micromorfológicos da estrutura expressam melhor as modificações em sub-superfície do que a análise multivariada de componentes principais.

Entre 12 indicadores eleitos para verificar a resiliência, a morfologia descrita através do método do perfil cultural, a resistência do solo a penetração e a observação dos vestígios da entomofauna de coleópteros do solo (corós) são os melhores, imediatos e seguros indicadores da estrutura do Latossolo Vermelho Escuro textura muito argilosa na Fazenda Monte Verde em Itapetininga-SP.

Palavras-chave: Solos-manejo, solos-degradados, solos-recuperação, solos-compactação, solos-tropicais



Sistema pedológico latossolo-argissolo e seu comportamento físico-hídrico em Mamboré-PR

Ari Zago

Este trabalho foi desenvolvido na região NW do Paraná, na vertente esquerda do córrego do pensamento microbacia representativa da região, tanto em termos de solos como de histórico de uso. Os manejos inadequados, que promoveram a perda da fertilidade e a conseqüente erosão, estavam ligadas as práticas conservacionistas tradicionais, que não levaram em conta a

sucessão lateral de Latossolos para Argissolos.

Esta pesquisa partiu de um estudo em toposeqüência, em que o "continuum" de cobertura pedológica foi observado, seguido do estudo macro e micromorfológico de dois perfis (Latossolo-Argissolo) e foi acompanhado de análises rotineiras de Laboratório bem como em campo (tensiometria e infiltrimetria), onde a instalação dos equipamentos foi feita em função da referida sucessão lateral, em cinco estações.

Os resultados físicos, os físico-hídricos de laboratório e as observações de campo permitiram constatar que ocorreu e, ainda ocorre, uma transformação pedológica lateral de jusante a

montante no desenvolvimento do Argissolo, adentrando, já, na meia encosta, às expensas dos Latossolos.

As caracterizações macro e micromorfológicas demonstraram um desenvolvimento de macro estrutura fraca a moderada e, também, uma microestrutura enáulica, no Latossolo, com porosidade de empilhamento simples e comunicante. Isso favorece a infiltração de água e escoamento lateral, que promoveram a remoção superficial e o transporte de materiais finos, dando origem na vertente, aos horizontes E, arenosos e com uma microestrutura mônica a quitogefúrica, por concentração residual de areia e a formação de horizontes Bt texturais com mais argila e microestruturas porfíricas, com porosidade fissural e cavitária.

Constatou-se fluxos hídricos verticais, nos Latossolos e a ocorrência de uma camada compactada ou endurecida, logo após a superfície. Esses fatos confirmam a hipótese inicial da meia encosta à jusante, nos Argissolos, predominaram fluxos hídricos laterais, como consequência das

mudanças texturais, das estruturais e dados físicos diferentes, nos horizontes E e Bt. Esses fluxos redistribuíram as águas ao longo da vertente e propiciaram um lençol suspenso temporário, no Argissolo entre os horizontes E e Bt, durante a estação chuvosa.

A determinação da macroporosidade, para solos arenosos variou numa tensão equivalente entre 25 a 50 cm de altura de água. Os resultados sugerem que, para esses solos, 40cm seja a altura ideal.

Em síntese, pode-se dizer que os dados obtidos revelam que a morfologia diferenciada vertical e lateral da maior parte do sistema pedológico, com comportamento físico-hídrico diferenciado, necessita de manejo apropriado. Esse manejo não pode estar associado a práticas uniformes, para toda a vertente, pois há necessidade de controlar os fluxos laterais subsuperficiais.

Palavras chave: Mamborê (PR), sistema pedológico Latossolo-Argissolo, toposseqüência, morfologia, micromorfologia, tensiometria, infiltrometria, fluxos hídricos, manejo de solos

Pedogênese no topo do platô de Bauru - SP: O caso da Bacia do Córrego da Ponte Preta

Leonardo José Cordeiro Santos

O presente trabalho objetivou identificar os processos pedogenéticos responsáveis pela formação dos Podzólicos na bacia hidrográfica do Córrego da Ponte Preta, afluente do Rio Bauru, e suas relações com a evolução das vertentes.

A bacia do Córrego da Ponte Preta está localizada no topo do platô de Bauru, próximo a cidade do mesmo nome, na região central do Estado de São Paulo, sobre arenitos da formação Adamantina do Grupo Bauru (cretáceo), associado a solos do tipo Latossolo, Podzólico e Glei.

Um mapeamento morfopedológico realizado anteriormente, serviu como base para o entendimento do meio físico e a escolha da referida bacia hidrográfica, bem como dos eixos topográficos para o estudo morfológico dos solos, através de três toposseqüências, conforme da Análise Estrutural da Cobertura Pedológica.

O estudo enfatizou a descrição morfológica detalhada de vários perfis ao longo das toposseqüências, onde foram coletadas amostras deformadas e indeformadas para análises de laboratório, com destaque para as análises micromorfológica, sem prescindir das análises convencionais e físico-hídricas.

Os resultados permitiram constatar que a passagem lateral dos Latossolos para os Podzólicos, não estria relacionada diretamente a uma

transformação lateral, como demonstrado em outros trabalhos, mas a remoção dos horizontes superiores do solo, que teria exposto o substrato rochoso ao contato direto com os agentes do intemperismo, o que possibilitou supor que os solos encontrados tenham idades distintas. A cobertura latossólica seria a mais antiga, enquanto que a cobertura podzólica seria mais recente.

Os resultados mostraram ainda que embora o gênese do horizonte Bt seja inicialmente litodependente, há evidências também de transformação lateral, a parti do horizonte Bw, dando ao Bt um origem e evolução poligenética. Tais processos estariam ligados a umidificação do clima durante o quaternário.

Palavras-chave: Pedogênese, cobertura pedológica, microformologia, transformação

Análise da cartografia brasileira. Bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997

Rosely Sampaio Archela

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise da cartografia produzida pela geografia a partir da implantação dos cursos de Geografia no Brasil, com base nas publicações periódicas de boletins e revistas de cartografia.

Apresenta dois volumes. O primeiro situa a cartografia na evolução do pensamento geográfico e realiza uma discussão teórica e metodológica de acordo com os principais segmentos

da cartografia mundial, enfocando pesquisas realizadas no Brasil. O capítulo sobre o desenvolvimento histórico da cartografia brasileira contribui para melhor compreensão da participação da cartografia na geografia. Por fim, a partir de uma análise crítica da produção cartográfica da geografia, identifica as principais linhas de pesquisa cartográfica na geografia brasileira.

O segundo volume constitui um ampla Bibliografia Analítica da Cartografia Brasileira, também apresentado em cd-rom. Esta bibliografia é a primeira tentativa de agrupar a literatura cartográfica com cunho analítico, visando contribuir para a elaboração de novas pesquisas.

Palavras-chave: Cartografia, geografia

O clima urbano de Presidente Prudente

Margarete Cristiane
de Costa Trindade Amorim

Presidente Prudente localiza-se no oeste do Estado de São Paulo, à 22° 07'04" de latitude Sul e 51 22'57" de longitude Oeste, distante da capital paulista cerca de 560 km. A hipótese testada ao longo deste trabalho refere-se aos efeitos de uma cidade localizada próxima à latitude do trópico de capricórnio, no clima local. A cidade tem aproximadamente 200.000 habitantes e situa-se a cerca de 600 km do oceano em altitude variando de 390 m sobre o nível do mar.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de dois eixos considerados fundamentais para a caracterização do clima urbano. O primeiro refere-se à análise temporal, através dos dados coletados na Estação Meteorológica da faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP e da literatura existente no assunto.

O segundo diz respeito à análise espacial que resultou de uma pesquisa intra-urbana e rural próxima, para explicar como os diferentes condicionantes geocológicos e urbanos respondem à situação dos sistemas atmosféricos.

As características da temperatura e a umidade relativa demonstraram que Presidente Prudente possui diferenças intra-urbana e rural que

permitem demonstrar a existência de um clima urbano específico, fruto da combinação do tipo de uso e ocupação do solo, com a presença ou carência de vegetação, altitude e exposição de vertentes. A associação destes fatores permitiu compreender as anomalias da temperatura e da umidade relativa encontradas na pesquisa de campo em dois meses das estações extremas: janeiro (verão) e julho (inverno). Os tipos de tempos foram responsáveis pelas maiores ou menores magnitudes dos fenômenos conhecidos como ilhas de calor e ilhas de frescor, assim como as ilhas secas e úmidas.

Dessa forma, pode-se afirmar que Presidente Prudente, como a grande maioria das cidades brasileiras, cresceu, sem levar em consideração o seu contexto climático. No contexto do relevo, o uso e a ocupação do solo, e os condicionantes geoambientais e urbanos são fundamentais para caracterizar as diferenças existentes no interior da própria cidade e na zona rural próxima, com o objetivo de diagnosticar as alterações presentes na atmosfera urbana, a fim de contribuir com o planejamento a cidade.

Palavras-chave: Clima urbano, anomalias térmicas, umidade



Clima e percepção

Maria das Graças Barros Sartori

A percepção do clima pelo homem influencia em seu ajustamento ao meio atmosférico. Como os indivíduos percebem o tempo e o clima é assunto principal no campo da percepção ambiental, influenciando nas suas sensações de conforto e desconforto físico e mental. A Bioclimatologia Humana estuda de que maneira e por que o organismo reage às mudanças nas condições de tempo, e que tipo de relações podem lhe ser impostas. Na avaliação da percepção climática da população rural e urbana da região de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e na identificação de suas reações psico-fisiológicas às situações de tempo, em especial ao Vento Norte regional e local, adotaram-se duas formas de abordagem, com respectivas estratégias: a climática, baseada em dois diários e horários, cartas sinóticas e imagens de satélite, para análise rítmica

e avaliação dos parâmetros atmosféricos sob domínio do Vento Norte; a perspectiva, baseada em trabalhos de campo na zona rural (de tradição pastoril e colonial) e na urbana, através de seis estratégias e respectivos instrumentos para coleta de dados, envolvendo todas as faixas etárias. A metodologia utilizada, de forma inédita, possibilitou novos avanços na interpretação da gênese do Vento Norte e a identificação e análise de atitudes sensações e significados envolvidos na percepção do tempo e do clima, bem como a avaliação da tempo-sensitividade das pessoas ao Vento Norte, incluindo a prática da interdisciplinaridade com a medicina e observações em "tempo real". A percepção ambiental e climática pelo homem são mais desenvolvidas no meio rural que no urbano e a tempo-sensitividade afeta a grande maioria da população regional, em especial a relativa ao Vento Norte. Na cidade, os indivíduos percebem as alterações do clima urbano.

Palavras-chave: Percepção ambiental e climática, ambiente rural e urbano, Vento Norte

Geografia Física

Dissertações de Mestrado

Distribuição de campos rupestres e cerrados de altitude na serra do Ibitipoca, sudeste de Minas Gerais

Luciana Graci Rodela

O trabalho constitui-se em um estudo sobre a distribuição de várias subfisionomias de vegetação de cerrados de altitude e campos rupestres e suas relações com solos, rochas, relevo e clima, na área da Serra do Ibitipoca e arredores, em escala 1:25.000. Ibitipoca situa-se entre a Serra da Mantiqueira e o Planalto de Andrelândia, no sudeste do Estado de Minas Gerais.

Estas formações de vegetação, endêmicas e com grande concentração de biodiversidade, ainda são pouco conhecidas. As relações entre a distribuição da vegetação e seus ambientes de ocor-

rência foram estabelecidas por meio de comparações entre as características ambientais, as quais foram fundamentadas pelas observações de campo, revisões bibliográficas, descrições e análises químicas e físicas de solos e mapeamentos temáticos da área (vegetação, solos, relevo e geologia).

Para melhor caracterizar cada fisionomia, também foram realizados levantamentos de espécies dominantes por fisionomias de vegetação de campos rupestres e cerrados de altitude.

Concluiu-se que as características físicas do ambiente (desenvolvimento de solos, relevo, clima) são as mais importantes na diferenciação e distribuição das fisionomias de vegetação de cerrados de altitude e campos rupestres da Serra do Ibitipoca.

Palavras-chave: Cerrados de altitude, campos rupestres, fisionomias, distribuição

Processos erosivos e planejamento urbano: carta de risco de erosão das áreas urbana e periurbana do município de Franca - SP

Kátia Canil


A ocorrência de processos erosivos no Estado de São Paulo caracteriza um quadro de grave degradação ambiental em diversos municípios. As feições erosivas lineares de grande porte (ravinas e voçorocas) têm colocado moradias em situações de risco, além de provocar a destruição de infra-estrutura das áreas urbana e periurbana e impacto dos recursos hídricos pelo assoreamento dos cursos d'água. Cenários como este são comuns em Bauru, Botucatu, Marília, Presidente Prudente, Franca e outras cidades.

Somente no município de Franca existem 32 feições erosivas lineares de grande porte instaladas nas áreas urbana e periurbana, causan-

do prejuízos sócio-econômicos e alterando a qualidade ambiental da cidade. A partir desse conhecimento, essa pesquisa objetivou investigar os diferentes tipos de feições erosivas lineares, analisar os condicionantes do meio físico e identificar os tipos de uso e ocupação de solo que atuam diretamente na deflagração dos processos erosivos, para então fornecer subsídios ao planejamento urbano.

A metodologia de cartografia de risco de erosão desenvolvida pelo IPT foi adotada neste trabalho para a elaboração da Carta de Risco de Erosão das áreas urbana e periurbana do município de Franca, na escala 1:25.000. Esta carta é um instrumento técnico de planejamento para preservação da erosão, com indicação de áreas potenciais, pouco favoráveis e não apropriadas para a ocupação, auxiliando na reordenação do espaço urbano.

Palavras-chave: Processos erosivos, risco, planejamento urbano

 **Caracterização dos elementos do meio físico e da dinâmica da Nhecolândia (Pantanal Sulmatogrossense)**

Ermínio Fernandes

Esta dissertação de mestrado teve o objetivo de caracterizar os elementos do meio físico (hidrografia, relevo, solos e aspectos fisiográficos, na região de Nhecolândia. Os procedimentos adotados basearam-se na interpretação de imagens LANDSAT-TM, canais 3, 4 e 5, nas escalas 1:1100.000 e 1:250.000 e da base cartográfica (DSG, 1975).


Em áreas previamente escolhidas foram efetuadas perfurações em topossequências e coletados amostras para caracterização dos materiais. Realizaram-se vários perfis topográficos que compreendessem os principais elementos do meio. Posteriormente às coletas de campo, seguiram-se os trabalhos de gabinete que constituíram na análise do material coletado em campo, tratamento automático de cartas topográficas (DSG, 1:100.000) e imagens LANDSAT-TM. A sobreposição e a interpretação dos elementos analisados permitiu distinguir 6 compartimentos: *Planície Aluvial Atual do Rio Taquari* como área dispersora de drenagem; *Pantanal do rio Negro*, no limite sul do Leque do Taquari, é receptor de

drenagem; *Área da Vazante do Corixinho* com campos extensos por onde convergem vazantes oriundas dos compartimentos vizinhos; *Alta Nhecolândia* com seus banhados saturados d'água, nas cheias e drenagem na forma de feixes divergentes; *Área de transição entre a Alta e Baixa Nhecolândia* contendo elementos dos dois compartimentos; e *Baixa Nhecolândia* com sistema cordilheira e salina e vazantes e baías.

A caracterização destes compartimentos possibilitou levantar informações sobre a dinâmica atual do Pantanal da Nhecolândia. Com relação à dinâmica hídrica da região, pôde-se perceber o processo diferenciado das cheias ora condicionado pela cheia do rio Paraguai, ora pela cheia do rio Taquari, este último abastecendo a Nhecolândia através de um processo de perda de suas águas através de canais defluentes.

As formas e dimensões dos banhados sugerem que o fluxo da água segue direção NE-SW e N-S (próximo à província detritica) que desaguarão uma parte no rio Negro, outra na Baixa Nhecolândia. Sugerem também que os banhados estão altamente sujeitos ao comportamento oscilatório do lençol freático, que ora apresenta-se com água e ora sem água, em questões de dias de observações pelas imagens LANDSAT-TM.

Palavras-chave: Pantanal, Nhecolândia, dinâmica, meio físico, geomorfologia

 **Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do rio Iratim - Guarapuava - PR**

Edivaldo Lopes Thomaz


O presente estudo "Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do Rio Iratim - Guarapuava-PR" tem como objetivo delimitar e caracterizar unidades do meio físico de acordo com suas respectivas fragilidade potenciais. A metodologia seguida foi Ecodinâmica que tem como base a Teoria Geral dos Sistemas. Essa me-

todologia tem como princípio o estudo integrado contemplando a sociedade e a natureza. Para se obter as unidades de fragilidade dividiu-se o trabalho em duas etapas: na primeira foi caracterizado e cartografado os elementos da natureza (relevo, solo, clima etc.), bem como os elementos da sociedade acerca do processo de organização do espaço, representado principalmente pelo uso da terra, essa etapa se configura pela análise; na Segunda etapa (síntese) correlacionou-se as cartas temáticas (relevo, uso da terra e solo) obtendo-se uma carta síntese indicando a fragilidade potencial de cada unidade. A bacia

do Rio Iratim possui dois compartimentos, do médio para o alto curso estão as áreas mais bem preservadas, portanto com baixa fragilidade, por outro lado, do médio para o baixo curso encontram-se as áreas mais frágeis. Entre as unidades delimitadas as formas de relevo vertentes retilíneas são as que apresentam maior fragilidade. O uso da terra no âmbito da bacia em muitos casos não segue as aptidões morfopedológicas (relevo-solo), havendo assim, áreas degradadas

em que os solos perderam a capacidade de suporte de biomassa. Dessa forma, a presente pesquisa ao delimitar, caracterizar unidades do meio físico e compreender de forma coerente a dinâmica ambiental da bacia do Rio Iratim oferece um zoneamento ambiental que possibilita o uso adequado de seus recursos naturais, principalmente solo e água.

Palavras-chave: Geografia, bacia hidrográfica, ecodinâmica, fragilidade, geomorfologia ambiental


 **Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do rio Iratim – Guarapuava - PR**

Edivaldo Lopes Thomaz

O presente estudo, "Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do Rio Iratim – Guarapuava-PR" tem como objetivo delimitar e caracterizar unidades do meio físico de acordo com suas respectivas fragilidade potenciais. A metodologia seguida foi Ecodinâmica que tem como base a Teoria Geral dos Sistemas. Essa metodologia tem como princípio o estudo integrado contemplando a sociedade e a natureza. Para se obter as unidades de fragilidade dividiu-se o trabalho em duas etapas: na primeira foi caracterizado e cartografado os elementos da natureza (relevo, solo, clima etc.), bem como os elementos da sociedade acerca do processo de organização do espaço, representado principalmente pelo uso da terra, essa etapa se configura pela análise; na Segunda etapa (síntese) correlacionou-se as car-

tas temáticas (relevo, uso da terra e solo) obtendo-se uma carta síntese indicando a fragilidade potencial de cada unidade. A bacia do Rio Iratim possui dois compartimentos, do médio para o alto curso estão as áreas mais bem preservadas, portanto com baixa fragilidade, por outro lado, do médio para o baixo curso encontram-se as áreas mais frágeis. Entre as unidades delimitadas as formas de relevo vertentes retilíneas são as que apresentam maior fragilidade. O uso da terra no âmbito da bacia em muitos casos não seguem as aptidões morfopedológicas (relevo-solo), havendo assim, áreas degradadas em que os solos perderam a capacidade de suporte de biomassa. Dessa forma, a presente pesquisa ao delimitar, caracterizar unidades do meio físico e compreender de forma coerente a dinâmica ambiental da bacia do Rio Iratim, oferece um zoneamento ambiental que possibilita o uso adequado de seus recursos naturais, principalmente solo e água.

Palavras-chave: Geografia, bacia hidrográfica, ecodinâmica, fragilidade, geomorfologia ambiental

 **Análise ambiental urbana: sub-bacias do córrego Marmeleiro e alto do ribeirão Moinho Velho – Cotia/Embú - SP**

José Mariano Caccia Gouveia

Entende-se que a paisagem possui um caráter dinâmico por considerar todas as inte-

rações entre os aspectos físicos, bióticos e humanos inseridos nas dimensões espaço e tempo. Pretende-se neste trabalho desenvolver uma análise ambiental à partir dos diversos componentes da paisagem observados na área de estudo, considerando também a forma como tem ocorrido seu processo de ocupação ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido elegeram-se como área de estudo para a elaboração da análise, os terrenos degradados pelo Córrego do Marmeleiro e pelo alto Ribeirão Moinho Velho, duas sub-bacias localizadas na porção Oeste da Região Metropolitana de São Paulo pertencentes aos municípios de Embú e Cotia.


Constata-se na área um processo de ocupação em ritmo acelerado, resultando num mosaico bastante diversificado. Esse crescimento vertiginoso vem ocorrendo às custas de uma progressiva alteração meio físico-biótico, das condições ambientais e da qualidade de vida da população.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo uma avaliação do quadro ambiental das sub-bacias. Esta avaliação, resultante da análise

integrada dos componentes do meio físico, biótico, do processo de ocupação, das diferentes formas de uso e ocupação da terra e da legislação incidente na área, permitirá compreender a situação atual do ambiente em questão, identificando alterações ambientais resultantes de um processo de ocupação que desconsidera eventuais restrições impostas por alguns desses componentes.

Acredita-se que este produto poderá fornecer subsídios aos órgãos públicos estaduais e municipais envolvidos, no sentido de nortear o planejamento da área a fim de evitar a total degradação do ambiente, bem como na adoção de medidas que minimizem os impactos já existentes.

Palavras-chave: Análise ambiental, geomorfologia, fragilidade

 **Diagnóstico ambiental com subsídio a um gerenciamento costeiro: estudo de caso dos manguezais do rio Santana, Ilhéus, Bahia**

Pedro Isaac Japiassu Fidelman

O presente estudo apresenta diagnóstico ambiental dos manguezais do Rio Santana, Ilhéus, Bahia, adotando o enfoque por problema ambiental, ou seja, a degradação do ecossistema em função da expansão urbana. Tal enfoque cria uma demanda por informações específicas resultando em um diagnóstico funcional. Para melhor entendimento sobre a "saúde" ambiental do ecossistema manguezal, adotou-se abordagem integrada e multi-disciplinar, de forma a reconhecer sua inter-relação com a paisagem da qual faz parte. Nesse sentido, identificou-se a necessidade de se trabalhar em um nível hierárquico superior, isto é, a bacia hidrográfica. Foram consideradas informações sobre características ecológicas, aspectos sócio-econômicos, históricos e

culturais, potencialidades dos principais atores sociais envolvidos e legislação pertinente. Com perspectiva de utilização do diagnóstico como subsídio a uma possível configuração de medidas de gestão, os problemas levantados foram analisados de acordo com as propostas sugeridas pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro. O diagnóstico levou em conta ainda considerações metodológicas amplamente empregadas no Gerenciamento Costeiro (Integrado) em nível internacional. No município de Ilhéus, o baixo grau de organização dos atores sociais, a ineficiência na aplicação dos instrumentos de gestão disponíveis, a carência de pessoal capacitado para tratar especifico das questões ambientais costeiras, os valores culturais regionais tendendo ao individualismo e ao imediatismo, a falta de vontade política, entre outros, precisam ser superados para que qualquer programa de gestão ambiental possa ser proposto e implementado com possibilidade de sucesso.

Palavras-chave: Diagnóstico ambiental, manguezais, gerenciamento costeiro

Normas de Publicação

A revista GEOPUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

1. Tipos de trabalhos publicados:

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisas que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo, 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as Resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deverá ser encaminhado à Redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando a eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e inglês ou francês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês ou francês). O original deverá ser digitado em *word for windows* preferencialmente *word 97*, em letra número 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, páginas(s) citada(s). No caso de diferentes títulos de um autor do mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme exemplo:

(Soja, 1989, p. 32) ou (Harvey, 1985a, p. 77-78).

As citações abreviadas enviam à bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, como segue:

Livro:

SOBRENOME, Nome do Autor. *Título do Livro*. Edição. Local de publicação, data, nº de páginas.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Artigo". *Título do Periódico*, Número do Volume, data do Volume, Páginas (inicial e final).

Artigo de Coletânea:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, Data, Páginas (inicial e final).

6. Destaques:

Deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas sejam concebidas originalmente em preto e branco e tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade. Enviar os arquivos em seu formato original, separados do texto. Para fotos ou imagens ".tif", ".bmp" ou ".jpg" é aconselhável que sejam digitalizadas em 300 dpi. Para gráficos, tabelas e mapas feitos em Excel, Corel ou semelhantes, usar traço evitando as tonalidades de cinza. Também servem as ilustrações impressas com boa qualidade ou desenhadas, em papel tamanho ofício.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da Revista.

9. Exemplos do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um exemplar em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícias de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. No caso de Artigo, ele receberá, ainda, dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as Normas de Publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.



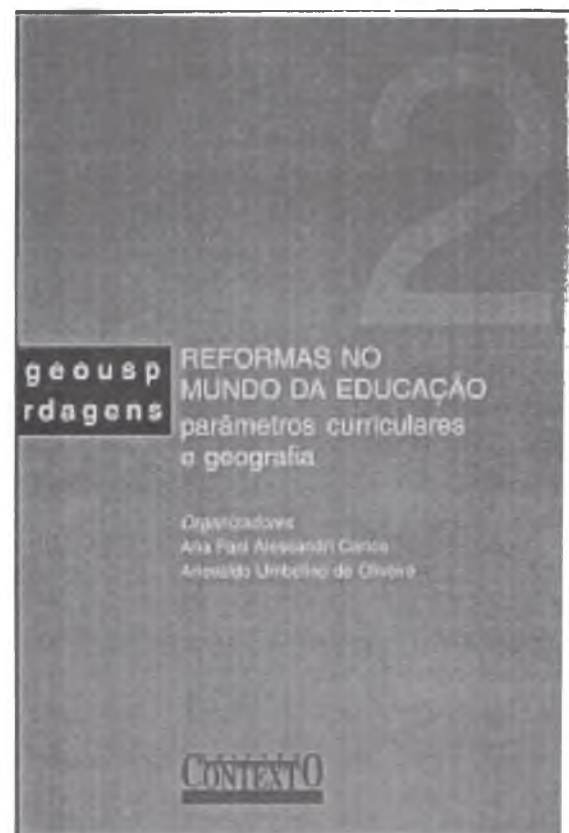
**O espaço no fim do século
A nova raridade**

Amélia Luisa Damiani,
Ana Fani Alessandri Carlos,
Odete Carvalho Lima Seabra (orgs.)

LANÇAMENTOS

**Reformas no mundo da educação
Parâmetros curriculares e geografia**

Ana Fani Alessandri Carlos,
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
(orgs.)



Endereços para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL
Geosp - Revista da pós graduação do
Departamento de Geografia - FFLCH/USP
Caixa Postal 2530 - CEP 01060-970 - São Paulo - SP
Brasil
Fax (011) 818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS
Humanitas Livraria - FFLCH-USP
Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Fonefax (011) 3 818-4589
e-mail: publch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>

Título GEOUSP nº8
Capa e Projeto Gráfico Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração/Ilustração Sérgio Sdrous
Revisão Cláudio Roberto Duarte
Formato 20 X 23cm
Mancha 17,4 x 19,7cm
Tipo Benguiat
Papel Off-set 75g/m² (miolo)
Couché 240/m² (capa)
Impressão da capa Quadricromia
Nº de páginas 188
Tiragem 500 exemplares

ISSN 1414-7416



USP

Humanitas
FFLCH-USP